FEMINISMO, POLÍTICA E PODER

19º REDOR

ENCONTRO INTERNACIONAL DA
REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE
DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE MULHER E
RELAÇÕES DE GÊNERO

GT 08

ISBN: 978-85-61702-41-0

MEMÓRIAS DO MOVIMENTO DE LÉSBICAS BRASILEIRO: AS CONSTRUÇÕES SILENCIADAS. A HISTÓRIA QUE NÃO PUBLICIZARAM.

Ana Carla da S. Lemos
GEPERGES Audre Lorde – Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Raça, Gênero e Sexualidade.

Marion Teodósio de Quadros (Orientadora)
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

Resumo

Este trabalho é um resumo da monografia apresentada no Curso de Ciências Sociais, na UFPE, 2015.1, teve como objetivo pesquisar sobre o surgimento do movimento de lésbicas brasileiro, como se constituiu a partir das interlocuções com o movimento "homossexual" e feminista, com ênfase para o surgimento e fortalecimento do movimento e suas lideranças, em meados da década de 1980, dividido nos períodos de surgimento, fortalecimento e institucionalização das pautas lésbicas no Brasil. Teoricamente o trabalho apresenta o recorte do feminismo lésbico, em dialogo com a Antropologia feminista, especialmente sob a influência latino-americana e caribenha. A metodologia visou o reconhecimento o "objeto" enquanto sujeito, com realização de entrevistas, observação participante, nos SENALE – Seminário Nacional de Lésbicas (2006, 2010, 2014) e entrevistas semiestruturadas com algumas representantes do movimento lésbico. Em todo o trabalho foi levada em conta a reflexão instigante e desafiadora do lugar situado e de fala. Conclui-se que, se faz necessário pensar um diálogo maior entre as diversas pautas feministas, articulando o que une as mulheres, assim como suas especificidades, independente da orientação sexual, raça e classe. Reconhecendo as sujeitas enquanto sujeito de direito e as suas contribuições para os diversos movimentos. Assim, como o dialogo com o movimento antes denominado "homossexual", precisa ser revisitado e pensar as bases estruturantes das parcerias, visto ainda, o machismo, rachas e segregações que navegam por elas.
Palavras chaves: movimento de lésbicas, teorias lésbicas, feminismos, antropologia feminista, participação política.

ISBN: 978-85-61702-41-0

Introdução

A lesbianidade em sua trajetória histórica tem raízes em Safo, poetisa grega, que viveu no ano de 640 a.C. Pioneira nas escritas sobre o amor entre mulheres exerceu sua autonomia enquanto construção de ser político, regendo-se contra as normatizações, que deixaram marcas para o mundo, com sua coragem, inovação, poemas que ressaltam a beleza do amor entre mulheres para além de todo o ato político intrínseco em seus atos.

Audre Lorde, negra, poetisa, lésbica, feminista, escritora norte-americana que em meados da década de 1980, já falava do seu lugar situado, a partir dos seus referenciais identitários de lésbica, negra, mãe, poeta.

No Brasil, o processo de construção da "identidade" lésbica vem de uma forma muito silenciosa, inclusive, como narrativa histórica, os diálogos entre os movimentos feministas, "homossexuais" e de lésbicas, são truncados, quando se fala em evidenciar os seres lésbicos na qualidade de participantes e sujeitas das reivindicações políticas no "berço" dos movimentos.

A falta de reconhecimento, de sistematização das vivências, dos debates e pesquisas na academia prejudica a construção histórica dos seres enquanto autônomos e sujeitos das construções juntos aos demais atores sociais, isso diz muito ainda do modelo machista e normativo enraizados na sociedade.

Porém, toda a trajetória de afirmação da orientação sexual para o reconhecimento político se deu no campo dos diversos movimentos lésbicos, feministas "homossexuais", em suas tessituras políticas e de questionamentos das normatizações, em que os corpos se tornam autônomos a partir dos seus desejos e vivências do privado, que também é público (BEAUVOIR, 1949) e político.

Entender as trajetórias políticas, identificar as questões específicas que deram origem ao movimento, compreender as interfaces e tensões com os movimentos feminista e "homossexual", publicizar a formação do movimento de lésbicas e as organizações envolvidas, são passos importantes para reconhecer o processo histórico dos sujeitos lésbicos, em suas tessituras políticas e participações em outros movimentos, pensando as relações e pautas que se imbricam ou se afastam nas bandeiras prioritárias enquanto movimentos políticos e sociais.

Para endossar este debate, é importante perceber os rachas e agregações perante o movimento feminista, "homossexual" e lésbico, especialmente, por questionar os motivos que o movimento de lésbicas, parte dele não se autoreconhece como movimento feminista e também, o movimento feminista

ISBN: 978-85-61702-41-0

ainda não reconhece em suas pautas políticas os direitos sexuais para além da heterossexualidade.

Podemos perceber veementemente uma relação de gênero, classe e raça, mencionando Ochy Curiel (2007), quando se pensa na evidenciação dos movimentos, onde essas variáveis deveriam ser trabalhadas de forma imbricadas. Entretanto, há um imbricamento tendencioso de pensar os privilégios partindo dos vieses de classe, raça e orientação sexual "predominante", o que estava fora dos rótulos ligados ao mundo masculinista, sofreria a exclusão e silenciamento.

Pensar a partir das literaturas existentes o movimento de lésbicas é um campo mais marginalizado, pois pouco se diz sobre a história das lésbicas no Brasil, como mencionam Simões e Facchini quando analisam a trajetória do movimento homossexual e LGBT *"as mulheres aparecem pouco nas fontes disponível do período"*. (2009, p. 66).

São a partir desses diálogos que levam a crer que a lesbianidade no Brasil ainda é um assunto que precisa muito ser pesquisado e entendido as nuances das exclusões que vão direcionar-se ainda pela heteronormatividade e tendências políticas que continuam excluindo as lésbicas e silenciando suas construções políticas e históricas.

Para refletir sobre o movimento de lésbica, foi necessário pensar a partir da epistemologia feminista, do lugar situado da fala, das reflexões teóricas sobre os gêneros, feminismos, sexualidades, além da observação participante nos eventos específicos de lésbicas.

Todo este trabalho é delineado a partir dos pressupostos feministas, dialogando com as práticas socais e a postura epistemológica que se empenha em valorizar as mulheres no processo de construção do conhecimento e de suas narrativas histórias, a partir do lugar situado e de fala (Haraway, 1995).

A metodologia foi baseada na observação participante, nos SENALE – Seminário Nacional de Lésbicas (2006, 2010, 2014) e 09 (nove) entrevistas semiestruturadas com algumas representantes do movimento lésbico, lideranças do movimento do eixo Rio – São Paulo, por entender, que naquele momento o movimento se fortaleceu inicialmente nessas regiões.

Teorias lésbicas, olhares identitários, para além heteronormatividade.

> *"A pesquisa e a teoria feminista que contribuem para a invisibilidade ou marginalidade lésbica estão realmente atuando de modo*

ISBN: 978-85-61702-41-0

> *contrário à libertação e ao empoderamento das mulheres como um grupo.*" RICH, p. 18.

As trajetórias do movimento lésbico sempre fora um tabu nos diálogos com os diversos movimentos sociais e no processo de sistematização nos quais as mulheres são mencionadas como o "*Outro",* como as que não têm acessibilidade e/ou participação política, pois a elas foram delineados a categoria do privado. Como Falquet (2006) menciona, as lésbicas são condenadas a invisibilidade, são pouco estudadas nos espaços acadêmicos, inclusive, passando para o campo dos movimentos sociais também a sistematização ainda é precária e pouco divulgada.

Falquet (2006) e Rich (1993) trazem teorias lésbicas feministas que vão dialogar contra o sistema denominado como heteronormativo ou a heterossexualidade compulsória, sistema este que vai colocar as mulheres por meios culturais e ainda considerados "naturais", no lugar exclusivo das relações entre homens e mulheres.

Este modelo que coloca a mulher no lugar de subordinação aos homens de forma compulsória é um sistema que compreende as mulheres no seio de sua reprodução, dos papéis considerados "cristalizados, corretos e como o único destino as mulheres", reproduzindo, assim, um sistema opressor que vem de todos os lados na reprodução de lugares que não necessariamente seriam cristalizados se a cultura machista e religiosa não tivesse influenciado fortemente, especialmente as mulheres que não tiveram acesso ao processo educacional de qualidade e participação política.

O sistema opressor que coloca as mulheres no lugar de subserviência contribui para o fortalecimento da exclusão de outras "mulheres" que tenha uma prática afetivo-sexual diferenciada, como no caso das lésbicas, tornando-as invisíveis na historicização, na sistematização e no reconhecimento da participação política, sendo consideradas como "homossexuais", pois culturalmente está ligada aos homens que relacionam afetivo-sexualmente com outros homens, desta forma, estariam elas resguardas pela "força" do masculino.

> *"As lésbicas têm sido historicamente destituídas de sua existência política através de sua "inclusão" como versão feminina da homossexualidade masculina. Equacionar a existência lésbica com a homossexualidade masculina, por serem as duas estigmatizadas, é o mesmo que apagar a realidade feminina mais uma vez"* RICH, 1993, p. 20.

ISBN: 978-85-61702-41-0

A exclusão sofrida pelas lésbicas no campo social e acadêmico é reafirmar a hetonormatividade, onde as possibilidades de construções sociais diversas ficam limitadas as práticas ditadas pelo machismo. Mesmo que a lesbianidade venha com sua trajetória história de longa data, o apagamento desta trajetória histórica vai denunciar a prática do "medo" do sistema patriarcal, onde os homens e algumas mulheres se sentem ameçados/as, pois tudo que vai contra o sistema patriarcal tentará ser apagado e confinado nas páginas das exclusões.

Por isso Wittig (1980), vai repensar o que seria a mulher, afirmando, *"as lésbicas não são mulheres"*. A autora traz uma postura extremamente lésbica feminista radical de pensar para além da condição do ser mulher, questionando as normatizações do sistema heteronormativo, identificando as lésbicas, no não lugar do ser mulher, nem o segundo, nem o terceiro sexo, por negar os papeis cristalizados do que seria ser mulher socialmente.

Podemos considerar a lesbianidade como um projeto político lésbico feminista radical, pois ele "tira" as mulheres dos "papéis cristalizados da heteronormatividade", dos lugares que seriam para as mulheres heterossexuais, questionando a heteronormatividade como um projeto politico capitalista que coloca as mulheres no lugar de objeto, da reprodução, replicando discursos, inclusive bíblicos que vão colocar a mulher no lugar de submissão, do *"Outro"* (Beauvoir, 1949).

Nestas perspectivas temos que pensar os meandros que vão circular nos percursos feministas, pois se era necessário estimular as mulheres aos direitos públicos e políticos, porque, quando se fala da lesbianidade, há um silenciamento mortal? Os corpos são guardados em armários, com enormes cadeados e sem chave.

Para pensar da forma interseccional Curiel (2007) sugere que se trabalhem as categorias de gênero, raça e classe. Falquet (2006) sugere que além dessas três variáveis, se inclua a sexualidade, pois é a partir desses diálogos que se reflete sobre a subordinação das mulheres e lésbicas.

A construção da identidade lésbica é uma forma de rejeitar a "supremacia" onde as pessoas colocam a heterossexualidade, como forma única e possível de relação afetivo-sexual. Tudo que foge desta "norma" está fora do campo dos direitos em suas amplitudes.

Mello (2005) menciona as lésbicas como categorias identitárias e sociopolíticas, a categorização revolucionária de assumir o termo lésbica vem do desejo da afirmação para a garantia de direitos, que há muito foram invisibilizadas desde os primórdios com Safo, Cassandra Rios, Audre Lorde, lésbicas

ISBN: 978-85-61702-41-0

que deixaram seus marcos históricos, e que da forma delas reivindicaram na sociedade um lugar que pense a partir das especificidades das relações afetivo-sexuais entre lésbicas.

No contexto das identidades políticas, por todo histórico brasileiro de exclusão, Hall (1999, p. 12) menciona: *"A identidade, então, costura (ou para usar uma metáfora médica, "sutura") o sujeito à estrutura."*. Como o autor menciona, as estruturas, especialmente as globais, estão direcionadas para alguns sistemas políticos que ainda tem muito poder na sociedade, como o sistema heterossexual, capitalista, racista e de "homens". Tudo que está fora do sistema HCRH[1] está ausente do campo dos diálogos de construção que reconhecem as pessoas enquanto sujeitos de direitos na ampla esfera das construções sociais.

Pensar as identidades ligadas às estruturas globais, no caso do movimento lésbico, seria se agregar a um modelo de sistema HCRH, a partir da estrutura identitária como estrutura fixa, embora o sujeito pós-moderno não tenha identidade fixa, essencial ou permanente, como defende Hall (1999).

Tencionar e pensar as estruturas de construções do pós-moderno, no Brasil, ainda se torna "imaturo", devido ao sistema HCRH, pelas construções culturais, pelas desigualdades sociais ainda existentes, especialmente nas questões de gênero, raça e classe, onde as garantias dos direitos estão reduzidas a uma parcela da população a depender do poder econômico, da classe, cor, sexo e sexualidade.

O sistema HCRH é cheio de signos, assim como a lesbianidade também está, por exemplo, quando se pensa nos modelos de relações, se uma lésbica tem que ser "feminina" e a outra "masculina", não necessariamente, se cumpre como um modelo da reprodução heterossexual, ou as práticas sexuais que aprisionam, como o dito "papai e mamãe", visto que, as formas de relações são múltiplas e fora das caixas que sufocam.

Nos lugares de questionamentos do que seriam as "normas", podemos pensar a partir do referencial teórico de Spivak (2010) que traz a contribuição de pensar o mundo a partir de um olhar não eurocêntrico, do conhecimento das epistemologias do Sul, com o seu questionamento: *o subalterno pode falar?*

Vimos que por diversos momentos as subalternas não puderam falar, foram colocadas às margens, porém, mediante ao projeto lésbico político feminista radical de pensar as relações para além dos meandros do sistema HCRH, questionando as nuances entre o campo biológico e o das construções sociais,

1 Sistema heterossexual, capitalista, racista e de homens.

ISBN: 978-85-61702-41-0

avaliando as elaborações teóricas e empíricas, os pontos chaves nos quais as lésbicas e mulheres não puderam falar ou falaram pouco, muitas vezes de forma assistemática, tem resistências políticas, vivenciais e afetivas que vão se delineando, a partir das contribuições das epistemologias feministas e feministas lésbicas.

Refletir sobre as nuances teóricas são pontos importantes para pensar a trajetória do movimento lésbico articulado com as construções acadêmicas.

O surgimento do movimento de lésbicas brasileiro e suas interfaces.

O movimento de lésbicas é um movimento que surge a partir do final da década de 1970, quando por influência do movimento LGBT norte-americano, através do ocorrido de Stonewall Inn[2].

Safo, poetisa grega que viveu em 640 a.C., teve uma escola só para mulheres, na qual havia os ensinamentos das artes e o empoderamento político para pensar a forma de atuação no mundo. Safo foi uma das lésbicas que ficou conhecida em todo mundo, mesmo com vários dos seus escritos queimados, há retalhos de sua obra, contribuindo para a memória lésbica no mundo.

No Brasil, Cassandra Rios, no final da década de 1940, escreveu o livro Volúpias do Pecado, romance lésbico que teve grande repercussão, refletindo sobre a lesbianidade como forma de existência, resultante de sua atuação política literária. Ela também escreveu o livro "Eu sou uma Lésbica", no final da década de 1980. Suas publicações foram cassadas no período da ditadura militar, pois questionavam a "ordem" da moral e dos bons costumes capitalistas e machistas, sobretudo, da censura na liberdade de expressão da ditadura.

Mesmo com esta trajetória que antecede o dito "surgimento" do movimento "homossexual" há evidencias políticas de reivindicações de direitos que se dão antes, como mencionado. É notório, que antes as reivindicações trazidas por mulheres não foram evidenciadas, pois o modelo de construção das epistemologias trazida por mulheres tinha valor "menor" em frente ao modelo "tradicional" da ciência androcêntrica.

2 A revolução ocorrida em 1969, no Bar Stonewall Inn foi resposta às violências cometidas contra a população LGBT. A revolução durou 3 dias e influenciou o movimento LGBT de todo o mundo, ficando conhecido o dia 28 de junho, como o dia internacional do orgulho LGBT.

ISBN: 978-85-61702-41-0

As lésbicas estavam sempre problematizando as ações dos movimentos feminista e "homossexual", resistindo e formulando ações que as visibilizassem. Tanto que, no mesmo ano de publicação do Jornal Lampião[3], surge o Grupo SOMOS – Grupo de Afirmação Homossexual, em São Paulo. Embora o grupo tivesse sido formado inicialmente por homens, as mulheres foram se integrando momento posterior como relata Facchine (2005).

Marisa Fernandes, lésbica feminista, que participou do processo de efetivação do Somos – SP traz seu relato:

> *"Formamos um grupo de atuação lésbico feminista, que se propôs a encaminhar a reflexão sobre o machismo dentro do SOMOS. Deu-se então a criação do Grupo Lésbico Feminista, o LF. Dessa forma continuamos atuando no SOMOS até que em maio de 1980, após a realização do I Encontro Brasileiro de Homossexuais, o EBHO saímos definitivamente do Grupo Somos, e nos organizamos como um grupo autônomo, que passaria a se chamar finalmente Grupo de Ação Lésbica Feminista-GALF - apenas para ficar no feminino - 1980 a 1989." (São Paulo, 2015, entrevista realizada pela autora)*

A partir da entrevista trazida por Yone Lindgren, relata que o Somos também se constituiu no Rio de Janeiro, só que lá a história era diferente de São Paulo, havia 10 (dez) mulheres e 06 (seis) homens para a formação do grupo. Como eles eram minoria, ameaçaram algumas mulheres, por questões pessoais, havendo mais um racha entre gays e lésbicas. Foi assim que fundou-se o Grupo Mulher em Atividade.

As lésbicas procuravam se organizar em grupos mais amplos para pensar de forma coletiva as pautas, que para elas faziam parte de uma conjuntura maior que seriam a garantia de direitos de forma mais orgânica e para todas as pessoas, independente da orientação sexual, gênero, raça e/ou classe. Talvez, neste momento a esperança da fraternidade e igualdade, além da sororidade feminista tenha falado mais alto, desmoronando em seguida.

O encantamento que todas as pessoas poderiam lutar juntas por um mundo melhor é um processo complicado, especialmente para as lésbicas.

3 Jornal fundando em São Paulo, que tinha o intuito de divulgar as ações e diálogos sobre homossexualidade.

ISBN: 978-85-61702-41-0

Na estrutura do movimento dito "homossexual", quando se pensa nas pautas especificas para as lésbicas, há um silenciamento total, ocasionando o primeiro racha dentro do Somos-SP, fundando o grupo LF – Lésbicas Feministas, para refletir sobre os recortes lesbianos, não durando a existência, pois entre elas as coisas funcionavam, mas quando as pautas era levadas para o grupo como um todo, os diálogos eram truncados, havendo sempre a não prioridade das pautas especificas para as lésbicas.

No movimento feminista mais amplo se pensava a mesma coisa, a inclusão das bandeiras e pautas lésbicas também sofria recusa. Fry e Macrae (1991, p. 101), mencionam o capítulo *"As lésbicas: uma pedra no sapato das bichas e das feministas"*.

A primeira edição do livro "O que é homossexualidade", de Fry e Macrae, ocorreu em 1983, na efervescência do "surgimento" do movimento homossexual. Os autores, que sempre estudaram a homossexualidade, conseguiram captar as mensagens que eram reproduzidas nos espaços sociais. De um lado, as feministas não queriam mais ser taxadas de "sapatão", "entendidas", "mal amadas", termos da época, usados para "xingar" as feministas, por questionarem as "normatizações" do que seria mulher em uma sociedade com todos os traços patriarcais e machistas. Do outro lado, os gays e afins, pensando que poderiam reivindicar direitos a partir de vivências masculinistas e machista de fazer ciência e movimento social.

Com todo este envolto de resistências em trabalhar de forma conjunta as pautas que deveriam fazer parte do movimento feminista e "homossexual" de forma geral, foi necessário pensar em feminismos, pois há o feminismo que contribui para reproduzir a heteronormatividade, excluindo outras pautas que questionam tais normatizações.

É neste interim que os recortes identitários sejam refletidos com a contribuição de Curiel (1996) a partir de gênero, classe e raça, e Falquet (2006) contribui com a variável da sexualidade, evidenciando a sua importância para o controle patriarcal do corpo das "mulheres". Por toda esta conjuntura, os movimentos sociais foram se fragmentando a partir de suas especificidades e embora muitas críticas fossem de encontro a esta fragmentação, ela foi necessária para o fortalecimento das organizações lésbicas e seu reconhecimento social.

Em 1981, depois da dissidência do LF – Lésbico Feminista do SOMOS - SP, surge o GALF – Grupo de Afirmação Lésbico Feminista, o primeiro grupo lésbico no Brasil que vai pensar as pautas específicas das lésbicas, permanecendo com suas atividades até o final da década de 1980, adequando o nome Rede

ISBN: 978-85-61702-41-0

de Informação Um Outro Olhar, grupo este que produziu revistas para refletir sobre a diversidade sexual como um todo.

Iremos ter outros grupos que nasceram ainda na década de 1980, porém para este momento vamos focar nos grupos ou redes que foram pioneiros para o movimento lésbico de forma geral e as especificidades das lésbicas.

Para além das demais questões, 1995 é um ano que vai marcar um "recomeço" histórico para o movimento de lésbicas, visto a articulação das lésbicas negras dentro do XVII - Encontro da ILGA – LAC[4], ocorrido no Rio de Janeiro, conforme entrevista com Neusa das Dores, fundadora do COLERJ – Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro, junto com Elizabeth Calvet (em memória), foi dentro do espaço da ILGA que elas, ativistas lésbicas foram questionadas sobre a organização das lésbicas no Brasil.

Foi a partir deste questionamento externo que o COLERJ – Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro e outras ativistas se reuniram para refletir a organização mais direcionada para as lésbicas brasileiras. No término da reunião, os grupos COLERJ e o Um Outro Olhar ficaram como representando a secretaria da ILGA no Brasil. Por problemas políticos, o COLERJ recebeu um comunicado informando que não seria possível sua permanência, ficando apenas o Grupo Um Outro Olhar na secretaria.

Naquele momento, elas tinham ficado de organizar um evento que seria uma extensão da ILGA, resolvendo então fortalecer o COLERJ e o movimento de lésbicas, realizando o SENALE – Seminário Nacional de Lésbicas. Com esta decisão, foram pensar projetos e articulações políticas, mobilizar recursos, tendo mais êxito na pasta da saúde, pois ainda havia um recorte forte da prevenção das DST/HIV/AIDS para a população LGBT em geral.

É neste entremeio que as percursoras, lésbicas negras, Neusa das Dores e Elizabeth Calvet (em memória), mobilizaram lésbicas do Brasil para se reunir e fortalecer o movimento de lésbicas, a partir de suas expectativas e suas especificidades.

Poucas pessoas conhecem essa história do movimento de lésbicas, pois os movimentos quase sempre foram pensados e coordenados por pessoas brancas e de classe média, assim como no inicio na articulação do SOMOS, é a partir de 1995 que o movimento toma um rumo diferenciado na historia, sendo visibilizado o protagonismo das lésbicas, especialmente, as negras e feministas.

4 Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais para América Latina e o Caribe.

ISBN: 978-85-61702-41-0

Evidentemente que elas tiveram participações anteriores, mas este é um referencial diferenciado para o assunto mencionado.

Em 1996 é realizado o I SENALE, com o intuito político da organização nacional dos grupos de lésbicas e ativistas independentes no Brasil, contribuindo para a construção e fortalecimento das lésbicas como sujeitos políticos, visto que, as lésbicas tinham se organizado dentro de outros movimentos tendo suas especificidades e suas histórias silenciadas.

O relatório do I SENALE aponta a participação de mais ou menos 100 (cem) lésbicas de algumas regiões do Brasil, umas poderiam aparecer nas fotos e atas, enquanto outras ainda estavam no anonimato.

O seminário foi de suma importância para o movimento de lésbicas em geral, especialmente porque pensou um marco histórico com o dia 29 de agosto, como dia nacional da visibilidade lésbica, data que sempre é comemorada em grande parte do Brasil, sendo um mês que concentra muitas atividades e articulações políticas.

Após a organização do I SENALE, outros foram organizados em diferente estados do Brasil, como cita LEMOS, 2014, p. 7:

> *"O SENALE durante este tempo aconteceu oito vezes, sendo três vezes no Sudeste, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Três vezes no Nordeste, Bahia, Ceará e Pernambuco. Uma vez no Norte, Porto Velho, e uma vez no Sul, Porto Alegre."*

Nos anos 2000, mais iniciativas foram pensadas para o movimento de lésbicas brasileiro, agora com mais fortalecimento desde as teorizações e práticas feministas, até o processo de formação política de novas lideranças brasileiras, que foi um dos pontos focados. Neste interim, vários grupos tiveram papéis importantes, principalmente, desfocando do Sudeste, mas outras regiões aparecem e fortalecem as trajetórias, especialmente o Nordeste.

Considerações finais

O percurso realizado de historicização do movimento de lésbicas nos faz perceber que existe um abismo entre as práticas sociais e a produção escrita. No Brasil, poucas escritoras/es se preocuparam em refletir sobre o movimento de lésbicas, ressaltando que há poucas publicações sobre o movimento. No entanto, assim como para escrever sobre as populações excluídas que precisam de pesquisas, porém, infelizmente, no Brasil as priorizações ainda têm tendências andocêntricas.

ISBN: 978-85-61702-41-0

A maioria da literatura sobre o surgimento do movimento "homossexual" centraliza os homens e suas práticas, reforçando dos papéis de gênero, através do paternalismo, machismo e evidenciando apenas o sexo masculino, pois segundo o modo tradicional de fazer ciência é feita a partir dos vieses da objetividade e neutralidade, distanciamento e isenção (LOURO, 1997:19).

Mesmo com toda a discussão feminista de que o privado também é público e político, há o silenciamento em exibir a lesbianidade e suas pautas, pois ainda é através da sexualidade e do sexo que se controlam as práticas sexuais, então existe uma defasagem enorme das bandeiras de lutas nos movimentos feministas.

Conhecemos, neste trabalho, algumas lésbicas que refletiram sobre as relações lesbianas, colocando-as como uma prática política feminista e radical, que vai contra as teorizações que colocam as mulheres no campo do biológico e nas reproduções da heterossexualidade obrigatória.

> *"A existência lésbica inclui tanto a ruptura de um tabu quanto a rejeição de um modo compulsório de vida. É também um ataque direto e indireto ao direito masculino de ter acesso às mulheres. Mas é muito mais do que isso, de fato, embora possamos começar a percebê-la como uma forma de exprimir uma recusa ao patriarcado, um ato de resistência."* RICH, 1993, p. 20.

A existência lésbica vai questionar as cristalizações do que seria o papel da "mulher" nas sociedades que as colocam no lugar da reprodução, do cuidado, de objeto, tirando-as do protagonismo de sua história, de seus desejos, de suas vivências desvinculadas dos homens.

Como Falquet menciona, as relações lésbicas são quase sempre tabu, pois, para questionar o sistema HCRH (heterossexual, capitalista, racista e homossexual), e suportar um nível elevado das diversas formas de violências contra a parcela da população que sai dos modelos cristalizados das normatizações, é preciso ter postura política diferenciada, nem sempre fácil de se alcançar.

Umas das formas de violência foi o processo de silenciamento, especialmente no movimento feminista, como Rich (1993) mencionou:

> *"a invisibilidade ou marginalidade lésbica está realmente atuando de modo contrário à libertação e ao empoderamento das mulheres como um grupo".*

ISBN: 978-85-61702-41-0

Enquanto houver uma parcela do movimento, dito feminista, que nega a existência lésbica, o silenciamento das pautas e a prática do entendimento do ser integral e suas especificidades ficam comprometidas.

Nas vivências trazidas para este trabalho, vimos que, na estrutura do movimento LGBT também há violências, dentre elas, a de gênero e o silenciamento das pautas especificas são as mais agravantes, pois, ainda há um senso comum machista e a reprodução de que os homens podem mais e detém o poder. Essas práticas têm sido reproduzidas nas estruturas do movimento LGBT, até os dias atuais.

Referências bibliográficas:

ALVES, Branca Moreira e PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo?** Brasiliense, 1991. (Coleção primeiros passos).

BEAUVOIR, Simone de. **Segundo Sexo. 1. Fatos e Mitos** (6ª ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro, ed. Bertrand Brasil, 2000.

FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990**. Rio de Janeiro, Garamond, 2005.

FALQUET, Jules. **De la cama a la calle: perspectivas teóricas lésbico-feministas.** Bogotá, Ediciones Antropos, 2006.

FRY, Peter. **O que é homossexualidade?** Editora Brasiliense, 7º edição, 1991, 126 p.

GOLDENBERG, Mirian. **Toda mulher é meio Leila Diniz**, Rio de Janeiro, 2ª edição - Bestbolso, 2011.

GROSSI, Miriam Pillar, UZIEL, Anna Paula, MELLO, Luiz. **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, travestis.** Rio de Janeiro, Garamond, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomas Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 3ª edição, Rio de Janeiro, DP&A, 1999.

ISBN: 978-85-61702-41-0

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial.** Cadernos Pagu (5) 1995: pp. 07-41.

KOTLINSKI, Kelly. **Diversidade Sexual - Uma breve introdução**, 2008.

LEMOS, Ana Carla da S. **Dialogando sobre o 8º Seminário Nacional de Lésbicas: históricos, observações, trajetórias, interfaces, participação política e poder, entre os movimentos de lésbicas e movimentos feministas. Rachas ou agregações?** Perspectivas feministas de gênero: desafios no campo da militância e das práticas científicas: anais [do] 18. Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste (REDOR), 24 a 27 de novembro de 2014, Recife, PE / [coordenação geral]: Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão... [et]. Recife: EDUFRPE, 2015.

LEVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. 2. ed. -. Petrópolis, Vozes, 1982, 537p.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós -estruturalista**. Petrópolis, Vozes, 1997.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

PICHARDO, Rosa Ochy Curiel. **Crítica pós-colonial desde las praticas políticas del feminismo antirracista**. **Nómadas**, nº 26, abril de 2007.

RICH, Adrienne. **A heterossexualidade Compulsória e a existência lésbica**. In: GELP, Barbara C. & GELP, Albert (editores). New York/London: W.W. Norton & Company, 1993. Tradução: Carlos Guilherme do Valle

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para analise histórica.** Recife: SOS CORPO, 1995.

SILVA, Zuleide Paiva. **A teoria política de Monique Wittig revisitada**. **LES Online**, Vol. 5, nº 1, 2013.

SIMÕES, Júlio Assis, FACHINE, Regina. **Do movimento homossexual ao movimento LGBT**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

ISBN: 978-85-61702-41-0

SPIVAK, Gayatri. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2010. Tradução: Almeida Sandra Regina; Feitosa, Marcos Pereira e Feitosa, André Pereira.

WITTIG, Monique. **O Pensamento Hétero**. New York, Modern Language Association Convention,1978.

ISBN: 978-85-61702-41-0

FALAS DE GÊNERO DA PARTICIPAÇÃO POLITICA DE MULHERES NO CARIRI CEARENSE

Antonia Eudivania de Oliveira Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
eudivaniasilva@gmail.com

Resumo

Apresento nesse texto reflexões quanto à participação política de mulheres no legislativo em três cidades da região do Cariri cearense. Tenciono aqui a ideia de um campo político rígido, marcado historicamente como espaço próprio da ação masculina, nesse contexto, a participação feminina se apresenta como requerente de um reconhecimento de um gênero enquanto possuidor de qualidades legitimas para estar no campo da política. O objetivo da investigação era perceber entraves a efetiva participação política de mulheres e como elas se percebiam naquele campo especifico. O que acabamos por inferir foi que essas mulheres superam as barreiras da política como sendo mais uma entre tantas que tem que enfrentar, constroem-se como dignas e capacitadas para representarem seu povo, e creditam isso a sua própria condição de gênero.
Palavras-chaves: Gênero, Mulheres, Participação Política, Legitimidade.

ISBN: 978-85-61702-41-0

Introdução

Nos últimos anos tive a oportunidade de acompanhar a ascensão política de algumas militantes de movimentos feministas no Cariri Cearense. Ou seja, mulheres que passaram de forma eletiva a ocupar cargos públicos no legislativo das principais cidades da região. Essa transição de espaço de atuação das referidas militantes despertou-me à possibilidade de um aprofundamento dos estudos desenvolvidos anteriormente, direcionando-os a partir de agora ao tema da condição da mulher na região do CaririCE, com foco na atuação política institucional.

Nas eleições de 2008, as cidades de Crato, juazeiro do Norte e Barbalha, as maiores e principais cidades da região do Cariri, elegeram ao todo sete mulheres para câmara de vereadores, maior percentual até então. Perguntamo-nos assim, que relação pode haver entre o contexto regional de violência contra a mulher[1] com a eleição de mulheres a cargos públicos nessas cidades? É certo que nos últimos anos projetos e medidas vem legitimando a participação efetiva das mulheres nos espaços públicos formais, um dos exemplos mais expressivos foi a aprovação da lei nº 9.504, que estabelece uma cota mínima de trinta por cento (30%), para as mulheres em cargos eletivos e uma cota máxima de setenta por cento (70%), para qualquer um dos sexos. No entanto, as dificuldades que essas leis têm enfrentado para sua efetivação demonstram que só a aprovação não tem sido o suficiente para mudanças de uma cultura política que, historicamente, alijou as mulheres dos espaços de participação do poder. Observar a implantação desse tipo de lei tem estimulado reflexões em varias vertentes sobre o enfrentamento da questão levantada quando se estuda relações de gênero e política.

A proposta de estudo é de ter como referencia o campo da política para investigar questões quanto às atuais condições do gênero feminino. E essa é uma tarefa que se mostrou, ao longo do caminho complexa, devido a suas imbricações e interfaces. O campo da política já é marcado por si só por uma construção ou procura individual por legitimidade, no entanto, maximizamos esse quadro ao tratarmos de candidaturas femininas. Diz Barreira (1998), que essas entram no páreo "com a complexidade do pedido de licença para o reconhecimento", inclusive de que podem estar ali, pois elas não aparecem apenas com a força partidária ou com os atributos pessoais, "as mulheres entram no cenário político com o estatuto de gênero" (BARREIRA, 1998. P. 105).

ISBN: 978-85-61702-41-0

E no que implicaria esse estatuto de gênero? Pois bem, se levarmos em consideração que as instituições sociais carregam consigo as crenças e valores das suas respectivas sociedades e que em nossa prática social as qualidades femininas até pouco tempo atrás não eram compatíveis com o espaço publico da política formal, porque ele mantinha e/ou ainda mantêm características reconhecidamente masculinas, como força, imparcialidade, persuasão, autoridade. Temos nesse campo, uma luta por reconhecimento de um gênero enquanto possuidor de qualidades legitimas para estar no campo da política. Se mulheres não ocupavam cargos públicos em nossa cultura era porque não admitíamos ainda, enquanto sociedade, essa possibilidade.

Sendo assim, indagamos: de que maneira o gênero feminino se legitima no espaço publico de governabilidade? Quais qualidades são eleitas pelas próprias mulheres para ocuparem esses espaços que por tanto tempo foram inapropriados para a "condição feminina?" E de que forma os movimentos de mulheres influenciaram na conquista direta por esse espaço? Nesse esforço de construir essa relação de legitimidade da mulher nos espaços públicos, não podemos, aqui, deixar de reificar a força e as lutas dos movimentos feministas que evidenciaram a condição da mulher e trouxeram mudanças importantes quanto às possibilidades de se conceber as relações sociais. Compreendo que a conquista feminina do espaço formal da política – entendendo esta como a que dá acesso a governabilidade – que vem ao longo dos anos se consolidando, traz consigo discussões que vão muito além de concepções políticas ideológicas (BARREIRA, 1998) e/ou questões sobre as divisões do espaço em publico e privado, elas chegam ao que cada sociedade concebe como sendo homem ou mulher (SCOTT, 1990).

Diante desse quadro considero nesse estudo identificar quem foram as mulheres eleitas na região do Cariri? Como se constituíram suas trajetórias políticas, seus entraves e suas aberturas à participação política institucional? Como se dava a relação com a família, os filhos e de que forma conciliavam os mundos públicos e privados? Os aprofundamentos nessas questões nos levaram a discussões pertinentes sobre a condição feminina diante dessas relações e, principalmente, nos fez vislumbrar mais uma vez a iminência de "outros" atores sociais. Nesse campo há outras possibilidades do feminino, e estas estão aqui em pleno processo.

No cariri, essas mudanças são visíveis e devido ao seu contexto particular recente, são mudanças passiveis de um acompanhamento em tempo real, como diz Barreira (1998) a respeito do tempo de campanha em seu estudo. Não

ISBN: 978-85-61702-41-0

estamos em tempo de campanha, mas, estamos em tempo de organização de fatos sociais cruciais para a região, o que nos possibilita observar questões de consolidação do feminino no espaço da política da governabilidade imprescindíveis para as novas formas de se conceber o gênero feminino e por que não masculino, já que não podemos perceber um sem sua estreita relação com outro.

Metodologia

Por nossos trabalhos anteriores, eu já tinha contato com a agora vereadora Mara Guedes, vinda dos movimentos de Crato-CE. Acompanhei várias de suas falas junto a Câmara de Vereadores e sempre estávamos juntas em manifestações, passeatas, seminários sobre violência. Ela como membro engajado e eu como membro "investigador" que ajudava o movimento, e assim ela me entendia, como uma "Companheira de luta", isso me dava acesso a certas informações mesmo elas sabendo minhas circunstâncias. Essa aproximação me abriu portas, primeiro, porque me possibilitou acompanhar os passos de uma futura vereadora e consolidou minha primeira entrevista que foi vista com bons olhos por ela, que acredita que se "tem que falar do trabalho que as mulheres estão fazendo em todas as instâncias da vida social, porque só de ela estar lá, já é muita coisa". E segundo, porque os contatos seguintes ficaram menos complicados por causa do primeiro.

Visitei todas as câmaras municipais, acompanhei seções e acompanhei, principalmente, as seções de posse realizadas agora do final de 2012 e começo de 2013, fiz contato apresentei-me, mas sem muita empolgação da parte delas. Até, que minha primeira vereadora nos forneceu os contatos de sua companheira de tribuna em Crato, Joana Pedrosa e intercedeu, ela disse da importância do trabalho delas e que seria bom elas falarem disso. Em seguida encontrei-me com Joana.

As mulheres com quem trabalhamos podem estar (e isso não é uma afirmação) em condições "subalternas" se comparadas às posições masculinas dentro do mesmo campo, no entanto, se as compararmos com outras mulheres suas condições sociais são claramente superiores. Todas tiveram acesso ao ensino superior, umas com mais sacrifícios pessoais outras nem tanto. A maioria vem de famílias que já tinham influencia nas decisões políticas da região, algumas de grande importância. Então, não conversávamos com mulheres que podiam ser conduzidas ou influenciáveis, são mulheres que estavam acostumadas ao

ISBN: 978-85-61702-41-0

público, mesmo que uma ou outra não se sentisse tão confortável nessa posição, todas entendiam o jogo e as convenções do que se pode falar e do se deve calar.

Ao elaborarmos as entrevistas, como em qualquer outro estudo do tipo, tínhamos aquelas questões chave, nas quais acreditávamos que estariam o epicentro da nossa escrita, foi exatamente isso que aconteceu, mas não de acordo com as previsões. Essas perguntas indagavam sobre suas possíveis dificuldades para participarem da política, sua relação familiar, as jornadas de trabalho, a relação com os colegas de tribuna. Esperávamos encontrar dificuldades, anseios, desconforto, no entanto, nos deparamos com mulheres entusiasmadas em cumprir todas as suas funções, em mostrar que nada as impede de estarem naquele espaço e que são completamente aptas para as funções publicas.

Elas queriam falar, queriam mostrar e dizer o quanto o trabalho que realizaram era importante para suas famílias, para comunidade e para outras mulheres. Sabiam exatamente o que queriam dizer, e por fim, ouvi-as atentamente. Suas aventuras, as barreiras enfrentadas e suas conquistas, algo que nos diz mais sobre elas do que se poderia esperar, porque elas tinham uma imagem da mulher ideal para ocupar esse lugar e suas falas tentavam aproximar-se dessa mulher, possibilitando-nos outras formas de percebê-las.

Um fato, em especial, foi fundamental na pesquisa de campo, qual seja: das sete vereadoras eleitas em 2008, apenas uma foi reeleita; uma desistiu da disputa partidária; outra possibilitou revesar o mandato com marido; outra foi cassada por irregularidades no mandato. De maneira geral, todas desejavam de algum modo continuar vereadoras. Isso as impulsionou a falar ainda mais de seus trabalhos e da "diferença" que faziam enquanto legisladoras, demonstrando a injustiça que era elas estarem privadas, por qualquer que seja o motivo, dessa função, tão cara a elas e que consideram já tão próprias do que entendem ser mulher.

Discussão

Para Irlys Barreira (1998) é possível pensar que, a longo prazo, o aumento crescente das mulheres no cenário político promova uma desnaturalização dos atributos de gênero ainda fortemente explorados. Levando em consideração o Cariri cearense, eu não diria ainda desnaturalização nos termos de Barreira, mas elucidaria, que a crescente influencia das mulheres na política formal está reposicionando os gêneros feminino e masculino, e encontrando novas funções

ISBN: 978-85-61702-41-0

para os mesmos, bem como, encontrando novos hábitus (BOURDIEU. 2002. 2007) para o gênero feminino.

> A mulher não só pode como deve estar na política. Nós temos deveres e direitos como qualquer outro, porque não participar, não reivindicar, não lutar. Para mim, eu digo muito isso, a política é o meu esporte (Mara Torres. 58 anos. Janeiro de 2013. Juazeiro do Norte-CE).
>
> Eu sei que dizem que é mais difícil para as mulheres, pode até ser, mas eu não sinto muito isso não, sabe por quê? Porque minha vontade de estar lá é maior. A gente só tem que enfrentar esse espaço, sabe? Eu gosto daquilo tudo ali, e se for só homem que gosta de política, de disputa, de briga... Então já vi que eu não sou mulher (Delian Matos. 43 anos. Janeiro de 2013. Juazeiro do Norte-CE).

Falo aqui em reposicionamento, porque as mulheres que estão ocupando o espaço da política formal no Cariri cearense, não estão desconstruindo uma velha imagem da mulher, como portadora da sensibilidade, do carinho, como a pessoa que cuida e se preocupa, como mãe zelosa. Elas reforçam essa ideia e reposicionam essas características que dizem ser próprias do feminino, como algo extremamente positivo e agora necessário para o campo da política. Isso tudo somado ao gosto pelo publico, pela disputa e a vontade de ajudar os outros, faz desse um lugar ideal para a ação feminina.

De todo modo, o que acredito ser novo pensando em mulheres efetivamente participando da política formal é o fato de que essas mulheres no Cariri se apropriaram de um discurso onde a política precisa hoje de uma novos atores e novas formas de atuação.

> Muitas pessoas hoje chegam para gente desacreditadas, sem fé na política, quando me dizem isso, eu digo que num é na política não, é nos políticos que ocupam aquelas funções. Olhe, eu ainda tenho fé na política sim, e acho que muita coisa só se resolve através dela mesmo, o que a gente tem que mudar são as pessoas que estão lá. Não precisamos mais de gente insensível, que não se coloca no lugar do outro, que não entendem que a vida é difícil para maioria das pessoas (Maria Ednalda. 38 anos. Janeiro de 2013. Barbalha-CE).

ISBN: 978-85-61702-41-0

Na hora que as pessoas entenderem que política é importante, que as pessoas que eles votam influenciam na vida deles, isso vai mudar. Quando nós entendermos que a culpa não é só dos políticos e os eleitores assumirem sua parcela, as coisas vão mudar. Vejam só, as mulheres reclamam de sua condição, mas não votam em mulheres. Nós somos a maioria dos eleitores e não conseguimos colocar trinta por cento de vereadoras em uma câmara. Isso é falta de confiança nas mulheres, será que elas acham que os homens vão entender a situação das mulheres? Para mim política é uma coisa boa, a gente tem que colocar lá pessoas que entendam as dificuldades de uma simples, que saiba o que é luta, que tenha sensibilidade para cuidar dos seus (Mara Torres. 58 anos, Janeiro de 2013. Juazeiro do Norte-CE).

Eu sou vitima de violência porque sou vítima de uma educação machista, quando eu terminei o quinto ano que era para eu ir fazer o ginasial, meu pai disse que filha de agricultor não precisava de muito estudo não, e eu tive que vencer isso. Quando vim para cidade sofri porque era filha de agricultor, pobre, mulher e ser isso tudo não é fácil não. Aí o povo quer eleger gente rica, que nunca teve problema na vida, que não sabe como é difícil o dia-a-dia de uma pessoa normal que tem que trabalhar por uma família. Eu sei o que é isso, uma mulher sabe o quanto a vida é difícil, porque ela luta todos os dias, uma luta que pode ser invisível para muita gente, mas para ela tá ali (Mara Guedes. 63 anos. Novembro de 2012. Crato-CE).

Eu lhe digo aqui que qualquer mulher que se dedique a política, que ganhe ou que perca ela é uma heroína, porque ela tem filho, tem marido, tem trabalho, e a responsabilidade não é mesma coisa pra um homem e pra uma mulher, você sabe disso. Uma mulher quando inventa de vir pra esse lugar aqui, ela vem pra fazer alguma coisa de verdade, ela não vai ser enfeite não. A política ta feia sim, eu mesma me decepcionei muito quando cheguei aqui, até o dia em que eu percebi que não era a política, eram os políticos, esses tem que mudar. Os homens, os meus companheiros, nunca fizeram nada sozinhos, tem um monte de gente para fazer as coisas por eles, eles só mandam, foi isso que eles aprenderam a fazer, mandar. E chega uma hora na política que você precisa fazer com

ISBN: 978-85-61702-41-0

> as próprias mãos, eu faço isso (Joana Pedrosa. 48 anos. Agosto de 2012. Crato-CE).
>
> Tem que mudar muita coisa viu, mas principalmente eu acho que a gente precisa de gente nova, de pessoas que não estejam viciadas ainda naquele jogo. Não sei se só a mulher da conta disso, mas acho que começar por elas para mudar essa realidade já é um começo. A gente entra com coragem, com sensibilidade e sendo fiel, são características que fazem parte da mulher e que estão fazendo falta na política de hoje em dia (Mira Sampaio. 46 anos. Novembro de 2013. Juazeiro do norte-CE).

Diante do atual quadro político nacional essas mulheres evocam outros sujeitos sociais para assumir o estado, um sujeito não viciado nos jogos políticos, com coragem, fiel aos seus, com força para lutar, que entenda que a vida não é fácil e que saiba se colocar no lugar dos outros, porque só assim pra entender as necessidades dos outros e cuidar como se deve. Essas mulheres descrevem como novo sujeito para política o que elas acreditam que elas representam, e assim elas se fazem necessárias e legitimas do campo da política.

> Nós somos diferentes em tudo ali dentro. Por mais que nós tenhamos nossos conflitos, porque tem que ter eu me sinto respeitada por eles. Eles me tratam com carinho porque eu mostro para eles que a mulher é para ser tratada com carinho. Independente do grupo político, e essa é uma coisa minha de mulher, eu procuro em toda sessão cumprimentar os meus colegas com um beijinho, mesmo que eles não tenham o hábito, eu dou um beijinho na cabeça, como uma mãe faz com um filho. E mesmo eu sendo mais nova que muitos deles eles me tratam como uma mãe. Eu me preocupo com os problemas deles, com os filhos deles, brigo quando eles tratam mal suas esposas. E assim mostro que na condição de mulher nós podemos ajudar até nossos colegas de trabalho que são homens. Penso que se tivéssemos mais mães ocupando cargos políticos nossa política seria outra (Joana Pedrosa. 48 anos. Agosto de 2012. Crato-CE).

Vera Soares (2013) em artigo intitulado *Percepções e atitudes: mulher e participação política*, diz que houve mudanças e avanços nas percepções

ISBN: 978-85-61702-41-0

das mulheres da sua própria condição de mulher. Cabe-nos perguntar, qual o alcance destas mudanças, e que tipo de avanço traz para a mulher na sociedade brasileira. Para Soares (2013) as tensões e complexidades das identidades femininas que se apresentam não nos permitem ainda assertivas ou conclusões finais, mas podemos dizer que apontam para outra redistribuição das responsabilidades, no que diz respeito as famílias, as empresas, ao estado, enfim ao que diz respeito a todo o mundo social (SOARES. 2013. P. 338).

Resultados

Trato, portanto, nesse estudo, dos entraves e das particularidades vivenciados por essas mulheres para efetiva participação na política institucional local. Tenciono as expectativas às suas ações no campo com alguns conceitos próprios dos estudos de gênero, aqui é onde tentamos descrever a lógica de que modo as mulheres se legitimam nesse espaço a partir de suas próprias percepções do que seja política e do papel de mulher.

As mulheres que estão na política formal no cariri, se veem dignas e capacitadas para estarem ocupando esse lugar, e elas creditam isso a partir da sua própria condição de gênero. São as qualidades femininas que as tornam, segundo elas, próprias para o cargo, mais que isso, o campo da política precisa e é carente dessas qualidades femininas, só assim para de fato a política servir a sua comunidade. Desse modo o que antes as afastavam da política formal é o que as legitima nesse campo: suas qualidades femininas.

Para tanto elas tornam possível negociar o ser mulher, apreendendo as regras do campo e ao mesmo tempo criando novas formas de estar lá. Acredito que para os estudos de gênero esse quadro se torna relevante pois podemos perceber mulheres se reinventando, agregando novos valores e elas mesmas a aos campos onde estão se inserindo, fazendo com que haja expectativas da uma ação feminina em lugares antes dominados pelos status masculino.

Para tanto elas tornam possível negociar o ser mulher, apreendendo as regras do campo e ao mesmo tempo criando novas formas de estar lá. Acredito que para os estudos de gênero esse quadro se torna relevante pois podemos perceber mulheres se reinventando, agregando novos valores e elas mesmas a aos campos onde estão se inserindo, fazendo com que haja expectativas da uma ação feminina em lugares antes dominados pelos status masculino.

De onde vejo os dados aqui apresentados se fazem importantes, principalmente se somarmos a isso o fato de que hoje a bancada na Câmara é composta

ISBN: 978-85-61702-41-0

por 49 deputadas em exercício do mandato (maior numero até então), e recentemente, pela primeira vez uma mulher foi eleita presidenta do país e, igualmente inédito, abriu a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), também é a primeira vez que temos 25% de mulheres ocupando cargos no ministério, ministras com fortes posicionamentos políticos e presidentes de grandes empresas estatais, ao mesmo tempo temos a primeira ministra do superior tribunal eleitoral (STE). Ainda pela primeira vez temos uma mulher como titular da Mesa diretora da Câmara.

Esses são avanços visíveis da inserção da mulher em instancias importantes da sociedade brasileira, mas é ao mesmo tempo impressionante que 80 anos depois do direito ao voto nós ainda estejamos contando as primeiras. O que apresentamos ao final desse estudo é que a participação efetiva das mulheres na política e nas estruturas formais do estado ainda é um caminho a ser percorrido, e por isso mesmo digo aqui que os estudos de gênero e/ou de mulheres estão longe de um momento estacionário, como aludem alguns.

Referencias Bibliográficas

BARREIRA, Irlys. A. F. Chuva de Papéis - Ritos e Símbolos de Campanha Eleitoral no Brasil. RIO DE JANEIRO: RELUME DUMARA, 1998.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002.

_____. O poder simbólico. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

MARQUES. Roberto. Gênero, agência e trânsito de mulheres no Cariri contemporâneo. In: SILVA, M. A; BENEVIDES, N. Z. e OLIVEIRA JUNIOR (org). As vozes do tempo:

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Educação e realidade, Porto Alegre, V. 16n. 2, 1990.

SOARES, Vera. Percepções e atitudes: ser mulher e participação política. In: VENTURINI; GODINHO. Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública. SESC SP. Fundação Perseu Abramo. 2013.

ISBN: 978-85-61702-41-0

A POLÍTICA DE COTAS E A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NO PODER LEGISLATIVO BRASILEIRO (2002-2014)

Bárbara Maria Farias Mota[1]

Antônio Alves Tôrres Fernandes[2]

Marcus Vinícius de Sá Torres[3]

Dalson Britto Figueiredo Filho[4]

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar como a alteração na Cota Eleitoral de Gênero (Lei 12.034/09) impactou na representação de mulheres no Congresso Nacional. Metodologicamente, replicamos os dados secundários do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), referente às eleições para os cargos de Senador e Deputado Federal, entre 2002 e 2014. Em particular, utilizamos estatística descritiva e multivariada para testar a hipótese de que a obrigatoriedade do preenchimento da Cota aumentou a quantidade de candidatas eleitas. Os resultados prévios indicam que as mulheres continuam sub-representadas, evidenciando que o dispositivo jurídico ainda não encontra respaldo na esfera político-partidária e no âmbito social. Esperamos contribuir para o fortalecimento de políticas públicas voltadas para ampliação da participação feminina nos processos decisórios.

Palavras-chave: Cota eleitoral, Participação de Mulheres, Eleições.

1 Mestranda em Sociologia e Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: barbarafmota@gmail.com.

2 Graduando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: fernandes.anttonio@gmail.com.

3 Graduando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: marvinist@hotmail.com.

4 Professor de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (DCP/UFPE), Doutor e Mestre em Ciência Política pelo Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (DCP/UFPE). E-mail: dalsonbritto@yahoo.com.br.

ISBN: 978-85-61702-41-0

Introdução

Em maio de 2015, as parlamentares que compõe a Bancada Feminina na Câmara dos Deputados protestaram em plenário pela reserva de 30% das cadeiras do legislativo para as mulheres[5]. A polêmica proposta de alteração do sistema proporcional de lista aberta para o chamado Distritão [6] foi a pedra de toque para reascender a discussão sobre a Cota de Gênero no âmbito Legislativo. Isso porque caso aprovado, esse sistema beneficiaria justamente os que já compõem o processo decisório, ampliando ainda mais às dificuldades de acesso ao poder por parte de minorias historicamente excluídas das instâncias de decisão política.

Entretanto, é importante ressaltar que os avanços da legislação eleitoral no tocante à ampliação da participação desses grupos no parlamento é um dos incentivos para que o espaço deliberativo esteja em consonância com os papéis desempenhados pelas mulheres na sociedade atual. Embora elas componham a maior parte da população (51,3%), de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e 52% do eleitorado, de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), apenas nas últimas décadas que a presença feminina passou majoritariamente da esfera privada para à pública, tendo como exemplos notórios: a ampliação da participação das mulheres no mercado de trabalho, nas universidades e em espaços de domínio marcadamente masculino, como posições de direção na administração pública e cargos eletivos em diferentes órgãos representativos.

Diante disso, esse trabalho analisa como a Lei 12.034/09 (que alterou a Cota de Gênero) impactou na ampliação da representação política feminina. O foco repousa sobre a relação entre a obrigatoriedade do preenchimento da Cota e a ampliação do número de mulheres eleitas. Em particular, o trabalho testa a hipótese de que a obrigatoriedade do preenchimento da Cota aumentou a quantidade de candidatas eleitas. Para tanto, replicamos dados secundários do TSE referente às eleições para os cargos de Senador e Deputado Federal, entre 2002 e 2014.

5 Ver: < http://noticias.r7.com/brasil/bancada-feminina-protesta-na-camara-e-pede-30-das-cadeiras-nos-parlamentos-as-mulheres-21052015>

6 Para mais informações sobre os sistemas eleitorais no Brasil ver Samuels (1997) e Nicolau (2004; 2006).

ISBN: 978-85-61702-41-0

Representação Feminina[7]

Nas últimas décadas, a adoção de políticas de ação afirmativa, incluindo-se a Cota de Gênero, tem sido um importante mecanismo para ampliação da participação feminina nas instâncias decisórias. De acordo com Araújo (2001), esse tipo de iniciativa, seja por adesão voluntária dos partidos, seja por legislações eleitorais que a institua, significa um instrumento fundamental para inserção das mulheres nas esferas de poder. Tais impactos resultam tanto no aumento da presença feminina no âmbito representativo parlamentar, como ressignificam determinadas concepções sobre o papel da mulher na política. Por exemplo, a luta pela equidade de direitos civis entre os gêneros.

Ainda assim, de acordo com dados da Procuradoria Especial da Mulher do Senado e da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados (2015) [8], as mulheres ocupam apenas 10% das cadeiras na Câmara e 16% das cadeiras no Senado, ilustrando desse modo, que a representação atual das Casas Legislativas ainda não se encontra em correspondência com a composição demográfica do país[9]. Além disso, do total de 28 partidos que elegeram parlamentares para a Câmara dos Deputados, em 2014, ao menos 11 não possuem nenhuma representante mulher (39,28%). Em comparação com outros países, o Brasil também apresenta uma tímida representação feminina no parlamento, ocupando a 158ª posição de um *ranking* de 188 nações (União Interparlamentar, 2015). Índia (12%), Nigéria (13,3%) e Uzbequistão (16%) também superam o Brasil. A representatividade feminina é ainda mais crítica quando comparada a outros Parlamentos da América do Sul, já que o país está no último lugar desse *ranking*, com apenas 9,9% de mulheres ocupando as cadeiras do parlamento.

Diante desses dados, é inevitável questionar que elementos explicam a sub- representação das mulheres na política? Em princípio, há vários fatores que explicam a discrepância de gênero no âmbito representativo parlamentar. Um dos pontos comumente levantado nesse debate é a histórica diferenciação dos papéis sociais de gênero, que reflete a estrutura patriarcal de desigualdade no acesso ao poder. Nessa leitura, a política é reconhecida como eminentemente

7 http://www.westga.edu/~history/FacultyUpdated/EMacKinnon/Spring%202011%20Syllabi%20and%20Materials/Gender.pdf

8 Ver: <http://ebooks.cambridge.org/chapter.jsf?bid=CBO9780511790980&cid=CBO9780511790980A018 >

9 Ver http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm

ISBN: 978-85-61702-41-0

masculina enquanto que caberia às mulheres as atividades da esfera doméstica. Tal percepção, por conseguinte, explicaria o desinteresse do público feminino pela política.

No entanto, uma pesquisa realizada pelo DataSenado[10], em 2014, sugere que o suposto desinteresse das mulheres pela carreira política é, na verdade, fruto de dois outros fatores: falta de apoio dos partidos políticos (41%) e dificuldade de concorrer com um homem (19%). Ou seja, o alcance da paridade de gênero na política (por meio da alteração na legislação eleitoral) é insuficiente quando não há o efetivo apoio em um espaço historicamente masculino, que neste caso corresponde aos partidos. Adicionalmente, a lista aberta do sistema proporcional reduz ainda mais a visibilidade de um público que já é minoria quantitativa no âmbito político-partidário. Diferente, da Argentina, por exemplo, em que a lista é fechada com uma exigência de uma mulher para cada dois homens.

Lei de Cotas

A 4ª Conferência sobre as Mulheres, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1995, foi uma das principais contribuições no âmbito global para o crescimento de assembleias legislativas mais equânimes em termos de gênero[11]. O principal destaque desse evento foi a aprovação de uma plataforma mundial para adoção de medidas que fortalecessem a participação das mulheres na política.

A partir disso, inúmeros países, incluindo-se o Brasil, adotaram leis a serem aplicadas por partidos e parlamentos nos processos eleitorais, objetivando a maior equidade entre homens e mulheres na representação política. No caso brasileiro, a primeira Lei de Cotas foi promulgada há mais de vinte anos (Lei 9.100/95) e estipulava a reserva de no mínimo 20% de candidaturas femininas nas listas dos partidos e das coligações para o cargo de vereador. Como evidencia Miguel (2000), a Lei já se mostra pouco eficaz na sua formulação, por tratar apenas da reserva para os cargos proporcionais, excluindo-se, portanto, os cargos de confiança que são preenchidos por critérios políticos no Executivo, bem como àqueles ocupados por eleição majoritária. Afora isso, os partidos não tinham sequer a obrigação de preencher as vagas, deixando-as ociosas em muitos casos.

10 Ver: < https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/pesquisa/cartilha-mulheres-na-politica>

11 Ver: <http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/beijingdeclaration.html>

ISBN: 978-85-61702-41-0

Em 1997, ocorreu o primeiro aperfeiçoamento dessa Política com a Lei 9.504/97, que instituiu em seu Artigo 10, o mínimo de 30% e o máximo de 70% para reserva de candidaturas de cada sexo[12]. Além disso, têm-se dois dispositivos legais que preveem a Cota de Gênero: (1) a destinação de um percentual mínimo de 5% dos recursos do Fundo Partidário para o incentivo e difusão da participação política das mulheres; e (2) o mínimo de 10% do tempo de propaganda partidária gratuita dedicada à promoção da participação feminina[13].

Ainda assim, a legislação permaneceu insuficiente para assegurar a efetiva inserção das mulheres no Legislativo, haja vista que tratava apenas da reserva de candidaturas. De modo que a obrigatoriedade do preenchimento das vagas só veio 12 anos depois, em 2009, com a aprovação da Minirreforma Eleitoral, Lei 12.034/09, que tornou obrigatório o preenchimento de no mínimo 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. Entretanto, assegurar um potencial aumento nas candidaturas femininas não implicou no tácito aumento de mulheres eleitas.

Diante disso, como a Minirreforma Eleitoral (Lei 12.034/09) impactou na ampliação da participação feminina no Congresso Nacional? A obrigatoriedade do preenchimento da Cota fez a diferença?

Metodologia

Esta parte descreve minuciosamente os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa para maximizar a transparência e assegurar a replicabilidade dos resultados (KING, 1995; DAFOE, 2014; FIGUEIREDO FILHO et al, 2014; JANZ, 2015).

12 Ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9504.htm

13 Quanto à aplicação dos recursos do Fundo Partidário na promoção da participação feminina (Lei 9.096 de 1995) e a utilização de 10% do tempo de TV e rádio na difusão da participação feminina (Lei 9.096, de 1995), a saber, respectivamente: Art. 44. Os recursos oriundos do Fundo Partidário serão aplicados: [...] V – na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres conforme percentual que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 5% do total. § 5o O partido que não cumprir o disposto no inciso V do caput deste artigo deverá, no ano subsequente, acrescer o percentual de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do Fundo Partidário para essa destinação, ficando impedido de utilizá-lo para finalidade diversa. (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009) Art.45. A propaganda partidária gratuita, gravada ou ao vivo, efetuada mediante transmissão por rádio e televisão será realizada entre as 19h30 e as 22h para, com exclusividade: [...] IV – promover e difundir a participação política feminina, dedicando às mulheres o tempo que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 10%.

ISBN: 978-85-61702-41-0

Primeiramente, foram selecionadas quatro eleições para os cargos de Deputado Federal e Senador, haja vista que a Lei 12.034/09 só prevê a Cota para os cargos eletivos no legislativo. Os dois primeiros anos englobam as eleições que antecedem a Minirreforma e os dois últimos são posteriores a ela. Esses pleitos foram selecionados com objetivo de assegurar uma melhor qualidade dos dados apresentados, pois estão temporalmente próximos ao objeto de investigação. O quadro 1 apresenta as principais características do desenho de pesquisa.

Quadro 1 – Desenho de pesquisa

População	Candidatos aos cargos de Deputado Federal e Senador
Dados	Tribunal Superior Eleitoral (2002, 2006, 2010 e 2014)
Técnicas	Estatística descritiva, Teste t para amostras independentes e Teste de Levene
Variáveis	Ano, Cargo, Sexo, Situação do Candidato, Candidato Eleito, Candidato Eleito e Suplente
Hipótese	A obrigatoriedade do preenchimento da Cota ampliou o quantitativo de mulheres eleitas

A população de interesse compreende 25 mil candidatos para os cargos de Deputado Federal e Senador. Para tanto, replicamos dados secundários do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), referente as eleições de 2002, 2006, 2010 e 2014. Tecnicamente, utilizamos estatística descritiva e multivariada. A hipótese de trabalho sustenta que a obrigatoriedade do preenchimento da Cota ampliou o quantitativo de mulheres eleitas para os cargos eletivos no Legislativo. Por fim, os dados foram tabulados com auxílio do Excel, versão X e analisados a partir do *Statistical Package For Social Sciences* (SPSS), versão 20[14], Stata, versão 12 e Geoda, versão X.

Resultados

A tabela 1 apresenta o quantitativo geral de candidaturas e a situação dos candidatos. De quase 25 mil competidores, apenas 2.038 (8,3%) foram eleitos.

14 Programa disponível em: http://www-01.ibm.com/software/analytics/spss/

ISBN: 978-85-61702-41-0

Tabela 1 - Quantidade de eleitos

	N	%
Não-eleitos	22.457	91,7
Eleitos	2.038	8,3
Total	24.495	100

Já quando somados os números de eleitos e suplentes, o total sobe para mais da metade do universo estudado (62,2%). A tabela 2 sumariza essas informações.

Tabela 2 - Quantidade de eleitos e suplentes

	N	%
Não-eleitos e não suplentes	9.251	37,8
Eleitos ou suplentes	15.244	62,2
Total	24.495	100

Quando comparamos as candidaturas por gênero, é notório que somente uma pequena parte delas é composta por mulheres (4.977). Os dados são ainda mais críticos no que consiste o número de eleitas. De acordo com a tabela 3, apenas 196 (3,9%) mulheres chegaram a ocupar uma cadeira no Legislativo Federal, enquanto que os homens superaram os 1800 (9,5%) parlamentares.

Tabela 3 - Quantidade de candidatos por sexo

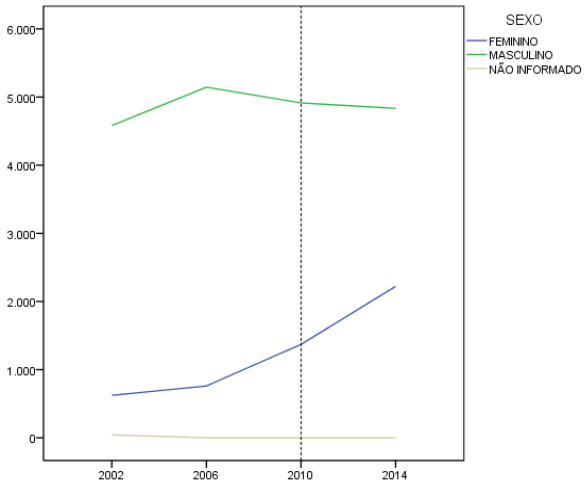
Sexo	Situação	N	%
Feminino	Não Eleitos	4.781	96,1
	Eleitos	196	3,9
	Total	4.977	100
Masculino	Não Eleitos	17.633	90,5
	Eleitos	1.849	9,5
	Total	19.475	100
Não informado[1]	Não Eleitos	43	100

O gráfico 1 sintetiza em cada legislatura a diferença do número de candidatos em perspectiva comparada. É perceptível um aumento significativo nas

ISBN: 978-85-61702-41-0

candidaturas femininas e o declínio das candidaturas masculinas a partir do pleito de 2010, um ano após a promulgação da Lei que alterou a Cota de Gênero.

Gráfico 1 - Número de candidatos por eleição



No que consiste à variação no número de candidatos, a tabela 4 apresenta o número de homens e mulheres que tentaram uma vaga nos cargos eletivos.

Tabela 4 – Candidatos antes e depois de 2010

Sexo	Ano	N	Média	Desvio Padrão
Feminino	Depois de 2010	3.593	0,0287	0,16689
	Antes de 2010	1.384	0,0672	0,25045
Masculino	Depois de 2010	9.748	0,0929	0,29037
	Antes de 2010	9.727	0,0962	0,29492

Enquanto que o declínio de candidaturas masculinas foi de apenas 21 indivíduos, o número de candidaturas femininas subiu consideravelmente após a alteração na Cota. Ou seja, houve um aumento de 160% ou mais de 2200 mulheres que pleitearam uma vaga no legislativo.

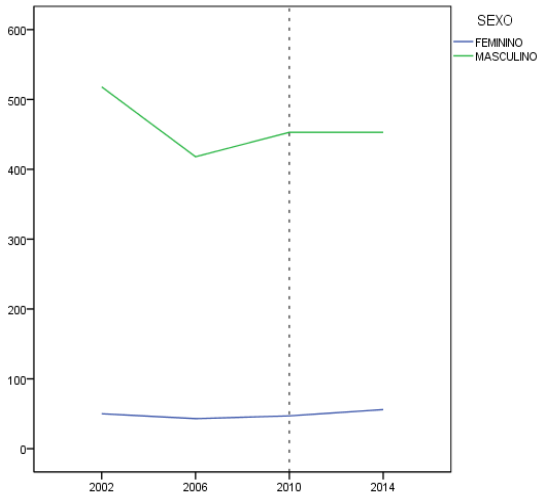
ISBN: 978-85-61702-41-0

O teste de Levene quando aplicado com os homens indica que não há uma real significância (0,117).

Esse teste tem a capacidade de verificar se os dados apresentam uma variação real. Se o p-valor for maior que 0,05, a variação não é significativa. Por outro lado, o grupo das mulheres apresenta significância (p-valor 0,000). Ou seja, a cada ano houve em média aproximadamente um aumento de 3,9% de mulheres candidatas.

Em contrapartida, o gráfico 2 reforça a permanência da sub-representação feminina na política. Isto é, mesmo após os incentivos legais, o quantitativo de mulheres eleitas apresenta pouca variação após a promulgação da Lei.

Gráfico 2- Número de eleitos por eleição[15]



Conclusão

A Minirreforma Eleitoral (Lei 12.034/09) impactou na ampliação da participação feminina no Congresso Nacional? A obrigatoriedade do preenchimento da Cota fez a diferença? Os resultados prévios deste trabalho mostram que a obrigatoriedade no preenchimento da Cota significou um importante avanço na legislação brasileira sobre o tema, mas ainda assim está distante de assegurar

15 No ano de 2006 há apenas 461 casos de candidatos eleitos, em decorrência das correções que estão sendo empreendidas pelo sistema do TSE.

ISBN: 978-85-61702-41-0

uma efetiva inserção das mulheres no legislativo brasileiro. Além da promoção de mudanças jurídicas, fica evidente que as Cotas por si só não farão a diferença. É necessário a promoção de campanhas que incentivem o empoderamento feminino através de subsídios para candidaturas competitivas nos pleitos eleitorais.

Referências

ARAÚJO, Clara. POTENCIALIDADES E LIMITES DA POLÍTICA DE COTAS NO BRASIL. **Estudos Feministas**, p. 231, 2001.

DAFOE, Allan. Science deserves better: the imperative to share complete replication files. **PS: Political Science & Politics**, v. 47, n. 01, p. 60-66, 2014.

PARANHOS, Ranulfo et al. A Importância da Replicabilidade na Ciência Política: O Caso do SIGOBR. **Revista Política Hoje**, v. 22, n. 2, p. 213-229, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe. **Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação**. Red Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2000.

KING, Gary. Replication, replication. **PS: Political Science & Politics**, v. 28, n. 03, p. 444-452, 1995.

(Footnotes)

1 Referente apenas ao ano de 2002.

ISBN: 978-85-61702-41-0

O FEMINISMO NA PERSPECTIVA DA GLOBALIZAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA: QUANDO A DIFERENÇA NOS INFERIORIZA E A IGUALDADE NOS DESCARACTERIZA

Carolina Alves Leite
Universidade Federal do Piauí (UFPI)
carol.qiso@gmail.com

Resumo

O fenômeno da globalização, ao estar envolto na contemporaneidade, é tema de diversos debates nas ciências sociais, que complementam opiniões bastante divergentes. Dentre os pensadores mais ortodoxos, criou-se um consenso hegemônico de globalização como prosperidade econômica que atinge a todos/as enquanto as desigualdades sociais são temporárias e insignificantes. Como contraponto a essa concepção, surgem as manifestações contra-hegemônicas sobre tal modelo de globalização, denunciando que esta tanto proporciona a convivência, como também a separação e discriminação dos mais diversos grupos étnicos, culturais e raciais. Neste marco, o presente trabalho busca fazer uma pequena digressão histórica situando o feminismo na perspectiva dos novos movimentos sociais que emergiram com reivindicações de ordem política e multicultural, diante da noção de uma globalização hegemônica dominante em que tal pluralismo não tem vez. Com a pluralidade de demandas, o feminismo se constitui como um movimento multíplice, com diversas vertentes, ganhando atenção específica um feminismo de caráter interseccional ao defender questões que vão além das demandas de gênero, conciliadas também com classe social, raça, etnia, orientação sexual, deficiência física, entre outras. Na tentativa de unir essa diversidade ao caminhar para uma mesma direção de reconhecimento das diferenças, diante de uma globalização que insiste em torná-las iguais, o feminismo se coloca como movimento de resistência contra-hegemônica, ao considerar o indivíduo *local* em todas as suas especificidades, reencantado com novas ideologias e perspectivas de um mundo mais acolhedor das igualdades e diferenças.

Palavras-chave: globalização, feminismo, diferenças, identidade

ISBN: 978-85-61702-41-0

1 Introdução

O modelo de globalização hegemônica defendido por pensadores neoliberais é um dos maiores intensificadores das desigualdades sociais ao redor do mundo, possibilitando disparidades abissais entre uma elite global extraterritorial e as camadas pobres locais.

A fervura dos novos movimentos sociais que marcaram os anos 1970 e 1980 no Brasil, formados por negros, mulheres, gays, jovens, minorias culturais e étnicas, despertaram a atenção para um importante elemento na ação coletiva, como resposta às consequências da globalização hegemônica que atingiam atores sociais menos favorecidos: a formação das identidades coletivas. Assim, na arena política esses movimentos formataram uma intensa mobilização em favor de uma política de reconhecimento de ações afirmativas por direitos específicos, culturais, de bem-estar e de representação política.

Assim, o presente trabalho busca mostrar de que forma emergem as mediações das pretensões por reconhecimento das diferenças, levadas a cabo pelos movimentos sociais marcados por novos ideais de mudança e permanência, em especial o movimento feminista como emblemático de uma luta pelo prestígio das mais variadas dissidências culturais e uma força contra-hegemônica desafiadora.

2 Globalização hegemônica e as respostas contra-hegemônicas

A globalização é um processo histórico-social contraditório e complexo, que se caracteriza por uma vastidão multidimensional e atinge quadros sociais e mentais de referência de indivíduos e coletividades, alcançando as mais diversas realidades (IANNI, 1998). Desta forma, não existe uma única definição e seu conceito tem sido um desafio e objeto de estudo para grandes pensadores(as) das ciências sociais ao redor do mundo, a partir de diferentes perspectivas de análise.

Estando o mundo cada vez mais submetido à rompimentos e criações sociais, inaugurando processos e dinâmicas que se impõem na vida cotidiana dos indivíduos, empresas, povos e nações, a globalização perpassa como uma "nova totalidade histórica", em que as pessoas estabelecem relações entre si. Relações sociais que segundo Ianni (1998), são polarizadas em termos de integração, acomodação, fragmentação e contradição, envolvendo tanto as condições de soberania quanto as de hegemonia.

ISBN: 978-85-61702-41-0

Desse modo, a multiface intricada da globalização não apresenta uma unidade de efeitos, ela traz consequências tão boas quanto ruins, além de contradições de ordem hegemônica e contra-hegemônica, havendo assim uma necessidade de conceituar o termo globalização e colocá-lo como destino irremediável do mundo que atinge a todos e todas. O fenômeno globalização pode se constituir em consequências e situações que não se consegue apreender tão facilmente, e que muito escapam a perspectiva das verdades ortodoxas que tentam explicá-la (BAUMAN, 1998). (BAUMAN, 1998).

Mesmo não havendo linhas de contestações definitivas e fixas sobre uma caracterização de globalização simples e coerente, Held (2001), identifica dois grupos de protagonistas no debate sobre globalização, os *globalistas*, que consideram que a globalização contemporânea é um acontecimento histórico real e significativo; e os *céticos*, que a concebem como uma construção primordialmente ideológica ou mítica de valor explicativo marginal. Mesmo assim, nenhuma das teses esgota a complexidade dos debates e interpretações sobre globalização.

Entre os *globalistas* de orientação neoliberal, criou-se assim a falsa e dominante ideia de globalização como um vasto campo de conflitos entre grupos sociais, Estados e interesses hegemônicos (SANTOS, 2002). Nessa concepção, a globalização econômica contemporânea é vista através de um único mercado global, emancipado pela operação do livre comércio, da mobilidade do capital e da competição global. Frisando apenas o lado da prosperidade, esses pensadores apontam a adoção de abertura ao capital global como resposta às desigualdades sociais (HELD, 2001). A globalização para estes, é a promessa de um mundo mais justo para todos e todas, em que todos os países e classes sociais se beneficiarão com o crescimento da produtividade e da prosperidade do capitalismo neoliberal.

Esse debate gira em torno de um consenso hegemônico neoliberal que pensa a globalização de uma única forma, a capitalista neoliberal, observada pela ótica dominante. A ideia é de que desapareceram as divisões políticas profundas e as rivalidades imperialistas, a partir do controle dos países centrais sob esses focos de instabilidade, desfeitos pela desinstitucionalização dos conflitos entre capital e trabalho, fragmentando a classe operária, para que esta não assuma compromissos que danifiquem a ordem. Assim, nessa ideia de globalização hegemônica, fica condenado o paradigma reformista e revolucionário, ao ponto em que desparecem as segmentações entre diferentes padrões de transformação social (SANTOS, 2002).

ISBN: 978-85-61702-41-0

Nesse ponto, cabe discutir se é possível, no mundo globalizado atual, instituir sujeitos em estruturas sociais ampliadas e se estes são capazes de realmente ocupar espaços através de uma intermediação cultural e sociopolítica de mudança. Segundo Thompson (1995), os movimentos revolucionários radicais que culminaram nas décadas de 1950 e 1960, foram as últimas manifestações da era das ideologias, assim a política de hoje é cada vez menos animada por sistemas seculares de crença que exigem mudança social radical.

Essa desintegração das relações sociais por mediações transnacionais pode muito bem se encaixar na perspectiva weberiana de "desencantamento do mundo", que seria o processo de abandono do pensamento mágico e a adoção de uma racionalização levada a termo pela ciência. Assim, a regulação da vida das pessoas deixa de ser fundada nos valores morais da vida conectados às responsabilidades entre o justo e o sagrado e passa por uma dessacralização de suas ideologias, colocando a humanidade no limiar de uma nova era (WEBER,1991).

De fato, as velhas ideologias que surgiram no final do século XVIII e início do século XIX perderam boa parte do seu poder persuasivo. Os acontecimentos do século XX provaram que as antigas reivindicações ideológicas não mais se sustentavam. Os problemas que as novas sociedades industriais enfrentam na atual conjuntura, não poderiam mais ser respondidos através de uma mudança radical. O debate sobre políticas de integração se recompõe com a globalização, formulando novas mediações em novos espaços (THOMPSON, 1995).

Assim, com a globalização pode-se falar em um "reencantamento do mundo" com essa secularização da vida social, cunhada por Weber (1991), através das transformações culturais associadas ao surgimento de novos fenômenos e da emergência das novas ideologias, diante da circunstância globalizada. Ao expandir seus horizontes, parte dos indivíduos são interpelados por novos anseios e assim tornam-se participantes do âmbito público e político, debatendo demandas de ordem global.

Para Maffesoli (2006), o reencantamento do mundo é possibilitado com as tecnologias pós-modernas, promotoras do renascimento do "mundo imaginal", que resvala uma oposição ao mundo meramente utilitário moderno. As novas tecnologias permitem um hibridismo de relações e laços globais, sensíveis e fortalecidos, com a circulação de mensagens coproduzidas em vários países, expressando no plano simbólico, intercâmbios que reforçam uma sensibilidade coletiva motivada por uma racionalidade com fins plenos.

ISBN: 978-85-61702-41-0

Exemplo disso, segundo Held (2001), é que a vasta penetração de forças transnacionais na sociedade civil alterou a forma e a dinâmica do Estado e da sociedade civil com o crescimento das organizações e coletividades internacionais e transnacionais, como a Organização das Nações Unidas - ONU e seus órgãos especializados, os grupos de pressão internacionais e os movimentos nacionais.

Segundo Therborn (2000), existe uma ação global que expressa certo poder acordado e opera em uma direção igualizadora, no que toca os direitos humanos e suas variadas especificações. A comunicação sociocultural global tem impulsionado a igualização dos direitos dos sexos, apoiando fortemente a igualdade de direitos entre mulheres e homens.

Muitas formas de mediações podem ser apontadas como negociadoras de diversidades, evocando um rápido surgimento de organizações e regimes internacionais, como organismos transnacionais, escritórios, consultoras, empresas flexíveis, circuitos de agências de notícias, de galerias e museus, editoras, ONGs, especialistas, promotores culturais e ativistas políticos treinados para agir em vários contextos (CANCLINI, 2007).

Canclini (2007) ressalta a partir dessa variedade, a importância de compreender, ser e fazer com os outros, de como encarar a heterogeneidade, a diferença e a desigualdade. As identificações individuais no mundo ao se expandirem com a comunicação global, fazem com que as certezas locais deixem de ser exclusivas e com que os estereótipos se desconstruam, possibilitando uma convivência global menos incompreensiva e intolerante. Em meio as tendências globalizantes e globalizadoras, os indivíduos podem estabelecer interconexões entre culturas e circuitos que potencializem iniciativas sociais (CANCLINI, 2007).

Tais movimentos da sociedade civil formam redes que se manifestam em decorrência de uma demanda por respostas às consequências negativas da globalização que agudizam problemas existentes no desenvolvimento capitalista. No âmbito econômico, a globalização neoliberal privilegia mercados externos e utiliza o território local apenas como campo abusivo, sem trazer retorno ao capital, aprofundando ainda mais as diferenças regionais e aumentando a concentração de riquezas em poucos países.

Em face disso, segundo Santos (2002), a promoção de economias locais e comunitárias seria uma forma de resistência à essa globalização hegemônica, implicando a redescoberta de atividades produtivas próximas, ligadas a forças exteriores sem depender delas. Ou seja, não quer dizer que essas iniciativas de localização implicam recusa de resistências globais ou translocais, mas que

ISBN: 978-85-61702-41-0

procuram focar nas sociabilidades locais, fazendo com que o global aconteça localmente e assim, seja promovido que esse local contra-hegemônico aconteça globalmente.

Assim, a ideia de "globalização contra-hegemônica" assume predominantemente a forma de iniciativas locais de resistência à globalização hegemônica, através de interesses subalternos fragmentados em lutas pela transformação de trocas desiguais em trocas de autoridade partilhada, isso valendo tanto no âmbito econômico como no social. Enraizadas na especificidade do local, essas iniciativas proliferam como forma de responder às pressões globais que impõem uma ordem prevalecente (SANTOS, 2002).

Com isso, demonstra-se o caráter desigual, indeterminado, indisciplinado e de autopropulsão da globalização, sem um centro ou uma ordem universal, capaz não só de unir como de separar. Os *globais* desfrutam da nova liberdade de movimentos, fazendo com que o espaço perca sua qualidade restritiva, transposto em uma versão real e virtual, enquanto que os *locais* permanecem na imobilidade, perdendo a capacidade de gerar e negociar sentidos (BAUMAN, 1998).

Nesse aspecto, as extensões do mercado, efeitos da globalização, são constantemente atingidas. Para os bem-sucedidos, um mercado mais amplo significa maiores recompensas, já para os dominados, sem oportunidades, a inexistência de mercado para esses significa ficar para trás, sendo marginalizado por estar fora da competição (THERBORN, 2000). Esse fenômeno faz com que a elite global detentora do capital e possuidora da capacidade de investir fique mais rica mais rapidamente e ganhe libertação em relação ao físico ao se tornar extraterritorial (BAUMAN, 1998).

A globalização hegemônica na realidade contemporânea ao reconfigurar as relações sociais nos mais diversos níveis, acabou por criar fragmentações entre duas realidades dissonantes, a da elite globalizada dominante e a dos excluídos locais. Entre os que enxergam a globalização sob uma ótica predominante, com a economia global de cunho neoliberal como protagonista principal; e os que observam a globalização a partir de movimentos sociais, com reivindicações sob a condição dos que são drasticamente atingidos de forma sistêmica por esse fenômeno. Dentre estes desfavorecidos, a partir de uma reconfiguração social, marcados por discriminações diversas, destacam-se mulheres, pobres, LGBTs, estrangeiros, minorias raciais e étnicas, entre outros (BAUMAN, 1998).

Assim, as diferenças culturais não desaparecem, ao contrário, a aproximação de povos e nações distintas gera uma maior consciência e reconhecimento

ISBN: 978-85-61702-41-0

da diferença nos estilos de vida e nas orientações valorativas, que tanto expandem o horizonte de compreensão da própria sociedade e cultura quanto reforçam e intensificam identidades étnicas, nacionais ou políticas sectárias que se sentem ameaçadas (GÓMEZ, 2000).

Envoltos em processos de resistência, os movimentos sociais da década 1970, com objetivos integracionistas, mobilizam um repertório de obstáculos à dominação hegemônica, contrapostos ao discurso neoliberal, constituem coletividades pelo reconhecimento das variáveis de geração, gênero, etnicidade e sexualidade, pensando a individualização do sujeito de direito, a ser visto em sua particularidade.

É nesse contexto de pensar a igualdade e a diferença que se pautam as discussões do movimento feminista e mais especificamente nas chamadas segunda e terceira ondas do feminismo, embaladas pelo aparato de instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos e por movimentos contestatórios de rejeição ao pensamento ocidental, androcêntrico, branco e heterossexual. Com isso, pretende-se resgatar a seguir, de forma sucinta, as discussões feministas interseccionais que propõem alternativas ao modelo neoliberal da conjuntura da globalização hegemônica, e da mesma forma, observar o modo como os próprios desafios internos e externos do debate feminista fizeram surgir uma ampla variedade de argumentos e teorias, não se constituindo em um único projeto.

O movimento feminista no contexto global: a luta por identidades construídas a partir das igualdades e das diferenças

O surgimento da ação política das mulheres organizadas na luta por direitos está relacionado, segundo Jácome (2007), à construção da cidadania no final do século XVIII, era da Modernidade, tendo a Revolução Francesa como marco. As primeiras lutas sociais de mulheres surgem caracterizadas por reivindicações que almejavam uma cidadania mais ampla com base em direitos iguais aos dos homens.

As primeiras reivindicações de mulheres estenderam-se até o século XIX, e concretizam-se com o surgimento do feminismo como movimento de caráter autônomo, instituindo inicialmente a defesa restrita do direito ao voto e à educação, então reservados exclusivamente aos homens. Não se evidenciava nas lutas até então, o lado privado das obrigações socialmente instituídas às mulheres (JÁCOME, 2007).

ISBN: 978-85-61702-41-0

Esse primeiro momento é conhecido como Primeira Onda do Feminismo, inscrevendo uma primeira fase de denúncia da opressão à mulher exercida pelo patriarcado (NAVAZ; KOLLER, 2006) e afirmando o caráter de humanidade das mulheres. No início se tratava da luta pela igualdade, associada aos ideais revolucionários burgueses pela "Liberdade, Igualdade e Fraternidade", já evidenciando uma tendência de excluir as diferenças consideradas naturais entre homens e mulheres (PIERUCCI, 1999).

Posteriormente, em um cenário de rompimento com os costumes da sociedade tradicional, os movimentos contestatórios de sujeitos coletivos trazem para a arena política novos posicionamentos em defesa da liberdade, tornando visível o campo das lutas e da efervescência cultural dos anos 1960, ao desafiar as estruturas normatizadoras da social democracia pós-guerra e da globalização hegemônica neoliberal.

É aí que surge a Segunda Onda do Feminismo, inserindo o pensamento crítico sobre a naturalização da condição da mulher, das relações de poder e de gênero, e denunciando que a opressão sofrida pelas mulheres acontece em dimensões pessoais, sociais e políticas (JÁCOME, 2007). Ocorre então o deslocamento da preocupação com a igualdade para a preocupação com a diferença e a identidade (HITA, 2002).

Segundo Fraser (2007), a Segunda Onda do Feminismo se divide em três fases, em uma primeira, o feminismo estava estritamente relacionado a esses vários "novos movimentos sociais" que emergiam na década de 1960; na segunda fase, o feminismo, orbita para uma política de identidades e em uma terceira fase, o feminismo é praticado como política transnacional, em espaços transnacionais emergentes.

Na primeira fase dos novos movimentos sociais, as feministas buscam ampliar o seu imaginário, expondo uma gama mais ampliada de formas de dominação masculina e sustentando uma visão expandida de política com questões pessoais. Com o declínio das ideologias utópicas e o resgate do imaginário político de questões culturais, o feminismo se reinventa como política de reconhecimento. Essa fase se manifestou principalmente nos feminismos da América do Norte e da Europa Ocidental (FRASER, 2007).

Os novos movimentos sociais da década de 1960, nos Estados Unidos, primeiro se opunham à segregação racial e à Guerra do Vietnã, depois começaram a questionar características centrais da modernidade capitalista global, como a repressão sexual, o sexismo e a heteronormatividade; o materialismo, a cultura corporativa e a ética do sucesso; o consumismo, a burocracia e controle

ISBN: 978-85-61702-41-0

social. É aí que o feminismo se insere ao romper junto aos novos atores, as rotinas políticas normalizadas (FRASER, 2007).

Nesse momento, o feminismo traz para o espaço da discussão política questões até então vistas e tratadas como privadas, rompendo com a dicotomia público-privado, base do pensamento liberal sobre a política e o poder público. Costa (2009) ressalta que o pensamento liberal, base da globalização hegemônica, considera privadas as questões relacionadas à vida doméstica e familiar e que estas não dizem respeito ao político. Para os liberais a política somente tem relação com o que é público.

É a partir da construção e reconhecimento das vivências pessoais das mulheres que o movimento feminista ganha força e as conquistas passam a ser concretizadas dando visibilidade pública e caráter político aos dramas íntimos do universo feminino, dentre eles, a relação entre reprodução e sexualidade, entendendo-as como parte das construções culturais que oprimem as mulheres. A mulher passa a ser vista além do âmbito doméstico confinada à maternidade, movimenta-se para sua emancipação, não mais excluída do trabalho produtivo social e confinada ao trabalho privado.

Já na segunda fase da Segunda Onda do Feminismo, o feminismo ao se preocupar com a cultura, acaba atraído pela política de identidade. Esse momento, coincide com um desdobramento histórico do esgotamento da democracia social baseada na ideia de nação, pressão intensificada pelo neoliberalismo. Em choque com isso, a política de reconhecimento centrada nas formas multiculturais acaba danificada ao negligenciar as aberturas político-econômicas e geopolíticas e opor-se à selvageria das políticas de livre-mercado. Entretanto, feministas tentam exercer certo desdobramento em meio aos espaços políticos transnacionais no mundo globalizado, tentando cada vez mais reinventar o feminismo como projeto de política transnacional. Essa fase alcançou de forma mais intensa os Estados Unidos (FRASER, 2007).

Chegando na terceira fase da Segunda Onda do Feminismo, anuncia-se uma mudança na escala da política feminista com a tentativa de integrar as contribuições das fases anteriores em uma síntese adequada à realidade. Essa fase é mais desenvolvida em espaços políticos transnacionais, associados à Europa (FRASER, 2007).

É também na segunda geração do Feminismo que irão surgir debates políticos mais radicais a partir de teorias feministas, tendo como inspiração a obra: *"O Segundo Sexo"*, de Simone de Beauvoir, lançada em 1949. Com isso começa-se a contestar a visão do determinismo biológico e impulsiona-se o desenvolvimento do conceito de gênero.

ISBN: 978-85-61702-41-0

Com o conceito de Gênero (herança cultural) se distinguindo analiticamente do conceito de Sexo (herança natural-biológica), surge a necessidade de afirmar as diferenças e especificidades entre os gêneros, o direito à diferença da mulher em relação ao homem, no sentido não apenas dos direitos universais, como também dos direitos específicos de mulheres (HITA, 2002).

Nessa ótica da diferença, o debate feminista começa a argumentar que não se tratava apenas de diferenças entre homens e mulheres, mas também de diferenças entre distintos tipos de mulheres no interior do movimento. Falar de mulher no singular enquanto um sujeito único e universal aparentava um grande problema, assim a preocupação não mais está voltada à diferença e sim às diferenças entre mulheres, podendo serem estas brancas, negras, lésbicas, pobres, transexuais, entre outros.

Com isso, fala-se ainda de uma Terceira Onda do Feminismo, que surge em meados dos anos 1990 e perpetua até os dias atuais, cuja proposta concentra-se na análise das diferenças, da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade. Com isso, desloca-se o campo do estudo sobre as mulheres e sobre os sexos para o estudo das relações de gênero (NARVAZ; KOLLER, 2006).

O conceito de gênero passa a ser desenvolvido em meados de 1980 e ganha uma discussão maior com Scott (1995, p. 21), que entende gênero como "um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos", sendo assim uma construção social e histórica dos sexos.

O gênero passou a ser uma categoria relacional e política. Não mais baseado nas diferenças biológicas ou "naturais", diz-se que o gênero foi desnaturalizado. Foi revisada a ideia binária de dois sexos e dois gêneros, o gênero passou a ser entendido como relação, primordialmente política, que ocorre num campo discursivo e histórico de relações de poder (SCOTT, 1995).

O desafio nesta geração do feminismo é pensar, simultaneamente, as igualdades e as diferenças na constituição das subjetividades masculina e feminina em âmbito global. Nesta terceira fase do debate sobre o movimento feminista, observa-se intensamente a intersecção entre os movimentos políticos de luta, a academia e o ciberativismo. Quando as práticas feministas passam a gerar uma ação transformadora em diferentes espaços locais e globais, se dando cotidianamente nas universidades, a partir dos estudos de gênero e feminismos e com o uso do ciberespaço para divulgar e debater pautas e reivindicações, através de uma diversidade de blogs, redes sociais e veículos na internet.

ISBN: 978-85-61702-41-0

Segundo Costa (1998) o reconhecimento de que o sujeito se constrói dentro dos sistemas de significado e de representações culturais, que se encontram marcados por relações de poder, permitiu aos feminismos elementos para desconstruir as categorias tradicionais do indivíduo, inclusive barrar noções de uma identidade e experiências femininas universais, proporcionando também sensibilidade para compreender os mecanismos diversificados que constituem os diferentes sujeitos no campo social.

As diferentes propostas características de cada uma dessas fases do feminismo coexistiram, e ainda coexistem, na contemporaneidade. Costa (1998) ressalta que o feminismo ocidental, em todas as suas diversas taxonomias, tem passado por diversas mudanças paradigmáticas e assim expondo suas diversas facetas de natureza contingente, parcial, contraditória e historicamente situada de sua empreitada teórica e de seu compromisso político com a luta contra a dominação.

Assim, esses feminismos, na Terceira Onda, buscam cada vez mais estar atentos às diversidades históricas e culturais sem universalizar aspectos de cultura, de classe, de orientação sexual e de grupo étnico ou racial. Segundo Pierucci (1999), cabe a essa nova fase do movimento, tentativas diversas de elaborar, modificar e combinar estruturas conceituais que possam dar conta da multiplicidade feminina e todos os seus demarcadores de opressão.

Na prerrogativa de construção do feminismo, em meio ao contexto da globalização e do neoliberalismo, não há como falar de um único projeto de feminismo e sim de correntes que se posicionaram frente ao fenômeno da globalização. As redes mundiais de movimentos feministas e movimentos sociais em geral têm explicitado sua oposição ao neoliberalismo por motivos ecológicos, éticos, religiosos, ideológicos, políticos, econômicos e culturais. Com isso, parece não haver um único programa alternativo à globalização corporativa neoliberal e sim uma cacofonia de vozes e reivindicações nas passeatas, plebiscitos, greves e manifestações ao redor do mundo (SIQUEIRA; CASTRO; ARAÚJO, 2003).

4 Considerações finais

O presente trabalho procurou fazer uma pequena digressão histórica situando o feminismo na perspectiva dos novos movimentos sociais que emergem com reivindicações de ordem política e multicultural, diante da noção de uma globalização hegemônica dominante em que tal pluralismo não tem vez.

ISBN: 978-85-61702-41-0

Os indivíduos desprivilegiados em meio a essa conjuntura, começam a exercer debates e pressões em buscar do reconhecimento de uma identidade, por demandas de prática política da diferença e do reconhecimento de seus direitos particulares e suas culturas específicas.

Assim, o feminismo, desde o início, estabeleceu-se como um espaço produtivo para a crítica cultural, na medida em que buscou conviver com contradições ideológicas numa tentativa de explicar a opressão da mulher em sua variedade. Ao longo de sua trajetória como movimento social organizado, passou por diversos debates e reivindicou questões contraditórias. Ao procurar afirmar, de início, a igualdade entre homens e mulheres, reforçou a defesa de direitos humanos universais acabando por legitimar a hierarquização de uma cultura sobre outra, convencionando tal performance em uma negligência imperialista.

Entretanto, o feminismo foi e tem sido capaz de se reconstruir e aderir críticas e demandas que contribuam para a defesa de uma abordagem culturalista às opressões sociais de uma globalização hegemônica que tenta convencer por uma igualdade fantasiosa entre todos os povos. Diante da pluralidade de demandas, hoje o feminismo se constitui como um movimento multíplice, com diversas vertentes, ganhando atenção específica um feminismo de caráter interseccional ao defender questões que vão além das demandas de gênero, conciliadas também com classe social, raça, etnia, orientação sexual, deficiência física, entre outras.

Na tentativa de unir essa diversidade ao caminhar para uma mesma direção de reconhecimento das diferenças, diante de uma globalização que insiste em torná-las iguais, o feminismo se coloca como movimento de resistência contra-hegemônica, ao considerar o indivíduo *local* em todas as suas especificidades, reencantado com novas ideologias e perspectivas de um mundo mais acolhedor das igualdades e diferenças.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização:** as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

CANCLINI, Néstor García. **A globalização imaginada.** Trad. Sérgio Molina. São Paulo: Iluminuras, 2007.

ISBN: 978-85-61702-41-0

COSTA, Ana Alice Alcântara. **O Movimento Feminista no Brasil:** dinâmica de uma intervenção política. Revista Gênero, vol. 5, n. 2, 2005. PP. 52-76 *In:* PISCITELLI, Adriana. **Olhares feministas.** Brasília: Ministério da Educação, 2009. 501p.

COSTA, Claudia de Lima. O feminismo e o pós-modernismo/pós-estruturalismo: as (in)determinações da identidade nas (entre)linhas do (con)texto. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar. **Masculino, feminino, plural:** gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Mulheres. 1998.

DUARTE, Constância Lima. **Feminismo e literatura no Brasil.** Estudos Avançados, USP. v. 17. n. 49. pp.150-172. 2003.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 291-308, 2007.

GOMEZ, José Maria. **Globalização da política** - Mitos, realidades e dilemas. *In:*

GENTILI, Pablo. (Org.). Globalização excludente. Petrópolis: Vozes, 2000.

HALL, Stuart. **Da diáspora.** Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HELD, David; McGREW, Anthony. **Prós e contras da globalização**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

HITA, Maria Gabriela. Igualdade, identidade e diferença(s): feminismo na reinvenção de sujeitos. *In:* ALMEIDA, Heloisa Buarque de.; COSTA, Rosely Gomes.; RAMIREZ, Martha Celia (Coords). **Gênero em matizes**. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002.

IANNI, Octavio. **As ciências sociais na época da globalização**. São Paulo. Rev. bras. Ci. Soc. vol. 13 n. 37, 1998.

JÁCOME, Márcia Larangeira. Apontamentos sobre a ação dos movimentos de mulheres por direitos no Brasil na Segunda Metade do Século XX. In: JORGE, O. Romao; ATHIAS; ANTUNES, Marta. (Orgs.). **Olhar Crítico sobre Participação e Cidadania:**

ISBN: 978-85-61702-41-0

trajetórias de organização e luta pela redemocratização da governança no Brasil. 1ªed. São Paulo: Action Aid! e Editora Expressão Popular, 2007, v. 02, p. 187-222.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos:** o declínio do individualismo nas sociedades de massa. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

NARVAZ, M. KOLLER, S. **Mulheres vítimas de violência doméstica:** Compreendendo subjetividades assujeitadas. PSICO, *v. 37,* n. 1, pp. 7-13, jan./abr. 2006. Disponível em: http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5161476.pdf. Acesso em 11 de julho de 2015.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da diferença.** São Paulo: USP Editora 34, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A globalização e as ciências sociais.** São Paulo: Cortez, 2002.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2,jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SIQUEIRA, Carlos Eduardo; CASTRO, Hermano; ARAUJO, Tânia Maria de. A globalização dos movimentos sociais: resposta social à Globalização Corporativa Neoliberal. **Ciênc. saúde coletiva**, São Paulo , v. 8, n. 4, p. 847-858, 2003.

THERBORN, Goran. **Dimensões da globalização e a dinâmica das (des)igualdades.** *In:* GENTILI, Pablo. (Org.). Globalização excludente. Petrópolis, Vozes, 2000.

WEBER, **Max. Economia e Sociedade (vol. 1).** Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1991.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna:** teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, Vozes, 1995.

ISBN: 978-85-61702-41-0

MULHER E PODER: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA BAIANA ATRAVÉS DA TRAJETÓRIA DE LÍDICE DA MATA

Cíntia Pina Dantas Silva
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
cintia_pinna@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho procura elucidar questões ainda pouco esclarecidas sobre a participação das mulheres no cenário político baiano e as suas conquistas a partir da década de 80, quando se tornam mais aparentes e participantes nos movimentos sociais. Para melhor entendimento, será feita uma correlação com a vida e trajetória política da atual Senadora do Estado da Bahia, Lídice da Mata, através de aprofundamento bibliográfico e histórico.
Palavras-chave: Mulher, Política, Lídice da Mata.

ISBN: 978-85-61702-41-0

Introdução

O fenômeno da participação da mulher no cenário político é extremamente recente. Passando rapidamente pela história da civilização ocidental, percebe-se a negação da cidadania grega às mulheres; com a mudança das civilizações greco-romanas ao feudalismo, a figura da mulher se restringiu à reprodução e sua imagem passou a caracterizar o próprio pecado. Com a chegada do capitalismo e sua dupla revolução (Revolução Industrial e Revolução Francesa) e a doutrina política do liberalismo, iniciam-se discussões sobre qual tipo de governo seria ideal para este novo momento histórico. Surgem teorias diversas sobre democracia liberal, governos representativos, anarquia, comunismo. O século XIX, apesar de apresentar mudanças estruturais no conceito de cidadania, ainda se limita a pensar a liberdade política como sinônimo da liberdade burguesa. Assim, neste mesmo século, existem sociedades escravocratas, símbolo máximo da total negação de direitos aos indivíduos.

O século XX é que ficou marcado pelo crescimento dos movimentos feministas, que foram ganhando voz e representação política em todo mundo por conta da sua incansável luta pelos direitos das mulheres, dentre eles o direito ao voto, que no Brasil só passa a ser efetivo para as mulheres em 1932. Com o desenvolvimento das novas tecnologias e a possibilidade de estudo, as mulheres passam a assumir, além de funções mais importantes no mercado de trabalho, cargos de comando e liderança, antes destinados apenas aos homens.

O feminismo pode ser entendido em um processo dialético: enquanto um movimento político e também como produção acadêmica que busca entender a opressão feminina, ou seja, as demandas políticas do próprio movimento. A partir dos anos 70, podem-se perceber relações entre um movimento político liderado por mulheres (e mulheres de classe média) e teóricas militantes, pensando, sobretudo a categoria “gênero”.

No Brasil, os estudos sobre a participação feminina na política, também surgem durante os acontecimentos das décadas de 70 e 80, quando o Regime Militar, por não permitir a existência de canais efetivos de participação popular na estrutura do poder, abre o caminho para a formação crescente dos movimentos sociais. Destaca-se nesse contexto a atuação feminina nos diversos movimentos reivindicatórios (COSTA, 1998).

ISBN: 978-85-61702-41-0

Mulheres na política: um histórico de luta

Diante de uma longa história de exclusões, discriminações e privações, a mulher vem ocupando os espaços públicos na sociedade. Apesar de ainda sofrer com violência, desvalorização do trabalho e outras situações, a mulher tem cada vez mais lutado para garantir os seus direitos. Pode-se identificar três fases significativas na luta das mulheres pela democracia (Rodrigues, 2005), e a luta para que as mulheres tivessem o direito ao voto e a ser votada é a primeira e umas das suas mais importantes conquistas, já que com isso, foi possibilitado às mulheres o acesso ao mundo político.

No Brasil, com a fundação do Partido Republicano Feminino, em 1910, e da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em 1922, a luta pelo direito politico das mulheres se intensificou. Em 1928, o Brasil elege sua primeira prefeita: Alzira Soriano de Souza, na cidade de Lages, no Rio Grande do Norte. A partir dessas mobilizações, o voto feminino foi assegurado em 1932 pelo Código Eleitoral, mas apenas as mulheres casadas e com autorização dos maridos e as solteiras e viúvas com renda própria conseguiram o direito, e em 1933, a médica paulista Carlota de Queirós é eleita a primeira Deputada Federal do país. É somente na Constituição de 1946 que fica garantida a obrigatoriedade plena do voto para todas as mulheres.

Com a conquista do voto, as mulheres passaram a representar uma parcela importante em relação ao eleitorado, mas não correspondia às expectativas referentes às suas candidaturas. Só a mudança na lei não foi suficiente. As mulheres permaneciam submetidas à estrutura patriarcal da sociedade, com uma cidadania estruturada à margem da identidade masculina, sendo necessário um tempo para a compreensão dessa nova realidade.

A partir das eleições de 1978, ainda sob o Regime Militar, se torna mais aparente a participação das mulheres nas candidaturas, mas a própria estrutura governamental da época as mantém afastadas do poder. Diante dessa impossibilidade de assumir altos cargos políticos, o voto foi um aliado importante para revelar a sua expressão e o seu desejo de mudança. A partir daí, quando surge o movimento feminista moderno, aumenta o questionamento sobre a divisão sexual do trabalho e a situação "subalterna" das mulheres na sociedade. Elas passaram a perceber que existia a possibilidade de maior participação nas esferas políticas, e que podiam transformar as condições femininas, pelo menos em termos legais. Aumenta, então, o número de mulheres candidatas, tornando necessário o rompimento de barreiras dentro dos partidos, que precisavam acabar com velhos preconceitos e manter as mulheres como aliadas.

ISBN: 978-85-61702-41-0

A eleição de 1986 marcou a participação das mulheres na luta política. Foram eleitas 26 mulheres para a Câmara dos Deputados, com o dever de elaborar a nova Constituição. Com a bandeira "Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher", grupos feministas e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, organizaram eventos em todos os Estados, durante o ano 1986, para estruturar e sistematizar as propostas que seriam apresentadas na Constituinte. Foi elaborada, então, a "Carta das Mulheres Brasileiras", que exibia suas propostas em relação à família, saúde, educação, trabalho, violência, discriminação, cultura e propriedade da terra. Nessa época, mulheres que dedicaram a sua militância partidária e sua atuação legislativa à defesa das minorias e da classe trabalhadora, receberam lugar de destaque na política (COSTA, 1998).

Dezesseis mulheres se candidataram à Assembleia Nacional Constituinte na Bahia, um fato incomum à época, já que o número médio de candidatas desde 1933 era de uma mulher por eleição. Essa ampliação se dava por conta do trabalho que vinha sendo realizado pelo movimento feminista brasileiro, não só com as próprias mulheres, mas nos meios de comunicação, forçando a incorporação das demandas femininas aos programas partidários e plataformas eleitorais. Os partidos políticos passaram a sentir a força do eleitorado feminino e a importância da conquista desses votos. Alguns partidos inscreveram mulheres só para atrair os votos femininos, entretanto, internamente, a utilização de recursos financeiros e acesso ao horário gratuito eleitoral permaneciam fechados para elas.

Foram eleitas 26 mulheres das 166 candidatas a Câmara dos Deputados no país, com o dever de elaborar a nova Constituição. Essas mulheres, representando 5,33% da Câmara, vinham de vários estados e pertenciam aos mais variados partidos. Algumas dessas mulheres foram eleitas por conta do prestígio de seus pais ou maridos, ou pelo trabalho social realizado durante a gestão deles. Outras já tinham alguma experiência parlamentar, e prestigio junto aos movimentos sociais e partidários.

A participação da bancada feminina na Constituinte marcou a história do movimento de mulheres no Brasil. Constituída pelas deputadas, mas com a participação das organizações não governamentais que atuavam no movimento feminista, formataram uma agenda nacional para unificar o movimento de mulheres. Com essas características, a bancada feminina atuou como resposta à forte pressão do movimento feminista, ficando conhecida como o "lobby do batom".

A bancada feminina teve grandes destaques. Nas estatísticas da constituinte, as mulheres foram as que tiveram maior presença em todas as discussões. A

ISBN: 978-85-61702-41-0

bancada do batom esteve presente em todos os debates da nova constituição com o maior número possível de Deputadas. Com a responsabilidade de representar as mulheres brasileiras, que naquele momento já eram maioria na população, as Deputadas faziam com que a constituição expressasse isso e marcaram, com a sua presença, a história dos direitos da mulher no Brasil.

Nos anos 90, começaram a surgir novas mulheres interessadas na luta política. Mulheres pobres oriundas de bairros periféricos e de suas associações de moradores, as operárias, através dos seus sindicatos, e as trabalhadoras rurais, através de suas organizações. Era o chamado feminismo popular. Essas organizações foram crescendo e ampliando os parâmetros da luta feminista.

Lídice da mata e sua representatividade na política baiana

Para que se entenda melhor o processo de inserção da mulher baiana na política, se faz necessária a busca por um personagem que a revele. A escolha pela atual Senadora Lídice da Mata, se deu pelo fato de ser a única mulher baiana a ter passado por todas as esferas (Câmara de Vereadores, Prefeitura, Câmara de Deputados Estadual e Federal e Senado) do poder no estado, menos o Governo, apesar de já ter sido candidata duas vezes ao pleito.

Lídice nasceu em Cachoeira, interior do estado, mas foi na capital Salvador que se inseriu na política, quando estudante de economia da Universidade Federal da Bahia. A participação das mulheres na UFBA já era grande na época, e Lídice começou a conviver e fazer parte das movimentações. A faculdade de economia era, no momento, a principal célula política da universidade. Ali todas as correntes conviviam em desarmonia e em constante luta política e ideológica, elementos motivadores para a sua participação, ingressando em um movimento mais geral da UFBA.

Foi na Faculdade de Economia da UFBA que Lídice começou a sua militância política, vinculada ao PCdoB, ao qual se filiou em 1979 e que à época atuava na clandestinidade. A filiação ao partido se deu para que realizasse uma política partidária clandestina, motivada pelo fazer socialismo — através daquela militância — e acabar com a Ditadura Militar.

Lídice da Mata representa esta ascensão feminina na politica brasileira, iniciando sua vida política em fins da ditadura militar, quando foi eleita vereadora (1983-1987) junto com outros 25 companheiros de partido e marcou a maior vitória de oposição ao Regime Militar em todo o país, tornando Salvador a chamada “Capital das Oposições”. Eleita pelo Movimento Democrático Brasileiro,

ISBN: 978-85-61702-41-0

o MDB (partido que abrigava as legendas que atuavam na clandestinidade na época), com uma das votações mais expressivas, 12 mil votos, Lídice liderou uma bancada combativa de 26 vereadores em sua passagem pela Câmara Municipal, participando efetivamente da campanha pelas Diretas Já para eleição de presidente e prefeitos de capitais e municípios considerados áreas de segurança nacional. Ainda como vereadora, Lídice apresentou o projeto de lei que criou o primeiro Conselho de Defesa dos Direitos das Mulheres no Estado, o Conselho Municipal da Mulher de Salvador (1986) um dos primeiros do Brasil, que só passou a ter sede, equipamentos e recursos materiais e humanos anos depois, quando tomou posse na prefeitura de Salvador.

Antes do final do mandato como vereadora, Lídice é novamente escolhida pelo partido para ser uma das candidatas, não a candidata prioritária, mas a candidata pelas mulheres à Assembleia Nacional Constituinte. A Bahia elegeu duas mulheres para a missão de colaborar na formatação da nova Constituição Brasileira, Lídice da Mata e Abgail Feitosa. Na Câmara Federal como Deputada Constituinte, em 1987, integrou a "Bancada do Baton", formada por apenas 26 mulheres, que juntas participaram ativamente na elaboração e aprovação de leis de garantia dos direitos das mulheres. Apesar da representação feminina ser reduzida na Constituinte, as mulheres tiveram importância fundamental na aprovação de leis que garantiam a igualdade de oportunidades entre os gêneros.

Nas eleições de 90, os partidos de esquerda da Bahia se mobilizaram, a partir de diversas reuniões, articulações e encontros, durante seis meses, para que fossem escolhidos nomes para as chapas de sucessão estadual. Foi lançada então uma composição ousada e inédita na política brasileira. Uma chapa com três mulheres, disputando os cargos majoritários, numa coligação entre o PCdoB, o PCB e o PSB. Lídice da Mata (PCdoB) para o governo do Estado, Salete Silva (PSB) candidata a vice e a então vereadora Beth Wagner (PCB) para o Senado. Apesar de serem conhecidas na Bahia pela militância em movimentos feministas, a chapa não tinha como objetivo protestar contra a predominância masculina nos principais cargos públicos. As mulheres foram escolhidas por serem as únicas alternativas dos partidos, já que haviam esgotado as tentativas de união da esquerda para uma possível derrota dos candidatos mais conservadores e poderosos economicamente do Estado. As Três Marias, como ficaram conhecidas durante a campanha, conseguiram mais de 9,5% dos votos naquela eleição, e por apenas 50 mil votos a mais, teriam levado a disputa ao segundo turno. A vitória de Antônio Carlos Magalhães marcou a derrota das forças de oposição na Bahia, e a volta do Carlismo.

ISBN: 978-85-61702-41-0

Com a derrota, Lídice ficou dois anos afastada da movimentação política da Bahia. Em 1992, já no Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), se candidatou à prefeitura da capital, tendo como sua vice a antiga colega de luta, Beth Wagner. Foi uma campanha difícil no início, mas a chapa recebeu o apoio de outros partidos de esquerda, o que aumentava a sua credibilidade e potência. PSDB, PDT, PPS, PSB, PCdoB, PV, PMN e PT se uniram, e levaram à candidata à disputa do segundo turno. Já tendo vencido no primeiro turno com 44,2% dos votos, Lídice repete a vitória no segundo, com 43% dos votos, contra os 24% do candidato de ACM.

Como primeira e única mulher à frente da Prefeitura de Salvador, Lídice teve a sua administração marcada pela resistência, tanto ao cerco financeiro, que comandado por ACM não trazia nenhum benefício à gestão municipal, quanto à mídia local, que também era quase completamente administrada pelo Governador. Com a derrota na eleição municipal, restou à ACM estabelecer uma competição entre as esferas de governo. Com a retenção das verbas destinadas à prefeitura, ele realizou obras importantes na capital, com o intuito de desqualificar o trabalho da prefeitura, mostrando que ela não possuía autonomia para governar a cidade, e que não realizava o que era de competência dela. Dessa forma, ficava evidente uma suposta eficiência do governo estadual, que era quem realizava essas obras.

Dois anos após a saída da Prefeitura, Lídice se torna a candidata a Deputada Estadual mais bem votada da capital baiana, sendo reeleita em 2002. Foi um período complicado, onde a oposição aos governos de César Borges e Paulo Souto era pequena, por conta do poder que ACM tinha na esfera federal. Ainda assim, junto com outros parlamentares ligados aos partidos progressistas, formou uma bancada combativa, participando de importantes fatos políticos, dentre eles, a CPI do Narcotráfico. Na Assembleia Legislativa, Lídice exerceu por duas vezes o cargo de líder da bancada de oposição, em 2000 e 2005. Em 2004, recebeu o "Troféu Destaque Parlamentar". Já na Câmara Federal, em 2006 (novamente a mais bem votada na capital), foi a primeira mulher a presidir a Comissão de Turismo e Desporto. Lídice liderou também a bancada da Bahia no Congresso. Em 2010 Lídice da Mata se torna a primeira mulher Senadora da Bahia, com 3.385.300 votos, ao lado do companheiro de campanha, Walter Pinheiro.

As eleições de 2010 entraram para a história política do país. Com 62 anos, Dilma Vana Rousseff, foi eleita a primeira mulher presidente do Brasil, com 56,05% dos votos válidos, contra 43,95% do seu maior opositor, José Serra,

ISBN: 978-85-61702-41-0

do PSDB. A candidata do PT era Chefe da Casa Civil do governo Lula, e tinha o deputado Michel Temer como vice. Dilma é mineira, de Belo Horizonte, e passou quase três anos presa pela ditadura militar brasileira, onde passou por sessões de tortura, por participar da militância de esquerda e de organizações que defendiam a luta armada contra o regime militar. 2010 pode ser considerado o ano das mulheres na política brasileira.

Lídice tomou posse no dia 2 de fevereiro de 2011, e tornou-se uma das mais atuantes parlamentares do Senado. Só no primeiro ano, participou de 19 comissões e subcomissões, sendo titular em 10 delas. Destaque para a CPI do Tráfico de Pessoas; as comissões de Assuntos Econômicos (CAE), Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), Educação, Cultura e Esporte (CE); e subcomissões de Desenvolvimento do Nordeste (CDRDN), da Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016 (CDRCOOL), da qual é presidente. A Senadora ainda coordena a Frente Parlamentar Mista dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, e integra as frentes mistas das Ferrovias e em Defesa da Cultura, tema que é um dos carros-chefes da legislatura da primeira senadora baiana, autora de um projeto de lei que veda ao poder público o corte orçamentário no Ministério da Cultura (PLS 20/2011). Lídice também apresentou projeto idêntico para proteger o Orçamento do Ministério do Meio Ambiente (PLS 21/2011), e é autora de projetos para assegurar ao empregado doméstico o benefício do salário-família (PLS 191/2011), ao direito de receber horas extras e seguro-desemprego (PLS 381/2011), pela criação do Fundo Nacional de Apoio à Pessoa com Deficiência (PLS 587/2011), para assegurar às pessoas com deficiência a reserva de vagas em programas de qualificação profissional (PLS 621/2011) e pela eleição direta para os Conselhos Tutelares (631/2011).

Considerações finais

A posição ocupada por mulheres no espaço público suscita questões importantes como: o fato de uma mulher assumir um cargo político já representa uma luta por melhorias da posição ocupada pela mulher comum na sociedade? Ou mesmo o fato da ocupação das mulheres nos espaços de poder já é um dado de mudança? Mulheres militantes tendem a responder a questão explicitando que se o sujeito político não se reconhece, então não luta pelas causas das mulheres em geral.

Partindo da problemática presença e cenários na arena política, identificam-se mulheres que estão em cargos públicos com e sem orientação feminista.

ISBN: 978-85-61702-41-0

A trajetória política de Lídice da Mata mostra essas perspectivas de respostas no que tange a representatividade da mulher no cenário político e as projeções de uma mulher não feminista em relação à mulher engajada; no sentido de corroborar com a ideia de que as demandas por direito das mulheres são melhores defendidas a partir da ocupação do espaço político por uma figura feminina, mesmo que ela não tenha uma clara posição feminista.

O espaço político, ainda na prática, constitui um espaço majoritariamente masculino. Uma primeira inferência de resposta, à problemática mulher e poder, é a de que a figura feminina nesse espaço, mesmo não tendo uma orientação ideológica feminista (no sentido de pensar cientificamente a categoria gênero e mulher nos contextos sociais e/ou pertencer a um movimento específico, se identificando com o mesmo), a luta pelos direitos das mulheres (como no caso de Lídice da Mata) surge como um imperativo histórico e uma necessidade de pauta para a construção de uma carreira política, desde o seu início, marcado pela alteridade. Neste ínterim, o espaço político torna-se um lugar de emancipação, no qual através das lutas políticas se constrói a transformação da posição da mulher nesses espaços e na sociedade.

Referências bibliográficas

COSTA, Ana Alice Alcântara. **As donas no poder: Mulher e politica na Bahia. Salvador: NEIM/UFBA-Assembleia Legislativa da Bahia**, 1998.

RODRIGUES, Almira. **Mulher e Democracia.** CFEMEA, 2005.

ISBN: 978-85-61702-41-0

DESIGUALDADES DE GÊNERO E O EMPODERAMENTO FEMININO NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Fernanda Vieira Nascimento
Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulher, Gênero e Feminismo. PPGNEIM-UFBA.
nandabri07@gmail.com

Resumo

Este trabalho pretende desenvolver algumas questões sobre a política pública de assistência social e as desigualdades de gênero no cenário brasileiro contemporâneo, enfocadas a partir da divisão sexual do trabalho com o objetivo de analisar as relações de gênero e o empoderamento das mulheres na política de assistência social com enfoque no programa Bolsa Família, observando as possibilidades de uma ação emancipatória de gênero dessas mulheres. Neste sentido, realizamos uma revisão bibliográfica da temática em estudo e fazemos algumas considerações sobre os determinantes de gênero na dinâmica das relações sociais, a partir de uma perspectiva feminista e de gênero, de modo a problematizar o empoderamento dos sujeitos femininos.
Palavras-chave: Gênero, mulheres, empoderamento, política de assistência social.

ISBN: 978-85-61702-41-0

Introdução

A exposição que se segue tem por objetivo apresentar algumas das questões desenvolvidas trabalhando as políticas públicas de assistência social e as desigualdades de gênero na contemporaneidade, enfocadas a partir da divisão sexual do trabalho e dos tempos sociais sexuados.

O propósito do estudo foi identificar a condição do sujeito feminino nos programas de assistência social, instigada pela questão dos tempos sociais femininos enquanto mediação das relações de gênero, isto é, relações de poder assimétrico entre homens e mulheres, poder de gênero e sua materialização na sobrecarga de trabalho nas esferas da produção e reprodução para as mulheres. Também interessou problematizar o processo de empoderamento desses sujeitos femininos, a partir das relações de poder que se estabelecem com a participação das mulheres na implementação das políticas de assistência social que operam com programas de transferências de renda mínima.

O objetivo deste trabalho foi analisar as relações de gênero e o empoderamento das mulheres na política de assistência social com enfoque no Programa Bolsa Família, observando as possibilidades de uma ação emancipatória da subordinação de gênero das mulheres, adotando como caminho metodológico a revisão bibliográfica da temática pesquisada.

Analisando a dinâmica das relações sociais na luta contra as múltiplas formas conjugadas de opressão indicando os processos históricos relacionando gênero e políticas públicas, buscamos caminhos que nos auxiliem no processo investigativo discutindo o antagonismo de classe presentes nas relações de gênero, á partir das relações sociais de produção e reprodução, distanciando–nos de uma visão mecanicista e ortodoxa da história. Segundo Saffioti (1992, p. 200) ao analisar classe, ela constitui-se historicamente quando seus membros se identificam, têm interesses comuns. Desta sorte uma classe não se constitui sem sua inerente dimensão política, consiste basicamente, na identificação dos interesses comuns, e mais do que isto, do antagonismo, que a separa de outras classes. Este antagonismo de classe sempre permeou as relações de gênero, que foram marcadas em outras esferas sociais.

A partir da articulação das teorias de gênero com o movimento social feminista e de novas perspectivas acadêmicas, olhares, metodologias e a re-visitação de conceitos, vislumbramos novas ações emancipatórias na trajetória de lutas pelos direitos das mulheres.

ISBN: 978-85-61702-41-0

É importante ressaltar a importância do movimento feminista na discussão de gênero e políticas públicas, pois o feminismo como um movimento social, questionou a hegemonia masculina e dessa forma construiu as suas bases políticas, pautando as suas intervenções na ocupação de espaços entronizados pelo androcentrismo. O movimento feminista apresenta-se como um papel central nas mudanças exercidas contra a opressão de Gênero na construção das políticas públicas brasileiras.

Para Ana Alice Costa, "O feminismo brasileiro, e também o mundial, de fato mudou, e não mudou somente em relação àquele movimento sufragista, emancipacionista do século XIX, mudou também em relação aos anos 1960, 1970 até mesmo 1980 e 1990. Na verdade, vem mudando cotidianamente, a cada enfrentamento, a cada conquista, a cada nova demanda, em uma dinâmica impossível de ser acompanhada por quem não vivencia suas entranhas. No movimento feminista a dialética viaja na velocidade da luz". (COSTA, 2005, pag.1).

Assim como o movimento feminista, as discussões teóricas produzidas na academia também enfatizaram a importância de descrever a opressão histórica vivida pelas mulheres, pois, a academia é um dos lócus estratégicos na luta das mulheres por mudanças, para produzir conhecimentos e idéias contrárias aos discursos que respaldam as relações desiguais de poder e as inviabilizam, reforçando os estereótipos que fundam a desigualdade entre os sexos.

Os movimentos feministas bem como os quadros de formuladoras de políticas de gênero no país têm se empenhado em traduzir a pobreza brasileira com um viés de gênero de forma a garantir políticas públicas para as mulheres, considerando a sua diversidade. A crítica feminista, por sua vez, tem denunciado o esvaziamento político no uso desta categoria de análise nos diferentes contextos.

Contradições e antagonismos na política de assistencia social brasileira

Na sociedade capitalista, as políticas de proteção social expressam as contradições e os antagonismos de classes. Independente dos seus objetos específicos de intervenção, essas políticas dependem tanto do nível de socialização da política, conquistado pelas classes trabalhadoras, como das estratégias do capital, na incorporação das necessidades do trabalho, consideradas as particularidades históricas que definem cada formação social.

ISBN: 978-85-61702-41-0

As políticas de proteção social são originárias do reconhecimento público, dos riscos sociais do trabalho e se ampliam a partir da segunda metade do século XX como meio de prover proteção social aos trabalhadores, inscrevendo-se na pauta dos direitos sociais. Para Mota [...] A despeito das especificidades nacionais, as políticas de Seguridade Social são constituídas por ações compensatórias para aqueles impossibilitados de prover o seu sustento por meio do trabalho, de cobertura de riscos do trabalho nos casos de doenças, acidentes, invalidez e desemprego temporário e manutenção da renda do trabalho, seja por aposentadoria, morte ou suspensão temporária da atividade laboral". (2000, pag. 180.)

Entretanto, acreditamos que as políticas de seguridade social, nas quais se inclui a de Assistência Social, só podem ser consideradas produto histórico das lutas dos trabalhadores na medida em que respondam a necessidades inspiradas em princípios e valores socializados pelo campo do trabalho e reconhecidos pelo Estado. Na dinâmica reprodutiva do capitalismo, o campo da seguridade social também é um ambiente de intervenção política das classes dominantes, seja como mecanismo de integração social, seja como meio de compatibilizar capitalismo, direitos sociais e democracia. Nestes termos, a seguridade social é em tese um campo de disputas, seja por parte do trabalho, seja por parte do capital que continuamente tenta adequá-la aos seus interesses hegemônicos. (MOTA, 2008, pag. 182).

Está certo que a política social brasileira tem peculiaridades que devem ser consideradas. Não obstante isso, vale lembrar que essas peculiaridades não se dão no vácuo. No Brasil, as definições e os rumos da política social não estão imunes a influências internacionalmente hegemônicas, que, embora se processem de forma diferenciada, não estão desconectadas. Com isso, queremos salientar que as mudanças atualmente verificadas nos fundamentos e na prática da política social brasileira não ocorrem de forma isolada, unilateral e autônoma. Pelo contrário, segundo Pereira, "elas fazem parte do processo mundial de reestruturação capitalista, iniciado no final dos anos 1970, cuja justificação ideológica encontra guarida na política neoliberal dominante." (2012, pag. 729).

É necessário analisar que a questão dos direitos e da cidadania presentes na política de assistência social estão relacionadas com o desenvolvimento do Estado e com as crises do sistema capitalista que vão estar sempre oscilando para mais ou para menos de acordo com os interesses do capital.

Desde o início dos anos 1970, o capitalismo contemporâneo, depois de um longo período de expansão no segundo pós-guerra, vive uma crise estrutural

ISBN: 978-85-61702-41-0

global, a mais profunda de suas crises até nossos dias, resultado do amadurecimento de suas contradições e do desenvolvimento desigual e combinado que o caracteriza.

Para administrar a referida crise, a burguesia internacional e seus representantes reagem implementando um processo restauracionista e um conjunto de iniciativas ideopolíticas voltadas para a recomposição do ciclo de reprodução do capital que configuram uma dupla estratégia passivizadora da ordem do capital, como a reestruturação produtiva e as políticas neoliberais de ajuste econômico (Braga, 1997).

Tanto nos países de capitalismo avançado como nos periféricos, essas medidas tem acarretado profundas transformações na organização da produção e do trabalho, dentre elas as inovações tecnológicas, a flexibilização dos processos e relações de trabalho, repercutindo na crescente vulnerabilização dos estatutos jurídicos do trabalho, atingindo particularmente as mulheres através dos contratos de trabalho temporários, terceirizados e informais, sem garantia de direitos trabalhista e social sendo a mão-de-obra feminina a mais prejudicada dentro deste processo.

Todas essas mudanças materializam-se no aumento globalizado da pobreza, particularmente nos países periféricos que, uma análise na perspectiva de gênero, revela quanto tal agravamento da pobreza tem afetado sobremaneira as mulheres da classe trabalhadora ou classes subalternas, em especial a das camadas mais empobrecidas, chegando-se a caracterizar-se esse processo de pauperização como feminilização da pobreza.

No bojo desse processo teve lugar um outro e contraditório movimento. O aumento significativo da inserção da força de trabalho feminina no mercado de trabalho, tanto nos países centrais como nos países periféricos, mesmo mantendo-se uma taxa de atividade maior da força de trabalho masculina e a despeito do aumento da brecha do desemprego das mulheres em relação aos homens, ao final dos anos 1990.

Dentro da nova dinâmica das relações de produção, vai ocorrer uma expansão da assistência social inscrevendo-se no mundo das transformações econômicas, políticas e sociais em curso, as quais realizam um conjunto de reformas, dotando a seguridade social de novas configurações. Isso representou uma das maiores ofensivas por parte da classe dominante ao Estado brasileiro, inflexionando seu padrão de enfrentamento a questão social pela via de mercantilização dos serviços sociais, sustentada na necessidade do capital de

ISBN: 978-85-61702-41-0

recompor sua taxa de lucro, levando o Estado a novos investimentos na assistência social através dos programas de transferência de renda.

No Brasil o principal Programa de transferência de renda é o Bolsa Família que atende a mais de 45,8 milhões de pessoas segundo estimativa do IBGE (2014). O Programa Bolsa Família foi criado pelo Governo Federal em 2003 com o objetivo de contribuir no combate à pobreza e à desigualdade social no Brasil.

O Bolsa Família é o maior programa de transferência de renda em implementação no Brasil, assumindo a centralidade do Sistema de Proteção Social. Foi instituído pela Medida Provisória n. 132, de 20 de outubro de 2003, transformada na Lei n. 5.209, de 17 de setembro de 2004. Idealizado enquanto uma política intersetorial para unificação de programas de transferência de renda.

> [...] Além da transferência de renda para permitir a melhoria na alimentação e no atendimento de necessidades básicas do grupo familiar, o Bolsa Família indica o desenvolvimento de ações complementares mediante articulação com outros programas de natureza estruturante, principalmente no campo da educação, da saúde e do trabalho (SILVA e LIMA, 2010, p. 50).

O acesso à renda consiste em questão central para a cidadania das mulheres e direito humano básico fundamental, reconhecido em vários instrumentos e acordos internacionais que tratam da garantia da equidade de gênero, firmados pelo Brasil (Cairo, Beijing, CEDAW, DESC).

Considerado o maior programa de transferência condicionada de renda da América Latina, o Programa Bolsa Família (PBF) constitui a principal iniciativa dentre as ações do Governo brasileiro, no campo do enfrentamento da pobreza.

Os programas de transferência de renda da política de assistência social têm na família seu principal foco de intervenção, as quais são responsáveis pelo seu êxito. Entre os responsáveis legais pelas famílias atendidas pelos programas de transferência de renda no Brasil, cerca de 92% são de mulheres no qual o grupo familiar deve ser representado preferencialmente pela mulher.

De acordo com Silva (2014, pag. 67), "entre os responsáveis legais pelas famílias atendidas pelo B F no Brasil, tanto em 2006 quanto em 2009, cerca de 92% eram mulheres, elevando-se esse percentual para 93,1% em 2013, em conformidade com a proposta do programa, segundo a qual o grupo familiar deve ser representado preferencialmente pela mãe."

ISBN: 978-85-61702-41-0

Quanto à variável cor/raça, em 2009, 67,6% dos responsáveis pelas unidades familiares eram pretos ou pardos, o que se aproximava bastante do percentual de 68,1% das mulheres cônjuges ou chefes de família dos 20% de domicílios mais pobres do Brasil que apresentavam tal perfil, conforme identificado pela PNAD de 2008 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2009).

A Política de Assistência Social concretizada pelos programas de transferência de renda mínima tem atribuído um lugar central á família, concebida como o lugar da proteção por excelência. E quem realiza predominantemente esta proteção, em nome de uma naturalizada divisão sexual do trabalho, proporcionando a atenção, socialização e os cuidados da reprodução é a mulher.

O pai-marido, sendo ou não provedor, tende a ser um pai ausente da reprodução e da paternagem dos filhos e filhas. Nesses programas, o sentido de família é centrado na representação social da mulher que identifica e associa mulher e feminino com família, em função da reprodução. Família também concebida como a célula mater da sociedade lócus por excelência da procriação e maternagem, da proteção e dos cuidados diretos com o bem-estar, enfim, do processo cotidiano da reprodução social do grupo doméstico-familiar. Mas é a mulher que a ideologia e as representações de gênero se referem como expressão desse espaço.

Ao longo da história, todas as atividades do processo reprodutivo que foram concebidas como trabalho, tem sido garantidas pelas mulheres, sobretudo, algumas dessas atividades deslocaram-se do âmbito doméstico familiar para o espaço público e do mercado, instituindo um processo de socialização da reprodução sob a responsabilidade do Estado.

O Estado passou a atuar junto com a família e com o setor privado como os atuais protagonistas das políticas sociais, sob o argumento da complementação ou da responsabilidade da sociedade.

Observamos que seja através da ação do Estado, seja das Organizações Não-Governamentais ou das empresas, é recorrente a centralidade da família nos programas de assistência social sob o argumento da participação, da formação de identidades ou mesmo, da condição de usuárias/os de benefícios sociais.

A representação social de cuidadora da família está presente na imagem da mulher. Segundo Pereira (2012, pag.234), "a mulher imbuída do papel feminino que lhe foi tradicionalmente atribuído, incorpora a família diante dessas políticas." Não é por acaso que o grande foco das políticas de combate á pobreza está no cuidado com as crianças, visto que uma das principais condicionalidades

ISBN: 978-85-61702-41-0

no acesso, por exemplo, ao programa de transferência de renda, diz respeito a manutenção dessas na escola.

Em relação às políticas de renda mínima, observa-se que as mulheres são os principais participantes dos programas sociais a exemplo do Programa de Agentes Comunitários de Saúde, PACS, do Programa de Saúde da Família, do Emprego e Renda, Bolsa Família, dentre outros. Entretanto, tais programas fazem uso da capacidade de trabalho das mulheres, de seus saberes e competências de gênero aprendidos e desenvolvidos no ambiente familiar desde sua mais tenra idade, quando começam a assumir obrigações com as tarefas domésticas do cuidado, da reprodução da vida dos membros da família e da gestão do orçamento doméstico, o que pode ser considerado um indicativo do aumento da carga de trabalho não-remunerado das mulheres, assim como a sua condição de estar à disposição também dos programas das políticas de assistência social.

Relações de gênero e empoderamento no programa bolsa família

Os países da América Latina incluindo o Brasil atravessaram a década de 1980 sob o impacto das ideologias neoliberais definidas no cenário internacional, com ênfase renovada no crescimento econômico e nas forças do mercado, aprofundando as desigualdades sociais. Segundo Schefler [...]

> após uma década de crise e de liberalização da economia e à medida que a crença nas potencialidades do mercado como principal distribuidor de recursos se tornou insustentável, tem lugar a preocupação com o fator humano no desenvolvimento, observando-se a emergência de um novo paradigma institucional de políticas públicas, com destaque para a revalorização das políticas sociais, notadamente as de combate à pobreza e vulnerabilidade social nas quais as mulheres têm sido eleitas como público preferencial, assumindo posição estratégica na implementação de programas sociais.(2013, pag. 8).

De acordo com Saffiotti (1992), algumas categorias estão entrelaçadas na análise do conceito de gênero, pois existe uma simbiose entre patriarcado, racismo, capitalismo, que não são sistemas autônomos e interdependentes. São resultantes de diferentes faces de um mesmo sistema produtivo e devem

ISBN: 978-85-61702-41-0

ser examinados de forma integrada, como faces distintas de um mesmo modo de produzir e reproduzir a vida. Bem como, a dimensão econômica, política, ideológica e social são elementos importantes e que estão interligados para entender a compreensão de gênero e sua dimensão nos programas governamentais como o Bolsa Família. Neste programa as mulheres são colocadas como o principal condutor da política, na busca da erradicação da pobreza, mas não basta apenas colocar estas mulheres como alvo da política visando apenas sua autonomia econômica, pois o mais importante é que ela se perceba enquanto mulher e tome consciência dos seus direitos para que possa ocorrer um verdadeiro empoderamento, fazendo jus ao seu significado. A linguaguem do empoderamento também está sempre presente na literatura acadêmica dos temas relacionados a pobreza no Brasil. . Sorj e Gomes (2011, p. 148) assinalam que empoderamento se integra a estes "novos conceitos" que se baseiam na idéia de investir nos sujeitos como indivíduos e na valorização da autonomia e do autodesenvolvimento.

Sob a perspectiva da transversalização de gênero nas políticas públicas, a noção de empoderamento é geralmente significada como autonomia econômica da mulher. Nos Programas de transferência de renda este empoderamento ainda está muito restringido a criar condições de produção e renda para a família, para que a mulher possa contribuir com a receita familiar.

Dentro da perspectiva feminista de acordo com Schefler (2013), o empoderamento implica a alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição subalterna das mulheres, garantindo-lhes autonomia no controle do seu corpo, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir bem como um rechaço ao abuso físico e às violações. A abordagem de empoderamento, portanto, não é neutra, é pré-condição para se obter a equidade social, representa um desafio às relações patriarcais e aos privilégios de gênero e, por conseguinte, admite relações de poder, oposições e conflitos e seus desdobramentos os quais podem desencadear processos de mudança reveladores de outras dimensões vividas pelas pessoas e grupos sociais. Segundo esta visão, o empoderamento compreende um processo da conquista da autonomia por parte das mulheres que tem aspectos tanto coletivos como individuais.

As transformações na sua condição social podem se constituir em potencial transformador das relações de gênero ou das estruturas de subordinação, imprimindo-lhe um caráter político. Sob esta perspectiva o empoderamento é concebido como um processo, portanto, à medida que alguma destas dimensões seja relegada, perde-se seu potencial transformador, podendo-se, inclusive

ISBN: 978-85-61702-41-0

ocorrer situações que podem acontecer ações que empoderam e desempoderam concomitantemente.

Ao analisar o Programa Bolsa Família, percebe-se um empoderamento momentâneo das mulheres participantes dos programas de transferência de renda, apenas pelo viés econômico na perspectiva do aumento da renda familiar, entretanto, é um empoderamento que carece de projetos de geração de trabalho e renda e ações sócio-educativas que poderiam atender às suas necessidades práticas e estratégicas de gênero, possibilitando-lhes processos de autonomia, de independência econômica e de autodesenvolvimento libertário tão desejado pelas mulheres, ganhando espaço na luta pela desigualdade de gênero, propiciando assim processos que visem o empoderamento numa ação emancipatória da subordinação de gênero.

Desta forma, a exploração sobre as mulheres permanece e não podemos identificar a existência de políticas sociais no Brasil, que promovam uma mudança estrutural que aponte para a igualdade de qualquer natureza, muito menos a de gênero. Como se isso não bastasse as mulheres ainda devem com os atuais programas governamentais e não governamentais, administrar a pobreza com recursos irrisórios e potencializá-los para dar resposta aos interesses capitalistas de um Estado opressor que ainda enxerga as mulheres num papel de subalternidade de gênero.

Considerações finais

A presente pesquisa sobre as questões de gênero na política de assistência social em particular as de renda mínima no Programa Bolsa Família, revelou que o poder e o controle por parte do Estado burguês e patriarcal, sobre essas mulheres não ocorrem apenas sobre a sexualidade das mesmas, mas principalmente se exercem envolvendo o usufruto dos tempos femininos de trabalho, sobretudo os tempos da reprodução, de sua capacidade de trabalho e competências de gênero. Nesse sentido, determina o lugar do feminino nas políticas de assistência social e de transferência de uma renda mínima para essas mulheres. Não é por acaso que as mulheres desse segmento de classe passam a ser vistas como figuras disponíveis para implementar ações compensatórias e residuais do Estado, mediante suas políticas de proteção social sem analisar a questão da desigualdade de gênero presente na política da assistência social.

Pelo exposto e revelado nesta análise, o uso gratuito dos tempos sociais femininos pelo Estado mediante suas políticas sociais, se configuram como uma

ISBN: 978-85-61702-41-0

nova forma de opressão-exploração das mulheres e de sua capacidade ou da sua força de trabalho, na medida em que esse uso dos tempos sociais sexuados e da capacidade de trabalho das mulheres garante a implementação de políticas sociais públicas a baixo custo, no processo estatal de produção e reprodução das condições da reprodução ampliada do capital. Nesse sentido, podemos dizer que a valorização do sujeito feminino como partícipe das políticas de assistência social é uma forma de despersonalização do trabalho doméstico de reprodução, reproduzido e simbolizado como um não-trabalho e sem valor.

É preciso analisar se a presença das mulheres nos programas de assistência social destacando o Programa Bolsa Família evidenciam uma visibilidade indicativa de uma possível passagem do âmbito privado para a esfera pública, e se a participação das mulheres nos programas de transferência de renda mínima estão proporcionando a elas a tomada de decisões de negociações e participações políticas, enfim, de um empoderamento libertador e consciente de uma ação emancipatória para essas mulheres buscando a superação das desigualdades sociais de gênero, raça e classe dentre outras.

Referências

BRAGA, Ruy. **A restauração do capital**: um estudo sobre a crise contemporânea. São Paulo: Xamã, 1997.

BRASIL. Lei n. 8742/93. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências**. LOAS. 1993. Disponível em: HTTP:// www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L8742.htm . Acesso em: 28 dez. 2015.

BRAVO, Maria Inês de Souza; PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. (Orgs.) **Política Social e Democracia**. 5ª. ed, São Paulo: Cortez; R.J:UERJ, 2012.

BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA Potyara Amazoneida Pereira. (Orgs.) **Política Social e Democracia**. **In:** Sobre a política de assistência social no Brasil. Potyara Amazoneida P Pereira. 5ª. Ed. São Paulo: Cortez; R.J:UERJ, 2012, pag. 234.

COSTA, Ana Alice A. **O movimento feminista no Brasil:** dinâmicas de uma intervenção política**.** Revista Gênero. UFF, R.J, 2005, pag.1.

ISBN: 978-85-61702-41-0

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: síntese de indicadores 2008. Rio de Janeiro, 2009.

MOTA, Ana E. (Org.). **O Mito da Assistência Social** - ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. **In:** O sujeito feminino nas políticas de assistência social. Arrazola, Laura S. D. ed. 2, Cortez. São Paulo , 2008, p. 247.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. **Utopias desenvolvimentistas e políticas sociais no Brasil**. Serviço Social & Sociedade. – n. 112. São Paulo: Cortez, 2012, pag.729.

SAFFIOTI, Heleieth. **Rearticulando gênero e classe social**. **In**: BRUSCHINI, C.; COSTA, A. O. (Orgs.). Uma Questão de Gênero. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, São Paulo – SP. Fundação Carlos Chagas, 1992, p.183-215.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.); LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. **Avaliando o Bolsa Família:** unificação, focalização e impactos. **In:** Caracterizando o Bolsa Família: uma aproximação ao processo de unificação dos programas de transferência de renda no Brasil. 2ª Ed. São Paulo, Cortez, 2014, pag.50, 67.

SCHEFLER, Maria de Lourdes N. **Gênero, autonomia econômica e *empoderamento*. O real e o aparente:** Sistematização de processos de investigação-ação e/ou de intervenção social**.** REVISTA FEMINISMOS Vol.1, N.3, pag. 08, 2013. Disponível em: www.feminismos.neim.ufba.br. Acesso em 04/01/2016.

SORJ, Bila; GOMES, Carla**. O gênero da "nova cidadania":** o programa Mulheres da Paz**.** Sociologia & Antropologia, v. 1, n. 2, p. 2011.

ISBN: 978-85-61702-41-0

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE HOMENS E MULHERES NA PERCEPÇÃO DE MULHERES JOVENS

Franciele da Silva Santos
Mestranda em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
francielesilvasantos22@gmail.com

Orientadora: Profª Drª Idalina Maria Freitas Lima Santiago
Docente da Universidade Estadual da Paraíba(UEPB)
Email: imfls@uol.com.br

Resumo

A presença das mulheres nos espaços de participação político-partidária é um elemento que desperta interesse para o estudo sobre a representação destas nesses espaços, os quais vêm sendo historicamente ocupados majoritariamente por homens. Diante disso, a proposta de trabalho se propõe a analisar, com base em pesquisa realizada junto a mulheres jovens, entre 15 e 29 anos, integrantes dos setores de juventude e de mulheres de partidos políticos da Paraíba, como as mesmas percebem a participação político-partidária de homens e mulheres na sociedade brasileira. O trabalho apresenta parte dos resultados finais do projeto de pesquisa "Gênero, Participação Política e Mulheres Jovens", financiado pelo CNPq/PIBIC/UEPB.
PALAVRAS-CHAVE: Gênero, mulheres jovens, partidos políticos.

ISBN: 978-85-61702-41-0

Introdução

A inserção das mulheres nos espaços públicos da sociedade brasileira mostra-se, a partir do início do século XX, como um avanço singular graças às incessantes lutas das mesmas para a garantia de suas cidadanias.

Como se verifica no movimento contemporâneo da sociedade brasileira, as mulheres conseguiram galgar várias conquistas no campo da cidadania inserindo-se em espaços antes não permitidos a elas, a exemplo da educação formal, do mercado de trabalho, dos esportes, etc. Contudo, o campo da política partidária tem-se mostrado bastante resistente à introdução das mulheres nesses espaços de poder e decisão.

A despeito das lutas travadas pelas mulheres para se inserirem no parlamento, demarcadamente, expressadas pela reivindicação da lei de cotas para mulheres nos partidos políticos, percebemos que a paridade entre homens e mulheres nesses espaços ainda se configura como um lugar relativamente marcado pelas dessemelhanças. Mesmo com a legislação eleitoral n.º 9.504, de 30 de setembro de 1997, que regulamenta cotas para a participação das mulheres na política partidária, não se percebeu um avanço significativo da representação feminina na vida partidária.

Nesta conjuntura tomamos, como recorte de análise para este trabalho, a percepção de mulheres jovens integrantes dos setores de juventude e de mulheres dos partidos políticos dos municípios de João Pessoa e Campina Grande, estado da Paraíba, acerca da participação política partidária de homens e mulheres na sociedade brasileira.

O texto se estrutura em duas partes: a primeira faz uma abordagem acerca da luta das mulheres em busca da participação política apresentando o movimento de mulheres como relevante para tal conquista e a segunda reflete, a partir da análise das falas das jovens entrevistadas, a participação política partidária de homens e mulheres na sociedade brasileira demonstrando as dessemelhanças entre os gêneros existentes no campo político-partidário. Por fim, tecemos nossas considerações.

Mulher e participação política

A participação política é uma temática que, nos últimos anos, vem despertando interesse nos debates travados tanto na sociedade em geral como nos estudos da academia, em especial no que tange à participação política de

ISBN: 978-85-61702-41-0

mulheres surgindo inúmeras interpretações sobre o lugar assumido por elas na cena política partidária.

Em relação à participação política compete fazermos uma breve definição tomando de empréstimo a conceituação de Gandini e Riscal (2010). Segundo as autoras, a expressão participação e, em particular, participação política, pode apresentar as mais variadas significações.

> Seu uso variou ao longo da história ocidental segundo contextos econômicos, sociais e políticos e, mesmo quando usado em articulação com a forma de governo democrática, pode designar um grande número de ações políticas que vão desde o exercício direto do poder, como nas formas de orçamento participativo, em colegiados ou conselhos ao exercício do poder soberano, por meio da eleição. [...] Encontramos a designação de participação para referir-se às manifestações políticas ou de movimentos sociais ou, ainda, às ações de apoio ou identidade de concepções, como no caso de participação de partidos políticos (GANDINI e RISCAL,2010, p.54).

No que tange à participação política de homens e mulheres, Gonçalves (2009) aponta que a mesma não se dá de forma simétrica, pois a dinâmica da atividade política (práticas e funcionamento de partidos, linguagens e valores políticos reconhecidos), não raro, é baseada em modelos masculinos e, como exemplo disto, o autor citado indica a presença de alto grau de violência verbal, valorização da competitividade em detrimento de cooperação, alto grau de renúncia à intimidade e ao cotidiano. Os espaços públicos e a vida política são colocados como próprios dos homens enquanto as mulheres são designadas proprietárias e gestoras do espaço privado.

A participação político-partidária da mulher no Brasil foi uma das grandes conquistas do movimento feminista através do movimento sufragista, em meados do Séc.XX, o que lhes proporcionou o direito ao voto e inserção na política partidária. Foi conquistado, então, na década de 1920, o direito ao voto para as mulheres com algumas restrições. Dentre essas restrições estavam as mulheres serem casadas e, no caso de solteiras ou viúvas, terem renda própria. A partir dessas restrições, as feministas, conhecidas como sufragistas, intensificaram a luta exigindo que um novo código eleitoral fosse elaborado no qual se incluísse todas as mulheres, até que, em 1932, veio a promulgação pelo então Presidente da República Getúlio Vargas, do novo Código Eleitoral,

ISBN: 978-85-61702-41-0

que determinava o voto secreto, facultando-o às mulheres que exercessem uma função pública remunerada. Com a Constituição de 1946, revitalizada pelo processo de redemocratização após quase dez anos de ditadura, Vargas eliminou o direito seletivo do voto feminino tornando-se extensivo a todas as mulheres (ÁLVARES s/d).

Contudo, Gonçalves (2009) ressalta, a dificuldade que as mulheres tiveram para se inserir nos espaços políticos de decisão, apontando alguns fatores que interferiram na participação política das mesmas.

> Muitos são os fatores que dificultam sua participação política, por exemplo: educação sexista; a sua socialização política que não as motivam a se candidatar para cargos políticos; ambivalência feminina acerca do êxito; a não distribuição de tarefas domésticas com o parceiro; falta de políticas públicas que atendam às necessidades das mulheres; uma divisão social de trabalho que as reafirmam como reprodutoras e cuidadoras; a sistemática exclusão da esfera pública que as colocam no âmbito do privado e, consequentemente, limita a sua participação na esfera política e em âmbitos de tomada de decisões (GONÇALVES, 2009, p.3).

Ainda podemos acrescentar, segundo Camurça (2008), que a democracia representativa brasileira está impregnada dos perfis racista, sexista e classista da sociedade, que consolidaram um poder hegemônico de face masculina, branca e heterossexual, carregando as diferenças político-ideológicas entre os partidos, situação que se agrava pela política liberal/conservadora vigente que, com seus mecanismos de poder junto ao sistema econômico e ao sistema de comunicação de massa, restringe as possibilidades de disputa política para muitos segmentos.

Mesmo com alguns fatores que ainda se mostram como desafios na luta das mulheres para participação política e partidária, podemos apontar um resultado concreto do esforço das mulheres em busca da participação em espaços de decisão e representatividade política: a aprovação do projeto de lei de autoria da deputada Marta Suplicy que estabeleceu cotas para mulheres nas listas partidárias. A a primeira lei (9.100/95) estabelecia 20% de mulheres nas listas partidárias para as eleições do ano de 1996. Em 1997 foi votada a lei eleitoral no 9.504, que aumentou o percentual para 30% a partir do ano 2000, estabelecendo o percentual intermediário de 25% para as eleições de 1998 e determina

ISBN: 978-85-61702-41-0

e determina a reserva de uma porcentagem mínima de 30% e máxima de 70% para os gêneros. (PINTO,2001,p 102).

Segundo Montecchi (2012), a legislação só pecou quando não trouxe expressa a consequência ou sanção, no que tange ao descumprimento desse princípio deixando ao livre arbítrio dos Tribunais o que pode gerar graves incoerências e insegurança jurídica, o que nos faz inferir que mesmo com a existência da lei não se garante de fato a inserção das mulheres haja vista que, se não há uma obrigação para que isto ocorra, muito menos uma punição eficaz aos partidos que não cumprirem, significa que sempre haverá brechas para execução das antigas práticas, ou seja, a construção de espaços marcados predominantemente por homens enquanto representantes políticos.

Metodologia

A proposta envolveu a abordagem metodológica descritivo-analítica, abarcando dois tipos de pesquisa: uma de caráter documental, através de consulta a dados secundários (documentos do Tribunal Superior Eleitoral, do Tribunal Regional Eleitoral e dos Partidos Políticos) e outra que compreendeu a obtenção dos dados primários junto aos/as coordenadores/as dos setores de juventude e de mulheres dos partidos políticos, bem como das jovens mulheres entre 15 e 29 anos inseridas nos citados setores. Os partidos contemplados na pesquisa foram aqueles que, no período de fevereiro a junho de 2012, estavam com representação nas câmaras de vereadores dos municípios de João Pessoa e Campina Grande, estado da Paraíba, e os partidos ditos de esquerda que têm maior visibilidade política pelas ações que promovem na sociedade, cuja bandeira era a busca pela transformação da sociedade.

Para análise dos dados adotamos a análise de conteúdo a qual, segundo Bauer (2002), é um método de análise de texto que faz uma ponte entre o formalismo estatístico e a análise qualitativa do material.

No primeiro momento da pesquisa abordamos os/as presidentes dos diretórios municipais dos partidos políticos os/as quais nos repassaram as informações referentes à inserção de jovens nos referidos partidos e a existência de setores de juventude e de mulheres nas instâncias partidárias. Posteriormente, nos dirigimos aos/às representantes dos setores de mulheres e juventude dos partidos. Por fim, selecionamos uma jovem por cada setor encontrado, de acordo com a indicação do representante dos partidos, com vistas à formação do grupo metodologicamente representativo composto por mulheres jovens

ISBN: 978-85-61702-41-0

que desempenhem atividades relevantes nesses âmbitos. Junto a este grupo metodológico, analisamos como as jovens percebiam a participação político -partidária de homens e mulheres na sociedade brasileira.

Foram pesquisados vinte e oito (28) partidos nas duas cidades. Em João Pessoa, encontramos doze (12) partidos com representação na câmara municipal (PP, PR, PT, PSB, PPS, PMDB, DEM, PSDB, PTB, PRB, PRP e PDT) e quatro (04) do campo da esquerda (PC do B, PCO, PSTU e PSOL). Em Campina Grande nos deparamos com dez (10) partidos com assento na câmara de vereadores (PSB, PT, PR, PTN, PT do B, PSDB, PMDB, PDT, PRP, PRTB) e dois (02) de direção considerada de esquerda (PSOL e PCB). Na fase de coleta de dados constatamos que o PCO e o PSTU não possuíam diretórios registrados em Campina Grande e não conseguimos contatar com os/as representantes do PRP e do PSB.

Dentre os partidos pesquisados em João Pessoa seis (06) tinham o segmento de juventude estruturado, um (01) possuía o segmento de mulheres e quatro (04) contemplavam os dois setores na sua composição. Em Campina Grande apenas dois (02) possuíam os dois setores, um (01) o setor de mulheres e outro o setor de juventude nas suas estruturas partidárias. A maioria das jovens mulheres encontradas nestes setores está alocada nos partidos de João Pessoa, em número de dez (10), e somente uma (01) em Campina Grande.

Buscando resguardar a identidade das jovens entrevistadas, as identificamos com nomes de mulheres que, de alguma forma, participaram de processos de luta pela igualdade de direitos no Brasil.

Resultados e Discussão

Iniciaremos as análises demarcando o conceito de gênero que tomaremos como foco de nossas reflexões. Conforme Scott (1995, p.86), o gênero é "um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos", sendo considerado o primeiro modo de dar significação às relações de poder. Assim, gênero é a primeira forma de estruturação do poder nas diversas formas de interação humana. Como reitera Scott (1995), o gênero não pode ser entendido como algo naturalizado, fixo e imutável, mas como processo social e historicamente construído, logo, passível de desconstrução.

Neste sentido, e conforme Leitão e Medeiros (2011), o conceito de gênero vem contribuir para compreensão da construção desigual entre os femininos e masculinos, reforçando a desnaturalização das diferenças entre os sexos.

ISBN: 978-85-61702-41-0

Compreendendo gênero como uma construção social histórica e os espaços de participação política partidária como um lugar permeado por relações de desigualdades entre os gêneros, nos debruçamos em analisar a percepção das jovens pesquisadas acerca da participação política de homens e mulheres na sociedade.

A maioria das jovens entrevistadas tinha concluído ou estava cursando curso superior e suas inserções nos partidos se deram em função da militância no movimento estudantil ou por tradição familiar na vida partidária.

Dentre as falas das onze jovens pesquisadas, pôde-se identificar que quatro veem a participação político partidária das mulheres como mínima ou falha, estando articuladas a quatro argumentações: a primeira relaciona o desinteresse das mulheres em participar da política como sendo provocado pelo fator histórico cultural, através do qual o espaço público tem sido direcionado para o homem (associado diretamente com o político), enquanto para mulher foi destinado o espaço privado. Percebe-se, assim, que é reforçado pela cultura o não empoderamento das mulheres, criando-lhes uma falta de confiança para se inserirem na vida partidária. Esta argumentação pode ser demonstrada no depoimento a seguir,

> Muito pouca, muito pequena. São poucas as mulheres que têm o peito, que tem a coragem de, (...) enfrentar a carreira política, porque algumas ainda se acham inferiores aos homens (Jerônima Mesquita, 24 anos, Participante do setor de juventude do DEM; entrevista concedida em 22/03/2012 na cidade de João Pessoa- PB).

Seguindo na esteira deste pensamento, outra depoente, além de reforçar o estereótipo tradicional de feminilidade para as mulheres, acrescenta que a participação política não deve ser associada apenas à questão partidária mas também a outros espaços e situações nos quais possa ser exercida a participação política sem que, necessariamente, seja ligada a algum partido ou, mesmo, concorrendo a alguma representação parlamentar. Esta argumentação pode ser observada na fala da jovem do PPS citada abaixo, que indica os movimentos sociais e as ações diárias como formas de participação política.

> O estereótipo que é construído em cima dela: nós identificamos o desinteresse da mulher em participar da política. Porque você tem que entender que política não se faz só em partido, política não

ISBN: 978-85-61702-41-0

> se faz só com o partido, política se faz com movimentos sociais, faz em movimento estudantil, política se faz no seu dia a dia, política é escolha, são, são ações. (Amélia Carolina da Silva Couto, 26 anos, Vice presidente Municipal do PPS e integrante da comissão de mulheres; entrevista concedida em 27/02/2012 na cidade de João Pessoa).

Em consonância com as falas das jovens acima mencionadas, Álvares (2012, p.05) indica que os estereótipos de gênero contaminam a imagem da mulher na política, em especial com afirmações do tipo: "mulher não sabe votar, não sabe se comportar numa representação parlamentar, não sabe falar em público, não gosta de política". Tais afirmativas influenciam diretamente na inserção das mulheres nesses espaços políticos partidários, seja pela falta de oportunidade ou até mesmo pela falta de estímulo da mulher a ponto de se achar com capacidade inferior à do homem, como cita a jovem do DEM.

A segunda argumentação deste grupo de jovens que avaliam como mínima a participação feminina na política partidária, refere-se à recusa das mulheres em se envolverem no jogo político permeado de escândalos, entenda-se corrupção. A fala da jovem participante do PSDB nos faz sugerir que as mulheres não querem se comprometer com as falcatruas do meio político, mais afeitas ao mundo masculino.

> Eu acho que ainda é muito reduzida, ainda tem que melhorar (...) porque as mulheres não estão se engajando tanto porque como o cenário político nosso é meio que de escândalo, que acontece muita coisa, aì todo mundo acha que sempre vai existir desse jeito. Então, mas a política é para uma vida né, eu acho que não só em relação a se candidatar. Mas, eu acho que o interesse da mulher pela política ainda é muito reduzido (Josefa Agueda, 24 anos,participante do setor de mulheres e de juventude do PSDB; entrevista concedida em 04 de julho de 2012 em João Pessoa-PB).

A terceira argumentação percebida neste bloco de depoimentos identifica uma ampliação dos direitos sociais das mulheres em vários campos da sociedade, a exemplo da educação e do mercado de trabalho apontando, contudo, pouco avanço no campo da participação política partidária.

ISBN: 978-85-61702-41-0

> Então, eu acho o seguinte: que a mulher... a participação dela é mínima, é lógico, você tem uma melhora em relação ao que foi anteriormente, mas, você tem uma melhora em tudo né, mas do ponto de vista de representação é uma minoria, da minoria, da minoria das mulheres que atuam, (...) Acho que a participação das mulheres ainda é muito pequena na política né, na sociedade ela desenvolve um papel importantíssimo, (...) acho que a mulher ela tem que evoluir muito no... no sentido político. (Julia Alves Barbosa, 23 anos Coordenadora do coletivo de mulheres do PCO, entrevista concedida em15/03/2012 na cidade de João Pessoa-PB).

A última argumentação que apareceu no depoimento de duas jovens esteve relacionada à legislação eleitoral, enfocando especificamente sobre a Lei de Cotas como um dispositivo que veio possibilitar a inserção da mulher na política partidária, sem, contudo, mudar efetivamente o quadro de representação das mulheres no parlamento.

Para Delgado (1996), a Lei das Cotas não garante o real acesso das mulheres ao poder; entretanto, reconhece que a lei demonstra as dessemelhanças entre os gêneros, dá visibilidade à exclusão das mulheres e possibilita a abertura de novas conquistas.

Um dos depoimentos das jovens que se refere à legislação eleitoral ressalta a forma como é direcionada a lei proporcional de cotas concebendo sua aplicação de forma artificial e incidindo diretamente sobre a pequena participação das mulheres, já que elas são postas no processo eleitoral apenas para cumprir a cota, sem o respaldo necessário do partido, seja em militância ou mesmo em recursos financeiros para efetivação de sua candidatura.

> Eu acho que a participação ainda tem sido muito pequena, é pelo próprio modo como as mulheres são tratadas nos movimentos e nos partidos né? Existe agora uma cota pra quantidade de mulheres pra serem candidatas e tal, mas você percebe que essa cota é artificial entendeu? Os partidos, os grandes partidos, assim, os partidos que realmente disputam o processo eleitoral, colocam essas mulheres, mas raramente elas são as eleitas, porque elas estão ali pra cumprir determinada cota que é... que agora é lei, certo? Mas, na verdade, na verdade o candidato do partido que ele joga mais dinheiro, que ele faz mais campanha, que ele desloca mais militante é sempre um

ISBN: 978-85-61702-41-0

> homem. (Natércia da Silveira, 27 anos, Participante do segmento de Juventude do PSTU; entrevista concedida em 12/03/2012 na cidade de João Pessoa-PB.)

A outra jovem possui uma compreensão distorcida acerca da Lei de Cotas, pois a considera como se fosse uma decisão do partido não evidenciado tratar-se de uma política afirmativa de cunho nacional com o objetivo de diminuir as disparidades dos sexos nas candidaturas eleitorais. A mesma depoente ainda aponta a necessidade das mulheres estarem se inserindo na política partidária com mais intensidade.

> (...) as mulheres hoje elas precisam ter uma participação maior dentro (...) do quadro político, que ainda não temos dentro do... É tanto que dentro do partido a gente tem que ter o limite de ter no mínimo de trinta por cento de candidatas mulheres. Hoje é a exigência do partido, a gente ter no mínimo trinta por cento de mulheres participando de, de, do quadro do partido, seja como vereadora (...) precisamos fazer mais, precisamos de mais quadros, ainda é muito pouco para quantidade de vagas que nós temos na câmara dos deputados, na Câmara, no Senado, porque no Senado agora nós temos pouquíssimas mulheres então assim precisamos de mais, trabalhar nessa perspectiva de mais. (Carmen Portinho, 27 anos, Secretária do segmento de Juventude e participante do segmento de mulheres do PSB, entrevista concedida em 07/03/2012 na cidade de João Pessoa-PB.)

A Lei de Cotas é, na maioria das vezes, interpretada de maneira equivocada e até mesmo como benesse de determinados partidos para com as mulheres. Sabe-se que a Lei de Cotas foi conquista de mulheres que não se acomodaram apenas em ter o direito de votar, mas também queriam está inseridas nos espaços de decisões e concorrer a representatividade parlamentar igual aos homens. A este respeito Gonçalves (2009, p.4) acrescenta:

> A expansão da participação política entre mulheres é uma conquista que demandará muito tempo, mas o processo já está em curso. A diferença da participação das mulheres na política se dá à medida que somam suas experiências e perspectivas às dos

ISBN: 978-85-61702-41-0

> homens, acrescentando temáticas a serem tratadas no campo político. O diálogo entre homens e mulheres e a possibilidade do trabalho conjunto entre os dois sexos são diferenciais para a cena política se se considerarem a necessidade de ambos, descartando a ideia de interesses universais que visam ocultar a dominação política.

Enquanto jovens anteriormente mencionadas acham que a participação política partidária da mulher é mínima ou pequena, as três jovens que veremos a seguir veem a participação das mulheres em estágio de crescimento.

Dentre as abordagens apontadas por essas três jovens, dois pontos merecem destaque: o primeiro, presente nas falas de duas jovens, refere-se à associação do crescimento da participação da mulher na política com o protagonismo da presidenta Dilma Roussef, embora salientando que é preciso haver maior organização das mulheres a fim de assumirem papeis decisivos na sociedade, como salienta a jovem,

> Eu acho que com (...) a chegada de Dilma na, na presidência, eu acho que empolgou muito a mulher a querer ter esse papel decisivo, a querer cumprir esse papel de cargos de política, de querer também mostrar a força e a capacidade das mulheres. Mas eu acho que precisa muito mais do que isso. Eu acho que a mulher precisa se organizar, acho que ela precisa cumprir papeis mais decisivos, de frente. E ai eu acho que Dilma, ela deu o primeiro passo, foi o grande exemplo, mas é (...) mesmo não sendo Dilma, sendo eu, sendo você, sendo qualquer outra mulher, tem o papel importante a cumprir e que muitas vezes não vai ser presidente da republica, mas o pouco ou a contribuição que se dá já garante o desenvolvimento e a participação da mulher. Eu acho que por maior ou menos que seja o gesto, mas se é de contribuição ao avanço, acho que ele é bem vindo. (Celina Guimarães Viana, 23 anos, Participante do setor de juventude e de mulheres do PC do B de João pessoa -PB; entrevista concedida em 14/04/2012 na cidade de Campina Grande-PB.)

O segundo ponto, destacado na fala de uma das jovens, refere-se à crescente participação partidária da mulher como decorrente do processo de

ISBN: 978-85-61702-41-0

desenvolvimento do país, não debitando tal participação à luta das mulheres. Ao mesmo tempo, coloca que esta participação não se dá de forma mais eficaz por falha na organização das mulheres.

> É...Eu acho que, a gente vem crescendo, mas vem crescendo porque é uma coisa maior , mas é uma consequência do crescimento e do desenvolvimento do país, mas que as mulheres estão falhando na sua auto-organização, precisa de mais força. (Almerinda Gama, 23 anos, Secretária setor de Juventude do PT; entrevista concedida em 12/03/2012 na cidade de João Pessoa-PB.)

Por fim, o último indicador apontado nas análises dos depoimentos das entrevistadas acerca da participação político-partidária das mulheres indica notoriedade e destaque das mulheres nesses espaços de atuação política. Esta notoriedade se dá pela inserção das mulheres em espaços que foram sendo conquistados no percurso histórico de lutas das mesmas. Como se percebe na fala apresentada abaixo, a jovens enfatiza que as mulheres já estão se colocando em papeis de destaque no âmbito da política partidária.

> É, eu acredito que a mulher está desempenhando um grande papel na sociedade hoje (...). Em... em buscar seus ideais, em botar a cara a tapa e deixar de... deixar muita coisa que ela antes não lutava, que deixava pra trás, por ser mulher, mas lutando pelos seus objetivos , pelos seus ideais. Hoje ela está indo a luta, está se mostrando guerreira de fato. (Carlota Pereira, 30 anos, Participante dos setores de juventude e de mulheres do PP, entrevista concedida em 29/03/2012 na cidade de João Pessoa-PB.

Em referência à avaliação da participação político-partidária dos homens na sociedade brasileira, dentre as 11 jovens entrevistadas sete mencionaram esta participação enquanto representativa e justificada por fatores culturais que colocaram o homem em papel de destaque na sociedade, em especial nos espaços de representação política. A fala que seguem é ilustrativa desta abordagem.

> Vejo (...) em porcentagem é a mais representativa. Os homens são mais representativos porque eles se permitiram assim, se engajaram mais. Então, por serem historicamente, culturalmente, mais

ISBN: 978-85-61702-41-0

> engajados eles tem mais representante. Se nós tivermos maior engajamento, teremos maior representantes. Hoje a participação ela é expressiva, ela é acima da média né?! não só no espaço de partidos nessa esfera, mas no mercado de trabalho também e as remunerações também são elevadas nessa avaliação. (Amélia Carolina da Silva Couto, 26 anos, Vice presidente Municipal do PPS e integrante comissão de mulheres e de juventude; entrevista concedida em 27/02/2012 na cidade de João Pessoa.)

Foi possível perceber a ênfase na questão ética nos depoimentos de três jovens, as quais colocaram a participação política do homem como insatisfatória em decorrência de estarem imersos em sistema de corrupção que assola o meio político do País. Ficou expresso, nas abordagens dessas jovens, o anseio de que a representação política dos homens tenha mais eficácia e que a corrupção não seja o que guie suas atitudes.

> (...) deixa a desejar né? (...) Porque eu acho que a gente tem visto muitos escândalos (...) com relação (...) ao quadro nacional; ai eu já saio da questão do nosso quadro estadual e falo com relação ao quadro nacional. Então, assim, tem deixado a desejar, eu acho que ainda tem muito o que melhorar, o que avançar. Política não é uma coisa fácil de se fazer, né? e ai a gente vê muita corrupção ainda né? O Brasil hoje é considerado um dos países mais corruptos né?, e dentro desse quadro de ser um país mais corrupto, a gente sabe que também o maior quadro político é de homens né?, (...) então (...) o país é o país mais corrupto, então é porque a gente ainda tem que avançar porque ainda há falhas com relação a questão política, com relação (...) em âmbito político do homem. (Carmen Portinho, 27 anos, Secretária do segmento de Juventude e participante do segmento de mulheres do PSB; entrevista concedida em 07/03/2012 na cidade de João Pessoa-PB.)

O depoimento acima deixa nas entrelinhas que a atuação política partidária das mulheres quando comparada à dos homens se apresenta como associada à honestidade: a mulher sendo posta como sujeito de ideais e ideologias difíceis de serem mudadas por influência de outras pessoas enquanto os homens, considerados corruptíveis e fáceis de serem corrompidos. Esse tipo de visão

ISBN: 978-85-61702-41-0

demonstra a perspectiva essencialista que envolve a concepção de gênero dessas jovens demarcando atributos naturalizados para homens e mulheres.

Em contraposição ao que foi colocado acerca da corrupção desencadeada pelas atividades realizadas pelos homens no campo da política partidária, uma jovem aponta o gênero masculino como credor de confiança em virtude de seu engajamento na política enquanto a mulher é vista com descrédito. Debita este descrédito ao preconceito que a sociedade tem para com as mulheres no referente ao envolvimento com as atividades públicas, consideradas de domínio masculino.

> Em relação, o homem eu acho que é bem mais engajado, bem mais engajado na política do que a mulher! E ele, mas assim, ainda mais no processo eleitoral né, e é tudo bem mais fácil, ao menos assim na Paraíba tem muito preconceito ainda, então eu acho que o homem é mais, sei lá, acho que gera mais confiança pras pessoas, nesse sentido. (Josefa Agueda, 24 anos, participante do setor de mulheres e de juventude do PSDB; entrevista concedida em 04 de julho de 2012 em João Pessoa-PB).

Diante do que foi analisado e conforme Camurça (2008), podemos alegar que devido à falta de estímulo à participação política das mulheres, que se reproduz pelos padrões culturais ao longo da história de nosso país, poucas mulheres conseguem ultrapassar as barreiras causadas pela falta de oportunidades, de consciência de sua condição e de seu potencial de atuação como sujeito político.

Conclusões

Com base nas análises fundamentadas nos depoimentos das jovens inseridas nos segmentos de juventude e/ou mulheres dos partidos pesquisados, afirmamos que a participação política partidária da mulher é um fator que merece mais atenção e investimento por parte dos partidos políticos e da legislação eleitoral pois, mesmo com a aplicação da lei de cotas, ainda não se pode considerar que houve uma real conquista em termos de mudança significativa na representação de mulheres no parlamento.

Cabe salientar a necessidade de incorporação das mulheres na vida política, não apenas como simples votantes ou ocupantes de cota mínima mas

ISBN: 978-85-61702-41-0

como protagonistas capazes de contribuir com as decisões em nível de representação política.

Em relação à participação de jovens mulheres nos partidos , e se levando em consideração a quantidade de partidos pesquisados (28) e o número de mulheres jovens encontradas (11), pudemos constatar que ainda é pequena sua participação, o que demonstra o espaço partidário como um âmbito majoritariamente masculino, ressaltando a necessidade de maior inserção de mulheres.

Dentre as onze (11) jovens entrevistadas seis (06) vêem a participação política partidária feminina como mínima, elencando os seguintes fatores: a questão cultural que estereotipa as mulheres como incapazes de representar plenamente os anseios do povo; a incompatibilidade das mulheres em participar da atual conjuntura política partidária permeada de escândalos e corrupções; a dificuldade de modificação da cultura política assentada em bases marcadamente masculinas que não facilita a efetiva inserção das mulheres na representação parlamentar, a despeito das várias conquistas já alcançadas pelas mulheres em outros campos da vida pública e a crítica à atual política afirmativa de cotas que não garante a real participação das mulheres no parlamento.

Por outro lado, três jovens mulheres destacam a participação político -partidária feminina em processo de crescimento, justificada pela influência da presença de uma mulher na presidência da república e pelo processo de desenvolvimento do país que demanda maior participação das mulheres em todos os âmbitos da vida social.

Por fim, duas das jovens em seus depoimentos apontam a participação das mulheres como notória levando em consideração o reconhecimento pelo papel desenvolvido pelas mulheres na sociedade, assim como o processo de luta para a conquista dos espaços que hoje ocupam.

Depreende-se, então, que 54,5% dessas jovens consideraram mínima a participação política partidária das mulheres, em contraponto com 27.2% das jovens que indicaram o processo crescente de participação e 18,1% a analisaram como notória.

Quanto à participação político-partidária dos homens, oito, equivalente a 72,7% da amostra, a avaliaram como expressiva por associarem esta participação à maior oportunidade que os mesmos têm de se inserir em espaços de disputas políticas; as demais jovens, em número de três (27,2%), mesmo reconhecendo a participação do homem como de maior representatividade a associaram aos escândalos de corrupção, reconhecendo isto como fator prejudicial à política e ao País.

ISBN: 978-85-61702-41-0

Perante o que foi exposto, apontamos a necessidade de processos formativos para o empoderamento das mulheres na política partidária; a promoção de discussões que possibilitem a desconstrução dos estereótipos associados ao gênero que provocam o desencorajamento das mulheres para se inserirem na política; a revisão da legislação eleitoral relativa às cotas de gênero com vistas ao incentivo de fato a participação das mulheres.

Referências

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. **Mulheres e participação política.** Disponível em:<http://www.ufpa.br/ifch/administrator/mulheresepolitica.pdf> Acesso em 08 de agosto de 2012.

BAUER, M. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In GASKELL, G; BAUER, M. (orgs). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Trad Pedrinho Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de Setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1º out. 1997. Seção 1, pp. 21801.

CAMURÇA, Silvia. O Feminismo e a situação das mulheres na política. AMB, 2008.

GANDINI, Raquel Pereira Chainho; RISCAL Sandra Aparecida. Notas sobre o conceito de participação política e sua articulação com a concepção de gestão democrática. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 4, n. 2, nov. 2010. Artigos. ISSN 1982-7199. Disponível em : <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/176/102> Acesso em: 09 de agosto de 2012.

GONÇALVES, **Betânia Diniz.** Impactos da participação política na vida das mulheres versus impactos da participação das mulheres na vida política, XIVENA, 2009. Disponível em: <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/conteudo/pdf/trab_completo_84.pdf> Acesso em: 29 de junho de 2013.

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade; MEDEIROS, Glauce Margarida da Hora**. A Participação feminina na Assembleia Legislativa de Pernabuco-16ª legislatura**. In: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Ondina-BA,2011. Disponível em : < http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/

ISBN: 978-85-61702-41-0

anais/3/1308168639_ARQUIVO_TextocompletoAParticipacaofeminina.pdf> Acesso em: 15 de julho de 2013.

LOPES, Ana Maria D'Ávila; NÓBREGA, Luciana Nogueira**. Democratizando a democracia**: a participação política das mulheres no Brasil e a reforma do sistema político. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/bh/ana_maria_davila_lopes2.pdf> Acesso em: 08 de agosto de 2012.

MONTECCH, Diego Mayolino. **Cotas mínimas de gênero nas eleições proporcionais de 2012**. Disponível em: < http://www.noticiando.com.br/consumo-e-mercado/1829-cotas-minimas-de-genero-nas-eleicoes-proporcionais-de-2012.html> Acesso em: 08 de agosto de 2012.

PINTO, Céli Regina Jardim. Paradoxo da participação política da mulher no Brasil. REVISTA USP, São Paulo, n.49, p. 98-112, março/maio 2001.

PLATAFORMA PELA REFORMA POLÍTICA. **Reforma política.** 2013. Disponível em**:** **<** http://www.reformapolitica.org.br/> Acesso em 07 de setembro de 2013.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 1ºed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica. **Educação e Realidade**. v.20, n.2, Porto Alegre, p. 71-99, jul./dez., 1995.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Divulgação de candidaturas. Disponível em:<http://divulgacand2010.tse.jus.br/divulgacand2010/> acesso em: 06 de setembro de 2013.

ISBN: 978-85-61702-41-0

POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO E LUTA FEMINISTA: DIÁLOGOS E DIVERGÊNCIAS

Gabriela Monteiro Araújo
Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE)
gabbrielaaraujo@gmail.com

Resumo

O presente artigo discorre sobre o processo de incorporação dos conceitos nascidos na luta das mulheres pelo Estado, em especial sobre o gênero e as diferentes perspectivas referentes ao conceito dentro do movimento feminista e ao ser institucionalizado. Além de chamar atenção para o perigo de esvaziamento político do gênero, o trabalho também procura investigar de que mulheres nós estamos falando quando discutimos a luta feminista e as políticas públicas para as mulheres, buscando compreender como essa categoria se constrói e é percebida como sujeito. Também se debruça sobre exemplos da América Latina que se desafiam a despatriarcalizar o Estado e aprofundar o olhar feminista dentro das instituições.

Palavras-chave: Gênero, Feminismo, Políticas Públicas.

ISBN: 978-85-61702-41-0

Introdução

As políticas públicas voltadas para mulheres vêm se desenvolvendo no Brasil nos últimos 25 anos. Ao longo desse período, foi ampliado o reconhecimento das desigualdades nas relações de gênero e seus impactos para o processo de desenvolvimento nacional. Nesse sentido, é possível observar o avanço no que se refere à formalização de direitos e à institucionalização de organismos de políticas públicas específicas, que têm gerado impactos para a vida das mulheres no país (PITANGUY, 2011).

Os avanços registrados no âmbito dos direitos das mulheres resultam, em grande medida, dos esforços levados a cabo pelos movimentos de mulheres que buscam a incorporação de perspectivas feministas à implementação e execução das políticas públicas. Entre os elementos trazidos pelo pensamento feminista para pensar a situação das mulheres e o enfrentamento às desigualdades de gênero, as questões relacionadas a gênero e empoderamento têm papel central, uma vez que contribuem ao questionamento das estruturas e relações de poder estabelecidas (SARDENBERG, 2009).

Embora o termo tenha sido frequentemente associado às políticas públicas de desenvolvimento e gênero, não existe consenso no que se refere à ideia de empoderamento utilizada pelas políticas públicas para as mulheres. Apesar da indefinição acerca do conceito, o termo parece ganhar força tanto teórica quanto instrumental/operacional, a partir de sua utilização vinculada às questões de gênero nas políticas públicas (SARDENBERG, 2009).

O conceito utilizado pelas políticas públicas para as mulheres parece retirar o conteúdo transformador do empoderamento feminino, na medida em que o concebe em termos de ação individual e deslocada de uma discussão maior sobre as estruturas sociais e políticas que incidem sobre a condição das mulheres. O presente artigo espera contribuir para a reflexão acerca dos limites e possibilidades existentes para a incorporação das abordagens feministas no âmbito das políticas públicas para as mulheres, considerando elementos como a participação dos movimentos, a produção de conhecimento científico e o processo de elaboração, implementação e monitoramento das políticas públicas.

A fim de tentar alcançar os objetivos propostos, a estrutura metodológica deste trabalho está atrelada a conceitos indissociáveis do olhar/pesquisa feminista. Minayo (2007) entende por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade, que inclui tanto o método quanto técnicas e criatividade do pesquisador. Ainda segundo a autora, enquanto

ISBN: 978-85-61702-41-0

abrangência de concepção teórica de abordagem, "a teoria e metodologia caminham juntas. (...) Enquanto conjuntos de técnicas, a metodologia deve dispor de um instrumental (...) capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática (idem ant., p. 15-17).

Compreendendo que é ilusória a pretensão de dar conta de todas as questões e possíveis desdobramentos que surgirão ao longo do estudo, reafirma-se o compromisso de seguir o caminho metodológico em coerência com o posicionamento político feminista. Assim, busca-se investigar de forma posicionada como são incorporadas pelas políticas públicas para mulheres os conceitos nascidos na luta das mulheres e como se dá o processo de reflexão sobre esses conceitos a partir de diferentes perspectivas.

As armadilhas de Gênero

> *"Um modo feminista de ler e interpretar o mundo, e de produzir discursos que interfiram nos contextos em que atuamos, parece ser a mais fundamental forma de luta política contemporânea. Esta nossa prática interpretativa e teórica deve constantemente rever e subverter lugares de poder, dentro e fora do feminismo".*
>
> (Simone Pereira Schmidt, 2004)

O processo de dominação-exploração é concebido por Heleieth Saffioti (2001) como um fenômeno social com duas dimensões complementares – político e econômica – que atuam em uníssono para manutenção da ordem que subalterniza as mulheres como categoria social. Ao situar as mulheres no sistema de dominação-exploração, ela afirma que a violência simbólica impregna corpo e alma das categorias sociais dominadas, fornecendo-lhes esquemas cognitivos conformes a esta hierarquia (SAFFIOTI, 2001). Essas relações de poder hierarquizadas atravessam o tempo e os territórios, marcam nossos cotidianos, corpos, sonhos e vozes. São de uma tessitura tão densa que por vezes parecem ter o peso de um destino. No entanto, toda relação de poder também comporta a rebeldia dos sujeitos (ARAUJO, 2014). E são as tensões e fronteiras nessa rede dinâmica, intricada e pulsante que nos interessa abordar. Aqui adotaremos a perspectiva na qual liberdade e poder não são elementos que se excluem, uma vez que as relações de poder só acontecem quando existe algum grau de liberdade e resistência entre os sujeitos envolvidos.

ISBN: 978-85-61702-41-0

Como destaca Medrado, é importante atentar que, quando fala de poder, Foucault usa propositalmente o termo "relações" ao contrário de quando trata de dominação, em que ele emprega o termo "estados", marcando exatamente o potencial de mobilidade do primeiro (MEDRADO, 2008). Sobre as possibilidades que essa mobilidade comporta, María Inés García Canal afirma que

> el ejercicio del poder y resistencia se encuentran indisolublemente unidos, convertido uno en el gemelo de la otra, implicados siempre en una relación de provocación permanente. El sujeto nace resistiendo, y es en esta capacidad de reacción donde se constituye como tal, donde construye el tiempo de la experiência (CANAL, 2005, p.42).

As relações de poder são a pedra de toque para a compreensão das relações de gênero. Joan Scott coloca a definição de gênero conectada a duas proposições: "(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder" (SCOTT, 1995, p.86). Ou, mais precisamente, "o gênero é um campo primeiro no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado" (SCOTT, 1995, p.88). E as discussões sobre as complexas e ramificadas articulações entre gênero e poder são tecidas a partir da crítica feminista – assim como o conceito de empoderamento, que (re)nasce da "práxis" para a "teoria" (SARDENBERG, 2006).

María Jesús Izquierdo aponta a necessidade de resgatar a importância do feminismo, que se vem perdendo ao longo da história com o uso indiscriminado e despolitizado do conceito de "gênero", ou seja, de seus "usos e abusos", como ela define (MEDRADO, 2008). A tensão entre a perspectiva do Movimento Feminista e o Estado é uma das principais arenas dessa disputa. Claudia de Lima Costa (1998) utiliza a análise de Sonia Alvarez a respeito da entrada do feminismo no Estado durante a "abertura política ao gênero", na qual argumenta que a crítica feminista à opressão e à subordinação da mulher dilui-se e neutraliza-se nos discursos e práticas de tais instituições. Nas palavras de Alvarez (1998, p.5),

> [a] pesar del papel inegable que tuvieron los lobbies feministas locales y globales en promover las normas internacionales de género que indirectamente inspiran estos modernos discursos estatales "pró-género", la "incorporación de la mujer al desarollo" no

ISBN: 978-85-61702-41-0

> siempre se inspira en el feminismo. La assídua crítica feminista a la subordinación de las mujeres muchas veces se traduce y tergiversa en las práticas y discursos del Estado. Como me explicó una oficial de la Alcadía de Cali: "ahora la cosa cambió, ya no es aquel feminismo radical de los años 70, ahora es perspectiva de género.
> Entre algunos funcionarios públicos, "género" pareceria haberse convertido en outro término más em el léxico técnico de planificación, un indicador neutro de "modernidade" y "desarrollo", en vez de un terreno o dominio minado por relaciones desiguales de poder entre mujeres y hombres (...) Olga Amparo Sánchez [argumenta que] "si la cuestión de las mujeres si diluye com el discurso de género, seguramente muchos hombres y muchas mujeres que no quieren cambiar las situaciones de subordinación se sentirán nuevamente cómodos com el movimento de mujeres.

Ora, se o gênero atravessa uma enfraquecedora transmutação, abandonando o potencial transformador e desestabilizador do movimento feminista e sendo assumido e apropriado pelo Estado mais como um termo inofensivo do que como um conceito e categoria analítica, há que se considerar o perigo dessa adoção indiscriminada. A despolitização do gênero se reflete diretamente nos organismos e nas políticas públicas voltadas às mulheres, uma vez que estes são os espaços e ferramentas legitimados pelo Estado burguês-patriarcal para esta discussão.

Se o Feminismo e suas teorias e práticas eram vinculados a uma postura radical, pouco pertinente e insuficientemente séria, o gênero vai ser adotado como um princípio mais palatável a ser incorporado com segurança pelo Estado para lidar com as reivindicações das mulheres. Longe de desafiar as estruturais patriarcais oficiais de poder, ele se afasta de suas raízes radicais e de seu caráter incômodo para poder ser servido na sala de jantar. Assim o Estado pode tratar da exclusão socioeconômica das mulheres sem assumir as pautas feministas. Como afirma Cláudia de Lima Costa, não havia no terreno supostamente neutro do gênero a necessidade de "politizar a teoria e teorizar a política" (COSTA, 1998, p.31).

Schmidt aponta que o paradoxo dessa abertura promovida pelo gênero (e lembra a declaração de Joan Scott[1] de que os paradoxos são constitutivos

1 Gênero: Uma categoria útil para análise histórica (1989)

ISBN: 978-85-61702-41-0

da própria história do feminismo) tem resultado muitas vezes na neutralização do caráter mais "guerreiro" e contundente do feminismo, esvaziando-o de sua vinculação com uma história de lutas contra a subordinação das mulheres: "História que é, afinal, o que de melhor temos, e talvez nossa única identidade" (SCHMIDT, 2004, p.19).

Se o exercício de poder não é uma estrutura que se mantém inexoravelmente, significa dizer que está em transformação, sujeito a distintas elaborações e em luta constante. Podemos afirmar que o poder toma muitas formas, constituindo-se mais em uma rede de relações complicadas do que em uma relação causal direta (DAVIDOFF, 1995). Há que se considerar também que a institucionalização do gênero reflete a capacidade de incidência do movimento feminista. Para além de grupos e partidos políticos, esse reconhecimento e incorporação no Estado são resultados diretos das ações dos movimentos sociais de diferentes matrizes, em incessante negociação e disputa com os espaços de legitimação.

Assim como Medrado, nós apostamos na complexa tela que define as relações de gênero, que nos aponta mais para a diversidade do que para a diferença, como resposta à dicotomia e à desigualdade. E reforçamos a necessidade de radicalizar o gênero a fim de questionar e transformar o Estado, atentas para os riscos permanentes de invisibilização das propostas feministas nessa negociação e enfrentamento.

As raízes como um novo ponto de partida

"There is no thing as a single-issue struggle because we do not live single-issue lives"

(Audre Lorde)

Para além das perversas lógicas da hegemonia, nos desafiamos a desenvolver um olhar interno, que nos permita acompanhar as transmutações e heterogeneidade das perspectivas sobre gênero e sujeito no feminismo. A diversidade do que se concebe como sujeito tem sido uma das grandes características do movimento feminista, que permanentemente se rearticula a fim de abarcar novas formas e identidades de resistência. Simone de Beauvoir em sua

ISBN: 978-85-61702-41-0

frase clássica ("não se nasce mulher, torna-se mulher"[2]) já conclamava contra a visão essencialista da categoria "mulher".

A visão feminista pós-estruturalista levou ao extremo a desconstrução da do termo "mulher", a fim de escapar do engessamento de um sujeito único e central. Esse esforço de fugir das amarras essencialistas se distanciou das afirmações identitárias de tal forma que "mulher" então se aproximou de uma construção discursiva, uma irrealidade. O que inevitavelmente trouxe outros pontos nodais: como mobilizar/reivindicar um feminismo sem mulheres? Claudia de Lima Costa (1998, p.132) traz a reflexão de Linda Alcoff (1988, p.420) diante de tal questão:

> O que podemos exigir em nome das mulheres se "mulheres" não existem e as exigências em seu nome simplesmente reforçam o mito de que elas existam? De que forma podemos falar abertamente contra o sexismo como sendo prejudicial aos interesses das mulheres se tal categoria é uma ficção? Como podemos exigir o aborto legal, creches adequadas ou salários compatíveis sem que se invoque um conceito de "mulher"?

O risco de uma desconstrução *ad ifinitum* ir se tornando mais e mais abstrata traz impeditivos a, por exemplo, questões pragmáticas como as exigências e pautas: um projeto político pede um sujeito político. Não nascemos mulheres, nos tornamos mulheres – e talvez seja a hora de retornarmos às mulheres. A categoria "mulher" não precisa ser uma unidade isenta de contradições e descontextualizada de sua historicidade e demais elementos de construção. As identidades não são estáveis e desprovidas de fluidez.

Se não existe um sujeito cujas identidades e relações estejam em posição imutável, isso não significa dizer que noções como as categorias de raça, classe, gênero e etnia não possam ser utilizadas para se referir a sujeitos coletivos. Mesmo as afirmações desconstrucionistas das identidades como ficções ou efeitos de linguagem não precisam necessariamente repudiar reivindicações identitárias, uma vez que isso resulta num enfraquecimento da luta política (COSTA, 2002).

Uma proposta interessante para conciliar uma percepção mais estratégica do pós-estruturalismo (sempre alerta aos perigos do essencialismo) com

2 O segundo sexo (1949).

ISBN: 978-85-61702-41-0

as múltiplas experiências da realidade é a definição de Alcoff de mulher como posicionalidade. Para ela, posição se refere a uma identidade politicamente assumida, firmemente relacionada a à localização do sujeito (social, cultural, geográfica, econômica, sexual e tantas outras) e a partir da qual interpretamos o mundo e na qual nos fundamentamos (COSTA, 2002).

Dessa forma, podemos falar de mulheres, compreendendo-as como sujeitos não-essencializados, mas também historicizados, com identidades interseccionalizadas, e em posição de agir politicamente. Também há que se considerar a crítica das feministas contrárias à política da identidade quando afirmam que nem sempre os grupos que foram historicamente excluídos e invisibilizados conseguem acessar uma posição política, dada a contínua negação opressiva a que estes grupos foram submetidos. Cláudia de Lima Costa propõe uma saída para essa discussão:

> Uma resposta possível a essas ressalvas seria repensar a identidade como aquilo do qual se parte (para chegar a outro lugar), isto é, como uma estratégia política pessoal e/ou coletiva de sobrevivência, independentemente de quão múltipla, fluída e contraditória a estratégia possa ser. A identidade, assim concebida, passa a ser algo pelo qual se deve lutar constantemente, e não simplesmente algo que nos é concedido na construção de alianças e contiguidades transpessoais (COSTA, 2002, p.78).

Assim evitamos que as reflexões pós-estruturalistas nos levem a conflitos de fragmentação e dispersão, considerando a intersecção das categorias com suas diferenças e subjetividades. O sujeito nunca parte de um lugar neutro, mas se enuncia a partir de um lugar de privilégios/opressões, numa conjuntura simultaneamente complexa e específica, e há que se ter em mente a importância da experiência material nessa enunciação, para que não joguemos fora o bebê com a água do banho. A posição do sujeito (sua localização, experiência) é antes de tudo um espaço de poder.

Essa articulação entre as diversas posições do sujeito tem sido uma das expressões mais fecundas do feminismo e a negação epistemológica de qualquer tipo de essência à mulher segue sendo um dos pilares do conceito de gênero. Em seu excelente artigo intitulado “O tráfico do gênero”, Cláudia de Lima Costa sugere um retorno à categoria mulher, entendida não como essência ontológica, mas na acepção ampla de posição (COSTA, 1998). E se esse retorno

ISBN: 978-85-61702-41-0

à categoria implica em algum nível de essencialismo, podemos aqui adotar o próprio essencialismo como estratégia e utilizá-lo para articular as mulheres politicamente. Uma utilização crítica, provisória e tática que nos fortaleça no enfrentamento a estruturas profundamente arraigadas. Ou seja,

> Estes dois momentos (anti-essencialismo epistemológico e essencialismo político) configuram o paradoxo da mulher, ou seja, representam o difícil equilíbrio entre o pessimismo da razão e o otimismo da vontade (política). Assim sendo, a mulher, como Teresa de Laurentis nos lembra, é mais um projeto político que a descrição da realidade (COSTA, 1998, p.133).

Lutar a luta nunca abandonada

"To see like a feminist is not to stabilize, it is to destabilize. The more we understand, the more our horizons shift".

(Nivedita Menon, 2012)

A chamada segunda onda do feminismo[3] caracterizou-se no Brasil e nos demais países latino-americanos principalmente no enfretamento a ditadura militar e dominação masculina. Quando adentramos na terceira onda, temos uma forte participação das mulheres no processo de redemocratização e na aproximação com o Estado. Atualmente, o que se observa é uma progressiva institucionalização das demandas das mulheres, indissociada de uma problematização entre as feministas das estruturas de governo e dos processos de tomada de decisão.

Nesse processo histórico, a experiência do feminismo norte-americano se ancora no modelo liberal enquanto que os feminismos latino-americanos desenvolvem outros embasamentos ideológicos, alinhados à luta contra a opressão neoliberal – luta esta que se encontra com força em outros movimentos sociais

3 A primeira onda do feminismo (ou feminismo da igualdade) inicia no fim do século XVII até a década de 1960 aos direitos civis, principalmente a reivindicação das sufragistas pelo direito ao voto. A segunda onda (ou feminismo da diferença) teve como data os anos 1960 e articula as questões de gênero, raça e classe social. A terceira onda (ou feminismo de governo) ganha força na década de 1990 e defende a ampliação da participação política e nos espaços de poder (BUARQUE, 2008, p.95).

ISBN: 978-85-61702-41-0

e processos organizativos nesses territórios. Marlise Matos (2010) nos traz a denúncia de Mohanty (1984) sobre a construção estereotipada que as feministas ocidentais elaboravam para representar as mulheres do Terceiro Mundo:

> as teorias feministas ocidentais estariam construindo uma representação distorcida, estável, anistórica e reducionista a respeito das mulheres e dos feminismos do Terceiro Mundo como: sexualmente limitadas, ignorantes, pobres, não-escolarizadas, tradicionais e conservadoras, voltadas essencialmente para o doméstico e a família, dependentes e vitimizadas pelo sistema sócio-econômico etc (MATOS, 2010, p.75).

Não colocamos aqui essa tensão a fim de reforçar dualidades ou binarismos entre os feminismos, mas sim no intuito de mais uma vez destacar a importância do pensamento e da ação descolonizadora que rompe as universalizações/hierarquizações e reafirma as dimensões locais e localizadas. Destacar a importância de um feminismo a partir de uma perspectiva não-imperialista, que valoriza a construção de resistência coletiva e cotidiana das mulheres e suas habilidades de incidir e reestruturar o Estado.

Com o avanço da participação política das mulheres latino-americanas nos espaços de representação e nas esferas do Estado, vamos observar novas configurações e reformulações das políticas públicas. O caso da Bolívia (um Estado Plurinacional) na transformação das estruturas é emblemático: a principal bandeira de luta das revolucionárias feministas comunitárias bolivianas é a despatriarcalização do Estado. O feminismo comunitário defende o Bem Viver[4] e a memória ancestral de luta das mulheres indígenas e campesinas, sua cosmovisão e o reconhecimento da história pré-civilizatória das comunidades e países.

O desafio da despatriarcalização do Estado exige uma visão complexa sobre o patriarcado: para além da dominação-exploração das mulheres, este se estrutura na construção das hierarquias sociais, aplicadas umas sobre outras e fundadas em privilégios masculinos sobre as formas de organização social. O patriarcado então se alicerça como um eixo da construção econômica, cultural e política da sociedade. E para (re)inaugurar uma forma de vida justa, as

4 O Bem Viver (ou sumak kawsay, em quéchua, ou qamaña, em aimará) propõe um paradigma alternativo ao sistema hegemônico, a partir da valorização dos saberes, culturas e práticas dos povos originários e contrário a mercantilização da vida, dos corpos e dos territórios. Defende uma relação harmoniosa e integral entre os seres humanos e a natureza.

ISBN: 978-85-61702-41-0

feministas comunitárias bolivianas pautaram essa transformação estrutural no governo Evo Morales, construindo ativamente a Unidade de Despatriarcalização, pertencente ao Vice Ministério da Descolonização, vinculado ao Ministério da Cultura.

A associação *Mujeres Creando* teve grande destaque nesse processo e no combate ao machismo institucional. Julieta Paredes foi uma das fundadoras da associação e também participou da construção do Plano de Governo de Evo Morales. Sobre o nascimento da teoria política do feminismo comunitário, ela narra:

> Nós construímos esta nova corrente de pensamento que não é a do feminismo ocidental. Lemos e aprendemos, mas não somos filhas da Europa. Chamamo-nos 'feministas' porque isso tem um conteúdo histórico que queremos entrar a discutir. Nós somos também feministas mas, que tipo de feministas? Que é que procuramos como feministas? Entramos a debater o que pode ser o feminismo como conceito. Se o feminismo for entendido como a luta das mulheres europeias ou norte-americanas, então nós não somos. Mas se entendermos como feminismo a luta das mulheres em qualquer lugar do mundo e tempo da história, então podemos sim nos considerar feministas porque a nossa memória vem a nós de antes da invasão colonial espanhola[5].

As estratégias de articulação e incidência promovidas pelas feministas comunitárias revisa a multiplicidade de opressões na arena política para configurar ações governamentais que não sejam reducionistas e limitadas. Contudo também elas lidam com a heterogeneidade entre as diversas organizações e movimentos. A associação *Mujeres Creando* teve origem em 1990 e em 2001 sofreu uma crise política que deu lugar a dois coletivos: *Mujeres Creando* e *Mujeres Creando Comunidad* (esta última sendo a atual organização de Julieta Paredes e trabalhando com mais proximidade a gestão de Evo Morales). María Galindo faz parte da *Mujeres Creando* (também foi uma de suas fundadoras) e tece duras críticas ao Estado:

5 Julieta Paredes, em entrevista concedida ao Diário Liberdade, em agosto de 2011. Disponível em: http://www.diarioliberdade.org/index.php?option=com_content&view=article&id=18926:em-la-paz--com-julieta-militante-feminista-boliviana-nos-nao-somos-filhas-da-europa&catid=251:mulher-e-lgbt&Itemid=131

ISBN: 978-85-61702-41-0

> A Unidade de Despatriarcalização não tem orçamento, nem poder, nem conteúdo, nem funções. Fomos nós, *Mujeres Creando*, as que lançamos esta proposta da qual eles se apropriaram para minorar nosso impacto. É parte de uma política governamental não deixar que nada se mova fora do governo, nem sequer o debate nem o pensamento, querem comê-lo todo[6].

María Galindo se auto-proclama uma agitadora das ruas, não acadêmica, e tem sido uma das mais influentes vozes no enfrentamento da domesticação do feminismo. Martha Noya, diretora e fundadora do centro Juana Azurduy, também é uma revolucionária boliviana que faz coro às preocupações de María em ir além das políticas de gênero: "Tira-se da categoria de gênero o conteúdo político e, sobretudo, o sentido questionador das relações de poder, que é o que o feminismo faz"[7]. Dessa forma, encontramos similaridades nas armadilhas do jogo político – o que nos reforça a necessidade de ampliar e aprofundar o (re)fazer de nossas propostas, em contínuo processo de apropriação e desvirtuação pelas instituições.

Considerações finais

O feminismo ocupou vários espaços de articulação política no contexto da globalização. Ainda que sob críticas – e sempre sob críticas, pois isso é próprio da transformação que defendemos – a incorporação de gênero tem resultado numa inegável ocupação institucional da pauta das mulheres. Esse fenômeno reflete a maturidade do movimento feminista, a popularização de seu crescimento e, não menos importante, seu incisivo e transformador poder de incidência.

As possibilidades e os entraves das políticas públicas de gênero só são realidades pelo avanço da luta política do movimento feminista e das mulheres. São vitórias, mas talvez sejam ainda um esboço, um experimento da sociedade que desejamos. Muito nos dizem sobre a dificuldade de operacionalização e

6 María Galindo, em entrevista concedida ao jornal La República, em fevereiro de 2015. Disponível em: https://abordaxe.wordpress.com/2015/02/11/bolivia-maria-galindo-nao-volto-a-ir-a-um-encontro-feminista-em-um-hotel-de-cinco-estrelas/

7 Marta Noya, em entrevista concedida ao Rebelión, em setembro de 2013. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/noticias/523942-tergiversa-se-sobre-o-conceito-de-feminismo-e-e-entendido-como-o-machismo-nas-mulheres-entrevista-com-martha-noya

ISBN: 978-85-61702-41-0

muito nos desafiam a fim de criar mecanismos para garantir um Estado que não se distancie, em que as demandas e propostas populares não sejam sufocadas pela burocratização e concentração de poder.

Nós construímos nossas identidades, narrativas e aprendizados na resistência coletiva cotidiana – e por isso mesmo destacamos que até as limitações encontradas nos espaços institucionais, antes de serem um lugar de encerramento, são aberturas para novas fronteiras de luta, desafios a que nos propomos enfrentar nesse momento histórico.

Referências

ARAUJO, Gabriela. Relações de poder e a resiliência das feministas rurais no Nordeste. In: 18º REDOR, 2014. Recife-PE.

BATLIWALA, Srilatha. Taking the Power out of Empowerment: an experiential account. *Development in Practice*, v.17, n.4/5, 2007, pp.557-565.

CANAL, María Inés García. Foucault y el poder. México, Universidad Autónoma Metropolitana, 2005.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo, Cortez, 2006.

COSTA, Ana Alice. *Gênero, Poder e Empoderamento das Mulheres*. Texto Inédito, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM/UFBA. Coordenadora Executiva da REDOR, sem data.

COSTA, Cláudia de Lima. Feminismo e tradução cultural: sobre colonialidade do gênero e a descolonização do saber. Portuguese Cultural Studies, 2012.

COSTA, Cláudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisando os debates. Cadernos Pagu (19), Unicamp, 2002: pp.59-90.

COSTA, Cláudia de Lima. O tráfico de gênero. Cadernos Pagu (11), Unicamp, 1998: pp. 127-140.

COSTA, Suely Gomes. Movimentos feministas, feminismos. Estudos Feministas, Florianópolis, 12: 264, setembro-dezembro/2044.

ISBN: 978-85-61702-41-0

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1): 47-71, janeiro-abril/2004

LUGONES, María. Hacia um femismo descolonial. Hypatia, vol 25, No4. 2010.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: É possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v.18, n.36, p.67-92, 2010.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. Estudos Feministas, Florianópolis 16(3): 424, 2008.

MOVIMENTO DA MULHER TRABALHADORA RURAL DO NORDESTE (MMTR-NE). A estrada da sabedoria: sistematizando os caminhos para a formação de educadoras rurais do Nordeste. Caruaru, PE, 2008.

PISCITELLI, Adriana. Reflexões em torno do gênero e feminismo. In: COSTA, Cláudia de Lima; SCHMIDT, Simone Pereira. *Poéticas e Políticas Feministas*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2004. PP. 43-66.

SARDENBERG, Cecília. *Conceituando "Empoderamento" na Perspectiva Feminista* (transcrição revisada da comunicação oral apresentada ao I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO, NEIM/UFBA, Salvador, 2006, ampliado na versão 2009.

SCHMIDT, Simone Pereira. Como e por que somos feministas. Estudos Feministas, Florianópolis, 12: 264, setembro-dezembro/2004.

SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. *Revista Estudos Feministas* 13 (1), Florianopolis, janeiro-abril, 2015, pp. 11-30.

ISBN: 978-85-61702-41-0

APRENDIZADO E TREINAMENTO DAS MULHERES PARA A POLÍTICA

Glória Rabay
Universidade Federal da Paraíba
Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero – NIPAM
gloria.rabay@gmail.com

Lucimeiry Batista da Silva
Universidade Federal da Paraíba
Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero – NIPAM
meiry11@gmail.com

Resumo:
Neste artigo buscamos refletir sobre as maneiras como as mulheres tiveram acesso às estratégias de aprendizado e treinamento que lhes permitiram conquistar um espaço na política partidária. A partir do conceito de instituição e de campo político discutimos as dificuldades e empecilhos à participação política feminina. Assinalamos que as dificuldades resistem, entre outros, no âmbito da cultura que fundada em valores patriarcais, determina para homens e mulheres processos de aprendizado e treinamento desiguais. Neste contexto homens e mulheres estão diferentemente instrumentalizados para atuarem no espaço público que, demarcado por valores masculinos tendem a reforçar e perpetuar os interesses dominantes do campo. Encontramos respostas em quinze (15) relatos autobiográficos de mulheres que participaram de processos eleitorais na Paraíba, entre 1998 e 2006, publicados no livro Mulher e Política na Paraíba - Histórias de vida e luta de Rabay e Carvalho (2010). Dando voz a essas mulheres pode-se entender como se deu o aprendizado para o campo político e de que forma elas explicam a importância da educação formal neste processo.
Palavras-Chave: Aprendizado e treinamento na politica, Mulher e política, Instituição, Campo político.

ISBN: 978-85-61702-41-0

Introdução

O espaço, tradicionalmente entendido como político, onde se exerce o poder explícito buscando interferir nas atividades instituintes (CASTORIADIS, 1992, p. 134) (processos eleitorais, atividades no parlamento e no poder executivo estatal), se formou em um campo de poder cujo *habitus* dominante garantiu participação exclusiva aos homens. Na atualidade, este campo tem sofrido modificações, embora ainda se possa falar da pouca participação feminina no fazer político tradicional e na vida pública.

As dificuldades e empecilhos à participação feminina resistem no âmbito da cultura que, até recentemente, determinava às mulheres apenas os espaços privados e uma vida marcada por ciclos biológicos, particularmente a maternidade. Fundados em valores patriarcais, os processos de aprendizado e treinamento, formais e informais, preparam desigualmente homens e mulheres para atuarem no espaço público que, demarcado por valores masculinos tendem a reforçar e perpetuar os interesses dominantes do campo.

A participação da mulher implica, apesar de tudo, em mudança nas normas dos papéis femininos tradicionais e nos sistemas de disposições que formam o *habitus* feminino e possivelmente resulta na conquista de uma maior autonomia individual. O acesso das mulheres à política envolve estratégias e conquistas nas relações e no exercício do poder, tanto no campo da política pública partidária como no campo articulado da política da vida privada.

Neste artigo nos interessamos em responder como as mulheres tiveram acesso às estratégias de aprendizado e treinamento que lhes permitiram conquistar um espaço na política partidária e possibilitaram o acesso desta "nova" representante no mundo público. Para obter essas respostas, valemo-nos de quinze (15) relatos autobiográficos de mulheres que participaram de processos eleitorais na Paraíba, entre 1998 e 2006, publicados no livro Mulher e Política na Paraíba - Histórias de vida e luta de Rabay e Carvalho (2010).

Discussão e Resultados

Considerando que a sociedade é obra do imaginário instituinte, e os indivíduos feitos pela sociedade, ao tempo que a fazem e refazem, Castoriadis afirma que o indivíduo social constitui-se interiorizando explicitamente fragmentos importantes da sociedade e, implicitamente, sua totalidade virtual pelas repercussões intermináveis "que ligam magmaticamente cada fragmento dos

ISBN: 978-85-61702-41-0

indivíduos à sociedade, desde o seu nascimento" (CASTORIADIS, 1992, p.123 -126).

Nesse processo, o indivíduo, na mais total heteronomia, age, "espontaneamente", em consonância com os valores instituídos. É o infrapoder radical exercido pela sociedade instituída sobre todos os indivíduos produzidos por ela; é o poder infiltrado por todo o tecido e indivíduo. Apesar disso, o infrapoder é não absoluto e condenado ao fracasso, já que é sempre a partir do instituído, na história, que a sociedade instituinte trabalha, sendo capaz de operar grandes transformações (obra citada. p. 127).

O que o indivíduo (ou mesmo a sociedade) faz, acreditando fazer "espontaneamente", submete-se ao processo de instituição da sociedade. Nessa perspectiva, Castoriadis distingue "o político" da política, especialmente do sentido ampliado que lhe tem sido dado para incluir a linguagem, a economia, a religião, as relações humanas, o poder explícito e as representações do mundo, entre outras tantas coisas que se costumam ouvir que, por exemplo, "tudo é político". Para Castoriadis, chamar de político o que ele chama de instituição imaginária da sociedade traz uma série de confusões, pois o termo político, desde sua criação

> se relaciona com decisões explícitas e, pelo menos em parte, conscientes e refletidas. E, nesse caso então, por estranha reviravolta, a linguagem, a economia, a religião, a representação do mundo são vistas como decorrentes de decisões políticas [...] (CASTORIADIS, 1992, p.134).

Assim, a política como uma criação grega, é uma atividade refletida e lúcida cujo objetivo é interferir nas atividades instituintes e no poder explícito. Consiste em deixar claro e formalizado uma parte do poder instituinte, criando instituições para tomar a parte explícita do poder participável.

> A autonomia é, portanto, o projeto — e agora estamos falando ao mesmo tempo no plano ontológico e no plano político — que visa, no sentido amplo, ao nascimento do poder instituinte e sua explicitação reflexiva (que sempre só podem ser parciais) (CASTORIADIS, 1992, p. 148).

ISBN: 978-85-61702-41-0

Uma das instituições criadas para intervir nas atividades instituintes e no poder explícito, bem como buscar a parte explícita do poder participável, foi o partido político. Instituição que, no século XX, ganhou legitimidade e se consolidou enquanto *locus* do exercício do poder. Neste contexto, o governo representativo tem sido pensado como a única possibilidade do exercício da democracia. E são os partidos políticos as organizações que expressam a maior possibilidade de interferir na coisa pública, transformando-se nos espaços legítimos de exercício do poder, embora apenas uma minoria participe ou ascenda através dele.

A seu turno, Arendt (1990, p. 214) afirma que, os partidos modernos assumiram a posição dos monarcas absolutos, caracterizando-se pela estrutura autoritária e oligárquica, carência de democracia e liberdade internas, tendência de "tornar-se totalitário" e alegação de infalibilidade.

A instituição partidária pressupunha, desde sua origem, que a participação do cidadão, nos assuntos públicos, era garantida por outros órgãos públicos, não sendo necessária a ação direta dos cidadãos e que os segmentos da população deveriam se contentar em serem representados. Pressupunha, também, que todas as questões políticas são, em última análise, problemas a serem tratados por especialistas. Assim, a política se torna uma profissão, uma carreira, cuja elite é escolhida com critérios definidos internamente.

Bourdieu, igualmente, assinala que o campo político, ocupado por profissionais, deve ser percebido como:

> [...] o lugar em que se geram, na concorrência, entre os agentes que neles se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de "consumidores", devem escolher, com probabilidades de mal-entendidos tanto maiores quanto mais afastados do lugar de produção (BOURDIEU, 2004b, p.164).

O campo político, entendido como o local onde acontecem os arranjos na competição pelo poder, de modo geral, e os partidos, em especial, representam interesses de grupos e possuem normas próprias para recrutar e treinar seus membros, exigindo uma formação especial.

Bourdieu afirma que entrar no jogo propriamente político, com alguma probabilidade de sucesso, exige uma competência específica: "o *habitus* do

ISBN: 978-85-61702-41-0

político supõe uma preparação especial" (BOURDIEU, 2004b, p.169). A preparação especial é todo o aprendizado para adquirir o *corpus* de saberes específicos, produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais ou de capacidades mais gerais, como o domínio de certa linguagem ou retórica. Além disso, são fundamentais as provas e os ritos de passagem que inculcam o "domínio prático" da lógica imanente do campo político, submetendo o indivíduo aos valores, hierarquias e censuras inerentes a ele. Tudo isso é operado em função de uma definição frequentemente implícita da competência desejada (BOURDIEU, 2004b, p.169 e 170).

Certamente que a preparação para a vida política não está acessível a todos (homens e mulheres), porém, dentre aqueles que se "dotam" para esta "profissão", o sexo masculino é predominante, como efeito de uma ordem fundada segundo o princípio androcêntrico, que estabelece o mundo público para os homens e o privado para as mulheres. Mesmo tendo conquistado o mercado de trabalho formal e tendo superado, em termos absolutos, a participação masculina, no que diz respeito ao tempo dedicado à formação escolar[1], as mulheres, em geral, permanecem com limitados acessos ao desenvolvimento de competências e *habitus* políticos.

Nesse processo de formação, os participantes são eleitos a partir de um conjunto de características tidas como confiáveis para o grupo hegemônico, assimilando apenas indivíduos e grupos já legitimados pelas formas corporativas de representação de interesses, resultando, portanto, na concentração do capital político nas mãos de um pequeno grupo, de maneira que os outros, os diferentes, são excluídos de antemão, já que nem acesso ao processo de treinamento eles têm.

Este "monopólio dos profissionais", no campo político, é tanto menos contrariado "quanto mais desapossados de instrumentos materiais e culturais necessários à participação activa na política estão os simples aderentes – sobretudo, o tempo livre e o capital cultural" (BOURDIEU, 2004a, p.164).

Como as mulheres que participam do campo fizeram seu aprendizado, preparação e treinamento para conseguir nele penetrar?

1 Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), divulgada em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que as mulheres brasileiras estudam mais do que os homens. Segundo o estudo Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira em 2012, do IBGE, em 2011, a população feminina que exercia alguma atividade formal no país tinha em média 10,7 anos de tempo dedicado ao estudo, contra 9,2 anos entre os homens.

ISBN: 978-85-61702-41-0

Foi no espaço da família, desde a infância ou através do casamento, que se deu o aprendizado político de algumas dessas mulheres. Foram os parentes que lhes proporcionaram o aprendizado no mundo da política. Campanhas e assessoria informal e, em alguns casos, o papel de primeira dama, deram a elas a oportunidade de aprendizado no campo político, resultando em seu lançamento a algum cargo político eletivo, por iniciativa própria ou de seus familiares. Em geral, esse aprendizado não foi estratégico, planejado; aconteceu na invisibilidade do cotidiano, sem chamar atenção, nem ameaçar o lugar de um correligionário, esperando a melhor oportunidade para não causar disputas internas, "ciumeira".

> Meu marido era cirurgião... eu comecei também a frequentar o hospital e a ajudar aquelas pessoas carentes. [...] E eu, sem querer, demonstrei ser mais política que ele... Então foi aí, que eu visitei a cidade toda. [...] Todo mundo ficou me conhecendo. [...] Em seguida, meu nome apareceu como candidata a prefeita. [...] De direito ele era o prefeito, mas de fato a prefeita era eu. Era eu que ficava na prefeitura, eu que ia para Brasília, eu que arranjava os recursos (Dona Dida) (grifo meu).
>
> E era luta com ele, a gente trabalhando... e eu comecei a me acostumar com a política. Comecei a fazer a política. E eu comecei na luta como secretária e trabalhei cuidando da creche... E por conta dessa atuação, quando terminou o mandato de Severino, eu disse a ele: 'Eu vou continuar a ajudar a essas crianças carentes'. [...] Quase sempre quando chegava mãe pobre, nascia um neném pobrezinho, eu ia lá e levava um apoio, levava uma feirinha... e fiquei fazendo esse trabalho, me acostumei na luta, né?' (Estefânia Maroja) (grifo meu).
>
> Eu não tinha a menor ideia de como se fazia política partidária, mas por força da minha profissão de assistente social, como esposa de deputado, primeiro estadual depois federal e, em seguida, governador, comecei a ajudar e a aprender (Lúcia Braga) (grifo meu).

Na tradição política brasileira se faz e se aprende política através do envolvimento ativo nas campanhas e carreira de algum familiar. Quando se trata do aprendizado feminino esse percurso ocorre, geralmente, sem reconhecimento oficial. Ao participar, a mulher está contribuindo na construção do patrimônio

ISBN: 978-85-61702-41-0

político da família, mais comumente do marido e, quiçá, do seu próprio. No entanto, quando usufrui desse patrimônio, parece, quase sempre, aos olhos dos críticos e opositores, uma apropriação ilegítima.

> E eu levei essa vida visitando os bairros de Cajazeiras, fazendo política e assistindo o povo. Minha vida tem sido essa há mais de 30 anos... Eu faço esse trabalho desde que eu casei. (Zarinha).
> Vinte anos deputado estadual! E eu acompanhando, ajudando... [...] Trazia aqueles casos para resolver aqui... documentos para providenciar, uma aposentadoria que estava dificultada, um salário que não estava saindo no tempo, um direito que a pessoa reivindicava e não chegava, eu vinha e fazia esta parte. Eu sempre estava presente no trabalho dele, mas eu tinha meu ponto de vista. (Francisca Motta) (grifo meu).

A família de origem também é referência de aprendizados para o campo político, para Olenka Maranhão e Iraê Lucena, não casadas com políticos. E mesmo quando os pais não se envolveram diretamente com a política, algumas falam de um ambiente familiar envolto nos assuntos e interesses políticos. É o caso de três mulheres entrevistadas (Dona Dida, Socorro Marques, Lúcia Braga), cujos pais, apesar de não serem políticos, conviviam com políticos e participavam de suas querelas e debates.

> A casa da minha mãe sempre foi um palco de políticos. Como eles eram os representantes iniciais do novo município, todos os políticos, sacerdotes, freiras, todas as pessoas de uma situação econômica e política melhor procuravam a casa de meu pai. Então a gente já nasceu vendo a conversa política dentro de casa, meu avô era muito partidário do PSD, a gente já pegou de 30 (década de 1930) para cá, que foi quando a gente começou a lidar com os políticos... nós sempre fomos vinculados à política, de uma maneira ou de outra... (Socorro Marques) (grifo meu).
> [...] Meu avô era grande amigo do presidente Epitácio Pessoa, do qual foi contemporâneo de faculdade. [...] (meu avô) gostava de me colocar sobre seus joelhos e cantar para mim a Marselhesa e o Hino da Proclamação da Independência. [...] Quem sabe, o meu subconsciente se reportou a essas raízes quando, no dia histórico

ISBN: 978-85-61702-41-0

> do impeachment de Collor, foi a minha voz vibrante e emocionada que iniciou o Hino da Proclamação da Independência que o plenário inteiro acompanhou. (BRAGA, 1995, p. 31 e 38).

Nadja Palitot faz referência a uma disposição forjada no seio de sua família que, através da educação doméstica, teria, definitivamente, inculcado em seu espírito o compromisso com os excluídos. Sua preocupação com o social teria, assim, raízes na forma típica da solidariedade cristã tradicional, uma vez que toda a sua família convivia com as pessoas economicamente menos favorecidas.

> À noite minha mãe ensinava os empregados a bordar e a ler. Eu admirava a maneira como mamãe se relacionava com os empregados [...]. As empregadas da minha casa não foram empregadas, sempre foram pessoas da família. Eu acho que isso foi um despertar, sabe? E papai idem, porque meu pai, médico, atendia em casa muitas pessoas que vinham do interior, meu pai nunca soube ganhar dinheiro em Medicina. [...] na minha casa pobre, rico era a mesma coisa... e botava os pés na calçada e aquilo era completamente outra história (Nadja Palitot).

Se as mulheres casadas com políticos conquistam espaço na política, exercendo de sua "feminilidade", seu papel de esposa, com assistência social, beneficência e relações públicas, as não casadas com políticos precisam, antes de enveredar no campo político, construir um espaço de visibilidade. Esse espaço pode ser conquistado através da educação formal, do sucesso profissional ou da militância política no partido, em algum movimento social ou sindicato. São esses outros espaços que as têm instrumentalizado para o acesso e o exercício político através da conquista de capital simbólico: competência técnica e reconhecimento social.

O aprendizado proporcionado pelo casamento com um político, ou pelos desafios de conquistar reconhecimento social, através do carisma político ou sucesso profissional, não anulou o papel da educação formal e da aprendizagem experiencial além destes espaços, embora difícil de estimar, mas, por certo, imprescindível à preparação destas mulheres para o ingresso e para permanência na carreira política.

Oportunidades de desenvolver a fala pública, liderança e representação de grupos apareceram cedo na vida escolar de Aracilba Rocha e Cozete Barbosa.

ISBN: 978-85-61702-41-0

Para Socorro Marques tais oportunidades foram proporcionadas desde a infância pela cultura familiar; já para Lúcia Braga, a habilidade de falar em público só começou a ser exercitada na campanha do marido para governador, em 1981, depois de 20 anos de casamento.

> Foi quando comecei a fazer pronunciamentos, primeiro nas reuniões fechadas, depois nos comícios de mulheres, ousando, ao final da campanha, discursar nos grandes comícios, onde as maiores lideranças do partido se faziam presentes. ... titubeante e nervosa, pois não tinha nenhuma experiência de palanques [...]. (BRAGA, 1995, p. 76-77).

Todas as mulheres entrevistadas, com apenas uma exceção, concluíram algum curso superior. Em contraposição às mulheres casadas com políticos, que optaram por cursos tradicionalmente tidos como femininos (Letras, Pedagogia ou alguma licenciatura e Serviço Social), as candidatas não casadas com políticos possuíam formação ou demonstraram competência e conquistaram prestígio em campos de trabalho tidos como masculino: Aracilba Rocha, engenheira e dirigente partidária; Cozete Barbosa, analista de sistema e dirigente partidária; Iraê Lucena, publicitária; Nadja Palitot, advogada criminalista; Narriman Xavier, radialista; Olenka Maranhão, formada em Direito; Socorro Marques, economista. Algumas delas relatam experiências que demonstram atitudes, no campo do trabalho, transgressoras do modelo feminino e que, parece, lhes conferiram capital simbólico para pleitearem espaço no campo da política.

> Eu gostava de aparecer e para aparecer, como eu não tinha beleza e era muito pobre, eu tinha que saber das coisas, tinha que me sobressair em alguma coisa… Então eu sempre que chegava em casa, às onze horas da noite, eu acendia duas velas – porque na minha casa não podia gastar energia –, e estudava as matérias do dia seguinte. E comecei a fazer sucesso em matemática. Juntei as duas coisas: o dinheiro do armazém, onde eu trabalhava durante o dia, e comecei a ganhar dinheiro dando aula de matemática no final de semana. E fui me aperfeiçoando... E quanto mais eu aprendia, mais definia a minha carreira na área de matemática. Ainda fiquei em dúvida no vestibular, se eu fazia Matemática pura ou Engenharia. Mas, por influência do meu irmão – que já estava

ISBN: 978-85-61702-41-0

> terminando o curso de Engenharia, eu preferi fazer o vestibular em Engenharia. (Aracilba Rocha) (grifo meu).
> [...] na época ela dizia assim prá mim: 'Eu vou fazer feira, eu sou a sogra de Cozete, Eugênio é o cunhado de Cozete e Paulo é o marido de Cozete. Na minha família, as mulheres ou são médicas ou professoras e você tem essa história de computação, de fazer política... Para mim, isso é estranho!' (Cozete Barbosa).
> [...] território muito machista, mas que me acolheu muito bem. Fiquei na OAB e fomos pioneiros em fundar a Comissão de Direitos Humanos. Os conselheiros mais velhos olhavam desconfiados... Uma mulher, com idade de ser filha deles, fundando Comissão de Direitos Humanos! Com 22 anos, me tornei Chefe do Departamento Jurídico. (Nadja Palitot) (grifo meu).
> Depois que implantei todo o modelo na Paraíba me deram a Sub-Coordenadoria do FDE (Fundação de Desenvolvimento do Estado), onde fiquei durante dois anos. Era o FDE, através de projetos, que distribuía os recursos para todos os órgãos do Estado e Prefeitura. Adquiri muito conhecimento e influência nesse tempo... No segundo ano que estava no FDE, eu fui convidada prá ser prefeita do meu município (Socorro Marques) (grifo meu).

A educação formal foi citada por algumas entrevistadas como fonte de esclarecimento para posições adotadas na vida política, mesmo em profissões que não foram exercidas, ou o foram apenas em momentos circunstanciais.

> O curso de Serviço Social, especialmente a sua parte prática, me trouxe o sentido ideológico que transforma vidas, levando-as a compromissos permanentes com a luta por uma sociedade mais justa e mais humana. [...] Começava a viver em um mundo desconhecido para mim, mas muito real. O mundo das crianças que morriam de fome e desnutrição, o mundo dos 'sem-casa' e dos 'sem-emprego' [...]. Havia descoberto a minha vocação e nunca mais conseguiria renegar esse compromisso com o social. (BRAGA, 1995, p. 52-53) (grifo meu).
> Eu fazia Direito e Jornalismo. Na época eram cursos completamente antagônicos. Porque no de direito a gente via tudo assim... o poder da burguesia sobre o restante da população. Enquanto no

ISBN: 978-85-61702-41-0

> de jornalismo via literatura de esquerda. A gente via como essas coisas eram projetadas na cabeça das massas. Foi uma coisa bem conflitante para mim, mas foi boa. Passei a ter uma visão política bem mais séria e didática... Nesta época eu tive acesso à literatura anarquista e fui anarquista – talvez, no fundo minha alma, ainda seja anarquista... Foi nessa época que tomei horror à política. [...] Eu tive um professor no curso de Direito muito sério e engajado [...] e ele começou a nos levar para as cadeias, para os presídios. Aí despertou em mim a militância de direitos humanos, e esse foi talvez um dos principais requisitos para o meu ingresso na política. Porque aí eu passei a ver o mundo mais profundamente, frequentar o que eu chamo de 'os porões da sociedade' A gente ia a todos esses lugares de onde as pessoas normalmente só escutam falar, não sabem nem como é que seres humanos vivem nesse trágico território social. (Nadja Palitot) (grifo meu).

Conclusão

Como já foi assinalado, o campo político exige de seus membros um aprendizado especial, um treinamento para que o/a neófito/a entre e permaneça no campo. Para isso é preciso que domine as regras do jogo e jogue o mesmo jogo, adquira saberes específicos e se submeta a valores e hierarquias próprias do campo. Ser considerado/a competente pelos pares e obter sucesso significa ter aprendido a lógica do jogo.

Como grande parte dos políticos no Brasil, a maioria das mulheres tem aprendido as regras do jogo graças à ajuda e prestígio dos parentes e do *habitus* adquirido no âmbito familiar que pressupõe o convívio, por longo tempo, com correligionários, aliados e práticas políticas do grupo e resulta num domínio prático das regras.

Não é apenas através do capital político/financeiro/cultural da família que as mulheres têm conseguido maior espaço no campo político. Incipiente quantitativamente, porém algumas mulheres têm tido disposição e condições de construir uma trajetória social, privilegiando a carreira política, capitalizando poder pessoal suficiente para adquirir inegável capital político e se impor no campo, sem o apoio de uma família poderosa.

Entrar no campo político sem uma herança familiar "é freqüentemente produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros

ISBN: 978-85-61702-41-0

domínios e, em particular, em profissões que permitem tempo livre e supõem um certo capital cultural [...]" (BOURDIEU, 2004a, p.191). Ou seja, requer uma inserção social ou um papel público de grande visibilidade e reconhecimento social, capaz que conquistar confiança de um grupo político do qual possa retirar força e prestígio.

Aquelas cujas famílias não possuem capital político para transmitir buscam na educação formal e nas oportunidades advindas deste espaço legitimar sua entrada no campo. Embora também as pertencentes a famílias tradicionais na política busquem legitimidade em competências adquiridas no âmbito da educação formal, mas estas últimas o fazem já com sua entrada no campo facilitada pelo capital político familiar.

Referências

ARENDT, Hannah. **Da revolução**. 2ª ed. Brasília: UNB; São Paulo: Ed. Ática, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004a.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2004b.

BRAGA, Lúcia Navarro. **Tempo de viver, tempo de contar**. João Pessoa: A União, 1995.

CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto III:** O mundo fragmentado; tradução Rosa Maria Boaventura. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1992.

RABAY, Gloria; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Mulher e Política na Paraíba**. Histórias de vida e luta. João Pessoa: Assembleia Legislativa da Paraíba: Editora da UFPB, 2010.

ISBN: 978-85-61702-41-0

DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS, EM ESPECIAL DE MULHERES

Jucilane Santana dos Santos
Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Gênero, Mulheres e Feminismo – PPGNEIM/UFBA
jucilane18@hotmail.com

Márcia Santana Tavares
Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Gênero, Mulheres e Feminismo – PPGNEIM/UFBA
marciatavares1@gmail.com

Resumo
Neste trabalho, observa-se como o campo de estudo sobre tráfico de mulheres tem se configurado como campo complexo e diversificado permeado por uma série de polêmicas de ordem conceitual e política. Os debates produzidos nessa seara revelam a dificuldade do estabelecimento de um consenso por parte de pesquisadores/as, feministas e ativistas, produzindo implicações que influenciam diretamente na construção de políticas públicas de enfrentamento ao tráfico de mulheres. Buscamos, assim, analisar, por meio da perspectiva de gênero, os desafios para a consolidação das políticas públicas de enfrentamento ao tráfico de mulheres.
Palavras-chave: políticas públicas; tráfico de mulheres; feminismo; gênero.

ISBN: 978-85-61702-41-0

1. Introdução

Para analisar o tráfico de pessoas na contemporaneidade, em especial o tráfico de mulheres e os desafios para a implementação das políticas públicas voltadas para seu enfrentamento, é necessário compreender quais são os fatores que estão na base desse tipo de crime na sociedade, levando em conta que tal prática emerge das relações de poder que se entrecruzam estabelecendo hierarquias, quais sejam, as relações de poder estatais, capitalistas, raciais e patriarcais.

É perceptível a dificuldade presente nos estudos sobre a temática, no tocante à definição do objeto em questão, principalmente, quando se refere ao tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, pois este é um conceito complexo e de difícil consenso entre pesquisadores/as e ativistas, o que influencia diretamente nas estratégias e iniciativas políticas para o enfrentamento do fenômeno.

Diante dessa compreensão, este trabalho tem como objetivo analisar e compreender os desafios para a consolidação das políticas públicas de enfrentamento ao tráfico de pessoas, com ênfase no tráfico de mulheres. Reconhece-se que diante da amplitude do debate, torna-se impossível esgotar as possibilidades de análise que esse tema suscita. Trata-se, no entanto, de um esforço para situar como as relações sociais de gênero e suas contradições, presentes na sociedade, contribuem para a construção e materialização das políticas públicas para as mulheres em situação de tráfico.

2. Metodologia

Trata-se de uma Pesquisa Bibliográfica com vistas a ampliar o conhecimento científico sobre o tema, a partir de uma perspectiva de gênero. Conforme destacam Lima e Mioto (2007), a pesquisa bibliográfica é um procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico acerca de temas pouco explorados, possibilitando a formulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas.

2. O contexto social que (re)cria o fenômeno do tráfico de pessoas na sociedade contemporânea

Qualquer estudo que pretenda conhecer as reais causas da existência do tráfico de mulheres na contemporaneidade e os desafios para a implementação de políticas públicas voltadas para seu enfrentamento deve levar em conta que

ISBN: 978-85-61702-41-0

suas determinações estão ancoradas na relação estrutural de desenvolvimento da sociedade. O modelo desigual do modo de produção capitalista tem produzido sujeitos vulnerabilizados pelas condições de pobreza e miséria inerentes a esta sociedade.

É bem verdade que o tráfico de mulheres não é um fenômeno recente na sociedade, sendo este anterior ao capitalismo, já que se constata, desde a Antiguidade, a prática de escravatura, que aferia direito de propriedade de um ser humano sobre outro. (SANTOS, GOMES, DUARTE, 2009). No Brasil, os primeiros indícios do tráfico de seres humanos são encontrados no período colonial, sendo que o regime escravocrata foi abolido em 1888.

Contudo, a abolição da escravidão em diversos países não extinguiu o fenômeno "nem o lugar que este ocupa nas rotas económicas e migratórias da modernidade" (SANTOS, GOMES, DUARTE, 2009, p.71) Em outras palavras, o tráfico de pessoas resistiu às transformações ocorridas na base do modo de produção da sociedade e hoje é praticado para diversas finalidades: trabalho forçado e análogo ao escravo, adoção ilegal, extração de órgãos e, para fins de exploração sexual comercial.

Cabe salientar que, apesar da relação intrínseca do tráfico de seres humanos da Antiguidade e do contexto atual, a forma como este se desenvolve outrora em tudo difere da prática atual (SANTOS, GOMES, DUARTE, 2009). Se antes a escravidão de seres humanos obtinha uma centralidade na formação do sistema mundo, sendo legitimada pelo Estado, hoje, configura-se como uma atividade ilegal, informal e criminosa. Além disso, no modo de produção capitalista vigente, o tráfico de mulheres cumpre lógicas de acumulação econômica.

Nos termos de Leal e Leal (2006), trata-se de um fenômeno complexo, de ordem multidimensional, multifacetado e transnacional, já que não tem suas determinações apenas na violência criminal, mas também nas relações macrossociais, ou seja, no mercado globalizado e a consequente precarização da força de trabalho, na migração e no crescimento da exploração sexual comercial de mulheres. Resulta, assim, das contradições sociais e da crise entre mercado, Estado e sociedade, terreno fértil para a emergência do crime organizado e aumento das desigualdades de gênero, raça/etnia e de classe.

Por isso, a análise do tráfico de mulheres não deve ser realizada a partir de uma perspectiva de unicausalidade, uma vez que a determinação econômica sozinha não será capaz de responder quais razões sustentam e favorecem as condições de vulnerabilidade que levam as mulheres a uma situação de vítima principal desse tipo de crime. A exploração sexual das mulheres deve aqui ser

ISBN: 978-85-61702-41-0

também entendida como fruto da relação desigual existente entre homens e mulheres e da violência de gênero que essa desigualdade produz.

> O gênero, que por definição se traduz na construção social do sexo, muito mais do que um construto social e linguístico é um construtor das nossas mentes, dos nossos preconceitos e das nossas realidades sociais e humanas (SANTOS et al, 2007, p.06).

Gênero não pode ser entendido como sinônimo de sexo, uma vez que este último refere-se aos aspectos físicos e fisiológicos utilizados para distinguir fêmeas e machos da espécie humana (SARDENBERG; MACEDO, 2011). Assim, gênero diz respeito aos processos construtores (sociais, políticos, econômico, culturais) das diferenças sexuais entre homens e mulheres que produzem nessas relações sociais desigualdades e hierarquias.

No campo de estudos sobre tráfico de pessoas, este fenômeno é constantemente associado ao deslocamento de mulheres para exercer a prostituição e "gênero" é, com frequência, tratado como sinônimo de "mulheres". (PISCITELLI; VASCONCELOS, 2008) No entanto, Sardenberg (2010, p.45-46) pondera que o conceito de gênero não substitui "mulher" nem torna irrelevantes as pesquisas sobre as mulheres como grupo social discriminado.

Nesse sentido, é evidente que em uma sociedade imbuída de valores machistas, quando emergem os fenômenos sociais, em geral, são as mulheres que, direta ou indiretamente, são as mais atingidas. Em tempos de crise são as mulheres as mais afetadas pelo desemprego, recebem salários inferiores aos dos homens para a realização das mesmas tarefas, as atividades tradicionalmente femininas são mal remuneradas, o trabalho doméstico-familiar não é remunerado, a violência no âmbito público e privado é uma constante na vida de milhares de mulheres, são alvo de discriminação racial e enfrentam as consequências da feminização da pobreza e da feminização da AIDS. Estes são alguns dos exemplos ilustrativos da vulnerabilidade social a que estão expostas as mulheres.

Com o tráfico de pessoas essa realidade não é diferente, não por acaso, as pesquisas revelam com unanimidade que as mulheres são as principais vítimas do tráfico para fins de exploração sexual. Essas condições contribuem para que muitas mulheres migrem para outros países ou estados, distantes do seu local de origem, em busca de melhores oportunidades de vida, sendo em determinados casos transformadas em vítimas dos traficantes. É por isso que muitas pesquisas

ISBN: 978-85-61702-41-0

demonstram uma relação direta entre o tráfico de mulheres e questões como migração e prostituição, apesar de não haver um consenso quanto à definição e a relação quase que imediata desses fenômenos, que serão trabalhados adiante.

Com isso, constata-se, a nível local e global, a intensa fragilidade do Estado e da sociedade, bem como a não capacidade dessas instâncias em romper com as situações de exploração e opressão dos sujeitos marcados pela sua condição de gênero, raça/etnia, classe, orientação sexual entre outras. Fica explícita a importância de uma análise ampla das estruturas que sustentam o tráfico de mulheres, por meio de uma perspectiva interseccional, sem que uma dimensão de causa do fenômeno (classe, raça/etnia e gênero) se sobreponha a outra ou se tornem mutualmente excludentes. Essa abordagem pode possibilitar um enfoque que corresponda à complexidade do objeto.

2.1. Delineando entraves conceituais no debate sobre tráfico de mulheres

Como nosso objetivo aqui é apontar os desafios para a construção e consolidação das políticas públicas voltadas para o enfrentamento ao tráfico de mulheres cabe-nos mostrar as dificuldades conceituais presentes no debate, quando se trata de tráfico para fins sexuais, uma vez que este é um fenômeno complexo que gera muitas controvérsias. Além disso, a maior ou menor amplitude dada à questão pode influenciar na definição de políticas de enfrentamento ao crime, que muitas vezes são definidas pelas instâncias governamentais segundo seus próprios objetivos. (SANTOS et al, 2007)

As visões e posições quanto à definição determinam, de maneira geral, a construção de medidas legais e estratégias de enfretamento ao tráfico de mulheres para fins sexuais por parte dos Estados e, de maneira específica, determinam a forma como as mulheres têm sido tratadas no âmbito das políticas públicas de prevenção e atendimento às vítimas. Contudo, o debate acerca da questão tem dividido muitos ativistas, pesquisadores, teóricos e agências governamentais e não governamentais, uma vez que não tem sido construído com base em um consenso. E são as discussões em torno das questões relacionadas à imigração ilegal, o consentimento e a prostituição que têm ganhado relevância nesse terreno.

Uma das dificuldades encontradas para fundamentar o fenômeno está na confusão existente entre tráfico de pessoas e auxílio à imigração ilegal. De acordo com Santos e seus colaboradores (2007), apesar de ambos se configurarem

ISBN: 978-85-61702-41-0

como fenômenos de imigração irregular e, portanto, crimes com fins a obtenção de lucros, geralmente envolvem situações nas quais os migrantes ou a pessoa traficada sofrem perigos e condições de desconforto, ainda que decidam migrar de maneira voluntária. Mesmo que uma situação de tráfico possa, em um primeiro momento, significar migração irregular, há diversas diferenças entre eles.

Por isso, tanto os estudos sobre migração, quanto documentos e legislações internacionais têm procurado estabelecer uma clara distinção entre os dois fenômenos. A migração irregular refere-se ao processo de deslocamento realizado por uma pessoa mediante pagamento a um terceiro para facilitar a transposição de fronteiras através de meios e procedimentos ilegais. Algumas das principais diferenças referem-se ao fato de que o tráfico, ao contrário da migração irregular, pressupõe a exploração de outros, além disso, a migração irregular é sempre transnacional, ao passo que o tráfico de pessoas pode acontecer também a nível interno dos países. (SANTOS et al, 2007)

No ano de 2000, a Convenção contra a Criminalidade Organizada Transnacional, da Organização das Nações Unidas, adotou dois protocolos distintos para diferenciar esses fenômenos, por entender que o tráfico de pessoas não pode ser encarado como sinônimo de migração irregular, o que exige soluções específicas que visem à garantia dos direitos humanos das pessoas vítimas desse crime. Assim, o *Protocolo Adicional Contra o Tráfico Ilícito de Migrantes* estabelece como migração ilícita o ato de "facilitar a entrada ilegal de uma pessoa num Estado do qual essa pessoa não é nacional ou residente permanente com o objetivo de obter, direta ou indiretamente, um benefício financeiro ou outro proveito material." Já na definição do *Protocolo Adicional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Criança,* conhecido como *Protocolo de Palermo,* entende como tráfico de pessoas como um conjunto de fatores que envolve o recrutamento, o transporte, a transferência e acolhimento de pessoas com utilização da força, ameaça, coação, para diversos fins.

De acordo com os protocolos, a migração irregular implica na facilitação da passagem de fronteiras e o tráfico de pessoas pressupõe o exercício continuado da exploração já no local de destino, além de implicar a *coerção ou engano, abuso, exploração*. Essa distinção, porém, possui uma linha tênue, pois em alguns casos uma situação de migração irregular pode se transformar em tráfico, dessa forma, alguns/mas autores/as advogam que o tráfico de pessoas é muito complexo para o estabelecimento de um conceito rígido. Ao utilizarem os protocolos como instrumento, alguns Estados podem não levar em conta que

ISBN: 978-85-61702-41-0

existem pessoas que caem nos dois tipos de situação, não distinguindo aqueles que são vítimas do tráfico daqueles que agem como parceiros em uma situação de migração irregular. (SANTOS et al, 2007)

Nesse ponto, aparece outra confusão frequente que diz respeito à questão do consentimento. De acordo com os protocolos, para a configuração de migração irregular os/as migrantes precisam consentir com a situação, diferente do tráfico para o qual o consentimento é irrelevante. No entanto, uma mulher pode consentir, por exemplo, com a migração irregular, mas no lugar de destino ser envolvida na rede do tráfico sem que seja dado consentimento para a situação de exploração a que estará submetida.

A questão do consentimento interfere significativamente na maneira como os países e suas legislações tratam as mulheres envolvidas nessas situações que, a depender de cada entendimento, podem ou não serem consideradas vítimas. Problematizando a noção do consentimento, Santos e seus/suas colaboradores/as (2007) chamam atenção para a necessidade de um maior cuidado na definição do tráfico, pois algumas perspectivas adotadas podem ser orientadas por valores morais que, em vez de contribuírem para a garantia dos direitos das mulheres, só ajudam para a manutenção e reforço de estereótipos.

Isso também nos remete à terceira confusão existente no debate, que se refere à vinculação do conceito de tráfico com o de prostituição, tomados inicialmente como sinônimos. Essa confusão está presente na definição do tráfico desde as primeiras formulações existentes, que datam dos meados do século XIX, quando o tráfico de mulheres era encarado como um problema internacional, geralmente relacionado às ideias sobre a migração de mulheres sozinhas para o exterior e com a sua inserção no comércio do sexo, o denominado "Tráfico de Escravas Brancas". (KEMPADOO, 2005)

Mas, é a partir dos anos 1980 que o movimento feminista se debruça de maneira mais incisiva sobre as questões do tráfico de mulheres e da prostituição, a partir de um intenso e conflitivo debate que leva à existência de dois posicionamentos opostos na definição do objeto. De um lado, encontram-se as feministas abolicionistas para as quais a prostituição é sempre uma forma de exploração sexual que reduz a mulher à condição de objeto. Assim, a exploração sexual é considerada uma condição política e base da discriminação e subordinação da mulher e, da perpetuação do patriarcado. Para esta corrente, não há distinção entre prostituição forçada e prostituição voluntária, por isso, entende que para combater o tráfico de mulheres é necessário que se combata primeiro a prostituição, sendo contrária à legalização da prostituição por parte do Estado. (SANTOS et al, 2007)

ISBN: 978-85-61702-41-0

Do outro lado, a partir da década de 1990, as feministas transnacionais e as trabalhadoras do sexo realizaram uma severa crítica às feministas abolicionistas, pois, para elas, essa posição não leva em conta a capacidade de autodeterminação das mulheres e sua condição de sujeitos atuantes no processo, que lhes confere a capacidade não só de negociar e concordar, mas também de se opor e transformar as relações de poder seja na esfera da escravidão, da prostituição, do casamento ou do lar (KEMPADOO, 2005). Assim, a prostituição não pode encarada como uma atividade puramente degradante ou de extrema opressão das mulheres, mas deve ser entendida como um direito das mulheres em dispor do seu corpo, o que inclui a prestação de serviços sexuais e, como uma atividade laboral, portanto, passível de ser enquadrada legalmente. Entendem também que no combate ao tráfico para fins de exploração sexual deve-se levar em consideração a distinção entre prostituição forçada e voluntária e entre prostituição de adultos e crianças, bem como tomar cuidado para não entender a indústria do sexo como sinônimo de tráfico. (SANTOS et al, 2007)

Cabe ressaltar, a perspectiva transnacional não nega que o tráfico seja uma forma de violência contra as mulheres, mas o analisa a partir de sua multiplicidade, pois entende que o patriarcado não é a única, nem a principal, relação de dominação que condiciona a vida das mulheres, encarando o tráfico como uma prática que surge das intersecções das relações de poder estatais, capitalistas, imperialistas e raciais.

Essas duas posições, aqui resumidas, influenciaram na definição do *Protocolo Adicional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças* da Organização das Nações Unidas (ONU). O mesmo não entende o tráfico como sinônimo de "prostituição", nem o reduz à "exploração da prostituição", apesar de não definir claramente esses termos. Após longa discussão, a prostituição forçada foi enquadrada na definição do protocolo, diferentemente da prostituição voluntária. (PISCITELLI, 2013)

O Protocolo de Palermo inova também ao ampliar sua noção de vítima ao estabelecer que o crime é praticado contra pessoas e não apenas contra as mulheres como outrora era entendido, apesar de enfatizar as mulheres e as crianças. Configura-se como um instrumento de fundamental importância no combate e prevenção ao tráfico de pessoas e se destina, ao mesmo tempo, a proteger os direitos humanos das vítimas.

Cabe salientar que, apesar da ênfase dada às mulheres e crianças, em se tratando de adultos (maiores de 18 anos), o tráfico está caracterizado pela presença de *fraude*, *coerção* e *abuso de vulnerabilidade* para fins de exploração.

ISBN: 978-85-61702-41-0

Mas, segundo Piscitelli (2013), a equiparação entre "mulheres e crianças" do Protocolo pode ter implicações problemáticas e tem sido muito questionada pelas feministas transnacionais, pois, segundo elas, as mulheres são tratadas do mesmo modo que as crianças, como se não tivessem a capacidade de consentir em viajar para ingressar na indústria do sexo.

Esses conflitos na definição do tráfico de pessoas, até aqui apresentados, revelam os desafios para a construção e consolidação das políticas públicas na contemporaneidade, isso porque mesmo que os países ratifiquem o Protocolo de Palermo, as ambiguidades presentes em vários dos seus termos permitem interpretações divergentes, tornando as informações sobre o tráfico de pessoas questionáveis.

No caso brasileiro, por exemplo, a discussão sobre o tema teve início com base em diferentes definições legais. O Protocolo de Palermo foi ratificado pelo Governo Brasileiro no ano de 2004, sendo que a tipificação desse crime era completamente distinta da definição contida no artigo 231 do Código Penal Brasileiro de 1940, para o qual o tráfico era entendido como "promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de **mulher** que nele venha exercer a **prostituição** ou saída de **mulher** que vá exercer no exterior.**"** (*grifo nosso*) Em se tratando de casos que envolviam violência, fraude, coerção, o Código previa multas adicionais.

Em 2005 e 2009, o Código Penal passou por alterações e trouxe mudanças significativas na tipificação do tráfico, pois este passou a ser de pessoas e não apenas de mulheres. Além do tráfico internacional, o tráfico interno foi enquadrado e a prostituição passou a ser considerada como uma forma de exploração sexual.

Vários são os efeitos decorrentes das diferentes definições adotadas pelo Brasil, o que traz sérias consequências na produção do conhecimento sobre o tema, haja vista as ambiguidades presentes no Código Penal e no Protocolo de Palermo, pois a depender do instrumento que se adote os resultados de pesquisas e documentos podem definir o tráfico de pessoas de maneira distinta.

Os estudos respaldados na definição do Código Penal, por exemplo, podem compreender como tráfico o deslocamento, internacional ou nacional, de pessoas para exercer a prostituição, sem necessariamente ocorrer coerção, fraude ou engano, fatores estes essenciais na definição do Protocolo de Palermo. Ao adotar o código como referência, crimes de tráfico de pessoas envolvendo extração de órgão, trabalho forçado, adoção ilegal podem ficar na invisibilidade. Além disso, pode contribuir para a repressão da prostituição ao

ISBN: 978-85-61702-41-0

não levar em conta outros tipos de tráfico de pessoas fora da indústria do sexo. (PISCITELLI, 2005)

Observa-se a partir desses dois instrumentos como os escassos consensos entre pesquisadores, ativistas e formuladores de políticas podem influenciar na construção e materialização das políticas públicas que visam o enfrentamento, a prevenção e o atendimento às vítimas do tráfico. Por isso, torna-se imprescindível compreender as definições e posições políticas contidas nesses dois instrumentos legais, além da construção de debates, estudos, pesquisas que busquem o enfrentamento dessas ambiguidades a fim de garantir a materialização dos direitos humanos das vítimas desse crime.

O debate aqui exposto é de fundamental importância para compreensão do fenômeno diante da sua complexidade e para nos permitir pensar os desafios presentes para a materialização de uma política pública capaz de romper com ideias estereotipadas, moralizantes e conservadoras sobre o fenômeno.

3. A Título de Conclusão

O debate acima apresentado nos revela o quanto as controvérsias na definição do objeto em estudo, diante da sua complexidade, têm influenciado a construção e materialização das políticas públicas, bem como têm determinado a forma como as mulheres são tratadas no âmbito das políticas públicas de prevenção e atendimento às vítimas do tráfico de pessoas.

Estudiosas como Piscitelli (2013) e Kempadoo (2005) mostram que os interesses reais das vítimas do tráfico de pessoas têm ficado em segundo plano, uma vez que os governos, a nível nacional e internacional, têm priorizado o crime, a punição e o controle da imigração, sendo o tráfico considerado uma questão de segurança pública para os países. É necessário, pois, entender que este crime deve ser enfrentado sob a perspectiva dos direitos humanos, uma vez que afronta diretamente a dignidade e a liberdade inerentes à pessoa humana.

O Estado deve construir respostas condizentes à complexidade do fenômeno por meio de políticas públicas garantindo uma vida sem violência para todas as mulheres. Para tanto, faz-se necessária a articulação entre as normativas legais nacionais e internacionais que visam o combate ao tráfico, além daquelas que buscam possibilitar estratégias globais de combate à pobreza, à miséria e às desigualdades existentes.

Nesse sentido, é imperativa a construção de ações capazes de transformar questões que estão na base das desigualdades estruturais de ordem econômica,

ISBN: 978-85-61702-41-0

patriarcal e racial em nossa sociedade. Sardenberg (2010) nos mostra, por exemplo, que a transversalidade das hierarquias de gênero é facilmente constatada, uma vez que essas hierarquias se expressam e se organizam em toda e qualquer arena e nível da vida em sociedade, estando interseccionadas com outras relações de poder e estratificação, o que inclui a classe, a raça, a sexualidade e a idade. Dessa forma, é de fundamental importância a transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas de qualquer natureza, visando à garantia da promoção social, econômica, política, cultural das mulheres entre outras.

Com base nessa análise, as políticas de enfrentamento ao tráfico de pessoas precisam ser construídas e implementadas levando-se em consideração a transversalização do enfoque de gênero, entendendo-a como uma estratégia para uma real transformação das desigualdades que colocam homens e mulheres em posições hierarquicamente opostas, visando assim a equidade de gênero e o empoderamento das mulheres.

Outra necessidade fundamental é o investimento no que se refere à capacitação dos profissionais e agentes sobre a importância da abordagem de gênero no tráfico de pessoas, bem como a disseminação de informações sobre o tráfico para a sociedade civil, no geral, no sentido de orientar e desmistificar ideias conservadoras e moralizantes sobre a questão, haja vista que se trata de um fenômeno que envolve violações relacionadas com a sexualidade e distintas formas de prostituição.

Por fim, compartilhamos com Leal e Leal (2008) a opinião de que o grande desafio para o enfrentamento do tráfico de mulheres é a construção de políticas públicas que levem em conta uma concepção emancipatória, atenta às questões socioeconômicas, culturais e de direitos, de modo a enfrentar o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, enquanto uma violação da Lei e uma afronta à dignidade humana. Acima de tudo, é preciso ousadia para enfrentar esta questão e reconhecer que há uma sociedade indignada diante das respostas dos sistemas de produção e de valores e que mantém a crença de que outro mundo é possível.

Referências

BRASIL**. Decreto n° 5.017, de 12 de março de 2004**. Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo

ISBN: 978-85-61702-41-0

à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. Diário Oficial da União, Brasília, 12 de março, 2004.

BRASIL. Decreto no. 5016, de 12 de março de 2004. **Protocolo adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo ao Combate ao Tráfico de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea.**

BRASIL. **Lei nº 11.106, de 28 de março de 2005.** Altera os arts. 148, 215, 216, 226, 227, 231 e acrescenta o art. 231-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências. 2005.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. In **Rev. Katál**. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007.

KEMPADOO, Kamala. **Mudando o debate sobre o trafico de mulheres.** Cadernos Pagu [online], 25, 55-78, Julho-Dezembro de 2005. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-83332005000200003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 5 de ago. 2013.

LEAL, Maria Lúcia Pinto; LEAL, Maria de Fátima Pinto. Tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial: um fenômeno transnacional. **MINISTÉRIO DA SAÚDE FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**, p. 113, 2005.

LEAL, Maria Lúcia; LEAL, Maria de Fátima. Enfrentamento do Tráfico de Pessoas: uma questão possível? In: **Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.** Brasília: Ministério da Justiça, 2008.

PISCITELLI, Adriana. **Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

PISCITELLI, Adriana; VASCONCELOS, Marcia. **Apresentação.** DOSSIÊ: GÊNERO NO TRÁFICO DE PESSOAS. Cadernos.

Santos, B. S.; et al. **Tráfico de mulheres em Portugal para fins de exploração sexua**l. Porto: CES. 2007.

ISBN: 978-85-61702-41-0

SANTOS, B.S.; GOMES, C.; DUARTE, M. Tráfico sexual de mulheres: representações sobre ilegalidade e vitimação. **Revista Crítica de Ciências Sociais.** Dez.2009.

SARDENBERG, Cecília M. B. Da transversalidade à transversalização de gênero: aportes conceituais e prático-políticos. In: SHEFLER, Maria de Lourdes; VASQUEZ, Petilda Serva; AQUINO, Silvia de. **Travessias de gênero na perspectiva feminista** (Coleção Bahianas). Salvador: EDUFBA/NEIM, 2010, p. 37-73.

SARDENBERG, Cecilia M. B; MACEDO, Márcia S. Relações de Gênero: uma breve introdução ao tema**.** In:. COSTA, A. A. A.; RODRIGUES, A.T.; Vanin, I. M. (org.) **Ensino e gênero**: perspectivas transversais. Salvador: UFBA/Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2011.

ISBN: 978-85-61702-41-0

O NEIM E OS ESTUDOS DE GÊNERO: PENSAMENTO E MOVIMENTO

Márcia dos Santos Macêdo
Universidade Federal da Bahia
msmacedo@ufba.br

Resumo

Neste trabalho, me proponho a refletir teórica e politicamente o principal traço da identidade do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher/ NEIM-UFBa, expressa no seu lema, devidamente atualizado, "33 anos articulando teoria e práxis feminista na academia". Teoria e prática, pensamento e movimento. Mais que palavras, esse tem sido o desafio de um projeto político e pedagógico que passa por investir na institucionalização dos estudos sobre mulher, gênero e feminismo na Universidade brasileira. Teoria e prática, pensamento e movimento. Até que ponto essas dimensões têm sido simultaneamente viabilizadas? O que significa fazer esse duplo movimento de ação e reflexão a partir do espaço acadêmico? Até que ponto é possível ter legitimidade na academia e no contexto societário mais amplo? Assim, a partir da reflexão de questões em torno dos estudos de gênero e da prática feminista na academia, é que me proponho a problematizar acerca de qual modalidade de ativismo feminista e de que modelo de ciência está sendo apontado, atentando para os desafios contidos na proposta de construção dos nexos possíveis entre o feminismo enquanto movimento intelectual e movimento social em torno de um projeto emancipatório da pessoa humana.
Palavras chave: Feminismo, universidade, práxis acadêmica, estudos de gênero.

ISBN: 978-85-61702-41-0

Introdução

Este trabalho é o resultado de uma decisão pessoal em assumir uma grande responsabilidade: proferir uma fala, que embora de minha autoria, é feita a partir de um lugar onde represento um coletivo – o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher/NEIM, Órgão Suplementar da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Em seus 33 anos de existência, o NEIM tem enfrentado grandes desafios ao investir na institucionalização dos Estudos sobre Mulheres, Relações de Gênero e Feminismo na Academia, apostando na inextricável relação entre ativismo e produção acadêmica – no ensino, na pesquisa e na extensão – como parte constitutiva da identidade do feminismo acadêmico brasileiro. Mais do que uma reflexão sobre uma trajetória particular de um grupo de feministas acadêmicas na Universidade Brasileira, a partir da realidade da Região Nordeste, significa uma reflexão em torno dos desafios de manter vivo e em processo de inexorável avanço – particularmente em um momento histórico de crise da democracia e dos direitos sociais e de grandes questionamentos aos ativismos em torno dos estudos de gênero e do feminismo – o vanguardismo dos projetos utopistas de ruptura com todas as formas de hierarquização social e da construção de novas relações de equidade e solidariedade humanas.

Nosso lugar de enunciação e a história do NEIM

Gostaria de começar essa comunicação, relatando uma situação por mim vivenciada em um encontro acadêmico e que tem uma relação direta com o tema que me proponho a discutir nesse trabalho. Há alguns anos participei de um seminário nacional em um Grupo de Trabalho de uma associação científica que tratava da importância da categoria gênero nos estudos daquela área do conhecimento. Em uma das sessões, uma pesquisadora bastante conceituada naquele campo declarou, em alto e bom som, que, embora utilizasse a categoria gênero e se considerasse progressista nessa temática, não gostava do "rótulo de feminista". Pois bem, no dia seguinte, no momento em que fiz a minha fala no encontro, retomei essa questão e comecei exatamente respondendo ao que considerei uma provocação: ao apresentar meu trabalho, tentei situar meu discurso e ressaltei que o lugar da minha fala como pesquisadora do campo dos estudos de gênero e da interface com a temática em apreço era exatamente como "pesquisadora feminista", pois o que a colega no dia anterior referiu-se como "rótulo", eu chamava de **identidade**.

ISBN: 978-85-61702-41-0

Assim, inicio exatamente situando, como boa feminista, o lugar de enunciação onde me encontro e do qual me orgulho bastante: se assim posso dizer sou filha do NEIM, da REDOR, do feminismo brasileiro. Tive o privilégio de ter sido formada por mulheres, professoras e pesquisadoras, que pioneiramente, desde o início da década de 1980, ousaram assumir-se como feministas no contexto ainda bastante conservador, para não dizer androcêntrico, da universidade brasileira e, em especial, nordestina, oferecendo disciplinas para cursos de graduação e pós-graduação, cursos e diversas atividades de extensão, pesquisas individuais, coletivas e em rede com parcos recursos, porém, movidas por um grande desejo de construir uma nova educação e um conhecimento efetivamente não androcêntrico e inclusivo em relação às mulheres e aos diferentes grupos tidos como minorias sociais.

Buscando integrar ensino, pesquisa e extensão, o NEIM possibilitou-me o contato com pesquisas numa perspectiva de crítica à ciência, dentro de um esforço de construção de uma epistemologia feminista e de devolução à sociedade (e em especial às mulheres) dos resultados do conhecimento produzido; no que se refere ao ensino, tive a possibilidade rara de cursar disciplinas, tanto na graduação como na pós-graduação (mestrado e doutorado), com conteúdos (e inclusive nome explícito!) em torno de mulheres, relações de gênero e feminismos; e, integrado a esses dois níveis, pude participar de um sem número de atividades de extensão que buscavam intervir na formulação e execução de políticas públicas em torno de questões estratégicas para a transformação das relações de gênero e emancipação das mulheres (como, por exemplo, enfrentamento da violência doméstica e práticas de educação não discriminatória) ou mesmo a capacitação de ativistas e estudiosas nas temáticas em torno de gênero e metodologia de trabalho com mulheres, entre uma série de outras atividades (como projetos de extensão na zona rural do Estado da Bahia e em bairros populares da cidade de Salvador).

Acredito que ao pontuar o que tem sido minha experiência de formação e trabalho no NEIM, estou já apresentando elementos que caracterizam o principal traço da identidade feminista desse núcleo, expressa no seu lema, devidamente atualizado, “33 anos articulando teoria e práxis feminista na academia”. Teoria e prática, pensamento e movimento, esse tem sido o desafio.

Nesse projeto político e pedagógico, que passa por investir na institucionalização dos estudos sobre mulher, gênero e feminismo na academia, com a implantação de cursos de especialização, um programa de pós-graduação (nos níveis de mestrado e doutorado – o Programa de Pós-Graduação em Estudos

ISBN: 978-85-61702-41-0

Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, o PPGNEIM) e um curso de graduação – chancelado inicialmente pelo Departamento de Ciência Política e hoje já abrigado pelo recém-criado Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo –, o Bacharelado em Gênero e Diversidade e que se propõe a formar profissionais para a proposição/implementação e monitoramento de políticas públicas em Secretarias de promoção da Igualdade, Direitos Humanos e afins (nos níveis federal, estadual e municipal) ou propostas de intervenção social para ONGs, Fundações e outras organizações da sociedade civil.

Além do investimento na área de ensino formal, o NEIM vem investindo no desenvolvimento de pesquisas – integra com 10 outros países da África e Ásia o Consórcio Trilhas do Empoderamento das Mulheres, coordenado pelo DFID/Inglaterra, mais conhecido como "Projeto Tempo" –, além de ter participado de pesquisas regionais (através da REDOR) e, no âmbito nacional, coordenou o Observatório de implementação da Lei Maria da Penha, através de Convênio com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, do Governo Federal, um exemplo de pesquisa estratégica para o avanço nas políticas de equidade. Mais recentemente, merece destaque o estabelecimento de uma série de convênios na área da extensão – como, por exemplo, na área de capacitação de docentes em Gênero e Diversidade junto ao MEC/SECAD e ou ainda as propostas como os cursos na área de Políticas Públicas em Gênero e Raça (especialização e extensão) oferecidos para gestores/as públicos, integrantes de Conselhos de Controle Social e membros da sociedade civil organizada.

Refletindo a práxis feminista na academia

Teoria e prática, pensamento e movimento. Até que ponto essas dimensões têm sido simultaneamente viabilizadas? O que significa fazer esse duplo movimento de ação e reflexão a partir do espaço acadêmico? Até que ponto é possível ter legitimidade nos dois campos? A esse respeito, recentemente Cecilia Sardenberg, uma das fundadoras do NEIM, nos lembrou dos desafios de estar nesse lugar, pois, se para a academia somos "elas, as militantes e não cientistas", para as ativistas somos, muitas vezes, "elas, as acadêmicas". Afinal, o que somos, cientistas ou militantes?

Creio que a situação apontada no início do texto continua com sua função de nos permitir uma nova anologia: não se trata de rótulos, mas de uma questão de identidade. Somos feministas, portanto, sempre ativistas e, enquanto acadêmicas, nos consideramos cientistas. As teorizações em torno da questão

ISBN: 978-85-61702-41-0

de gênero numa perspectiva feminista, como lembra Bila Sorj (1993), nunca poderão perder a dimensão política de criação de uma utopia emancipatória das mulheres, a despeito da multiplicação de estudos na área de gênero que vêm buscando legitimar-se na academia através de uma suposta posição "mais neutra" (COSTA; SARDENBERG, 1994). Assim, os estudos de gênero trazem o grande achado de que o "o problema não está na mulher", mas na dinâmica das relações sociais, pois "diz respeito a um princípio universal, organizador tanto do mundo exterior (o social, o econômico, o político) quanto interior, ou seja, que diz respeito à construção das subjetividades e identidades" (MACEDO; SARDENBERG, 2008, p.36). Essa percepção de que relações de gênero se tratam de relações de poder que extrapolam, portanto, a relação homem-mulher, homem-homem ou mulher-mulher, implica pensá-las como um constructo cultural que envolve dimensões objetivas e subjetivas do mundo social perpassando, portanto, como lembra SCOTT (1990), um conjunto de significados impregnados por símbolos culturais, conceitos normativos, institucionalidades e subjetividades sexuadas. Gênero nos convida a desconstruir, para além das hierarquias objetivas no mundo da produção ou da divisão sexual do trabalho, modelos fixos e binários em torno de afetividades, sociabilidades, desejo, conjugalidade, códigos culturais, enfim, todo um conjunto de práticas e representações.

Mas, o avanço do campo dos estudos em torno das relações de gênero e seu potencial des/reconstrutor de um conjunto de relações não pode fazer desaparecer o sujeito mulheres. A percepção de que "homem também tem gênero" (expressa no avanço dos estudos sobre "masculinidades") ou que "gênero está em toda parte" (expressa na percepção que se trata de um constructo, um princípio organizador universal), não pode ocultar o fato de que "o conceito de gênero não substitui a categoria social 'mulher' tampouco torna irrelevante pesquisas e reflexões sobre mulheres enquanto um grupo social discriminado" (MACEDO; SARDENBERG, 2008, p.35). A mulher é o sujeito histórico do feminismo e a supressão de qualquer forma de opressão/exploração/discriminação é a razão de ser do projeto feminista, lembram as ativistas. Assim, acreditamos que o feminismo prossegue firmemente sua caminhada tanto em termos de movimento intelectual quanto de movimento social. Como lembra a socióloga inglesa Ann Oakley (*apud* Sardenberg, 2002): o maior objetivo do projeto feminista nas ciências e na academia é produzir e disseminar saberes que não sejam apenas *sobre* ou *por* mulheres, mas também de relevância *para* as mulheres e suas (nossas) lutas.

ISBN: 978-85-61702-41-0

Pluralizando ciência e ativismos

Resta discutir, nesse contexto, de que **modelo de ciência** e de que **ativismo feminista** estamos falando.

1. Comecemos pela "relação" feminismo-campo científico:

Em primeiro lugar, a despeito da já referida *significativa ampliação dos estu*dos *de gênero* é seguro afirmar que ainda hoje é realizada uma crítica contundente acerca do reconhecimento e validade dos estudos feministas no campo científico. Maria Joana Pedro, historiadora e feminista catarinense, comenta que "apesar do crescimento destes estudos, falar, nas universidades, de mulheres, feminismo e gênero é, muitas vezes, despertar risinhos, como se fosse um pecadilho do qual se devesse falar baixinho. Ou seja, persistem os preconceitos" (PEDRO, 2005, p.175)

Numa análise ao campo científico da Sociologia, mas que pode ser transposta para outras áreas disciplinares, Lucila Scavone (2008) lembra que aspectos fundamentais da identidade dos estudos feministas, como sua característica de não-neutralidade e seu explícito comprometimento político, ou mesmo a introdução de novas abordagens e questões pouco canônicas na área científica, levam à recusa da relativa autonomia (histórica, teórica e política) dessas/es pesquisadoras/es, considerando, assim, esse campo como de menor importância diante de questões tidas como política, teórico-metodológica e epistemologicamente mais "puras", abrangentes ou socialmente relevantes.

É nesse contexto que podemos ousadamente falar da emergência de um conjunto de epistemologias feministas que asseguram sua filiação a um olhar desconstrucionista de conceitos caros à ciência como neutralidade, objetividade, racionalidade, pensados a partir da lógica binária e cartesiana da ciência moderna – que tem como suposto o sujeito universal (homem, branco, ocidental) (SARDENBERG, 2002).

É exatamente por colocar-se frontalmente contra esse tipo de ciência que o feminismo acadêmico vem sendo alvo de críticas e de rechaço quanto à validade do conhecimento por ele produzido. Ou melhor, o feminismo vem sendo criticado não apenas pelo **modo** como vem se dando a produção do seu conhecimento, mas, particularmente, pelo **seu sujeito cognoscente**: trata-se, na verdade, de um coletivo sexuado, isto é, são **elas**, ainda que já incorporem alguns indivíduos do sexo masculino. E, mais do isso, não apenas as cientistas

ISBN: 978-85-61702-41-0

feministas são **elas**, mas produzem um conhecimento no qual, como lembra Susan Bordo (2000, p.27), "os aspectos pessoais [e culturais] da identidade permanecem plenamente presentes" e que, inclusive, são molas propulsoras de novas possibilidades de inteligibilidade da vida social.

2 . Quanto à relação feminismo acadêmico e ativistas:

Em segundo lugar e não menos importante, nos últimos tempos, vem ganhando adeptas, entre ativistas, o rechaço ao feminismo acadêmico por seu suposto afastamento do "chão da vida social", em função da aproximação com as teorias pós-modernas e a uma elevação exacerbada do nível de sofisticação discursiva nesse campo de estudo. A esse respeito comenta Adriana Piscitelli (2001, p. 19), citando o debate promovido pela revista *Signs* (organizado por Heidi Hartmann, em 1994), que, para as ativistas, "na atualidade, (...) as perspectivas teóricas lhes resultam 'pouco úteis', inacessíveis, exotéricas, de difícil compreensão, excessivamente destacadas da prática e conduzindo a uma paralisia". Nesse contexto, critica-se ainda a polifonia do discurso feminista que, enfatizando excessivamente a diferença, acaba por deixar poucos pontos de contato entre as mulheres para que possam formar uma base para uma solidariedade concreta entre estas. E, por outro lado, dirão ainda as "ativistas", essa teoria produzida na academia teria uma repercussão bastante limitada na informação das práticas feministas concretas, já que se mostram pouco operativas para as necessidades objetivas dos movimentos em torno de questões ligadas à emancipação das mulheres.

De fato, não se pode negar a crescente complexidade das teorias feministas na contemporaneidade, marcadas por uma pluralidade de discursos assentados em diferentes perspectivas políticas. A questão que está por trás dessa crítica é se essa polifonia e mesmo o seu grau de sofisticação são argumentos suficientemente fortes para se negar a função da teoria no desvelamento e, consequentemente, na transformação do mundo social.

Pensando especificamente na trajetória da categoria gênero – desde sua compreensão como sistema sexo/gênero pela Gayle Rubin (1975) até sua quase que desaparição com a idéia de performatividade em Judith Butler (1990) – até que ponto é possível afirmar que seu valor heurístico desapareceu? De fato que acreditamos que gênero deixou de ser uma categoria analítica, relacional e política, isto é, uma ferramenta de leitura crítica e de transformação do mundo?

ISBN: 978-85-61702-41-0

Acreditamos que, inversamente, a pluralidade no discurso feminista pode ser vista como um ponto que faz avançar teórica e politicamente o campo científico e a luta em torno de projetos de emancipação humana. Não podemos esquecer a contribuição do *Black Feminist Thougth,* proposto pelas feministas afroamericanas, mostrando a impossibilidade de uma experiência comum de opressão que pudesse ser vivenciada e refletida da mesma forma por todas as mulheres, "independentemente de tempo, região, raça ou de classe social" (BAIRROS, 1995, p. 459). Assim, a pluralização dos discursos em torno de outros pertencimentos interseccionais, além de gênero, permite explorar as interconexões entre sistemas de opressão (CRENSHAW, 2002), auxiliando a realização de estudos e pesquisas numa perspectiva feminista em diferentes áreas da vida social e, isso, pode ser considerado como um importante recurso analítico para a compreensão da interação dinâmica dessas múltiplas discriminações na vida de sujeitos e grupos concretos.

À guisa de conclusão

Apesar do longo caminho percorrido, do reconhecimento de novos objetos como o poder, o corpo, o cotidiano, a sexualidade, a vida privada, a situação das mulheres e das relações de gênero ainda enfrentam desafios e impasses – entre eles destaca-se o avanço da organização em torno do combate à assim chamada "Ideologia de gênero". A popularização desse termo e sua utilização por agentes sociais conservadores, em substituição ao termo "Teorias de gênero" tem sido como uma forma, proposital, de associar ao termo "gênero" uma série de fatores considerados perniciosos pela ótica conservadora – defendida por muitos grupos religiosos. Entre eles estão: o perigo da "destruição da família", dos "valores morais" alicerçados na "lei natural" em torno do dimorfismo sexual e da heterossexualidade como impulso básico da sexualidade humana e, evidentemente, o risco avanço das pautas LGBT, dentre as quais a emancipação feminina em torno da liberdade sexual/contracepção/direito ao aborto, a diversidade sexual, a criminalização da homofobia e o progresso em torno da despatologização do segmento trans*. Esse recrudescimento do conservadorismo tem tido como alvo principal sua restrição no espaço educacional, mas todos os pontos, na verdade, transcendem a escola, embora tenha nesta última um espaço amplo e fértil para sua desconstrução.

Para finalizar, a pergunta que não que calar: aonde queremos chegar neste discurso sobre a relação entre teoria e prática, pensamento e movimento?

ISBN: 978-85-61702-41-0

Nosso propósito é reafirmar a indissociabilidade entre ambos, a despeito dos argumentos apresentados em torno dos seus possíveis desencontros e presumidas incompatibilidades – afinal, não podemos cair na armadilha das dicotomias, como essa que supõe uma cisão entre o real e seus fundamentos teóricos. Acreditamos que articular teoria e prática (práxis, portanto) na academia é mais do que um *slogan*, mas uma direção definida por uma identidade construída num percurso de, pelo menos, 33 anos no caso específico do NEIM, e que tem como norte uma íntima e necessária imbricação entre teoria social e interesses feministas, num mútuo processo de alimentação (PISCITELLI, 2001).

Uma vez fui perguntada acerca de qual o projeto do NEIM na Universidade e num misto de seriedade e pilhéria, afirmei que a nossa meta era bastante modesta: "queremos apenas conquistar o mundo". Diante do espanto dos/as meus/minhas interlocutores/as, expliquei que nosso projeto e, portanto, nossa utopia era uma caminhada sem um ponto fixo de chegada, bem traduzida por Joana Pedro, na seguinte afirmação: Hoje, a "missão" é conquistar "corações e mentes" através do texto científico, da ocupação de espaços de poder acadêmico, do questionamento de verdades estabelecidas, da formação de pesquisadoras e pesquisadores que levem em conta estes questionamentos (PEDRO, 2005, p 171) e, digo, eu, que como nós queiram também conquistar outras mentes e outros corações em torno desse ideal de desconstrução de hierarquias em rumo a uma emancipação que não terminará nunca.

Agora, realmente para finalizar, gostaria de reafirmar que embora seja um grande desafio, para nós do NEIM, é uma tarefa saborosa e inexorável o investimento na materialização de teorias e práticas em torno de um projeto feminista no meio acadêmico. Esse esforço, simultaneamente **meta** e **caminho**, supõe uma forte convicção na continuidade de um processo de construção de novos horizontes teóricos e conceituais que possam alimentar nossas lutas políticas e, vice-versa. Embora permaneça sempre convidativa, sabemos que esta não é uma tarefa simples, pois como pontua Scott, para finalizar:

> O feminismo tem sido, historicamente, um exemplo de complexidade, porque é complexa a sua práxis crítica. Esta, na verdade, faz com que a história do feminismo se torne até mesmo parte integrante do próprio projeto que elabora, isto é, a história do feminismo é, em si, uma história feminista. (SCOTT, 2002, p. 48).

ISBN: 978-85-61702-41-0

Referências Bibliográficas:

BAIRROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. **Estudos Feministas**, Vol. 3, No.2, 1995, PP.:458-463.

BORDO, Susan. A feminista como o Outro **Estudos feministas**, v.8,,n.1, 2000, pp.10-29.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecilia. Teoria e Práxis Feministas na Academia: Os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. **Estudos feministas**, n. esp. 2. Sem 1994, pp.387-400.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero, **Estudos feministas**, v.1, 2002, pp.171-189.

PEDRO, Joana. Feminismo e gênero na universidade: trajetórias e tensões da militância. **Revista Unisinos**, 9, 3, set./dez. 2005, p.170-176.

RUBIN, Gayle. "The Traffic in Women: Notes on the `political economy' of sex." In: R. Reiter (ed.), Toward an Anthropology of Women, New York: Monthly Review Press, 1975, pp.:157-210. [Traduzido para o português e publicado por SOS Corpo e Cidadania]

SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar, "Da Crítica Feminista à Ciência. Uma Ciência Feminista?". In: COSTA, Ana Alice Alcântara & SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar (Orgs.). Feminismo, Ciência e Tecnologia, Salvador: Coleção Bahianas, 2002, pp.:89-120.

SCAVONE, Lucila. "Estudos de gênero: uma sociologia feminista?" Revista Estudos Feministas, 16 (1):173-186, jan-abr 2008.

SCOTT, Joan. **A cidadã paradoxal**. Forianópolis, Editora das Mulheres, 2002.

SORJ, Bila. Relações de gênero e teoria social. Trabalho apresentado a ANPOCS, Caxambu, MG, 1993, (mimeo).

ISBN: 978-85-61702-41-0

PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA: DA LUTA IDENTITÁRIA PARA A UNIVERSALIDADE CONCRETA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO E TRANSFORMAÇÃO DAS ESTRUTURAS MACHISTAS E PATRIARCAIS DA SOCIEDADE CAPITALISTA

Maurício Gentil Monteiro
Universidade Presbiteriana Mackenzie
gentil@infonet.com.br

Resumo

O presente trabalho aborda a necessidade de que as lutas feministas identitárias por participação política se consubstanciem em universalidade concreta, no sentido de que, para além do importante aspecto simbólico quantitativo de visibilidade das mulheres em postos de expressão, alcancem efetiva produção de políticas públicas materialmente voltadas ao atendimento de suas específicas pautas, como acúmulo totalizante de transformação estrutural das raízes patriarcais e machistas da sociedade capitalista contemporânea. Nesse contexto, a participação da mulher na política deve ser menos na importante expressão simbólica quantitativa de presença nos espaços de poder do aparato democrático-representativo e mais nas lutas sociais concretas dentro da perspectiva universal de superação do capitalismo, com reinvenção do espaço político voltado ao alcance dessa meta.

Palavras-Chave: Lutas Identitárias Feministas, Universalidade Concreta, Participação das Mulheres na Política, Patriarcado Capitalista, Estruturas Capitalistas Opressoras e Excludentes.

ISBN: 978-85-61702-41-0

Introdução

O presente trabalho aborda a necessidade de que as lutas feministas identitárias por participação política no processo democrático-formal-representativo se consubstanciem em universalidade concreta.

Isso no sentido de que, para além do importante aspecto simbólico quantitativo de visibilidade das mulheres em postos de expressão, alcancem efetiva produção de políticas públicas materialmente voltadas ao atendimento de suas específicas pautas, como acúmulo totalizante de transformação estrutural das raízes patriarcais e machistas da sociedade capitalista contemporânea.

Parte-se do pressuposto de que embora as sucessivas conquistas legislativas de garantia de espaços mínimos de representação das mulheres na política venham, ao longo dos anos, refletindo em aumento – ainda não tão significativo – numérico, essa participação formal por si só é insuficiente para a materialização de políticas públicas de gênero.

E isso ocorre tanto porque muitas vezes as mulheres eleitas não são representativas de segmentos concretos da militância de gênero, quanto porque a presença de mulheres nos espaços de poder por si só é incapaz de realizar as grandes transformações necessárias, que somente poderão ser alcançadas com a ruptura das bases estruturais da sociedade capitalista exploradora, excludente e especificamente patriarcal e machista.

Como inexiste um único método que conduza à verdade e com base nessa premissa e na necessidade de não dogmatizar o processo investigativo, foram adotados o método dedutivo e o método dialético, com análise da realidade social concreta em confronto com teorias e fundamentos relacionados e contrapostos, para chegar à conclusão mencionada.

1 O reconhecimento formal da cidadania eleitoral ativa e passiva da mulher no Brasil

No Brasil, o reconhecimento da cidadania (entendida essa, nesse momento, enquanto aptidão para exercício de direitos políticos ativos e passivos, capacidade eleitoral ativa e passiva, direito de votar e ser votada) da mulher é historicamente contemporâneo aos dos demais países do mundo ocidental.

Nestes, o processo de declaração do direito feminino ao voto é especialmente desencadeado a partir do início do século XX.

ISBN: 978-85-61702-41-0

E de igual modo sucedeu no Brasil, no qual o reconhecimento da cidadania da mulher ocorreu na década de 1930, mais especificamente em 1932, durante o Governo Getúlio Vargas pós "Revolução de 1930" e, em nível constitucional, com a Constituição de 1934[1] (em alguns países europeus, o direito ao voto das mulheres somente foi reconhecido após a Segunda Guerra Mundial – caso de França e Itália, em 1945 – e há até o caso tardio da Suécia, em que o direito ao voto das mulheres foi reconhecido apenas em 1971).

Contudo, essa relativa contemporaneidade mundial no que se refere ao direito das mulheres ao voto não se traduziu em participação ativa da mulher na política.

Pode-se afirmar que não há participação ativa da mulher na política nem sob a perspectiva formal de maior presença quantitativa nos espaços estatais de poder e centros de decisões do sistema democrático-representativo, muito menos sob a perspectiva material de controle da agenda de discussões e deliberações sobre políticas públicas de emancipação da mulher e de transformação do estado de coisas machista e patriarcal da estrutura econômica e social.

Mesmo efetuando um corte para examinar o quadro de participação política formal da mulher a contar da Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988 até o momento presente, tem-se um quadro de reduzida participação, a despeito de sucessivas medidas de ação afirmativa eleitoral, com reserva (cotas) para mulheres nas candidaturas apresentadas pelos partidos políticos às vagas preenchidas em sistema eleitoral proporcional (Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas, Câmara Distrital e Câmaras Municipais).

Significativo é o dado de que na composição da Câmara dos Deputados da atual legislatura, apenas 51 (cinquenta e uma) mulheres foram eleitas, o que representa, no total de 513 (quinhentos e treze), o percentual de 9,9%, ou seja, inferior a 10% do total (BRASIL, SENADO, 2016). A atual relação representativa de gênero na Câmara Federal é de 90,1% de homens e 9,9% de mulheres, sendo que as mulheres representam atualmente 51,3% da população (IBGE) e 52% do eleitorado (TSE) (BRASIL, SENADO, 2016).

Já quando se parte para a análise material da afirmação da temática de gênero como políticas públicas de combate à discriminação e de promoção da igualdade real (combate à violência doméstica e familiar, promoção da

1 Esse processo, também no Brasil, vai das lutas concretas da realidade às normas jurídicas estatais, sendo importante o registro de que nos estados, em especial o pioneiro Rio Grande do Norte, o reconhecimento jurídico-formal do sufrágio das mulheres antecedeu e pressionou o reconhecimento no âmbito federal/nacional (BRASIL, SENADO, 2016).

ISBN: 978-85-61702-41-0

igualdade efetiva no mercado de trabalho etc), o déficit se revela ainda mais acentuado, não sendo difícil constatar que quando ocorrem, resultam de muito esforço e luta dos movimentos sociais organizados insurgentes contra o predomínio masculino e machista da agenda política decisória.

2 As lutas identitárias de gênero e suas importantes conquistas

As lutas identitárias em geral foram importante marco no quadro geral das lutas pelas transformações sociais, no contexto do multiculturalismo contemporâneo.

Vladimir Safatle bem apontou:

> Durante certo tempo, embalada pelos ares libertários de Maio de 68, a esquerda viu na 'diferença' o valor supremo de toda crítica social e ação política. Assim, os anos 1970 e 1980 foram palco da constituição de políticas que, em alguns casos, visavam a construir a estrutura institucional daqueles que exigiam o reconhecimento da diferença no campo sexual, racial, de gênero etc. Uma política das defesas das minorias funcionou como motor importante do alargamento das possibilidades sociais de reconhecimento. Essa política gerou, no seu bojo, as exigências de tolerância multicultural que pareciam animar o mundo, sobretudo a partir de 1989, com a queda do Muro de Berlim" (2012, p. 27).

Pois bem, numa sociedade patriarcal e machista, econômica e socialmente estruturada em torno da figura do homem, e na qual tanto os aparelhos de controle e repressão privados quanto o estatal oprimem a mulher, vale registrar os significativos avanços obtidos até aqui no que se refere à afirmação das específicas pautas e reivindicações de gênero.

Com efeito, o "feminismo" conseguiu abrir espaços para a mulher no mercado de trabalho, com paulatina e progressiva ocupação de postos de trabalho antes absolutamente restritos aos homens, ainda que permaneçam diferenças significativas de tratamento profissional e mesmo de reserva dos melhores e mais bem remunerados postos aos homens[2], implementar políticas de combate

2 "Apesar de receberem menos que os homens no mercado de trabalho, elas vêm a cada ano ocupando mais espaços. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE/RAIS), de 2012, as

ISBN: 978-85-61702-41-0

à violência doméstica e familiar, ocupar espaços nos debates públicos contra o tratamento sexualmente discriminatório.

O feminismo também conseguiu abrir espaços dentro das tradicionais lutas de esquerda, em cujos espaços de lutas as temáticas da opressão de gênero eram desconsideradas e até mesmo reproduzidas. A socióloga e professora titular da USP Eva Blay aponta:

> Em 1964, comecei a ler e escrever sobre feminismo. Esta era uma palavra absolutamente única para a época. O Departamento de Sociologia da USP tinha alguns professores abertos ao tema, mas os outros davam risada, falavam que o feminismo era algo reles (...) Por outro lado, fora da academia, eu via que creche, nas fábricas, era uma palavra feia, inclusive para os homens sindicalistas, que afirmavam que as pautas das mulheres atrapalhavam a pauta geral dos sindicatos (*apud* MODELLI, 2016).

As conquistas acima apontadas se deram tanto no âmbito normativo abstrato (a exemplo do que sucede com as específicas normas constitucionais protetivas das mulheres e impositivas de ações afirmativas de igualdade material de gênero, como as regras de aposentadoria e de garantia de especifica proteção no mercado de trabalho) quanto no âmbito da realização efetiva de programas governamentais.

A abertura para participação formal dos movimentos feministas em conferências e conselhos de participação social também é um capítulo importante desse progresso.

Essas conquistas, todavia, não conseguem atingir o âmago estrutural das relações que geram a exclusão, a opressão e a discriminação de gênero.

Noutras palavras, a despeito da maior presença das pautas de gênero e das lutas feministas, a sociedade permanece patriarcal e machista, e a tomada de decisões, inclusive no que se refere às específicas pautas, permanece tema de amplo predomínio machista.

Vale registrar, por oportuno e importante, que o machismo das sociedades capitalistas é específico em relação ao machismo existente nas sociedades

mulheres ocupam atualmente 38% dos cargos na medicina, 43% na advocacia e na Justiça e são 60% na área da arquitetura" (BRASIL, SENADO, 2016)

ISBN: 978-85-61702-41-0

pré-capitalistas, em que o patriarcado se dava pela força (escravidão) ou pela religião/moral (feudalismo).

No capitalismo o patriarcado se dá pela peculiaridade de o homem ser o dono do capital e a forma-valor assumir a forma masculina. O capitalismo constituiu um específico patriarcalismo capitalista. Alguém tem sobretrabalho no capitalismo, e esse alguém é a mulher (MASCARO, 2013).

É não apenas a manifestação do patriarcado tradicional, própria das sociedades pré-capitalistas, mas também e sobretudo a manifestação do patriarcado especificamente capitalista que precisa ser combatida e debelada, objetivo que não se tem alcançado pela necessária, legítima e combativa luta identitária.

3 Das lutas identitárias à retomada das lutas universalistas

O que sucede com as lutas identitárias de gênero é o mesmo que sucede com as lutas identitárias em geral[3]: um passo importante, até mesmo crucial, foi a sua afirmação identitária, a especialização de suas pautas específicas, a visibilidade dos seus problemas específicos dentro do contexto maior de uma sociedade desigual econômica e socialmente, mas o passo seguinte não tem viabilidade transformadora da realidade estrutural se não acompanhada de um retorno às lutas universalistas.

Noutras palavras: não houvesse a específica organização e atuação política militante - dentro do campo daqueles que lutam por igualdade social - das mulheres, dos negros, dos índios, dos homossexuais etc., suas específicas formas de opressão estariam despercebidas dentro do contexto maior da opressão geral-social da sociedade capitalista contemporânea, mas a transformação estrutural dessa sociedade capitalista, base maior da existência de todas as formas de opressão, somente será viável com a reunião (ou até melhor dizendo, "re-união") das lutas setorizadas em lutas gerais.

Vladimir Safatle registra que, em certa medida, a partir de um certo momento, as lutas identitárias, a despeito de suas legítimas aspirações, passam a poder servir como poderoso instrumento político até mesmo às posições mais reacionárias:

3 Lutas em questões raciais, a exemplo das lutas dos movimentos negros e indígenas, lutas pela dignidade da orientação sexual homoafetiva - movimentos LGBT - lutas dos movimentos de defesa da criança, do adolescente e da juventude, lutas em defesa do meio ambiente, dos trabalhadores rurais sem terra, dos trabalhadores urbanos sem-teto.

ISBN: 978-85-61702-41-0

> Por um lado, tal dinâmica teve sua importância por dar maior visibilidade a alguns dos setores mais vulneráveis da sociedade (como negros, mulheres e homossexuais). No entanto, a partir de certo momento, começou a funcionar de maneira contrária àquilo que prometia, pois podemos atualmente dizer que essa transformação de conflitos sociais em conflitos culturais foi talvez um dos motores maiores de uma equação usada à exaustão pela direita mundial, em especial na Europa. Ela consiste em aproveitar-se do fato de as classes pobres europeias serem compostas majoritariamente por imigrantes árabes e africanos e, assim, patrocinarem uma política brutal de estigmatização e exclusão política travestida de choque de civilizações (2012, p. 28).

A "re-união" das lutas particulares em lutas pela universalidade concreta em prol da igualdade material é então essencial às pautas políticas de esquerda.

Do contrário, além de não atacar as verdadeiras causas da discriminação e opressão de gênero, as lutas identitárias feministas correm o risco de, ainda que tópica e pontualmente, traduzir-se em lutas para que as mulheres sejam exploradas tal como os homens, sem que isso contribua para o alcance das essenciais mudanças estruturais do capitalismo opressor em geral e por isso mesmo opressor em particular das mulheres. Ou ainda de ter-se o cenário de lutas feministas em disputa com lutas de outros segmentos sociais oprimidos, explorados e discriminados, como sucede em casos de criminalização das práticas machistas que resulta muitas vezes em repressão e opressão contra negros e pobres, dentro do fetiche da prisão e do direito penal como justiça e na verdade reprodutor da dinâmica social de controle.

Outro exemplo pode ser apontado no caso da sub-representação das mulheres negras, mesmo quando há uma representação política maior das mulheres em geral.

Flávia Rios bem aponta que "Desde sempre, houve baixíssima representação de negras no Parlamento brasileiro" (*apud* MODELLI, 2016) e que "Mesmo quando a representação das mulheres é alta, é baixa a representação das mulheres negras" (*apud* MODELLI, 2016), o que pode representar um espaço de disputas particulares de grupos de gênero oprimidos dentro da pauta particular maior do feminismo e da discriminação racial.

É por isso que Slavoj Zizek afirma que

ISBN: 978-85-61702-41-0

> As três reações fundamentais da esquerda ao processo de globalização parecem inapropriadas: o multiculturalismo liberal; o intento de aceitar o populismo diferenciando, detrás de sua aparência fundamentalista, a resistência contra a 'razão instrumental' e o intento de manter aberto o espaço do político (1997).

Mais ainda, Zizek percebe que ainda que "o intento de manter aberto o espaço do político" (1997) parta de uma visão correta, evita a pergunta crucial, que é "(...) **como fazemos para reinventar o espaço político nas atuais condições de globalização?**" (destaque do autor) (1997). Assim, conclui que a "[...] politização do conjunto de lutas particulares, que deixa intacto o processo global do capital, claramente resulta ineficiente" (1997), que é a premissa do presente trabalho, no que se refere especificamente à politização das lutas feministas.

4 A participação da mulher na política no contexto da retomada das lutas universalistas

O norte das lutas identitárias de gênero, no que se refere à participação da mulher na política, parece ser o da retomada das lutas universalistas pela igualdade social e justiça concreta, contra as formas de opressão que caracterizam o capitalismo.

Nessa toada, ainda que formalmente importante a participação quantitativa das mulheres nos espaços de poder do sistema político-representativo, o mais importante é a direção que essas lutas possam imprimir no sentido de transformação e mudança concreta das estruturas da sociedade capitalista, capaz de ensejar, a partir da superação das causas da opressão, a construção de uma sociedade efetivamente livre, justa e solidária - reduzindo as desigualdades sociais e regionais e erradicando a pobreza e a marginalização - e sem preconceitos de sexo.

Nesse quadro, importa menos que as mulheres acumulem conquistas específicas voltadas à igualdade material no contexto maior de uma sociedade estruturalmente desigual e importa mais que as mulheres acumulem conquistas voltadas à transformação da sociedade como um todo, a partir da ruptura com as causas estruturais das desigualdades em geral, para com isso atingir o objetivo específico de uma sociedade plenamente caracterizada pela igualdade

ISBN: 978-85-61702-41-0

de gênero, sem opressão nem discriminação de sexo, sem sobre-exploração do trabalho da mulher.

Em termos de participação da mulher na política, a compreensão de que o retorno às lutas social e estruturalmente universalizantes - na concepção de Vladimir Safatle (2012) - sem perder de vista as lutas específicas, desde que incluídas na perspectivas dessa luta geral radical, é essencial para que o objetivo de uma sociedade em que não apenas a visibilidade formal mas também e sobretudo as discussões e deliberações, bem como os direcionamentos políticos se deem com plena e efetiva igualdade de gênero.

É a visão de Zizek:

> A lição que se pode extrair de tudo isto é que não há forma de impedir o ser parcial, na medida em que a neutralidade implica tomar partido. A pessoa de esquerda não viola simplesmente a neutralidade imparcial liberal, ela alega que o que não existe é a tal neutralidade. Desde logo, o clichê do centro liberal é que ambas suspensões (do direito) a de esquerda e a de direita, apontam em definitivo ao mesmo, à ameaça totalitária à vigência da lei. A consistência da esquerda está em demonstrar que, pelo contrário, cada uma das duas suspensões (do direito) segue uma lógica distinta. Ainda que a direita legitima a suspensão da Ética desde uma postura anti-universalista, apelando a sua identidade particular (religiosa, patriótica) que invalida toda moral universal ou norma legal, a esquerda legitima sua suspensão da ética apelando precisamente à verdadeira universalidade por vir (1997).

Nessa perspectiva, Zizek conclui que as lutas de esquerda não devem perder de vista o horizonte da universalidade concreta:

> [...] dito de outro modo, a esquerda aceita o caráter antagônico da sociedade (não há posição neutra, a luta é constitutiva) e, ao mesmo tempo, se mantém universalista (fala em nome da emancipação universal). Na perspectiva de esquerda, aceitar o caráter radicalmente antagônico (é dizer, político) da vida social, aceitar a necessidade de 'tomar partido', é a única forma de ser efetivamente universal" (1997).

ISBN: 978-85-61702-41-0

Conclusões

Ao cabo deste trabalho, é possível concluir que a despeito de sua importantíssima e indispensável atuação, as lutas identitárias de gênero[4] devem redirecionar os seus esforços para as lutas universais concretas, no sentido de atacar as causas estruturais do patriarcado especificamente capitalista, num viés totalizante, de modo a viabilizar o alcance, pelas lutas materiais concretas da dinâmica social, uma sociedade livre de discriminação e opressão de gênero.

Nesse contexto, a participação da mulher na política deve ser menos na importante expressão simbólica quantitativa de presença nos espaços de poder do aparato democrático-representativo e mais nas lutas sociais concretas dentro da perspectiva universal de superação do capitalismo, com reinvenção do espaço político voltado ao alcance dessa meta.

Referências

BRASIL, Senado Federal. **+ Mulheres na Política**. Disponível em https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/2a-edicao-do-livreto-mais-mulheres-na-politica. Acesso em maio/2016.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e Forma Política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MODELLI, Laís. **50 anos de feminismo no Brasil, Argentina e Chile**. Disponível em http://revistacult.uol.com.br/home/2016/03/50-anos-de-feminismo-no-brasil-argentina-e-chile/. Acesso em maio/2016.

SAFATLE, Vladimir. **A esquerda que não teme dizer seu nome**. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

4 Tais lutas conseguiram importantes conquistas, desde previsões normativas abstratas assecuratórias da igualdade material, a partir mesmo de normas constitucionais princípios e regras constitucionais concretas até dispositivos de legislação infraconstitucional voltados a essa mesma concretude, passando por políticas públicas e programas governamentais destinados à superação dessas desigualdades, chegando mesmo a conseguir particularizar a luta de gênero no contexto em que aparecia invisível até mesmo aos segmentos de esquerda e movimentos sociais que lutam contra a desigualdade geral e a opressão.

ISBN: 978-85-61702-41-0

ZIZEK, Slavoj. **Multiculturalism, Or, the Cultural Logico of Multinacional Capitalism**. Disponível em http://www.ata.boun.edu.tr/htr/documents/312_10/Zizek,%20Slavoj_%20Multiculturalism%20or%20the%20Cultural%20Logic%20of%20Capitalism.pdf. Acesso em maio/2016.

ISBN: 978-85-61702-41-0

A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES AMAZONENSES NO PARLAMENTO BRASILEIRO

Michelle Rabelo de Souza
Universidade Federal do Amazonas-UFAM
luzvida_1977@hotmail.com

Mirella Cristina Xavier Gomes da Silva Laschner
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
mirellalauschner@yahoo.com.br

Viviane de Oliveira Rocha
vivianerochass@hotmail.com

Aline dos Santos Pedraça
Engeletrus
alinepedraca7@gmail.com

Iraildes Caldas Torres
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Iraildes.caldas@gmail.com

Resumo

O presente trabalho é o resultado parcial da dissertação de mestrado intitulada "A presença da mulher na política: o protagonismo de Eunice Michiles no Senado Federal" e tem como objetivo apresentar um pouco da trajetória política das três parlamentares amazonenses: Eunice Michiles, Beth Azize e Sadier Hauache, eleitas no pleito de 1986 para elaborar a Nova Constituinte Brasileira de 1988. Essa eleição teve um papel importante para a sociedade e principalmente para o movimento feminista que esteve presente durante todo o processo de elaboração da nova Carta Magna e foi o responsável por boa parte das reivindicações com relação aos direitos das mulheres adquiridos na Constituinte de 1988. Para o Amazonas, a eleição das três deputadas

ISBN: 978-85-61702-41-0

significou um avanço nas conquistas dos direitos femininos que, através do "Lobby do Baton" inseriu na Nova Constituinte a igualdade jurídica entre homens e mulheres.

Palavras-Chaves: Mulher e Política, Movimento feminista, direitos.

ISBN: 978-85-61702-41-0

Introdução

Este estudo, centrado no tema de gênero e política busca apresentar a participação política de Eunice Michiles, Elizabeth Azize e Sadier Hauache, ambas eleitas pelo estado do Amazonas no pleito de 1986 para elaborar a nova Constituição Federal Brasileira.

Desde o período do Império até os dias atuais, no Brasil houve cinco processos constituintes, sendo o primeiro realizado no ano de 1823 do qual não contou com a presença feminina já que a mulher não exercia direito de voto. A segunda constituinte ocorreu em 1890/91 que também não contou com a participação de mulheres pelo mesmo motivo. Somente no ano de 1933, com a presença da médica Carlota Pereira de Queiroz, eleita pela chapa única de São Paulo, que uma mulher se fez presente na elaboração de uma constituinte, e ainda sim, os direitos entre homens e mulheres não foram garantidos.

Em 1946, o Congresso é convocado para um novo processo constituinte, mas nenhuma mulher esteve presente, assim como a constituinte de 1967 que elaborada pelos militares garantiu o poder quase que absoluto a eles. Essa ausência de mulheres quase que em todos os processos constituintes fez da Assembleia Nacional Constituinte ANC de 1987/88, um marco na história da participação feminina junto ao parlamento brasileiro. No Amazonas, três dos oito deputados eleitos foram mulheres que investiram fortes em suas campanhas onde a luta pelos direitos femininos foi uma das principais plataformas políticas defendidas por duas das três candidatas.

A realização deste estudo se reveste de singular importância para a visibilidade da trajetória de mulheres na política amazonense e busca contribuir com reflexões para o campo da pesquisa gênero e política.

Metodologia

Para a realização e concretização deste trabalho realizamos entrevista semiestruturada com as três ex-parlamentares, onde escolhemos a história oral como procedimento metodológico. A escolha pelo método da história oral se justifica pela possibilidade de interpretação entre os fatos vividos no passado e no presente, nos permitindo realizar um resgate de informações através da utilização da memória. Realizamos também pesquisa bibliográfica e documental junto às bibliotecas públicas do município de Manaus, da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas e biblioteca digital da Câmara Federal e do Senado Brasileiro.

ISBN: 978-85-61702-41-0

Resultados e Discussão

A presença feminina na Constituinte de 1987/88

A proposta de eleição de uma Assembleia para elaborar a nova Constituição Federal que representasse os anseios da sociedade e pudesse ser respeitada pelos mandatários começou a surgir, ainda, nos primeiros anos da década de 1970. Não obstante, foi só a partir de 1983 com o crescimento dos movimentos populares, exigindo eleições diretas e o fim do regime autoritário que levara o país no início da década a uma de suas maiores crises econômica que uma parcela realmente significativa da sociedade passou a defender a necessidade de uma nova constituinte. Ao assumir em lugar de Tancredo Neves, em março de 1986, um dos primeiros atos de José Sarney foi encaminhar ao Congresso uma emenda convocando eleições para a Assembleia Constituinte.

A eleição do dia 15 de novembro de 1986 foi significativamente importante para o Amazonas e para a história política brasileira desde 1946, porque nela, foram eleitos os senadores e deputados federais que formariam uma nova Assembleia Nacional Constituinte.

Assim como o Rio de Janeiro e São Paulo, o Amazonas elegeu três deputadas. Foram oito candidatos eleitos e as mulheres tiveram uma participação expressiva no pleito de 1986 representando 38% do total de parlamentares eleitos que com relação às Constituintes anteriores, podemos dizer que as mulheres tiveram uma participação expressiva. Vejamos o quadro seguinte:

Quadro 1: Lista de candidatos eleitos à Câmara Federal pelo estado do Amazonas nas eleições de 1986.

DEPUTADO FEDERAL ELEITO	PARTIDO	N° DE VOTOS
Bernardo Cabral	PMDB	41.027
Ézio Ferreira	PFL	37.466
José Dutra	PMDB	25.565
Eunice Michiles	PFL	24.003
José Fernandes	PDT	19.633
Beth Azize	PSB	17.325
Sadie Hauache	PFL	16.813
Carrel Benevides	PMDB	13.570

FONTE: Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (1986)

ISBN: 978-85-61702-41-0

Eunice Michiles e Beth Azize foram uma das candidatas que mais se destacaram em campanha, visto que, ambas já possuíam grande experiências na política partidária. Eunice que ficou conhecida nacionalmente e internacionalmente por ter sido a primeira senadora do Brasil e Beth Azize por sua vasta experiência como militante estudantil, deputada estadual e por ter sido a primeira mulher presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas- ALE- AM.

A Deputada Sadier Hauache não tinha muita familiaridade com a política e com a estrutura partidária, mas desempenhou uma forte campanha pelo interior do estado e por ser uma grande empresária no ramo da telecomunicação. A política se faz com muito recurso e é ela que garante parte significativa de uma eleição.

Conforme afirma Tabak (2002,p.148) "muitas candidatas, profissionais de diversas áreas, através de seus prestígio foram convidadas a candidatar-se a um mandato eletivo na Constituinte". Pelos estudos da autora, essa forma de afiliação foi considerada bastante natural em decorrência daquela circunstância.

A Constituição de 1988 representou um marco jurídico de afirmação dos direitos humanos já que sua elaboração também contou com a participação de vários segmentos organizados da sociedade civil que marcaram a luta reivindicativa pela conquista dos direitos, presente, tanto nos corredores do parlamento quanto nos debates e discussões que ocorriam pelos diversos estados brasileiros.

A luta pela defesa dos direitos humanos, pela cidadania, pelos direitos da mulher e pela expressiva quantidade de direitos assegurados à população brasileira, fez dessa nova Constituição ficar conhecida como a Constituição Cidadã. "A sociedade brasileira esteve representada nos debates constitucionais por entidades ou grupos organizados, verdadeiros lobbies rurais e urbanos que buscavam influenciar as decisões dos constituintes em prol dos grupos que representavam" (SILVA, 1992, p.325).

Apesar da forte participação popular em todo o processo de discussão sobre a elaboração da ANC "parlamentares de direita e de centro-direita organizaram-se e formaram o Centrão,[1] com a finalidade de boicotar as propostas e impedir que elas fossem transformadas em lei" (SILVA, 1992, p.326). Conforme relato de uma das parlamentares constituinte e participante deste estudo,

1 O Centrão era formado pelo Centro Democrático (PMDB,PFL,PTB,PDS). Representava a maioria dos membros da Assembleia Nacional Constituinte e segmentos conservadores da sociedade brasileira.

ISBN: 978-85-61702-41-0

> A Assembléia Nacional Constituinte era composta por vários partidos e comissões. Se fizesse parte do grupo político conhecido como 'Centrão' tudo seria aprovado, mas nós éramos da oposição que queríamos dividir a riqueza do país com o povo que trabalhava, com o povo que ganhava mal, que não tinha nada. O 'Centrão' não lutava por isso e sim só pelos seus direitos (Elizabeth Azize, 75 anos, Entrevista/2015).

Esses embates partidários foram considerados um dos entraves que dificultava a aprovação de muitas emendas, pois a oposição tinha muitas dificuldades para conseguir aprovar suas propostas. Embora muitos constituintes assumissem postura conservadora, a Constituição foi promulgada em 05 de outubro de 1988, trazendo significativas mudanças sociais e políticas. "Essa conquista contou com a participação direta e indireta da sociedade civil que investiu na mobilização popular" (SILVA, 1992, p.326).

Mulheres trabalhadoras, industriárias, camponesas, negras e de diversas etnias com o apoio do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)[2] mobilizaram-se para discutirem as propostas que pudessem atender as demandas delas. "Essa força do movimento feminista se deu desde 1985 quando foi lançada a campanha nacional com o lema *Constituição pra valer tem que ter a palavra da mulher,* que veio contribuir com a ampliação da discussão sobre as principais reivindicações dos movimentos feministas" (COSTA, 1998, p.117).

Destaque-se que foi através da pressão do movimento feminista que a bancada feminina obteve grande avanço e conseguiu incorporar quase que todas as propostas na Constituição Federal de 1988.

A bancada feminina de 1987/88 que jamais deve ser confundida com "bancada feminista" não apresentava homogeneidade, muitas participavam de outras bancadas como foi o caso de Eunice Michiles que também fazia parte da bancada evangélica, Beth Azize por ter sido juíza de direito fez parte da Comissão de Constituição e Justiça e Sadie Hauache da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Apesar da diversidade de posições, o grupo alcançou coesão e efetividade na defesa dos direitos das mulheres. Mesmo sendo apenas 5% do total de parlamentares, foi um número histórico em relação às constituintes anteriores.

2 O CNDM foi implantado em 1985 através de reivindicações de inúmeras organizações de mulheres. Para o movimento feminista a criação do conselho significou o reconhecimento da luta feminista.

ISBN: 978-85-61702-41-0

Quanto ao nível de instrução das parlamentares, a bancada feminina era composta por um grupo altamente representativo (TABAK, 2002). Das três parlamentares eleitas pelo estado do Amazonas, apenas Eunice Michiles não possuía nível superior. Enquanto jovem no colegial cursou o magistério e foi professora de ensino infantil em Maués. Com relação à escolha da legenda partidária, apenas Beth Azize pertencia ao partido de oposição ao governo. "Eu sofri muito enquanto parlamentar e única mulher do Amazonas a ser de um partido de oposição" (Beth Azize, Entrevista/2015).

Nas eleições de 1986, muitas candidatas filiaram-se a partidos políticos que sequer conheciam a ideologia da agremiação e o estatuto do partido. Algumas foram convidadas, outras foram indicadas por parentes e amigos já filiados (TABAK, 2002). Das três parlamentares, apenas Eunice Michiles, tinha parente filiado ao mesmo partido.

Para além das diferenças, essas mulheres foram eleitas para atuarem diretamente na construção de um novo Brasil, influenciando o parlamento na elaboração da nova Constituição Federal e na inclusão de direitos femininos jamais reconhecidos pelas Constituições anteriores. A força desse grupo de mulheres possibilitou a aproximação entre a sociedade civil e o parlamento brasileiro.

No dia 27/03/1987, Cristina Tavares do Partido Democrático dos Trabalhadores de Pernambuco pronunciou-se nos seguintes termos:

> Saúdo as mulheres que hoje vêm ao Congresso Nacional Constituinte para entregar a cartas às mulheres. A Mesa aqui representada significa não apenas as 26 mulheres Constituintes, mas os nossos companheiros da Assembleia Nacional Constituinte, que também defenderão bravamente as teses das mulheres Constituintes. (Diários da Assembleia Nacional Constituinte de 27/03/1987, p. 972). [3]

Esse momento foi acompanhado por mulheres de vários estados brasileiros que se fizeram presentes dentro e fora do plenário. Neste dia o presidente da Assembleia Nacional Constituinte concedeu prioritariamente a palavra às mulheres constituintes da casa que assim como a deputada Cristina Tavares a deputada Beth Azize, também se pronunciou sobre o momento emblemático vivido por todas as mulheres do Brasil.

3 Disponível em http://imagem.camara.gov.br/Imagem. Acesso em 15/05/2015

ISBN: 978-85-61702-41-0

2. As deputadas Constituintes do Amazonas. Quem são?

Nas eleições de 1986, três mulheres se destacaram em suas campanhas. Foram elas a ex-senadora Eunice Michiles, Belth Azize, também dona de uma vasta experiência política no Amazonas e a jornalista e empresária Sadier Hauache. Essas eleições foram consideradas uma das mais caras, pois homens e mulheres investiram alto para conseguirem ser eleitos.

Quanto às candidatas eleitas, suas histórias e experiências de vida fora e dentro da política foram relevantes para obterem sucesso no pleito. Mas quem são essas mulheres que ao lado de mais 23 parlamentares comporão o Lobby do Baton e se tornaram esperança para inúmeras outras mulheres do Brasil na luta pela igualdade jurídica entre homens e mulheres?

Nossa primeira entrevistada é a senhora Elizabeth Azize, que enquanto juíza de Direito percorreu por 10 anos os interiores do Estado do Amazonas. Como mulher pôde sentir e vivenciar todo tipo de dificuldades, privações e preconceitos atribuídos às mulheres nessas localidades. É considerada uma das figuras mais emblemáticas da política amazonense. Como Jornalista e militante chegou a ter uma coluna diária em um dos jornais de maior circulação da cidade de Manaus. Sua militância inicia-se na Faculdade de Direito, tornando-se a primeira mulher presidente do diretório acadêmico durante a ditadura militar.

Beth Azize candidata-se a vereadora em 1976 pelo MDB e em 1978 inicia sua campanha para se eleger a deputada estadual e foi eleita. Cumpriu dois mandatos de 1979 a 1987, pelo já então Partido do Movimento Democrático Brasileiro o PMDB, mas por divergências políticas internas ao partido, Beth Azize, em 1986 filiou-se ao PSB (Partido Socialista Brasileiro). Em 1983 foi eleita Presidente da Assembleia Legislativa tornando-se a primeira mulher a presidir uma Assembleia Legislativa no Brasil. Foi também a primeira mulher a assumir o Governo do Estado do Amazonas como presidente da Assembleia quando o Governador se ausentava. Mesmo assumindo este alto cargo, Beth Azize, revela que por diversas vezes se sentiu constrangida pela imprensa local e nacional por ser mulher. “Eu pensava comigo o porquê desses estardalhaços todos, porque eles acham isso uma coisa de outro mundo, mas deveria ser uma coisa normal, aí eu sentia um pouco de revolta, eu dava essas entrevistas, mas com muita revolta” (Beth Azize, Entrevista/2015).

Rabay (2010, p.38) considera que na maioria das vezes a exclusão das mulheres aparece de forma sutil. “Não é proibida a entrada das mulheres em alguns espaços de poder, no entanto, não é fácil permanecerem e serem aceitas.

ISBN: 978-85-61702-41-0

As novatas ou estranhas, precisam mostrar que possuem qualidades excepcionais valorizadas por eles".

Para Dantas (2011, p.25), "o machismo tem papel central em nossa vida pública, pois é ele que dita o funcionamento das instituições, do debate político, da divisão do trabalho e do comportamento das relações interpessoais". A imagem da mulher dona de casa dedicada aos filhos e ao marido, religiosa e exemplo de integridade, sempre foi considerado o ideal tanto para as famílias pertencentes a elite conservadora quanto para mídia que durante muito tempo sustentou essa ideia.

Em sua passagem pelo parlamento brasileiro, Beth Azize participou de várias comissões. Pelo fato de ter sido uma juíza de Direito sempre teve prioridade para ser da comissão de Constituição e Justiça. Também participou da subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, da Comissão da Ordem Social e Comissão de Sistematização.

A nossa segunda entrevistada é a ex senadora Eunice Michiles, atualmente com 83 anos, foi filiada ao PFL, pertencente à base de apoio do governo, mas que ficou conhecida nacionalmente em 1979 quando assumiu uma vaga no Senado Federal como suplente do senador João Bosco, falecido dias depois de sua posse.

Enquanto deputada constituinte, uma de suas bandeiras de luta foi em defesa do planejamento familiar, exigindo do governo que disponibilizasse os mecanismos necessários às mulheres para que as mesmas pudessem ter o direito de escolha sobre ser ou não mãe. Sua luta pelo planejamento familiar se deu pelas suas experiências vividas pelo interior do Amazonas, onde mulheres davam a luz a muitos filhos e sem a menor infraestrutura e longe dos atendimentos médicos. Eunice foi testemunha da morte de muitas mulheres no parto ou logo depois dele e isso a fez lutar enquanto parlamentar em defesa dos direitos das mulheres em poder decidir quantos filhos pretendia ter.

Em sua passagem pelo parlamento brasileiro, Eunice Michiles juntamente com as demais parlamentares assumiu o protagonismo político feminino com grande determinação mesmo não compondo a ala das esquerdas. Foi uma das parlamentares que mais teve emendas aprovadas na constituinte.

A terceira parlamentar constituinte foi a jornalista e empresária Sadier Hauache, atualmente com 84 anos, nascida no município de Itacoatiara. Sadier tentou se eleger senadora nas eleições de 1982, mas não conseguiu a tão sonhada cadeira no Senado Federal.

ISBN: 978-85-61702-41-0

Nas eleições de 1986 a proprietária da TV Ajuricaba, emissora que transmitia os programas da Rede Globo no município de Manaus sofreu acusações de estar se elegendo à custa do poder financeiro[4]. Ressalve-se que o uso do poder econômico estava presente em quase todas as candidaturas dos políticos nessa eleição. Com relação às mulheres, além do capital econômico, também deveriam possuir capital político e social.

No Amazonas, a maioria desses candidatos passou boa parte de suas campanhas em busca de votos pelos interiores e pequenos municípios. Nessa época não existiam leis que coibissem ou punissem o clientelismo no Amazonas, o que se perdurou muito tempo. Aqueles que possuíam maior poder aquisitivo foram os que encontraram maiores possibilidades de serem eleitos.

Esses e outros elementos são determinantes no momento em que uma mulher pretende se inserir na política, pois além do próprio preconceito que é arraigado nas estruturas partidárias, ainda existem as estratégias políticas que, na maioria das vezes, não são justas tanto que excluem e inibem a participação feminina na política.

O Lobby do Batom ou grupo de pressão formado por deputadas, feministas, ativistas do movimento de mulheres não deve ser lembrado apenas como um apelido cunhado pela imprensa que, aliás, assim o fez como forma de desdenhar a participação feminina na elaboração da nova Carta Magna.

> Os Grupos de pressão são extremamente relevantes, pois operam de uma forma mais constante e mais específica, e atuam numa tramitação eficaz entre os grupos sociais organizados e o Governo (BOBBIO, 1998, p.570).

As três parlamentares constituintes deixaram um legado às futuras gerações de mulheres que posteriormente conseguiram entrar nesses espaços que durante muito tempo foi preenchido por homens. O aumento da participação política entre as mulheres não só depende dos meios legais, como também é preciso que toda a sociedade consiga participar e entender a importância que significa termos no parlamento vários representantes do gênero feminino, não para cumprir uma cota, mas porque queremos um país livre de desigualdade.

Conclusões

4 Jornal A Crítica (19/11/1986,p.06)

ISBN: 978-85-61702-41-0

A Constituição Brasileira de 1988 representa para nós mulheres um marco na história dos direitos femininos, pois nela, conseguiu-se inserir muito dos anseios do movimento feminista que há décadas lutou pelo direito de igualdade entre os pares.

Esse avanço se deve a forte presença do movimento feminista brasileiro que durante todo o processo constituinte esteve presente, reivindicando, se organizando e articulando com a bancada feminina composta por 26 parlamentares que apesar das diferenças políticas e partidárias resolveram unir-se em favor dos direitos das mulheres.

O Amazonas, com suas três parlamentares esteve muito bem representado já que as deputadas constituintes eleitas pelo estado estiveram boa parte de suas emendas constitucionais aprovadas. Beth Azize, Eunice Michiles e Sadier Hauache foram grandes guerreiras enquanto estiveram no parlamento, pois dedicaram-se a criar projetos que atendesse a necessidade não só com relação aos direitos das mulheres, mas da família e de toda uma sociedade que naquele momento aclamava por de direitos de igualdade.

O presente estudo buscou fazer um resgate desse momento histórico vivido por três mulheres que em um momento não muito oportuno decidiram enfrentar todas as barreiras imposta as elas, já que fazer política no Amazonas não dependia somente de capital econômico, mas de capital político e simbólico. Com coragem, as deputadas enfrentaram o preconceito de gênero, as barreiras partidárias e até regional e deram voz ao Amazonas, ainda desconhecido por muitos.

Lembrai-vos que, apesar dos direitos já conquistados, não podemos abandonar a nossa luta pela igualdade de gênero, seja na política, no mercado de trabalho ou nos espaços domésticos.

Referências Bibliográficas

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília – Editora: Universidade de Brasília, 1ª ed. 1998.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **As donas no poder. Mulher e política na Bahia** – Salvador: NEIM/UFBA – Assembleia Legislativa da Bahia, 1998.

ISBN: 978-85-61702-41-0

DANTAS, Ana Cecília de Moraes e Silva. **O segundo sexo na política. O papel do direito na inclusão das mulheres na democracia brasileira** – Maceió: EDUFAL, 2011.

RABAY, Glória. **Mulher e política na Paraiba. História de vida e luta**. Maria Eulalia pessoa de Carvalho – João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

SILVA, Francisco de Assis. História do Brasil: **Colônia, Império, República** / São Paulo: Moderna, 1992.

TABAK, Fanny. **Mulheres públicas: participação política e poder** – Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.

ISBN: 978-85-61702-41-0

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES: DESAFIOS À VISIBILIDADE E À AUTONOMIA

Nelmires Ferreira da Silva
Universidade Federal de Viçosa/MG
(fnelmires@gmail.com)

Resumo

Este artigo ora intitulado "Políticas Públicas para Mulheres: desafios à visibilidade e à autonomia" tem como objetivo situar o cenário dos anos de 1990 ao novo milênio no cotidiano de intensas contradições, as quais figuram o processo de produção e reprodução dos antagonismos de classes na tensão efervescente do conjunto dos arranjos de políticas asseguradas no marco da Constituição Federal de 1988 até então, em processo de desmonte pelo jogo dos ajustes neoliberais. Nessa direção, adotamos nos procedimentos metodológicos um recorte bibliográfico elencado a partir de autores que debruçam sobre a realidade concreta das mulheres na luta pela inserção em políticas que possibilitem a sua visibilidade e autonomia. Das reflexões alcançadas compreendemos que na atualidade há intensos questionamentos quanto à natureza das políticas públicas ditas emancipatórias, cuja movimento se apresenta na dimensão do controle, ora na perspectiva de empoderamento, ao que entendemos, a eminente necessidade de resignificar o sentido real de tais políticas e seus redesenhos.
Palavras-Chaves: Mulheres, Políticas Públicas,Visibilidade,Autonomia.

ISBN: 978-85-61702-41-0

1-Introdução

Este artigo ora intitulado "Políticas Públicas para Mulheres: desafios à visibilidade e à autonomia" tem como objetivo situar o movimento contraditório das políticas públicas, ora estratégia de controle estatal, ora enquanto instrumento de resistência em processo de construção no cotidiano cuja movimento figura o processo de produção e reprodução dos antagonismos de classes. Nessa direção, adotamos nos procedimentos metodológicos um recorte bibliográfico elencado a partir de autores que debruçam sobre a realidade concreta das mulheres em seu movimento de luta, e no caso específico, àquelas que vivem no meio rural brasileiro labutando por políticas inclusivas.

Assim, alicerçamos as análises nos referenciais de MARX, Karl ,1975 ADORNO, Theodor,1995; IASI, Mauro,2005; FOLLADOR, Kellen,2009; BEAUVOIR, Simone,2011;FARAH, Marta,2013, utilizando da abordagem teórica crítica social materialista histórico dialética, por entendermos que o objeto de pesquisa deve ser apreendido em sua essencialidade sócio-histórica determinada.

Nesse recorte histórico compreende-se que é "na raiz da questão social que encontramos as políticas governamentais favorecedoras da esfera financeira e do grande capital produtivo – das instituições e mercado financeiros e empresas multinacionais, forças que subordinam o Estado ao passar a assumir o ônus das exigências dos mercados (IAMAMOTO;2009). Daí, problematizamos acerca do sentido da emergente política pública, no caso específico aquela direcionada para a inserção da mulher trabalhadora no espaço produtivo dirigida, ora num movimento entre conquistas democráticas e negação de direitos, ora políticas emancipatórias versus subsunção aos interesses do capital.

O ponto central é análisar a fragilidade das políticas públicas na contemporaneidade no terreno das contradições envolta do "[...] mistério que se origina da sua absoluta complexidade" (HARVEY, 2013, p.411), a qual compreendemos "[...] tem-se o reino do capital na plenitude de seu desenvolvimento e alienação" (HARVEY, 2013). Para tanto, observamos a partir de Harvey que,

> [...] tarefa da ciência desmistificar tudo isso, revelar a lógica tentadora que corre pelas veias do sistema financeiro, expor a vulnerabilidade interna que está por trás do que, na superfície, é o poder controlador totalmente hegemônico. Essa tarefa reque, para o seu adequado cuprimento, uma mistura sutil de teoria e investigação materialista (2013, p. 412).

ISBN: 978-85-61702-41-0

Destacamos que tal estudo tem como base de análise os fundamentos sócio-históricos da abordagem materialista dialética, a qual possibilita apreender a questão social no contexto atual do movimento do capital financeiro, ao longo de quase uma década do século XXI. Os referenciais assinalados se constituíram num suporte às reflexões teóricas, capazes de fortalecer as indagações e capturar a lógica do objeto deste estudo, cujo movimento circunscreve em mão dupla, dualiza o *concreto e a essencialidade do fenômeno* (NETTO, 2001).

Das inferências introdutórias desse estudo, imprimi destacar que ensejamos a partir das reflexões que possamos contribuir para fortalecer o debate acerca da relação entre mulher e as políticas públicas de modo a levantar novos questionamentos. Entre outros anseios, esperamos que se renovem as questões de pesquisa, uma vez que, os rebatimentos e desmontes das políticas sob a agenda neoliberal tem gerado um quadro grave e preocupante, merecedor de novas atenções por parte da sociedade civil e dos estudiosos em suas produções acadêmicas.

2- Resultados e Discussões:

Políticas públicas para mulheres e os desafios à visibilidade e à autonomia

A partir do novo milênio um cenário mórbido expressa a questão da mulher e as implicações no seu cotidiano com graves indicadores sociais e a coloca no quadro de intensa marginalização ainda que sob o auge de ganhos e conquistas de espaços no setor de trabalho e educação (CRUZ,2009). Dados estatísticos mostram largamente as expressões da questão social da mulher no final do século passado (XX) e no atual (XXI).

Ao lado desse panorama desolador, os avanços aparecem como contraditórios, pois são concomitantes aos ganhos e as perdas, a eminência de um Estado que se propõe dicotomicamente "progressista" e moralizador, entretanto, preserva os *mudos operandus* do *status quo* patriarcalista e autocrático. Tal sociabilidade é antagonicamente reificante do capital, essencialmente desigual e contraditório, visivelmente observado nos estudos relativos ao espaço da mulher trabalhadora no acesso as políticas públicas.

Ao resgatar o caldo cultural patriarcalista e sexista presente no cotidiano das famílias que vivem no espaço brasileiro, marcadamente na região Norte e Nordeste, entendemos que a relevância do presente estudo justifica-se, mediante

ISBN: 978-85-61702-41-0

a possibilidade de resgatar elementos para pensar o sentido e o significado dos arranjos de políticas públicas dirigidas ao segmento mulher. Este ancorado sob o discurso emancipatório, ora contraditoriamente, reifica velhas práticas conservacionistas de relações gênero, cujo imaginário esconde a concretude da subordinação em que vivem as mulheres em suas múltiplas dimensões, ao que, compreendemos que na atualidade têm havido questionamentos quanto a natureza das políticas públicas dita emancipatórias.

No breve resgate histórico, é possível verificar desde os manuscritos inéditos de 1986 de autoria de Marx que *a primeira divisão do trabalho foi aquela travada entre homem e mulher para fins de procriação dos filhos*. Vale considerar que, o primeiro antagonismo de classe no entanto, que emergiu na história, coincide com o antagonismo entre os gêneros no laço da relação de monogâmica.

A monogamia foi um grande progresso histórico, mas ao mesmo tempo, iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura até nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo. Assim, pois, nos casos em que a família monogâmica reflete fielmente sua origem histórica e manifesta com clareza o conflito entre homem e mulher mediante o domínio exclusivo do primeiro (MARX E ENGELS,1968).

É na sociabilidade do capital que se constrói a cultura das diferenças de gênero que tratou de esteriotipá-la de frágil e submissa, estando o homem sempre no topo da hierarquia (WEBWE,1964). Essas diferenças criadas socialmente foram reforçadas pelo patriarcado e expressas no espaço público. Assim, a mulher passou a ser associada ao trabalho doméstico.

Na concepção marxista, a subordinação da mulher é iniciada com a propriedade privada. Com efeito, afirma Moraes ao comentar a obra de Engels: No tocante à 'questão da mulher', a perspectiva marxista assume uma dimensão de crítica radical ao pensamento conservador. Em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* à condição social da mulher ganha um relevo especial, pois a instauração da propriedade privada e a subordinação das mulheres aos homens são dois fatos simultâneos, marco inicial das lutas de classes. Nesse sentido, o pensamento de Marx abriu as portas para o tema da 'opressão específica' [...]

Possibilitou também uma análise crítica acerca das relações sociais, dentre elas, as de gênero, mediante uma perspectiva de totalidade que não permite fragmentar a realidade, buscando apreendê-la além da aparência, das "representações", sem esquecer, portanto, a incansável e constante busca de aproximação

ISBN: 978-85-61702-41-0

da essência dos fenômenos sociais e de suas determinações. Assim é que essa teoria propõe "um método de conhecimento da realidade de forma a desvelá -la em todas as suas determinações: sociais, econômicas, políticas e culturais". Nesse âmbito, a teoria social marxista permite ao movimento feminista e aos estudos de gênero instrumentalizarem-se para desnaturalizar as diversas opressões a que estão submetidas às mulheres

Ao situarmos as particularidades históricas do Brasil, o pensamento social e histórico acerca da sociedade patriarcal revela a carga de estigmas que conformataram um cotidiano onde as mulheres cercaram-se de relações de subserviência, preconceito, de exclusão, medo e violência. Ao contrário da visão subjetivista e focalista, Marx concebe a "essência humana", indissociável da noção de indivíduo social, expressa nas Teses sobre Feuerbach, na qual consta que "a essência humana não é algo abstrato, interior a cada indivíduo isolado. É, em sua realidade, o conjunto das relações sociais" (apud IAMAMOTO, 2001, p. 38).

Contudo, vale sublinhar que as conquistas da mulher, particularmente, quando foi inserida no mercado de trabalho,largamente demandada na divisão social e técnica do trabalho coletivo não se configuraram como um ganho apenas desse segmento, mas uma estratégia do capital em fortalecer seu exército de mão de obra mais barata. Tal compreensão não traduz uma mera negação das conquistas de espaço laboral às mulheres, inclusive na ocupação de melhores cargos e salários advindos de melhores acesso a educação.

Não pretendemos negar a luta e as conquistas travadas pelos sujeitos políticos organizados, rumo à educação e qualificação profissional enquanto mecanismos de inserção e inclusão nas políticas públicas no âmbito do espaço laboral. Além disso, consideramos que esse movimento foi engendrado mediante as organizações de mulheres de baixo pra cima, sob a perspectiva de conscientizá-las para desafiar a subordinação (MOSER, 1999).

Nesse percurso, os traços analíticos reatualizam-se nos dias atuais e repercutem conforme Mota (2010), em níveis de interpretações, no caso particular desse estudo, compreendemos as contradições do movimento que se configuram em avanços/conquistas e recuos, figuradas em teorias e retóricas pós-modernas, neoglobalizantes que vão na contramão dos anseios revolucionários. Nessa direção,

> a expropriação e mercantilização de atividades consideradas domésticas e privadas não mercantis; e na superexploração das famílias, particularmente das mulheres dos países periféricos,

ISBN: 978-85-61702-41-0

> que assumem duplas jornadas de trabalho, obrigadas a incorporar, como parte das suas atividade domésticas, um conjunto de afazeres que deveriam ser de responsabilidade pública e estatal (DUQUEARRAZOLA,2006,In.MOTA,2010.p.31).

A força motriz desse processo encontra-se no interior da sociedade capitalista, a qual incorporou os membros da família na divisão sócio técnica do trabalho, inclusive a força do trabalho feminina (NETTO E BRAZ,2008). Tal movimento chega na contemporaneidade refuncionalizado, aquela não inserida no trabalho doméstico, elas estão remodelando à esfera da produção, do trabalho em todos os setores da economia, mudando todas as instituições organizativas da sociedade, exigindo uma redefinição de papéis (CRUZ,2008.p.154).

A histórica relações machistas e segregadoras da mulher, faze-se presente nos dias atuais, e se expressa na invisibilidade, ou ainda, nas relações de trabalho com os menores salários e crescente feminilização em nichos laborais desregulamentados e precarizados. No marco desse panorama, o papel do Estado refuncionaliza-se com base em políticas utilitaristas, cumprindo a função de agente catalisador do sistema capitalista, tendo como conseqüência a permanente desigualdade social e de gênero.

A partir do novo milênio, um cenário mórbido expressa a questão da mulher e as implicações no seu cotidiano com graves indicadores sociais e a coloca no quadro de intensa marginalização ainda que sob o auge de ganhos e conquistas de espaços no setor de trabalho e educação (CRUZ,2009). Dados estatísticos mostram largamente as expressões da questão social da mulher no final do século passado (XX) e no atual (XXI).

Ao lado desse panorama desolador os avanços aparecem contraditórios, pois são concomitantes aos ganhos e as perdas, a eminência de um Estado que se propõe dicotomicamente progressista e moralizador, preservando o *mudus operandi* conservador da ordem. Tal sociabilidade é antagonicamente reificante do capital, essencialmente desigual e contraditória, visivelmente observado nos estudos relativos ao espaço da mulher.

Certamente, os ganhos trazem explicações na intensa luta do movimento feminino de mulheres que passam apresentar os primeiros sintomas dessa revolução expressas nas taxas de fecundidade, nos níveis de educação, na participação no mercado de trabalho em sintonia com o novo papel da

ISBN: 978-85-61702-41-0

mulher na sociedade contemporânea, principalmente a partir do novo milênio (GOMES,2011)[1].

Essas mudanças têm refletido também nos avanços no campo jurídico e na agenda governamental que imprimiram o planejamento e gestão de políticas públicas para os diversos segmentos do grupo familiar. As demandas por um conjunto de políticas que emergiram da luta da sociedade civil a partir dos anos 1980, tiveram como resultado a implantação e execução de políticas universais e focalizadas em ações afirmativas dos sujeitos. Conforme Joaquim Barbosa Gomes, tais ações pode ser definidas como,

> (...) um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate a discriminação de racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego (GOMES,2001,p.40 2011).

Nas particularidades do meio rural esse debate também ganha espaço junto ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTRs), as Mulheres Camponesas, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, etc. As lutas por melhores condições de vida e de trabalho no campo incluem em seus repertórios o acesso à terra, água, crédito, assessoria técnica, formação/capacitação, alternativas de comercialização além das demandas e reivindicações das pessoas que vivem no espaço urbano, tais como saúde, educação, habitação, trabalho, lazer, assistência social, previdência social, enfim, independente se são demandas especificas ou universais, o que se busca é a garantia dos direitos sociais assegurados por meio de legislações internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, as Convenções da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e nas nacionais - Constituição Federal de 1988 e as legislações sociais e as intervenções. Para isso, partiram de uma leitura de mundo de que,

1 Curso de Formação em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça/PP-GeR,UFS,2012.

ISBN: 978-85-61702-41-0

> no espaço agrário se via 'a emancipação feminina um perigo para seus interesses. E apega-se à velha moral que vê, na solidez da família, a garantia de propriedade privada' (JOFFILY, 2004. p. 9).

Entendeu-se que a mulher inserida no campesinato enfrentava cotidianamente dupla opressão. Uma pela questão de classe social e outra, pela questão de gênero, daí a luta ganha dimensão e força vindo a se articular com os movimentos urbanos. Assim, ao mobilizar-se, ergue-se uma bandeira de luta contra qualquer forma de discriminação e exclusão às mulheres trabalhadoras rurais.

É no bojo desses determinantes sócio-históricos que as mulheres camponesas no Brasil têm nas últimas décadas do século XX e início do XXI erguido numa bandeira de luta por um novo projeto de agricultura camponesa para o país. Somam-se aos movimentos sociais globais, clamando por direitos universais, políticas públicas que fortaleçam as diferenças com igualdade no acesso aos serviços e riquezas socialmente produzidas. Suas agendas pontuam a defesa ao ambiente, a biodiversidade e a todas as formas de vida do planeta, na compreensão de que a luta se faz nos espaços públicos e coletivos continuamente contra as,

> as relações sociais estruturadas com base em sistemas de dominação e exploração se produzem e se reproduzem através de mecanismos materiais e simbólicos que sustentam as desigualdades. A invisibilidade das mulheres nas analises, como sujeito da produção e reprodução dessas desigualdades. As mulheres não são invisíveis, elas são invisibilizadas pelos outros, ou seja, não são reconhecidas como sujeitos ativos nos processos produtivos (SILVA, 2009.p. 8).

A inversão nessa lógica contraditória ganha fôlego e começa a dar sinais de mudanças por meio de ações articuladas dos movimentos e organizações feministas ao conjunto das políticas governamentais pactuadas com a sociedade civil na intenção de promover mecanismos de autonomia econômica e igualdade social às mulheres. Nas particularidades das políticas dirigidas para o meio rural, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) passou a discutir o ingresso da mulher na política pública do PRONAF em 2001 por pressão dos movimentos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais entendendo que,

ISBN: 978-85-61702-41-0

> na contemporaneidade, não cabem às mulheres as funções reprodutivas, o trabalho doméstico; elas estão remodelando a esfera da reprodução, do trabalho em todos os setores da economia, mudando todas as instituições organizações da sociedade, exigindo uma redefinição de papéis (CRUZ, 2005.p.154).

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) passaram a atuar em parceria com movimentos sociais de mulheres. Também, este órgão criou a Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (Aegre) e disponibilizou recursos para a implantação de políticas de igualdade que promovem os direitos econômicos e o exercício pleno da cidadania das mulheres trabalhadoras rurais.

Esta institucionalidade fortalecida via o protagonismo social contribuiu para qualificar programas existentes e impulsionaram a criação de novas políticas públicas visando à cidadania e promoção da autonomia econômica das mulheres. Essas ações contemplam garantia dos direitos a terra, acesso aos serviços rurais e ao comércio, resgate da memória coletiva e apoio a estudos feministas no campo (IIPNRA, 2004).

Certamente, a participação das mulheres em órgãos colegiados do desenvolvimento rural foi e continua sendo uma estratégia que fortalece a criação de novos espaços de participação e controle social. Atualmente, as mulheres têm representação no Comitê Permanente de Promoção da Igualdade do Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) e nos Comitês Gestores do Programa e Documentação, do Programa de Organização Produtiva e do Grupo de Trabalho de Gênero e Crédito (MDA,2012).

Na esfera federal, por meio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA/INCRA) vem sendo traçadas ações de políticas públicas com recortes para inclusão da mulher no meio rural. Como prioridade para as diversas áreas de atuação do Governo Federal, especialmente as voltadas à efetivação da sua cidadania e aos direitos econômicos: documentação civil, terra, crédito, assistência técnica, apoio à organização produtiva e enfrentamento da violência contra a mulher no campo e na floresta.

Dentre as conquistas das mulheres trabalhadoras rurais, destacamos a implantação, partir de 2003, do Programa Nacional de Reforma Agrária, em que o Incra ampliou os direitos das mulheres à terra. A portaria Nº 98 estabeleceu a Titulação Conjunta Obrigatória da Terra nos lotes de assentamentos da reforma

ISBN: 978-85-61702-41-0

agrária. Os procedimentos de Inscrição de Candidatos (as) na Implantação de Projetos de Reforma Agrária, no Cadastro das Famílias nas Áreas de Regularização Fundiária e de Titulação e no Certificado de Cadastro de Imóvel Rural incluíram, em caráter obrigatório, a mulher e o homem, independente de estado civil. Famílias chefiadas por mulheres passaram a ter preferência na Sistemática de Classificação das Famílias Beneficiárias da Reforma Agrária.

No que tangem às ações para promoção de renda para a autonomia foi lançado em março de 2008, o Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais (POPMR) que se solidifica por meio da difusão dos princípios da economia solidária e feminista, organizações produtivas de trabalhadoras rurais, incentiva a troca de informações,conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização. O objetivo é viabilizar o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e à comercialização.

Coordenada pelo MDA pela Secretaria Especial de Política para Mulheres (SPM) e pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o referido Programa conta com um Comitê Gestor Nacional constituído pelo governo federal e sociedade civil. Desde 2008, empreendimentos de mulheres têm direito a cota de 30% dos grupos produtivos que participam da Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária.

Entre outros ganhos, foi o crédito especial para as mulheres, o Pronaf (Programa Nacional de Crédito para Agricultura Familiar) objetiva garantir a inclusão delas na gestão do crédito familiar. A Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) passou a ser feita obrigatoriamente em nome do casal a partir do Plano Safra da Agricultura Familiar 2004/2005. Criaram-se instrumentos específicos de financiamento dirigidos às mulheres rurais de caráter individual e coletivo, capacitaram-se milhares de trabalhadoras rurais, gestores e gestoras, além de agentes financeiros e apoiaram-se diversas ações de difusão de experiências de acesso das mulheres ao Pronaf Mulher. Considerando a safra 2003/2004 até a atual safra: 2009/2010 mais 37 mil contratos foram concedidos na linha e mais de 236 milhões de reis foram emprestados (MDA,2012).

Os avanços e ganhos simbolizam os marcos de uma "Era" em que a mulher tem ocupado espaços e centralidade frente as políticas públicas brasileiras. Os recortes afirmativos, tais como mulheres camponesas, ribeirinhas, quilombolas, indígenas, catadoras de babaçu etc, fomentaram a política universal com claro respeito as necessidades particulares dos grupos sociais (IIPNRA;2003/2004).

Na dialética do movimento antagônico em que imperam a lógica da velha ordem, travestidas do moderno, do novo, entendemos que encortina o *fetiche*:

ISBN: 978-85-61702-41-0

se renova para conservar o *status quo* da hegemonia do capital financeiro. A nova retórica despolitizante da questão social, e naturalizante, tendência a se criar um imaginário que não ultrapassa a aparência do real.

Estudiosos das políticas sociais (BEHRING (2009); FALEIROS(2008), Netto(2008),Mota(2009) dentre outros, chamam a atenção para o quadro de embrionamento das políticas de bem-estar social, que logo foram dissipadas pelas orientações desregulatórias dos ajustes perversos da agenda neoliberal (TAVARES,2006). Assim sintetizavam Behring e Boschetti (2006) há um *desmonte do estado de direitos*, nessa direção complementa Potyara Pereira,(1992) *agora é a vez do cidadão consumidor*.

Nesse difuso quadro panorâmico que trafegam as políticas públicas focadas para reparar a histórica exclusão da mulher brasileira com soluções técnicas, reeditando um viés das políticas públicas clássicas e marginais. A primeira busca realizar uma negociação entre novas e velhas forças sociais sem alterar as regras institucionais da sociedade tradicional e a segunda visa a manutenção do sistema capitalista e não pressupõe sequer a alteração da propriedade fundiária, criando, apenas, um conjunto de ações paliativas ou compensatórias (BEHRING,2009).

Conforme Behring (2009), hoje tem havido questionamentos quanto a natureza das políticas públicas, os interesses, seus sentidos e significados. Num recorte histórico que "na raiz da questão social encontram-se as políticas governamentais favorecedoras da esfera financeira e do grande capital produtivo – das instituições, mercados financeiros e empresas multinacionais, forças que submetem o Estado, o qual passa a assumir o ônus das exigências dos mercados" (IAMAMOTO;2009.p.31). Daí, passamos a buscar o sentido da emergente política pública, no caso específico, o crédito produtivo dirigida para a mulher trabalhadora rural, num movimento entre conquistas democráticas e antagonicamente, políticas subsumidas aos interesses do capital.

3 - Considerações

Os resultados obtidos nos levaram a considerar que, apesar da forte inserção da mulher na base legal constitucional, o protagonismo nos lócus de discussões das políticas públicas, a tão sonhada autonomia prende-se as inoperantes políticas focalistas e desuniversalizantes. Dai, entendemos em nossas análises que as mulheres e a visibilidade nas políticas públicas são reais, porém, fortemente marcada pela ausência de políticas efetivas e continuadas que não

ISBN: 978-85-61702-41-0

só despolitizam a dimensão de gênero como nega. Sublinhamos que embora a proposta de inserir a mulher na vida produtiva seja parte das reivindicações desses sujeitos em suas lutas cotidianas, a operacionalização destas traz em si, o cerne da própria reprodução das relações desigual e socialmente subalternizadora da mulher trabalhadora rural.

4 - Referências

ALTHUSSER, L. P. Família, aparelhos ideológicos de Estado. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998

AMANDO, Maria Zélia Alves. O trabalho das mulheres nos agrossistemas – um estudo no projeto de assentamento Dandara em Malhador Sergipe,2007.

ANDRADE, Manuel Correia de. A terra e o Homem no Nordeste: Contribuições ao estudo da questão agrária no Nordeste. 8ªed. –São Paulo:Cortez,2011.

BEAUVOIR, Simone. A dominação masculina.Bertrand Brasil, Rio de Janeiro:1999. Disponívelem:http://www..metodista.br/ppc/netmal-in-revista/netma101/a-dominaca-omasculina-apontamentos-a-partir-de-pierre-boudieu. Acessado em:25/09/2011.

BOSCHETTI, Ivanete e BEHRING, Elaine. Política Social no contexto da crise capitalista. In.: direitos Sociais e competências sociais,2006.

CRUZ, M. H. S. Cidadania, crise do trabalho e gênero: desafios para estabilização dos direitos. Em Neves, P. S. (org). *Educação, cidadania: questões contemporâneas* (pp. 92- 116). São Paulo: Cortez Editora, Rd. UFS, 2009.

GOHN, M. da G. (org). (2003). Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais. Petrópolis, RJ: Vozes.

GOMES. A. Políticas Públicas e Gênero, In: Curso de Formação em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça | GPP-GeR. Módulo 2, 2011.

IAMAMOTO, Marilda questão social no capitalismo. In: Temporalis Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano II, n.3, jan./jul. 2001, Brasília, ABEPSS, Grafline, 2008.

ISBN: 978-85-61702-41-0

JOFFILY,Mariana. Memória, Gênero e Repressão Política no Cone Sul (1984-1991), fazendo gênero 9, diásporas, diversidades, deslocamentos23 a 26 de agosto de 2010.

KONDER, Leandro. A utopia hoje, jornal O Globo, Rio de Janeiro, 30/10/99.pttp. www.intermega.com.br/mssantos/cartas.htm. *Site*.66.

MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2001.

ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

FISCHER, I. R., GEHLEN, V. **Reforma agrária: chão masculino, pão feminino.** Trabalhos para discussão, n. 130/ 2002. Disp: http://www.fundaj.gov.br/tpd/130.html,acessado em 2011.

ISBN: 978-85-61702-41-0

POLÍTICA PÚBLICA DE AUTONOMIA ECONÔMICA E EMPODERAMENTO FEMININO: APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA CHAPÉU DE PALHA MULHER - PE

Raquel Oliveira Lindôso
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
raquel.lindoso@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo objetiva apresentar os resultados da pesquisa de conclusão de curso em nível especialização que tratou das temáticas em torno da política pública de autonomia econômica e empoderamento feminino. O foco do trabalho é o Programa Chapéu de Palha Mulher no âmbito do Projeto de Formação de Rede de Agentes de Políticas Públicas para Mulheres do estado de Pernambuco. A questão norteadora que orienta este trabalho consiste na ideia de que a noção de empoderamento feminino, presente na política pública de autonomia econômica, insere-se no contexto sociopolítico em que se dá o esvaziamento do conteúdo transformador das relações de poder que são estruturadoras da ordem capitalista patriarcal. É nesse contexto que pretendo situar o Programa Chapéu de Palha Mulher, como política estadual de promoção de autonomia econômica feminina, que se qualifica como uma experiência exitosa e inovadora, mas, paradoxalmente, implica na reprodução dos estereótipos de gênero, reforço da divisão sexual do trabalho e estímulo ao empoderamento liberal.
Palavras-chaves: Política Pública de Autonomia Econômica; Empoderamento; Empoderamento Liberal; Programa Chapéu de Palha Mulher.

ISBN: 978-85-61702-41-0

Introdução:

Este artigo apresenta parte dos resultados da pesquisa de conclusão de Curso de Especialização em Gênero, Desenvolvimento e Políticas Públicas, realizada entre os anos de 2014-2015, intitulada "POLÍTICA PÚBLICA DE AUTONOMIA ECONÔMICA E EMPODERAMENTO FEMININO: uma análise da experiência do Programa Chapéu de Palha Mulher – PE". O curso de Especialização em Gênero, Desenvolvimento e Políticas Públicas foi desenvolvido em conjunto com as instituições de ensino e pesquisa Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) e a Secretaria da Mulher de Pernambuco (SecMulher).

O foco da pesquisa supracitada foi o Programa Chapéu de Palha Mulher no âmbito do Projeto de Formação de Rede de Agentes de Políticas Públicas para Mulheres do estado de Pernambuco. A questão norteadora que orienta este trabalho consiste na ideia de que a noção de empoderamento feminino, presente na política pública de autonomia econômica, insere-se no contexto sociopolítico em que se dá o esvaziamento do conteúdo transformador das relações de poder que são estruturadoras da ordem patriarcal.

É nesse contexto que pretendo situar o Programa Chapéu de Palha Mulher, como política estadual de promoção de autonomia econômica feminina, que se qualifica como uma experiência exitosa e inovadora, mas, paradoxalmente, implica na reprodução dos estereótipos de gênero, reforço da divisão sexual do trabalho e estímulo ao empoderamento feminino numa perspectiva individualista e mercadológica (mediada pelas leis de mercado).

Nota-se que, após uma década de institucionalização de lutas, observa-se o cenário de avanços e recuos que exige do movimento feminista o fortalecimento das ações de controle e monitoramente da Política Pública para as Mulheres, na qual a crítica à noção de autonomia e empoderamento deve, fundamentalmente, articular práticas que questionem a tríade patriarcado-capitalismo-racismo, contribuindo para a construção de autonomia em termos de cidadania coletiva.

Nesse sentido, a pesquisa supracitada teve como objetivo geral discutir o contexto contemporâneo das políticas públicas de autonomia econômica e empoderamento feminino no debate sobre Gênero e Desenvolvimento. E de maneira mais específica, contextualizar o debate em torno das políticas públicas de autonomia econômica e empoderamento feminino; Apresentar o Programa Chapéu de Palha Mulher como uma política pública de promoção da

ISBN: 978-85-61702-41-0

autonomia econômica das mulheres; Eleger fontes para avaliação do Programa no que se refere à execução e a perspectiva de empoderamento. Por fim, as considerações finais e agradecimentos.

Neste artigo, objetiva-se situar o debate a qual se insere a pesquisa, bem como apresentar os resultados encontrados.

Expressamos aqui o desejo de que a apresentação dos resultados da referida pesquisa no XIX Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR), possibilite refletir coletivamente sobre a temática da política pública de autonomia econômica para as mulheres, de modo que as contribuições se desdobrem em uma versão revisada mais qualificada e aprofundada.

Metodologia

O estudo aqui apresentado qualifica-se como pesquisa social exploratória e pesquisa bibliográfica e documental. Além do levantamento bibliográfico e da análise documental, foram necessárias outras ferramentas que subsidiaram o levantamento de dados da política púbica pesquisada. Foi utilizada a entrevista semi-estruturada, que, de acordo com Deslandes e Minayo (2007), permite às pesquisadoras organizar um conjunto de questões sobre o tema que está sendo estudado, de modo que a entrevistada discorra livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal. Nesse sentido, a entrevista como fonte de dados trouxe informações que tratam da reflexão das instituições envolvidas na execução do Programa investigado.

Buscando contribuir com a qualificação da política pública estadual voltada para as mulheres pernambucanas, elegemos fontes de análise do Programa Chapéu de Palha Mulher. Na tentativa de nos aproximar um pouco mais da experiência do Programa Chapéu de Palha Mulher e ir além da abordagem contida nos documentos oficiais da SecMulher, estabelecemos diálogos com ONG's feministas que participam da execução do Programa em análise.

Utilizando o recurso metodológico de entrevista semi-estruturadas, conversei com as OGN's feministas Gestos Soropositividade, Comunicação e Gênero (GESTOS) e com o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural (MMTR-NE).

Ambas as instituições feministas acompanham o Programa Chapéu de Palha Mulher nos processos de formação sociopolítica e capacitação profissional.

A GESTOS é uma ONG feminista, como sede em Recife, criada em 1994, e trabalha com a prevenção do HIV/AIDS e com a promoção dos Direitos

ISBN: 978-85-61702-41-0

Humanos das pessoas que vivem com HIV/AIDS. Dentro dessa perspectiva a Gestos, trabalha com temas como Direitos Sexuais e Reprodutivos, Cidadania Sexual e Feminismo. A ONG Gestos é uma das organizações da sociedade civil contratada para ministrar as aulas de capacitação do Programa Chapéu de Palha Mulher da Pesca Artesanal.

O MMTR-NE é uma ONG feminista que trabalha baseada na articulação e organização de mulheres rurais, com atuação nos nove estados do Nordeste, e com dimensão política nacional e regional, através de sua participação na Rede Lac e Mulheres Populares e Diversas. O MMTR-NE tem como princípios organizativos a auto-organização das mulheres rurais com suas diversas identidades a partir do seu espaço de moradia e trabalho para o empoderamento político e econômico, bem como a transformação das relações de desigualdade e submissão existentes no nordeste.

Resultados

O diálogo com as ONG'S feministas buscou discutir sobre questões relacionadas ao Programa Chapéu de Palha Mulher, no tocante à contratação de ONG's feministas para a execução, bem como os temas da infra-estrutura e a proposta de autonomia econômica das mulheres e empoderamento feminino contidas no Programa Chapéu de Palha Mulher.

Os resultados encontrados estão apresentados em tópicos, seguindo o ordenamento do roteiro de entrevista semi-estruturada.

*A contratação de ONG's para execução de aulas nas áreas de formação sociopolítica e capacitação profissional***:**

A SecMulher, por meio de dispensa de licitação, contrata ONG's feministas objetivando promover o intercâmbio entre o Estado e os Movimentos Socais no tocante à cidadania ativa das mulheres (SECMULHER, 2014).

Soma-se a isso a proposta de que durante o desenvolvimento dos cursos formativos, as mulheres tenham a aproximação com a pedagogia feminista na perspectiva da educação popular.

As ONG's feministas GESTOS e MMTR-NE enxergam como aspecto positivo a contratação de ONG's feministas. Considerando que há o contato com as elaborações do movimento de mulheres e a educação popular, uma vez que as instituições atuam em rede com as organizações de todas as regiões do estado

ISBN: 978-85-61702-41-0

pernambucano, com experiências de trabalho com mulheres e na perspectiva da autonomia feminista. Destacam também a relevância da dispensa de licitação, dado que as experiências de algumas ONG's feministas não as habilita a concorrer ao processo de licitação via chamada pública.

No entanto, a partir do que foi discutido com as ONG'S, considero importante refletir criticamente sobre o intercâmbio entre Estado e movimento social, proposto pelo Programa Chapéu de Palha Mulher. Deve-se, portanto, analisar o intercâmbio entre Estado e sociedade civil situado no contexto socioeconômico e político da última década, qual seja de cortes de gastos públicos via contratação do terceiro setor (ONG's, Sistema S, *OSCIP's e etc)* para a fase de execução de projetos e programas concomitante à crise de financiamento das ONG's.

Noto aqui que as ONG's feministas não participam das fases de planejamento e elaboração do Programa Chapéu de Palha Mulher, o pode surgir que a contratação para a fase de execução (exclusivamente) atende as exigências neoliberais para o desenvolvimento econômico via terceirização e diminuição do Estado.

Outro ponto que merece atenção é como a participação das ONG's feministas fragiliza a fiscalização e monitoramente da política pública.

Este cenário, que reúne baixa alocação de recursos técnicos financeiros e projetos e programas focalizados em grupos e temas específicos, visando a orientação produtiva, apresenta baixo alcance no que se refere à transformação social e reorganização das relações de poder. São ações que focam na mulher pobre e vulnerabilizada, neste caso as mulheres, e não no próprio modelo de desenvolvimento que empobrece e vulnerabiliza as mulheres.

A infra-estrutura oferecida para as formações sociopolítica e capacitação profissional:

A coordenação geral do Programa Chapéu de Palha Mulher é realizada pela Secretaria estadual de Planejamento e Gestão (SEPLAG), que contrata os serviços da empresa *URJA SOCIAL – Tecnologia para Inclusão*. A SEPLAG terceiriza parte dos serviços de gestão (cadastramento das mulheres que serão beneficiadas pelo Programa), de logística (espaço físicos onde acontecem as aulas e equipamento tecnológicos) e financeiros (pagamento dos valores e controle dos benefícios financeiros). (SECMULHER, 2014).

O tema da infra-estruturara foi bastante discutido com as ONG's GESTOS e MMTR-NE, que consideraram que é preciso dar mais atenção ao tema, já que

ISBN: 978-85-61702-41-0

os espaços de aula são geralmente inadequados, com pouca ou nenhuma iluminação, desconfortáveis e sem ventilação. Muitas vezes ao chegar no município ou comunidade, não há espaço previamente agenda para as aulas, cabendo às instrutoras e recreadoras mobilizar lugares para os momentos formativos com as mulheres e recreativo com as crianças.

Nesse sentido, ouvi relatos de que as aulas, assim como a parte recreativa já aconteceram em espaços o mais inusitados como barracas, sombra de árvores e faixa de areia do mar (no caso do Programa Chapéu de Palha Mulher da Pesca Artesanal).

A precariedade da infra-estrutura chama atenção para a problemática do trato da política pública para as mulheres e os baixos investimentos no tocante a transversalidade da política.

Nesse sentido, a ausência de espaço físico adequado e a precária infra-estruturara (quando há) refletem tanto o baixo investimento financeiro disponibilizado para o Programa e, portanto, para a política pública para as mulheres no estado de Pernambuco, bem como a perda de controle ocasionada pela terceirização dos serviços de gestão e logística do Programa. Sendo oportuno, portanto, refletir sobre o tipo e qualidade da intervenção Estatal.

As propostas de autonomia econômica e empoderamento presentes no Programa Chapéu de Palha Mulher:

As ONG's GESTOS e MMTR-NE destacaram que a formação sociopolítica possibilita o contato das mulheres com o movimento feminista, o que é, sem dúvida alguma, favorável à reflexão sobre opressão patriarcal e a consciência crítica a respeito da condição feminina.

Aspectos que contribuem para a idealização do sujeito coletivo e a organização política das mulheres. A pedagogia feminista de convivência e partilha dos pares na perspectiva da autonomia e empoderamento das mulheres é um avanço qualitativo. As instituições entrevistadas relatam práticas positivas de construção de identidades por meio de partilha de experiência de pares.

Por outro lado, o empoderamento é compreendido como um processo contínuo e ininterrupto, e, no caso do Programa Chapéu de Palha Mulher não ter ações de acompanhamento das mulheres "capacitadas", tampouco direcionamento para outros programas ou projetos no âmbito estadual, acaba criando um ambiente de "empoderamento e desempoderamento".

ISBN: 978-85-61702-41-0

Destaco também a ausência da perspectiva da interseccionalidade no Programa. Se se por um lado apresenta a discussão de gênero e raça/etnia como conteúdo programático, por outro não incorpora a interseção das identidades ao tratar as mulheres, uma vez que o público alvo do Programa é a mulher como identidade única e universal. Negando as múltiplas identidades de raça/etnia, geração, orientação sexual e identidade de gênero.

Cabendo também refletir sobre a noção de autonomia presentes no Programa Chapéu de Palha Mulher, considerando que as que as mulheres não têm poder de decisão sobre a oferta dos cursos. As decisões são verticalizadas e sem participação popular.

Ressalta-se ainda que as habilidades profissionais que os cursos formativos pretendem estimular estão relacionadas às atividades mais próximas da definição tradicional como "tipicamente femininas" (cabeleireira, costureira, cozinheira, artesanato).

Atividades que são menos valorizadas no mercado de trabalho e que acabam por reforçar os estereótipos de gênero e as especializações dos empregos e, portanto, a divisão sexual do trabalho.

O reforço da divisão sexual do trabalho e, portanto, das relações de poder me parece ser um tema crucial, uma vez que as noções de autonomia econômica e empoderamento feminino são traduzidas quase que exclusivamente no ingresso no mundo do trabalho.

De modo que a presença feminina na estrutura ocupacional por si só desembocasse no empoderamento. Afastando-se, assim, do questionamento das hierarquias (poder) entre o trabalho produtivo e reprodutivo, da responsabilização das mulheres com o trabalho reprodutivo, da jornada de trabalho intensiva, extensiva e intermitente e a problematização da organização do mercado de trabalho, que como instituição produtiva, cristaliza e reproduz o sistema capitalista patriarcal e racista.

O debate sobre o esvaziamento e captura do conteúdo transformador da noção de empoderamento:

Sobre o debate em torno esvaziamento do conteúdo político do empoderamento, na medida em que seu uso passa a ser terminologia frequente nos programas e projetos de política pública para as mulheres, afastando-se da noção de empoderamento como novas formas de poder que transformam radicalmente a dominação masculina, tanto no espaço privado quanto no espaço

ISBN: 978-85-61702-41-0

público, as organizações feministas observam que o Programa Chapéu de Palha Mulher por si só não promove o empoderamento no sentido coletivo, dado que para que haja o empoderamento é preciso mudanças profundas que atinjam o patriarcado e toda a sua estrutura ideológica e de poder.

As ONG's que contribuíram com a pesquisa, avaliam que a identificação e institucionalização das demandas das mulheres representam um avanço importantíssimo. Avanço este que deve ser compreendido como resultado das lutas do movimentos feministas. No entanto, o patriarcado como sistema organizativo e normativo também está solidificado no Estado.

As expressões do Estado classista patriarcal, manifesta-se por meio da dependência da burocracia, baixos orçamentos, dificuldades do planejamento e execução de projetos e, mais ainda, na concepção das mulheres genérica das mulheres apenas como público alvo e não como sujeito político autônomo.

Nesse sentido, as organizações entrevistadas chamam a atenção para o desdobramentos político da perda da dimensão do sujeito coletivo e do protagonismo feminino da concepção de empoderamento.

Sendo, portanto, necessário romper com machismo institucional existente no aparelho do Estado, uma vez que as relações de poder institucionalizadas funcionam como verdadeiras barreiras para o acesso das mulheres às políticas públicas. O MMTR-NE cita como exemplo, a questão do acesso ao crédito e terra que, para as mulheres rurais, permanecem sendo um desafio.

Além na vulnerabilidade laboral, mereceu destaque, para as GESTOS e MMTR-NE a falta de apoio para pequenos empreendimentos gerenciados pelas mulheres e a precária e insuficiente política de creches. As políticas de crédito e creche são apontadas como questões fundamentais para que as mulheres possam dedicar tempo para estudar, produzir e participar de organizações políticas.

Discussão:

As últimas três décadas no Brasil foram marcadas pelos avanços nos debates acerca da histórica condição de desigualdades e opressão que vivenciam as mulheres na ordem capitalista patriarcal e racista.

Como parte da luta pela igualdade de gênero, os movimentos feministas no Brasil apontam para a institucionalização das demandas das mulheres como uma ação fundamental no enfrentamento da cultura machista.

É no contexto de ampliação da identificação das desigualdades de gênero no âmbito do Estado que, nos anos 2000, é dada a criação da Secretaria Nacional

ISBN: 978-85-61702-41-0

de Políticas para as Mulheres, bem como das Secretarias, Coordenadorias e Diretorias estaduais e municipais.

Circunscrita no contexto acima descrito, a Secretaria Estadual da Mulher de Pernambuco, por meio das políticas de promoção de igualdade de gênero, tem como missão institucional promover os direitos das mulheres pernambucanas, com a finalidade de transformar a precária condição de vida das mulheres rurais e urbanas (SECMULHER, 2014).

Nesse caminho, no ano de 2007, o Governo de Pernambuco, por meio da Secretaria da Mulher, reconfigura o Programa Chapéu de Palha[1]. De modo que atendesse ao objetivo de fortalecer a cidadania e a geração de emprego e renda das mulheres nos períodos da entressafra da atividade econômica.

Segundo documentos oficiais da Secretaria da Mulher-PE (2014), o Programa Chapéu de Palha Mulher inseri-se na política pública de promoção dos direitos das mulheres, na medida em que busca por meio da formação da Rede de Agentes de Políticas Públicas para as Mulheres, capacitar as mulheres nas áreas de política pública e empreendedorismo, cidadania e cursos profissionalizantes[2].

O Programa Chapéu de Palha Mulher tem suas ações direcionadas às trabalhadoras pernambucanas que se encontram em situação de precariedade social, ocasionada pela inserção em atividades sazonais caracterizadas pela ausência de emprego e renda em determinados períodos do ano.

Dessa maneira, o Programa subdivide-se em: i) Programa Chapéu de Palha Mulher Zona Canavieira (criado no ano de 2007); ii) Programa Chapéu de Palha Mulher Fruticultura Irrigada (criado no ano de 2009); iii) Programa Chapéu de Palha Mulher Pesca Artesanal (criado no ano de 2012).

1 "O Programa Chapéu de Palha foi criado em 1988 com propósito de amparar os homens trabalhadores da cana e suas famílias, durante a entressafra, mitigando a situação de desemprego e ausência de salário. Em contrapartida, os canavieiros participavam de frentes de trabalho criadas pelo governo. Na sua segunda edição, em 2007, o Programa adequou-se aos novos rumos de Pernambuco, ofertando aos canavieiros cursos e incorporando o segmento feminino a seu público beneficiário direto, ofertando, então, às mulheres o Projeto de Formação de Rede de Agentes de Políticas Públicas para as Mulheres Rurais" (BUARQUE, 2009, p.17)

2 "A primeira versão do Projeto Chapéu de Palha Mulher foi elaborada em abril-maio de 2007, e constitui-se na iniciativa referencial da SecMulher para a estruturação de ações para o desenvolvimento das mulheres rurais. Foi ele que possibilitou o espaço concreto para a construção de novas relações sociais e políticas entre as mulheres rurais, o governo e as organizações não governamentais feministas. O maior impacto do Chapéu de Palha, até o momento, foi fazer o aparelho do Estado compreender, finalmente, o lugar das mulheres rurais de protagonistas de sua própria história" (BUARQUE, 2009,p.17)

ISBN: 978-85-61702-41-0

Entre os anos de 2007-2014 o Programa Chapéu de Palha capacitou um total de 97.416 mulheres. Sendo que 32.981 da Zona Canavieira, 52.825 da Fruticultura Irrigada e 11.730 da Pesca Artesanal (SECMULHER, 2014).

Considerando, portanto, as mulheres como potencial produtivo que atende ao momento socioeconômico pernambucano, que experimenta taxas médias de crescimento superior a média nacional, o Programa Chapéu de Palha Mulher, por meio de cursos profissionalizantes na área de negócios, pretende desenvolver as habilidades técnicas das mulheres, bem como o fomento à criação de novos grupos de mulheres produtoras.

O quantitativo de mulheres participantes no Programa Chapéu de Palha Mulher, bem como o número de municípios beneficiados pelo Programa e quantidade de turmas por município é determinado pela Secretaria estadual de Planejamento e Gestão (SEPLAG), responsável pela coordenação do Programa. A SEPLAG disponibiliza e organiza o cadastramento das mulheres, considerando o histórico de incidência do Programa na região e perfil socioeconômico dos municípios envolvidos.

As capacitações e metodologia de formação de ensino ficam a cargo das Organizações Não Governamentais feministas (ONG's) e instituições do Sistema S, que são contratados via dispensa de licitação.

Para analisar a experiência do Programa Chapéu de Palha Mulher, recorremos às análises do feminismo crítico. De modo que, as elaborações presentes na pesquisa possam compreender o significado da ampliação de políticas públicas que tem como público-alvo as mulheres de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade social – aqui situo o Programa Chapéu de Palha Mulher-PE – no contexto socioeconômico e político atual.

Em diálogos com pesquisadoras que compartilham da abordagem crítica, trago aqui as reflexões de Giselle Santos (2014) sobre o os aspectos do empoderamento feminino no Programa de Transferência de Renda Bolsa Família. Embora a autora reconheça os avanços do Programa supracitado, ela destaca que deve-se levar em conta na análise sobre a política de autonomia econômica o cenário nacional de ajuste fiscal de orientação neoliberal e focalização em projetos de alívio da miséria e pobreza (GISELLE SANTOS, 2014).

O debate crítico contemporâneo sobre autonomia das mulheres e desenvolvimento sublinha que o discurso do empoderamento feminino traduzido em geração de renda e aumento do poder de consumo, fundamenta-se do ideário neoliberal que busca atender a lógica da economia de mercado. Lógica esta que oculta os determinantes estruturais que reproduzem a vulnerabilidade das mulheres: o tripé de exploração e dominação capitalismo-patriarcado-racismo.

ISBN: 978-85-61702-41-0

Por essa razão, as pesquisadoras olham com desconfiança para a abordagem que concebem empoderamento como instrumento para o desenvolvimento.

Segundo Cecília Sardenberg (2009) a abordagem liberal de empoderamento, predominante na política pública baseada em esquemas de formação/capacitação, perde de vista o potencial transgressor das relações de poder.

Não por acaso, as políticas públicas de autonomia econômica e empoderamento, traduzidas em ingresso das mulheres no mundo do trabalho, subestimam as análises críticas sobre a divisão sexual do trabalho. De modo que, são elementos estruturais que explicam as razões do ingresso e permanência das mulheres em atividade mais precárias e desprotegidas comparadas aos dos homens, bem como a maior vulnerabilidade delas na estrutura social.

Assim, a abordagem de empoderamento feminino que deve ser compreendida como a transformação radical das relações desiguais de poder, considerando as experiências de empoderamento como novas formas de poder que transformam radicalmente a dominação masculina, tanto no espaço privado quanto no espaço público (CECÍLIA SARDENBERG, 2009).

Conclusão:

Os resultados aqui apresentados não pretendem ser conclusivos. Tampouco é meu desejo subestimar a luta dos movimentos feministas brasileiro pela busca da institucionalização das demandas das mulheres. Busquei tão somente problematizar as ações públicas estatais direcionadas à geração de emprego e renda das mulheres, no período de baixa produtividade ocasionado pelas atividades baseadas na sazonalidade.

A escolha em estudar o Programa Chapéu de Palha Mulher se deve ao fato da experiência ser considerada exitosa (premiada, inclusive).

Nesse sentido, as considerações aqui apresentadas estão intrinsecamente relacionadas com o momento em que o Estado brasileiro incorpora demandas dos movimentos feministas na elaboração e execução de políticas públicas para as mulheres no contexto de um projeto político classista, patriarcal e racista, que legitima a repressão e delega à iniciativa individual – tais como orientações estatais direcionadas ao discurso do empreendedorismo feminino, bem como a estratégia de mulheres multiplicadoras, terminologias frequentemente utilizadas nos projetos e discursos políticos – a conquista de direitos sociais, ao mesmo tempo em que afasta o Estado de seu papel de promotor de políticas de equidades de gênero.

ISBN: 978-85-61702-41-0

Nota-se, assim, que o que está em disputa no debate que inclui a dimensão da autonomia econômica e empoderamento feminino não é somente de ordem conceitual, é, também, de ordem política. Trata-se de entender como a política pública voltada às mulheres, uma vez que não foi incorporada à concepção do feminismo crítico de empoderamento libertador tem servido atender as demandas no sistema capitalista patriarcal racista. Adequando-se a fase do capitalismo flexível, bem como de capturas de bandeiras históricas da classe trabalhadora feminina.

A questão teórica e política central consistem, portanto, no fato de que o entendimento do conceito de empoderamento na abordagem libertadora nos obriga a repensar as categorias e os esquemas de análise que perpassam todos os campos da vida social, construindo, assim, as bases da produção de análises que (des)organizem as relações de poder.

Agradecimentos:

Expresso aqui meus sinceros agradecimentos às ONG'S GESTOS E MMTR-NE, pelo diálogo que abre portas para a troca de saberes crítico, visando contribuir para a luta das mulheres. Com a certeza de que juntas somos mais fortes!

Referencias:

BUARQUE, Cristina. **Pernambuco em busca de uma nova era**: para onde vão as mulheres rurais? Recife: Secretaria da Mulher de Pernambuco: sem data (texto inédito).

_____. **As mulheres rurais no mundo republicano do século XXI**. Recife: Secretaria da Mulher de Pernambuco: 2009 (texto inédito).

MINAYO, M. C. S.(org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 25. ed. rev. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PERNAMBUCO (Estado). Termo de referência, de 17 de abril de 2104. Formação de rede de agentes de política pública para mulheres rurais no âmbito do programa chapéu de palha mulher zona canavieira. In: **Diário Oficial do Estado de**

ISBN: 978-85-61702-41-0

Pernambuco. Disponível em: < http://www.jusbrasil.com. br/diarios/69238008/doepe-17-04-2014-pg-21>

SANTOS, Giselle. **Gênero, Desenvolvimento e Programa Bolsa Família**: direitos reprodutivos, trabalho e projetos de vida de mulheres do Coque. 2014. 226 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, UFPE, Recife, 2014.

SARDENBERG, Cecília. **Conceituando "Empoderamento" na Perspectiva Feminista** (transcrição revisada da comunicação oral apresentada ao I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO, NEIM/UFBA, Salvador, 2006, ampliado na versão 2009.

ISBN: 978-85-61702-41-0

DEPUTADAS BAIANAS ELEITAS EM 2014: AFINIDADES, POTENCIALIDADES E DESAFIOS

Sonia Jay Wright
wri2sonia@hotmail.com

Salete Maria da Silva
Universidade Federal da Bahia
saletemaria@oi.com.br

Resumo

Este artigo traça um perfil das parlamentares baianas eleitas em 2014, visando responder à seguinte questão: quais os fatores que contribuíram para a sua eleição? A resposta a essa pergunta pode servir de guia para outras mulheres que pretendem se candidatar em pleitos futuros. Levou-se em conta o contexto mais amplo das eleições daquele ano, que mostraram tendências nacionais com relação às seguintes categorias: idade, estado civil, escolaridade, ocupação/profissão, participação em sindicatos e associações, filiação e militância partidária, e mandatos anteriores. O foco nas parlamentares baianas decorreu de debates realizados no âmbito do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade da Universidade Federal da Bahia, onde foi destacada a importância do Parlamento para a democracia brasileira, não obstante a vigência, no Brasil, do presidencialismo de coalizão que, de fato, coloca nas mãos do Executivo o poder de legislar. Concluiu-se que o que está em jogo no tabuleiro político não é apenas uma questão de desigualdade de gênero, mas também de esvaziamento do Poder Legislativo enquanto tal.

Palavras-chave: Representação política. Parlamentares baianas. Eleições de 2014.

ISBN: 978-85-61702-41-0

Contextualização

Tomando por base a análise feita pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria - Cfemea (2014), ressalta-se que, pela primeira vez em um pleito nacional, cumpriu-se a cota de 30% para candidaturas do sexo feminino em cargos escolhidos por representação proporcional.

Comparando-se as candidaturas de homens e mulheres, observou-se que, no geral, elevou-se o percentual de mulheres candidatas nas eleições de 2014. Para a Câmara federal, 31,85% das candidaturas foram de mulheres e para a Assembleia estadual, elas figuraram em 31,37% das concorrentes. Em 2010 foram apenas 19,4% de candidatas à Câmara dos Deputados e 21,06% de candidatas às Assembleias estaduais. Registre-se, no entanto, que o aumento de candidatas não tem correspondido a um aumento de mulheres eleitas, pois em 2014 apenas 9,9% lograram assento na Câmara Federal e 11,4% chegaram às Assembleias dos estados. Na Bahia, em que pese um maior número de concorrentes, houve um decréscimo de 11,1% no número de eleitas.

Outro fato inédito é o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ter disponibilizado dados sobre a raça da/os candidata/os. Quanto a este marcador, constatou-se que as/os candidatas/os ao Parlamento federal e estaduais são majoritariamente brancas/os (52%), seguidas/os de negras/os (46%). Praticamente inexistem as/os pessoas amarelas/os (0,4%) e indígenas (0,3%), independente do gênero. Mas, quando o assunto envolve as/os eleitas/os, o número de negras/os decresce para 20% e o de brancas/os sobe para 80%, valendo reiterar que nenhum/a indígena ou amarela/o foi eleita/o no pleito referido.

Pelo exposto, fica evidente a necessidade de medidas de discriminação positiva para a eleição de pessoas de raça não-branca para melhor representar a diversidade da população brasileira. Um exemplo disto é que a população baiana, composta por 76,3% de negra/os, segundo o IBGE, possui uma representação no Congresso Nacional de apenas 19% de senadora/es e deputada/os federais negras/os (RODRIGUES, 2013).

O próprio sistema eleitoral influencia na maior ou menor eleição de mulheres, pois, conforme apontam alguns estudos, (ARAÚJO e ALVES, 2007), o sistema proporcional, adotado no Brasil, é o que mais favorece a eleição de mulheres. De igual modo, o sistema partidário plural tende a apresentar um maior número de eleitas. Registre-se ainda que, segundo os mesmos estudos, são os partidos de esquerda quem mais estimulam a participação das mulheres. Mas, é sobretudo o tipo de lista que favorece sua eleição. Quanto a este

ISBN: 978-85-61702-41-0

quesito, o Brasil adota a lista aberta, mas em alguns países, como a Argentina, a lista é fechada com alternância de sexo. Nestes lugares, as mulheres tem obtido melhores resultados. Vale mencionar que, atualmente, tramita no Congresso Nacional um projeto de lei nesse sentido.

O aspecto decisivo, no entanto, é a reeleição, pois esta era de 54% em 2002 para os homens e 39,5% para as mulheres (ARAÚJO E ALVES, 2007), o que mostra como é importante já ter um mandato para a conquista de um novo cargo político.

Os partidos que em 2014 mais elegeram mulheres foram: Partido dos Trabalhadores (9); Partido do Movimento Democrático Brasileiro (7); Partido da Social Democracia (5); Partido Socialista Brasileiro (5); Partido Comunista do Brasil (4) e Partido Republicano Brasileiro (2). Percebe-se, pois, que são nos maiores partidos que as mulheres tem mais chances de eleição, o que já havia sido assinalado por Araújo e Alves (2007) em relação às eleições de 2002. Ademais, os partidos de esquerda representam metade daqueles que mais elegeram mulheres.

Apesar disto, o exercício da função parlamentar fica limitado pelo extrapolamento das atribuições do Poder Executivo que, no Brasil, tem exercido cada vez mais funções de ordem legislativa, mediante edições de medidas provisórias e outras iniciativas.

O caso acima mencionado decorre do presidencialismo de coalizão, no qual tanto a/o presidenta/e quanto a/o governador/a tem poderes legislativos ampliados, onde os partidos, e não as/os parlamentares, negociam com o executivo, enquanto poder preponderante (ABRANCHES, 1988; LIMONGI e FIGUEIREDO, 1997; SANTOS, 2002). Neste contexto, a grande maioria de parlamentares (cerca de 89%) vota com o/a líder, o que afeta a atuação das deputadas eleitas, inclusive as baianas.

Métodos de pesquisa

Metodologicamente, valemo-nos da pesquisa bibliográfica, da análise de documentos e do exame de dados disponibilizados pelos portais do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, do Tribunal Regional Eleitoral - TRE baiano, além dos sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e da Câmara dos Deputados e da Assembleia Legislativa da Bahia, todos referentes ao pleito de 2014.

ISBN: 978-85-61702-41-0

A seguir apresentamos o perfil das deputadas federais eleitas em 2014, ressaltando o que as mesmas têm em comum, no sentido de realçar potencialidades de ação conjunta, sem desconhecer as diferenças que dificultam essa união.

Deputadas federais baianas eleitas

Destacamos, neste tópico, as singularidades de três parlamentares baianas, enfatizando sua relação com os movimentos de mulheres e feministas no estado.

Alice Portugal é a mais experiente da nova bancada feminina baiana eleita. Ela está há três mandatos consecutivos na Câmara Federal (2003-2006; 2007-2010; e 2011-2014). Antes disso, exerceu dois mandatos consecutivos como deputada estadual (1995-2003). Registre-se, ainda, que seu partido, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), além de ser considerado de esquerda, é um dos que mais favorece a candidatura de mulheres.

Da mesma forma, Moema Gramacho, do Partido dos Trabalhadores (PT), tem uma longa história de representação no Poder Legislativo e Executivo. Já foi vereadora, deputada estadual e prefeita, sendo que seu partido é o que mais elege deputadas atualmente.

Tia Eron, após ter sido do Partido Democrata (Dem), migrou para o Partido Republicano Brasileiro (PRB). Tendo em seu currículo a experiência de ter exercido mandatos como vereadora na Câmara de Salvador desde 2000, ou seja, há 14 anos. Seu atual partido tem grande participação de evangélicos, sendo que a mesma figura como uma de suas mais destacadas lideranças.

Percebe-se, portanto, uma afinidade entre as três deputadas quanto ao número de mandatos anteriores, haja vista que esta experiência se constitui como um capital político importante para a sua (re)eleição, algo construído através dos anos e fundamental em suas carreiras enquanto políticas.

A literatura (ARAUJO e ALVES, 2007) assinala a reeleição como o aspecto mais relevante para a conquista de novos mandatos, daí a dificuldade para quem é novata/o - mais para mulheres que para homens-, romper com a inércia existente no Parlamento.

Sobre esta questão, Araújo e Alves (2007) assinalam que a reeleição figura como um aspecto decisivo na concorrência eleitoral, sendo hegemônica a vitória dos homens sobre as mulheres, o que contribui para a manutenção da sub-representação feminina neste espaço de poder.

ISBN: 978-85-61702-41-0

Vale lembrar que estamos nos referindo ao fator reeleição no momento do pleito, existindo, contudo, muitos homens que não possuíam mandatos no momento das eleições, mas já haviam participado de outras legislaturas, fato raro entre as mulheres.

Considerando que a reeleição é algo que vem se constituindo como uma tendência desde 2006, é possível afirmar, com base nos autores citados, que as mulheres, apesar da crescente participação política, se deparam com cenários bastante desfavoráveis, embora seja importante não perder de vista outros fatores que as impedem de concorrer de igual para igual entre elas mesmas e entre elas e os homens.

Vale destacar que não examinamos, em profundidade, a atuação anterior das parlamentares, mas procuramos assinalar algumas de suas iniciativas em relação aos direitos das mulheres. Verificou-se que a deputada Alice Portugal foi coordenadora da bancada feminina no Parlamento estadual, onde propôs a criação do Conselho Estadual do Direito da Mulher. Além disto, presidiu a Comissão Especial de Defesa dos Direitos da Mulher e realizou dois Encontros sobre Mulher e Política na Bahia.

Moema Gramacho, por sua vez, tem em seu histórico a criação da primeira Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres, em Lauro de Freitas, região metropolitana de Salvador, na sua gestão da cidade. Como legisladora estadual, em dois mandatos (1997-1998 e 1999-2003) atuou na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

A trajetória de Tia Eron acumula forças na Câmara de Vereadores durante três mandatos e meio e logo alça vôo para a Câmera Federal, obtendo mais de cem mil votos. Tia Eron, mesmo sem um trabalho específico voltado para as mulheres, foi parceira do movimento em diversas ocasiões, a exemplo de atividades vinculadas às comemorações do oito de março na Bahia.

Há que se acrescentar que o aprendizado dessa política foi realizado em diferentes campos: Alice Portugal no movimento estudantil; Moema Gramacho no movimento sindical e Tia Eron na Igreja Universal do Reino de Deus. São espaços de prática da fala, do diálogo, do exercício do conflito democrático.

Sacchet e Speck (2012) assinalam ainda a distribuição de bens (capital financeiro), escolaridade (capital cultural) e ocupação (capital político) são fatores determinantes na conquista de mandatos.

No caso em apreço, quanto à escolaridade/ocupação, temos uma farmacêutica, uma bióloga e uma exceção à regra – uma deputada apenas com o ensino médio completo.

ISBN: 978-85-61702-41-0

Quanto ao capital financeiro, percebe-se que nossas deputadas não estão entre as ditas milionária/os da Câmara Federal, pois, segundo suas declarações de renda, apenas Alice Portugal figura com um patrimônio superior a um milhão de reais, enquanto o capital das outras duas deputadas somam cerca de um terço deste valor, conforme a tabela abaixo:

Deputadas	Bens declarados (em reais)
Alice Portugal	1.148.071,03
Moema Gramacho	290.000,00
Tia Eron	270.601,66

Fonte: TSE (2014)

Outros aspectos destacados pela literatura são a idade e o estado civil da/o parlamentar. As mulheres geralmente demoram um tempo maior para construírem uma carreira política, daí serem, em regra, acima de 35 anos. No caso de nossas deputadas, que, como vimos, são parlamentares já experientes, elas estão entre 42 e 56 anos de idade. Da mesma forma, a situação conjugal influi no sentido de proporcionar mais chances aos candidatos casados, o que é mais difícil para as mulheres. No caso em exame, as deputadas federais baianas figuram entre separada judicialmente, solteira e viúva.

Pelo exposto, pode-se afirmar que foram eleitas para a Câmara Federal três deputadas experientes na política representativa que podem se articular com nossa senadora Lídice da Mata, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), e procurar influir o máximo possível nas decisões que dizem respeito às nossas vidas.

Deputadas estaduais baianas eleitas

Quanto às deputadas estaduais, percebe-se que ocorreu fenômeno semelhante ao que aconteceu com as federais: a grande maioria que se elegeu, na verdade, se reelegeu, se não para o mesmo cargo, para outro de idêntica importância. A interpretação apresentada anteriormente para as deputadas federais aplica-se aqui às deputadas estaduais.

O exercício anterior de mandatos significa um acúmulo de poder político, tanto para homens como para mulheres. Senão vejamos: Angela Sousa foi deputada estadual em 2007-2011 e 2013-2014; e foi vice-prefeita de Ilhéus; Fabíola Mansur era vereadora em Salvador, eleita em 2012, não tendo como concluir o mandato em face da assunção da deputância estadual; Fátima Nunes foi deputada estadual em três mandatos; Luiza Maia foi vereadora em Camaçari; Maria

ISBN: 978-85-61702-41-0

del Carmen foi deputada duas vezes e vereadora de Salvador uma vez; e Neusa Cadore foi prefeita de Pintadas por dois mandatos consecutivos e exerceu o mandato de deputada estadual duas vezes.

Outra questão a ser levada em conta é a partidária. Confirmando a literatura, são os partidos de esquerda quem mais elegem mulheres. Da bancada feminina de sete deputadas, quatro são do PT e uma do Partido Socialista Brasileiro (PSB), sendo que somente duas são do Partido Social Democrático (PSD), que é de centro, porém participa da base do governo federal – sua principal liderança é o ex-prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, que ocupa o Ministério das Cidades[1]. Portanto, dois terços das deputadas estaduais pertencem a partidos de esquerda.

Quanto à atuação no campo dos direitos das mulheres, é interessante assinalar que Ângela Sousa, do PSD, foi da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Assembleia Legislativa, em dois mandatos; Fátima Nunes, do PT, também foi da Comissão da Mulher, além de ter recebido uma Condecoração Especial de Defesa dos Direitos da Mulher; Ivana Bastos, do PSD, também foi da Comissão da Mulher e fez uma indicação a favor de uma Delegacia da Mulher em Bom Jesus da Lapa; Luiza Maia, do PT, também foi da Comissão da Mulher; Maria del Carmen, do PT, além de ser da Comissão da Mulher, propôs a criação de uma Promotoria Especializada da Mulher no âmbito do Ministério Público da Bahia; e Neusa Cadore, do PT, requereu a realização do Março Mulher.

Em face do exposto, de uma forma ou de outra, todas as deputadas que já exerceram mandato antes foram ativas na defesa dos direitos das mulheres, embora não caiba detalhar aqui as ações de cada uma, sobretudo na Comissão da Mulher ou em outras iniciativas individuais.

Pode-se dizer que todas elas, para chegarem ao espaço hoje ocupado da Assembleia Legislativa, tiveram um aprendizado político em diferentes lugares, tais como partidos, sindicatos, associações e outros.

Esse aprendizado, no caso da deputada Neusa Cadore, se deu na militância na Igreja Católica, em especial nas Comunidades Eclesiais de Base. Foi nesse ambiente que a futura prefeita e parlamentar gestou sua liderança, sua capacidade de enfrentar conflitos e encontrar soluções para problemas. Na verdade, treinou mobilizar a população para reivindicar políticas públicas, acompanhar seu planejamento e implementação.

1 Quando o presente artigo foi elaborado, o referido político ainda ocupava a mencionada pasta, sendo que atualmente foi nomeado ministro do governo Temer.

ISBN: 978-85-61702-41-0

Maria del Carmen militou no movimento pela moradia, bem como no movimento em prol dos direitos da criança e do adolescente. Sua ligação com esses movimentos continua alimentando sua atuação atual.

Luiza Maia vem de uma luta municipalista, que envolve a recuperação de Camaçari. Mas antes disso, atuou no movimento estudantil e sindical, escolas importantes para o preparo para a vida parlamentar.

O trunfo de Ivana Bastos foi dirigir uma rádio e ser comunicadora. Fátima Nunes vem da Associação Regional de Pequenos Agricultores, o movimento sindical rural, a Pastoral da Terra, a Articulação do Semi-Árido do Nordeste, o grupo indígena Kiriri, a Articulação de Mulheres Trabalhadoras, o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (Dnocs).

Fabíola Mansur, por sua vez, participou de diversas associações profissionais, tais como: a Associação Baiana de Medicina, a Associação e Serviços de Saúde do Estado da Bahia, a Sociedade de Oftalmologia da Bahia, da qual foi a primeira mulher presidenta, e o Conselho Brasileiro de Oftalmologia, do qual foi a primeira mulher do nordeste a compor a diretoria. Além disto, como parlamentar, foi membro da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, do qual hoje é presidenta. Consta, ainda, que tem sido parceira dos movimentos LGBTT e de mulheres.

Por fim Ângela Sousa, que é da Assembleia de Deus, além do espaço religioso pode considerar as instituições filantrópicas em que atuou como lugares de aprendizado, tais como o Centro de Amparo ao Menor Abandonado de Ilhéus-Canaã, o Programa Solidariedade e os projetos sociais Xô Lixo, Capitães de Areia e Pelotão Esperança, em Ilhéus.

No entanto, se comparado o seu capital financeiro com o das deputadas federais, percebe-se que as parlamentares estaduais, de uma forma geral, dispõem de mais recursos econômicos, seja na forma de bens móveis e imóveis, ou de investimentos bancários, conforme destacamos na tabela a seguir:

Deputadas	Bens declarados (em reais)
Angela Souza	210.300,00
Fabiola Mansur	1.064.447,20
Fatima Nunes	0,0
Ivana Bastos	516.690,93
Luiza Maia	282.000,39
Maria Del Carmen	720.451,75
Neusa Cadore	557.039,59

Fonte: TSE (2014)

ISBN: 978-85-61702-41-0

Chama atenção a condição da deputada Fátima Nunes que declara para a Justiça Eleitoral não ser detentora de nenhum móvel ou imóvel, mesmo após o cumprimento de três mandatos como parlamentar estadual. Uma explicação possível é a sua intensa ligação com as/os trabalhadoras/es rurais e com a Pastoral da Terra, numa demonstração viva do desprendimento e da ética cristã, que em meados da década de 1970, através da Teologia da Libertação, muito influenciou o Partido dos Trabalhadores, hoje tão desacreditado.

Mas, como foi dito antes, o capital financeiro, embora seja extremamente útil na eleição de candidatas/os, não é suficiente. Este tipo de capital geralmente é acompanhado por um alto grau de escolaridade (isto é: o capital cultural) de e um saber profissional que proporcione uma rede de relações no mundo do trabalho, considerado como um capital político.

Considerando o acima exposto, vale mencionar que duas de nossas deputadas estaduais terminaram o ensino médio, e uma não completou o ensino superior; mas três fizeram diferentes graduações e uma concluiu curso de pós-graduação. A diversidade no nível de instrução permite-nos concluir que a escolaridade não foi, por si só, tão capital nesta eleição.

Quanto à ocupação profissional, percebe-se que três dentre elas trabalharam como professoras, outras duas como médica e engenheira, enquanto uma foi comerciante e empresária, e outra foi técnica em enfermagem. São todas profissões femininas, com exceção da engenheira e da comerciante. Esse capital parece não ter sido determinante na reeleição.

Considerações finais

Há dificuldades para o exercício da democracia representativa no país que são próprios de nossa cultura política elitista, excludente e autoritária. Estes obstáculos afetam tanto homens como mulheres no âmbito do Poder Legislativo e Executivo. Porém, existem dificuldades que incidem especialmente sobre as mulheres, em virtude de sua condição de gênero, atrelada a outros marcadores como raça, classe e geração.

Há algumas décadas tem sido imposto ao sistema eleitoral e político partidário brasileiro, graças aos esforços dos movimentos feministas e de mulheres, um conjunto de leis destinadas à inserção da presença feminina nos espaços de poder, notadamente na esfera parlamentar, valendo destaque as políticas de cotas, que, tem possibilitado, sobretudo através dos partidos de esquerda, uma maior participação das mulheres no Poder Legislativo, em suas diversas

ISBN: 978-85-61702-41-0

instâncias, conforme foi exemplificado com as trajetórias das deputadas mencionadas neste texto.

O perfil das referidas deputadas, segundo foi detalhado, guardam algumas semelhanças entre si, especialmente no que concerne à filiação partidária - já que a maioria está mais à esquerda - à inserção prévia em entidades, associações e/ou movimentos sociais que lhes permitem o exercício da fala e da articulação política e, por último, e talvez mais fortemente, a experiência política anterior em exercício de mandatos, seja no Legislativo ou no Executivo.

A função do Legislativo, conforme consta das normas constitucionais, é, predominantemente a de legislar, sendo que este poder, eventualmente, pode proceder ao julgamento de seus pares e, residualmente, também administra os trabalhos internos relativos ao funcionamento das Casas Legislativas.

Todavia, no contexto do presidencialismo de coalizão, a vontade do Executivo se impõe e, muitas vezes, subtrai dos Parlamentos sua atribuição específica, isto é, a criação de leis.

No contexto acima, tanto homens como mulheres se veem privados do pleno desenvolvimento de seu protagonismo político, apesar de existirem esforços, sobretudo femininos, em busca de uma relação de maior equidade e harmonia no e com o Executivo.

Porém, a equidade entre as instituições, embora fundamental, não tem sido suficiente para que haja uma equidade de gênero e étnico-racial no âmbito das referidas casas, apesar das iniciativas institucionais com vistas a superação das chamadas brechas de gênero na estrutura política brasileira.

Mesmo sendo um número muito pequeno, nossas deputadas podem e devem contribuir no sentido de ampliar a democracia e fortalecer as conquistas femininas, pois as mesmas já acumulam experiência que poderão direcioná-las para ações conjuntas que beneficiem ainda mais as mulheres, especialmente as baianas.

Referências

ABRANCHES, Sergio. *Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro*. Rio de Janeiro: In: Dados: Rio de Janeiro, 1988. V. 31. Disponível em http://politica3unifesp.files.wordpress.com/2013/01/74783229-presidencialismo-de-coalizao-sergio-abranches.pdf. Acesso em 18/04/2016.

ISBN: 978-85-61702-41-0

ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli; JORDÃO (orgs). *Mulheres nas eleições de 2010*. Rio de Janeiro: ABCP/SPM, 2012. Disponível em http://agenciapatriciagalvao.org.br/politica/dados-e-pesquisas-politica/mulheres-nas-eleicoes-2010-consorcio-bertha-lutz-2013/ Acesso em 8/1/2015.

ARAÚJO, Clara e ALVES, José Eustáquio Diniz. *Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas*. In: Dados: Rio de Janeiro, vol. 50, no. 3, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582007000300004&script=sci_arttext#back Acesso em 2/1/2015.

CFEMEA. *Mulheres eleitas em 2014: velhos e novos desafios*. Brasília, 2014. Disponível em http://www.cfemea.org.br/images/stories/pdf/eleicoes2014_analise_eleitos.pdf Acesso em 3/1/2015

LIMONGI, Fernando e FIGUEIREDO, Argelina. *Bases institucionais do presidencialismo de coalizão*. São Paulo: Lua Nova, n. 44, 1997. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/ln/n44/a05n44.pdf . Acesso em 18/04/2016.

RODRIGUES, Fernando. Disponível em http://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2013/11/19/so-10-dos-deputados-e-senadores-sao-pretos-ou-pardos/ . Acesso em 19/11/2013.

SACCHET, Teresa e SPECK, Bruno. *Dinheiro e sexo na política brasileira: financiamento de campanha e desempenho eleitoral em cargos legislativos*. Disponível em ww.academia.edu/3702183/Teresa_Sacchet_Bruno_Wilhelm_Speck_Dinheiro_e_Sexo_na_Política_Brasileira_financiamento_de_campanha_e_desempenho_eleitoral_em_cargos_legislativos_em_Mulheres_nas_eleições_2010_Rio_de_Janeiro_2012_p._417-452. Acesso em 10/04/2016.

SANTOS, Fabiano. *Partidos e Comissões no presidencialismo de coalizão*. Rio de Janeiro: Dados, 2002, v. 45. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/dados/v45n2/10788.pdf Acesso em: 3/1/2015.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Informações sobre as eleições 2014. Disponível em http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2014/eleicoes-2014. Acesso 20/11/2015.

ISBN: 978-85-61702-41-0

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - Informações sobre as eleições 2014. Disponível em http://www.tre-ba.jus.br/eleicoes/eleicoes-2014/eleicoes-2014 . Acesso em 17/11/2014.

ISBN: 978-85-61702-41-0

MULHERES EVANGÉLICAS: FÉ E POLÍTICA RESIGNIFICANDO O FEMINISMO

Vanessa Maria Gomes Barboza
Coletivo Vozes Marias:
vanessagomes.br@hotmail.com
vozesmarias@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre a proposta de formação política do Coletivo Vozes Marias, junto à mulheres evangélicas na cidade de Recife e Região Metropolitana em 2016 por meio do *"Curso Mulheres de Fé e Política Construindo Direitos"*. O Coletivo Vozes Marias é uma organização independente de promoção dos direitos das mulheres e surgiu em 2014 com o intuito de fomentar a discussão sobre desigualdades de gênero no âmbito religioso evangélico/protestante na sociedade em geral, com destaque a questão da violência contra as mulheres. Metodologicamente, parti de uma perspectiva crítica, incomum ao tradicional e dogmático "fazer educativo" religioso evangélico. Pretende-se contextualizar o surgimento do grupo, os referenciais teóricos que o orientam, diante da cultura de submissão e subalternidade de mulheres evangélicas frente à problematização da defesa dos direitos das mulheres e o protagonismo político das mesmas.
Palavras- chave: Direitos. Vozes Marias. Evangélicas. Feminismo.

ISBN: 978-85-61702-41-0

Introdução

Este trabalho apresenta parte das reflexões fomentadas pela militância do **Coletivo Vozes Marias** contra as desigualdades de gênero, a violência contra a mulher e o machismo arraigado no âmago das instituições e/ou grupos independentes que professam a fé da religião protestante. Objetivamos compartilhar nossa experiência no combate a tais desigualdades, compreendendo que essa *experiência* não é essencialmente pessoal, ela é um *evento linguístico*, nas palavras de Joan Scott (1999) envolta por um contexto social, historicamente variável e construída coletivamente.

De antemão, avisamos que este texto são considerações iniciais e inconclusas sobre uma vontade de saber e de transformar que nos move, encanta e traz sentido. É sobre essa vontade de recontar a história e mudar o "destino", rompendo com a reprodução de sistemas de opressão-privilégios que subalternizam as mulheres, que falaremos aqui. Ainda não sabemos o que o futuro nos reserva, mas, por enquanto, estamos aqui, construindo o **Coletivo Vozes Marias** e sendo construídas em conjunto. Estamos no caminho e em processo. Portanto, este texto trata sobre a nossa militância até chegarmos ao cenário presente. Amanhã, talvez, sejamos outras.

Nesse contexto, outro adendo faz-se importante. Ao contrário de como geralmente os textos acadêmicos são construídos (resultados de pesquisas, discussões teóricas, etc.), nós falamos de um lugar de militância, escrevemos como militantes, partindo do marco de que nossa escrita e nossa voz são atos políticos. Esse lugar (o da escrita acadêmica) é uma conquista e um desafio. É uma conquista porque não é uma produção intelectual que *fala por*, escreve *sobre,* e sim que produz mecanismos de fala e visibilidade de mulheres em ação, que encontram-se em um movimento contra hegemônico de pensarem e escreverem sobre si e o que fazem. Assim sendo, acreditamos responder positivamente a pergunta que Gaytri Spivak (2010) faz em seu livro *Pode o subalterno falar?* Podemos! O desafio encontra-se em estranhar o que nos é tão familiar. O que precisamos melhorar? Nossas ações são eficazes, incidem positivamente na realidade? A autocrítica nem sempre é fácil, mas necessária ao amadurecimento, ao menos, reconhecer que necessitamos é um avanço para as nossas lutas cotidianas.

Sobre este debate, *do lugar de onde se fala*, o pensamento de Donna Haraway (1995) nos é pertinente. Haraway (1995), em sua crítica à neutralidade e separação entre sujeito e objeto na objetividade científica, apresenta-nos

ISBN: 978-85-61702-41-0

uma *objetividade feminista* que acredita na produção do conhecimento como uma conversa situada, não inocente, estabelecida através de nossas próteses e tecnologias de visualização (como vemos?). Desta forma, iniciamos este artigo relatando quem somos e onde esta conversa situa-se. Em seguida, discorreremos sobre as nossas tecnologias de visualização, as abordagens teóricas que têm nos inspirado. Por fim, exporemos o que temos feito até aqui – com enfoque especial nas ações em combate à violência contra a mulher – e o que estamos tramando para o futuro, para que nossas filhas escutem histórias de liberdade e as filhas de suas filhas também.

Sobre as Marias que ergueram a voz

Somos mulheres, a grande maioria jovens de até 30 anos de idade, vinculadas à igrejas protestantes de diferentes denominações (tradicionais e pentecostais), de classes populares, todas com acesso à universidade (algumas formadas, outras em processo de formação), residentes na cidade de Recife e Região Metropolitana, no estado de Pernambuco. Nordestinas de cores diferentes, corpos diferentes, igrejas diferentes, mas com uma única voz: liberdade para as mulheres.

Mulheres "Falantes", em Recife

Enquanto mulheres, vivenciamos as angustias de uma realidade violenta na cidade de Recife, mas, nos debruçamos investigativamente sobre os casos de violência contra as mulheres, e nos deparamos com um medonho resultado. Pernambuco ocupa o 10º lugar no ranking nacional de homicídios de mulheres. Recife é o 6º lugar no ranking nacional, sendo a 4ª capital mais violenta para as mulheres no nordeste. O Brasil está em 7º no ranking mundial de homicídios contra as mulheres, estando uma concentração maior das vítimas entre a faixa dos 15 aos 29 anos de idade, com destaque para o intervalo de 20 a 29 anos – intervalo que mais obteve crescimento na década analisada (2000 a 2010) – ou seja, mulheres jovens, em idade produtiva e reprodutiva. Os locais de maior ocorrência da violência são a residência (71%), a via pública (15%) e a escola (Waiselfisz, 2012). No ano de 2013 a *Comissão Parlamentar Mista de Inquérito* do Senado, apresentou um relatório que aponta as fragilidades do poder público no atendimento às vítimas de violência doméstica, e recomenda várias providências governamentais para a superação do quadro de insuficiência

ISBN: 978-85-61702-41-0

nesse atendimento. Considerando esses dados, podemos dizer que vivemos sob um risco iminente de morte por violência doméstica,.

Entre as produções técnico-científicas, sobre a questão da violência em contexto religioso, a escassez de material é evidente, muito embora encontremos pesquisas sendo desenvolvidas na área da sociologia, antropologia e ciências da religião. Dentre estas , podemos citar o livro *"Até Quando?" - O cuidado pastoral em contexto de violência contra a mulher praticado por parceiro íntimo"* (CAROLL, 2010), pois registra essa realidade de violência na vida de mulheres religiosas protestantes, a partir de uma pesquisa realizada junto a 82 líderes religiosos e com 50 mulheres que frequentavam igrejas evangélicas na Região Metropolitana do Recife. Os livros "*Uma igreja sem Voz*", de Valéria Vilhena (2012), e o *"Os Direitos Humanos das mulheres nas religiões no século XX"*, de Maria do Rosado Nunes (2010), também constam como pontos de partida para a contextualização do problema junto ao grupo.

Compreendemos que o cenário vivenciado em Recife não pode ser compreendido isoladamente, ou desconexo de uma teia de relações políticas, econômicas e culturais vividas pelas demais cidades brasileiras ou pelos demais países da America Latina. A cultura de feroz violações e opressões, compõem a gama de características reservadas aos países que foram colonizados e explorados pelos países centrais, e que na atualidade enfrentam verdadeiros embargos ao seu desenvolvimento como afirma Marcela Lagarde (2005) em "el cativeiro de las mujeres" sobre a situação das mulheres e em que elas diferem, enquanto as suas situações de vida, e os agravos e níveis da opressão, (p. 79) compreendida como

> "...un conjunto articulado de características enmarcadas en la situación de subordinación, dependencia vital y discriminación de las mujeres en sus rclacio· nes con los hombres, en r.l conjunto de la sociedad y en el Estado. La cpresión de las mujeres se sintetiza en su inferiorización frente al hombre consiituido en paradigma social y cultural dala humanidnd." (Lagarde, p. 97, 2005)

Por meio dessa definição, a opressão das mulheres se manifesta e se realiza na discriminação de que são objetos, vivenciando desprezos e maus-tratos por serem subordinadas e dependentes, por serem consideradas inferiores. Observamos uma clara tendência a essa percepção sobre as mulheres ao

ISBN: 978-85-61702-41-0

analisarmos os elevados índices de feminicídio registrados em todo o Brasil e no estado de Pernambuco, em particular.

Diante desse terrível cenário social de opressão e morte que ilustra a realidade das mulheres na cidade em que moramos e atuamos, nossas vozes surgem como agudos, sonoros e "irritantes" ante ao poderio eclesiástico que sustenta uma ideologia apoiada na subordinação feminina.

As percepções metodológicas: teologia feminista, epistemologia feminista e a educação popular

Assumir uma perspectiva investigativa que orientasse nossas leituras e intervenções era algo necessário e urgente. Contudo, dentro do clichê da tradição teológica hegemônica, na qual estávamos inseridas e na qual testemunhávamos as opressões vividas por nós, mulheres cristãs, devíamos buscar referências teóricas em nossa própria experiência profissional e desbravar as alternativas de produção teológicas existentes. Aqui, realçamos a importância da nossa formação acadêmica ao iniciarmos o grupo, todas formadas (ou em formação) em ciências humanas, simpatizantes das abordagens críticas sobre a realidade. Obviamente que, ao delimitarmos um cronograma de estudos, esse lugar almejado de fala, e que não era o corriqueiro no meio religioso, surgiu com as possibilidades oferecidas pela epistemologia feminista, teologia feminista e educação popular.

Como fruto de esforços contra-hegemônicos dentro das ciências, a epistemologia feminista surge para propor uma nova maneira para "o pensar" e "o fazer cientifico", ao reivindicar a participação e contribuição das mulheres na trajetória da ciência moderna, uma nova maneira de relacionar sujeito-objeto, ou seja, um projeto feminista de ciência em que está articulado com a construção de uma nova linguagem em busca da formulação de um contradiscurso (RAGO, 1998). A adoção dessa perspectiva à nossa leitura de mundo acentuou nosso entendimento pessoal e coletivo de detentoras e produtoras de conhecimento, um protagonismo pouco experimentado entre as mulheres cristãs, mesmo as com acesso ao ensino superior. Revelando-nos, uma nova alternativa diante da severa e excludente tradição imposta pela ciência teológica dominante.

Considerada marginal pelos conservadores da tradição teológica vigente, a teologia feminista nos ofereceu uma nova leitura do mundo religioso a partir da perspectiva das mulheres. Uma teologia feita de, e para, as mulheres, e que busca o resgate da dignidade e autonomia feminina (GEBARA, 2007). Sendo

ISBN: 978-85-61702-41-0

esse, um enfoque ainda pouco conhecido entre as evangélicas, e duramente criticado pelos "Papas" da igreja cristã. Afinal, essa perspectiva nos conduz em uma caminha de reencontro com a espiritualidade não pecadora das mulheres e a construção de uma nova relação com a deidade, fora dos padrões andocentricos e falocentricos secularmente disseminados pela igreja cristã (AQUINO y TÁMEZ, 1998). Para o Vozes Marias, adotar esse olhar sobre Deus e o mundo também se constituiu (e ainda se constitui) como um desafio, pois o movimento de desconstrução necessário agitou as relações íntimas de cada participante, e entre o grupo como um todo, além das atitudes de resistência enfrentadas fora do grupo, junto à comunidade evangélica.

Por conseguinte, desde nossas conversas informais, nos preocupávamos com as experiências de violações das mulheres populares e como tal situação era conduzida pelas lideranças eclesiásticas. Como já nos revelou algumas pesquisas, a maioria das mulheres evangélicas está nas igrejas pentecostais e neopentecostais, tendo renda de até dois salários mínimos e escolaridade até o ensino médio. Não se sabe o quanto de acesso à teologia formal essas mulheres desfrutaram ao longo de sua vida religiosa, tampouco a intensidade da influência da mídia sobre elas.

Aproximar esse perfil de mulheres ao conteúdo que nos propomos a estudar, requeria de nós uma metodologia capaz de dialogar com sua compreensão teórica e que permitisse uma reflexão a partir da vida concreta. Por isso adotamos a educação popular como meio privilegiado de estabelecermos conexões dialógicas entre nós mesmas e entre as nossas irmãs. A educação popular desenvolvida pelo educador Paulo Freire ao longo da década de 1960 e 1970, no Brasil, é uma método que privilegia a realidade como ponto de partida para o processo de aprendizagem e reflexão crítica, com fins de promoção de mudanças sociais, oriundas de um processo de construção coletiva, e dialogada entre saberes e conhecimentos localizados que, juntos em interação, originam novas estratégias de ser e agir no mundo.

O Curso Mulheres de Fé e Política: uma proposta político-pedagógica de formação política para as mulheres evangélicas

Propor um curso de formação política para mulheres cristãs evangélicas surgi com a participação de integrantes do Coletivo Vozes Marias na Escola de Fé e Política Pastor Martin Luther King, no ano de 2014, vinculada ao Instituto Solidare em Recife. A Escola de Fé e Política Pastor Martin Luther King é a única

ISBN: 978-85-61702-41-0

escola de caráter evangélico a participar das Escolas de Fé e Política (EFP) ligadas ao CNBB.

A metodologia utilizada pelas Escolas de Fé e Política baseia-se numa perspectiva critica abordada pela Teologia da Libertação, movimento religioso latinoamericano da década de 70 que busca na realidade releituras da fé cristã desde o lugar dos oprimidos sociais, influenciada pela tradição marxista.

O trabalho formativo se deu por meio de eixos temáticos de interesse político pedagógico do Coletivo. Temas que necessitam ainda de apropriamento e discussão adequada e atualizada no seio do movimento e que com o curso, abre-se as possibilidades de um estudo dirigido efetivo. Então, as direções seguidas em eixos foram:

a) **Historia das Mulheres, corpo e espiritualidade**: Este eixo temático fomenta a reflexão sobre o processo de emergência da condição das mulheres na narrativa histórica ocidental em seus discursos explicativos sobre o corpo e a espiritualidade feminino, na tradição cristã. O desafio que nos foi posto retoma as superestruturas sociais marcadas pelo patriarcado, androcêtrismo e fundamentalismo religioso que contornam e definem as relações sociais de gênero e produzem uma subjetividade relacional com o corpo e a sexualidade das mulheres que perpetua a subalternização e indignidade das destas, como *"seres-para-os-outros"* no âmbito privado, objetos de desejo e satisfação de homens, e no âmbito publico, como cidadãs de segunda categoria, a mercê de abusos e violências, e que políticas precarizadas e insuficientes.

b) **gênero e raça**: Cerca de 60% das participantes do curso se declararam pardas ou negras, o que confirmou a relevância de incluirmos a discussão sobre as categorias gênero e raça no curso. Sabemos que a maioria das mulheres evangélicas no Brasil são negras e participantes de igrejas pentecostais, e sabemos também que as principais vítimas de violência domestica são mulheres negras e pobres. A intersessão dessas informações nos levam a um cenário muito nebuloso e precariamente conduzido pelas instituições religiosas. Muito embora as igrejas evangélicas de periferia se constituam como ambientes férteis de redes de solidariedade entre as mulheres negras empobrecidas, muito pouco é feito no que se refere à critica a pobreza estrutural e ao racismo institucional (PERNAMBUCO, 2011). Problematizar a violência simbólica que existe nos espaços religiosos que padronizam modelos de beleza com referenciais raciais brancos e ignora as violações de direitos que a população negra sofre ainda hoje, se faz necessário para pensarmos alternativas de superação do racismo

ISBN: 978-85-61702-41-0

institucional nas igrejas e na sociedade e uma revisão teológica sobre a condição da negritude e das mulheres negras.

c) **mulheres, participação e políticas públicas**: As políticas públicas são o local privilegiado de garantia de direitos sociais. Para as mulheres, elas são um caminho para a melhoria de qualidade de vida, acesso a serviços públicos e restauração da dignidade social, uma conquista que é fruto de lutas históricas da organização das mulheres por meio dos movimentos sociais, sobretudo o movimento feminista (CARLOTO, . Por isso, esta temática toma uma importância crucial no processo de formação do Coletivo ao compreendermos que no espaço das políticas publicas para as mulheres, conseguiremos avançar politicamente na participação feminina nos espaços públicos de poder.

Metodologicamente, as atividades intermodulos compreendiam a elaboração de dissertações ou resenhas de textos direcionados aos eixos temáticos estudados nos módulos. O acompanhamento desse processo se deu de varias maneiras, tanto utilizando os recursos eletrônicos de comunicação quanto de encontros presenciais de dialogo e reflexão coletiva. Essa dinâmica de aproximação constante e de troca de saberes e experiências pessoais consisti no propósito maior do processo de conscientização ou de tomada de consciência do trabalho em grupo. Essa revisitação e resignificação do sujeito *"mulher evangélica"* situado e contextualizado permite a reconstrução de novas estratégias e possibilidades de fazer social e do fazer comunitário.

Desse modo, a vinculação teórica entre o conceito de fé e política ganha sentido prático e gera a afetividade intelectual necessária para a adesão ao movimento feminista em sua fase mais plural dentro no século XXI. Permiti-se assim, vislumbrar um novo horizonte teórico e teológico que acolha as mulheres cristãs de tradição protestante no seio do movimento, de modo à "reenconstruir" um feminismo a partir de suas experiência religiosas e espiritualistas, reinterpretando signos e símbolos que antes foram utilizados para a alienação e passividade política. Com isso, ao estabelecermos o diálogo com a teologia feminista preservamos que as mulheres tenham seu protagonismo e liberdade teológica para reinventar sua espiritualidade de modo a alimentar uma relação coletiva de bem estar e aceitação que fortaleça a participação política e a defesa de direitos.

ISBN: 978-85-61702-41-0

Conclusão

Compreendemos que ainda há um longo caminho a trilhar no campo dos direitos das mulheres, pois, como todo movimento em fase inicial o Coletivo Vozes Marias vislumbra os consideráveis esforços que ainda deve desprender para uma intervenção social de excelência. Ao reconhecer e apoiar o caráter reivindicatório dos movimentos sociais de defesa dos direitos das mulheres, o grupo assume a sua adesão e responsabilidade de construir um caminho em conjunto ao movimento feminista.

A realização do Curso Mulheres de Fé e Política Construindo Direitos faz parte do esforço interno e externo de formação permanente, conscientização, educação popular e orientação teórico-metodologica e político-pedagogica. A necessidade de formação permanente no campo das relações de gênero e religião ainda carece de fortalecimento de uma rede local de estudos e incidência, a fim de aprofundar e amadurecer a reflexão sobre a violência contra as mulheres e as políticas publicas.

Em verdade, somos uma partícula do que existe disseminado em vários lugares do mundo, onde há mulheres oprimidas e mulheres lutando contra a opressão. Somos parte de um movimento que é local e global, que é universal e particular. Os desafios para a superação das desigualdades e injustiças de gênero são áridos e históricos. Acreditamos que a organização de mulheres em torno de um novo projeto societário de justiça, equidade e fraternidade é a maneira mais viável de superar discursos conservadores e opressores que ainda desvalorizam e violam seus corpos e suas narrativas históricas. Acreditamos, também, que no interior do discurso cristão há possibilidades de releituras que resgatem dignidade e integridade do ser humano, livre de concepções egoístas e corruptas; e que a igreja pode, enquanto poder local e associativo, ser um agente promotor de mudanças e transformações sociais no campo dos direitos das mulheres.

Referências

AQUINO, Maria Pilar. y TÁMEZ, Elsa. **Teologia Feminista LatinoAmericana**. Serie Pluriminor. Editora Abya Yala – Quito, Equador. 1998.

ISBN: 978-85-61702-41-0

CAROLL, Aillen Silva. **Até Quando?; O cuidado pastoral em contexto de violência contra a mulher praticado por parceiro íntimo** / Aillen Silva Caroll e Sérgio Andrade. Viçosa, MG :Ultimato, 2010.

GEBARA, Ivone. **O que é teologia feminista.** Coleção Primeiros Passos. Editora Brasiliense, São Paulo. 2007.

HARAWAY, Donna. Saberes **localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial.** In: *Cadernos Pagu*, Campinas, Unicamp, n.5, p. 07-41, 1995.

LOS RÍOS, Marcela Lagarde de. **Los Cautiveros de las mujeres (Madesposa, monjas, putas, presas y locas)**. Cidade do México. Universidad Nacional Autónoma De México POSGRADO. 2005.

LOURO, Guacira.L. **Práticas educativas feministas**. In: LOURO, Guacira L. Gênero, sexualidade e educação. p. 110 – 141. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

NUNES, Maria do Rosado. **Os direitos Humanos das Mulheres nas religiões do século XXI** (I Curso de Outono da Escola de Teologia Feminista – 19, 20 e 21 de novembro de 1999). Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 2005.

RAGO, Margareth In PEDRO, Joana; Grossi, Miriam (orgs.)- **MASCULINO, FEMININO, PLURAL.** Florianópolis: Ed.Mulheres,1998.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria de análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, jul/dez., 1990.

SCOTT, Joan. **Experiência**. In: SILVA, Alcione Leite et. al (org) *Falas de gênero*. Ilha de Santa Catarina: Ed Mulheres, p. 21-55, 1999.

SANDENBERG, Cecília M. B. **Considerações introdutórias às Pedagogias Feministas**. NEIM/UFBA. Bahia, 2004.

TISDEL, Elizabeth. (1998). "Postrutural feminist pédagogies: The pössibities and limitations of a feminist emancipatory adult learning theory and practice." **Adult Education Quarterly**, 48(3), 139-156.

ISBN: 978-85-61702-41-0

VILHENA, Valéria Cristina. **Uma igreja sem voz – análise de gênero da violência doméstico entre mulheres evangélicas** / Valeria Cristina Vilhena: São Paulo: São Paulo: Fonte Editorial, 2011.

Pernambuco, Secretaria da Mulher. **Mulheres Construindo a Igualdade: Caderno Etnicorracial**/Secretaria da Mulher; Organização e Texto: Celma Tavares, Cristina Maria Buarque, Fernanda Meira, Lady Selma, Rosangela Souza e Rosario Silva. – Recife: A Secretaria, 2011.